



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ENCONTROS DO FEMINISMO

Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia.

DOUTORADO: tese ora apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial pra obtenção do título de DOUTOR Interdisciplinar em Ciências Humanas, sob orientação das professoras Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli e Dra. Sônia Weidner Maluf.

Karla Galvão Adrião

Março de 2008

À minha avó materna Maria do Carmo Galvão, de
quem, sem nomear, aprendi do feminismo o
verbo;

À minha avó paterna Severina Adrião e a
Bibiana Adrião (in memoriam);

E àquelas que ousaram nomear,
construir e viver
histórias feministas.

Agradecimentos

Agradecer é mais que um ato no qual se reverencia a ajuda recebida, um retorno ao diário de viagens e aos caminhos de construção da tese. De muitas formas, ela foi formada a tantas mãos, que não poderia deixar de registrá-las, neste momento.

Tudo começou ainda em Recife, e a esta cidade retornou diversas vezes. Dela, deixei e levei a grande força de minha imensa família, que me recebia sempre com festas e não deixava de enviar cartas e telefonemas de apoio. Aos meus pais Tânia e Naelson, aos meus dois irmãos Naelsinho e Rodrigo, minha cunhada Angel e minha sobrinha Mimi, razões de minha alegria e de ser quem sou e como sou; e aos meus tios, tias, primos, primas, em especial a tio Luis, tio Manoel e Áurea, do lado de cá, e Tio Chico, Tia Rosane e Tia Beth, do lado de lá e sempre presentes. A Lita e a Nete. A Tia Lucia e tio Zé, Viviane, Dudu, Emília e Dema. A Fofa e Fabinho e a Camilla e Gabi, primas mais que presentes.

A chegada a Florianópolis me presenteou com o encontro com Juracy Toneli, minha orientadora. Mais que generosa, competente, dedicada e firme em suas convicções, ela me forneceu, para além do diálogo profícuo em torno de meu objeto de pesquisa, um modelo a seguir de vida profissional. Como amiga Juracy possibilitou-me a base para a concretização de minha chegada à cidade, e dividiu comigo o aprendizado de um novo começo.

Minha co-orientadora, Sônia Maluf, com quem encontrei um ano e meio mais tarde, em meio ao início de meu campo de pesquisa, no 10º Encontro Feminista, encantou-me imediatamente com sua análise sobre meu objeto, ainda ali, nos primeiros dias de nosso contato. Desde então o diálogo a três, permitiu-me ir mais além e buscar a superação cotidiana. Sônia, junto com Juracy, forneceu-me possibilidades de crescimento acadêmico através de suas orientações, que uniram profissionalismo à amizade.

Encontrei na UFSC minhas primeiras interlocutoras. Dentre elas, Simone Becker, com quem dividi, além do prazer da escrita e do trabalho, uma amizade que levarei estrada afora. Fernando Bittencourt, que se tornou grande amigo, e Luis Fernando, a presença quente do Norte, aqui no Sul. Além deles, as companheiras de Estágio docência e organização de livros Rosely Porto, Fernanda Cardozo, Rosa Oliveira, Juliana Cavilha, Miriam Aldana (querida amiga) e Flávia Motta (colo e suporte), e a Ari Sartori; e aos queridos e queridas do MARGENS, núcleo no qual fui recebida e que se constituiu numa família acadêmica. A todos os alunos de graduação (em particular a Alex e a Arthur) e de pós, em especial a Rita Muller, mais que amiga, a

Grazielle Tagliamento e a Adriano Beiras (meus primeiros alicerces) e Juliana Perucchi (partilha profícua), e às profas. Juracy Toneli e Mara Lago, coordenadoras do Núcleo.

À minha turma de doutorado, tão interdisciplinar, e que me acompanhará em minhas saudades. Em especial aos três mosqueteiros - mais que interlocutores, amigos - Ronaldo de Oliveira, Ivan Marcelo e Sílvio Negrão.

Aos meus queridos professores, que me possibilitaram viagens teóricas, Selvino Assmann e Joana Pedro (a quem também agradeço as contribuições na minha qualificação), Mara Lago (primeira tutora), Luzinete Minella, Hector Leis, Franz Bruseck e Márcia Pompeo (UDESC).

À Liana, Ângelo e Jerônimo, pelo apoio, na Secretaria do Programa, a todas as minhas demandas. À Verônica, entre “Livros e mais Livros”, presente.

Aos profs. Narbal, Bauss, Adriano Nuernberg e Daniela, e ao Cris da Secretaria da Psicologia, por me acolherem e ajudarem como professora substituta. A meus alunos, com quem dividi a alegria do ensino-aprendizagem, particularmente, Carol, Carlos, Erick, Dani, Marcela, Tati, George, Gabriel e Cláudio.

De minhas viagens entre cidades, às profas e interlocutoras feministas Lady Selma Albernaz e Marion Quadros, de quem aprendi, para além do conhecimento teórico e político, a alegria da amizade sincera; À profa. e amiga Carmen Susana Tornquist pela alegria com que empreende cada momento; Ao apoio do prof. Parry Russel Scott, aos participantes do núcleo FAGES-UFPE e à amiga Marcia Longhi; ao amigo e prof. Aécio da UFPB e Ana. Às profas, mestras e amigas Mercês Cabral, Fátima Santos, e Carmen. À profa. Andrea Cornwall pela receptividade e apoio.

Em minhas viagens de trabalho de campo, a Carmen Luis e Clair Castilhos amigas queridas, que me inseriram no campo de Floripa, Simone Diniz, no campo de São Paulo e sempre especial, Estela Aquino, em Salvador, Mariza Correa e Adriana Piscitelli, do Núcleo Pagu – Unicamp; à equipe do CDI da Fundação Carlos Chagas, a Sandra Unbehaum (querida amiga) e Albertina Costa; a Vera Simonetti e à equipe da ECOS e das Católicas pelo Direito de Decidir; à Ana Adeve. Na Paraíba à equipe do Cunchã, a Malu e Gilberta, à amiga Estelizabeth, ao Centro 8 de Março, a Ida do movimento lésbico, às mulheres do Bamidelê e às jovens feministas da Paraíba. A Ana Paula e Fátima, do CDI do SOS Corpo e a sua equipe, em especial a Simone, amiga internáutica; ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, à querida e especial amiga Rosana Lucena, a Jô e seus e-mails de solidariedade, aos amigos e amigas do PAPAI, em especial a Narinha, Benedito e Jorge. Minha saudade, em especial, a Vanete Almeida e à REDELAC, e às amigas Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, por suportarem, comigo, a distância geográfica e afetiva. À amiga Sônia Miguel (entre risadas e bons momentos, aprendizados), a Suely Oliveira, a Telma Gurgel, e a Analba Frasão.

Das casas que habitei, com quem morei com quem dividi anseios e construí sólidas amizades, a Lu – minha irmã – Rosa, Daniel, Bia e D. Lúcia; a Lou Hassmann –

a mama -, Neto e Heitor (sem palavras, somente bons sentimentos da comunidade do Campeche), a Ana Veiga, d. Maura e seu Otávio, A Beta, Marina e Daniel.

Aos amigos em Floripa, Ligia – irmã recifense – Felipe e Cláudia. À turma dos amigos Bi (presença nas horas incertas), Clarete, Pablo, Ângela e Valter, e Julie; à amiga especial Inés e a Danilo; às meninas de Maceió da comunidade da casa verde, em especial a Lulu, Adri e Mari; à Tuma da Biodança, Dalila e Maurizio (e por muito mais), Léo, Isa, Verinha (trocas e orientações) pela dança da vida.

Às mulheres do Essência Dali, Eva, Néia, Bea, Helô, Cida, Tita, Têre, Fabi; a Tereza e a Renée; a todas e a cada uma, em distintos momentos e de maneira singular, pela singeleza do contato com os masculinos e femininos em nossas vidas, e pelas partilhas sobre o processo de escrita.

Às amigas e amigos em Recife, e eternos em meu trajeto, Julia, Mari e Beta (as mulheres, sempre presentes); à minha segunda mãe Conceição; à comadre amiga e irmã Lio, ao meu afilhado querido Diogo e a Marina; ao manos Oscar, Cléo e Luciano Pontes. No Rio, à Felipe e à Ana Luiza (minha querida redatora, que muito contribuiu com sua leitura do texto final). À Sibelle (saudade amiga), em Vitória, e a Ricardo Mélo, entre Belém e Fortaleza, pelos poemas e presença.

Aos amigos em Porto Alegre, entre churrascos e mates, a vista e o pôr-do-sol do Guaíba, trocas teóricas intensas e crescimento de sólidas amizades, o reencontro com Pedro, amigo-irmão, Nascimento; a despedida terrena de Luis Caon da – e com – Luz; a amizade acalentadora e sólida com Sóra-li Fleischer (a quem também agradeço a leitura atenta de um dos capt. da tese) e a partilha com Micael; a alegria de participar com Márcia e Ângelo; o compartilhar de tantas semelhanças com Alinne Bonetti (a quem também agradeço a leitura de meu projeto de qualificação); a presença de Graco, Carol, Paschoal, Helô, e à aproximação com a Profa. Claudia Fonseca e seu núcleo de pesquisa NACI, na UFRGS.

À Minha terapeuta Gabriela Balbinot, com quem tracei uma singular jornada que se iniciou com a história da tese em mim.

Ao meu companheiro e amor, Paulo, de quem aprendi a imensa alegria de compartilhar. Recebi dele o apoio irrestrito em todos, e nenhum a menos, instantes difíceis de minha jornada. À sua família, pais e filhos, pelo carinho e trocas cotidianas.

À Capes pela oportunidade oferecida através da bolsa de doutorado.

Incontáveis eras atrás, num tempo além do início do nosso tempo, um Buddha apareceu à princesa Yeshe Dawa (Lua de Sabedoria), que recebeu dele ensinamentos. Quando, em virtude de suas vastas acumulações de mérito e sabedoria, o pensamento da iluminação suprema despertou dentro dela, os monges daquele reino aconselharam-na a rezar para ter um renascimento com o corpo de homem, pois pensavam que tal corpo constituiria um veículo superior para se alcançar a iluminação.

Yeshe Dawa reconheceu que não existia qualquer realidade intrínseca, quer no corpo do homem, quer no corpo da mulher. Entretanto, diante da ignorância que insistia nessas diferenciações, ela assumiu o compromisso de sempre renascer em forma feminina.

A história da Deusa Tara

Budismo tibetano

Resumo

Este trabalho analisa as tensões, impasses e desafios teórico-políticos no feminismo brasileiro contemporâneo. Sob diversas perspectivas a bibliografia disponível sobre os vários feminismos que estiveram presentes no Brasil a partir de 1975 nos encaminham para compreender o mesmo como sinônimo do movimento, atribuindo-lhe um caráter generalizante (ZUCCO, 2006, SOIHET, 2006). Para tratar do feminismo brasileiro de uma perspectiva distinta, utilizo-me da noção de campo, em diálogo com Lia Zanotta Machado (1994 e 1998) e Marlise Matos (2005) que a discutem a partir da idéia de campo bourdiano. Para efeitos analíticos, compreendi o campo feminista a partir da construção de três categorias, que denominei de “esferas feministas” da academia, do movimento e do governo, consciente de que as mesmas se interligam e imbricam. Ao considerar que o campo feminista possuía claramente estes três âmbitos, pude percorrê-los com mais clareza, e buscar em cada um deles suas especificidades, tensões internas e interfaces com os outros dois. Para analisá-los focalizei importantes espaços de debate e construção de idéias e ações do campo. Dentre estes, elegi, a partir de uma perspectiva etnográfica, os grandes encontros nacionais acadêmico, governamental e do movimento feminista, entre os anos de 2004 e 2006, enquanto eventos paradigmáticos, com ênfase nas falas e outras manifestações narrativas (PEIRANO, 2001). Cada um dos encontros foi analisado em três capítulos distintos, divididos a partir das categorias arbitrárias do movimento, do governo e da academia, orientando as análises sobre cada uma destas esferas, de forma a expressar tanto as suas particularidades quanto suas imbricações. Algumas das questões feministas que enumerei circulavam em torno de conceitos como igualdade, direitos, autonomia, democracia e constituição de sujeitos políticos. Dentre as tensões mais aparentes estavam a disputa por legitimidade dos sujeitos políticos, por pautas específicas dos distintos segmentos, e a questão da militância na academia, desvelando o debate sobre fazer (ou não) ciência engajada. Se por um lado, há uma disputa por hegemonia no campo (LACLAU E MOUFFE, 1985), os caminhos e argumentos utilizados são contingenciais (BUTLER, 1998). O estatuto do sujeito, discutido de maneira ampla, e fonte de disputas teóricas – pós-modernas, pós-estruturalistas e modernas – reverbera no debate feminista, nas três esferas, de formas específicas e inter-relacionais. Além disso, o paradoxo da diferença sexual continua sendo utilizado nas argumentações em prol de cidadania para as mulheres (SCOTT, 2002).

Palavras-chave: Estudos Feministas, Campo Feminista Brasileiro, Estudos de Gênero, Movimento Feminista, Encontros Feministas.

Abstract

This paper examines the tensions, impasses and political-theoretical challenges in the Brazilian contemporary feminism. Under various perspectives the literature available on the various feminisms that have been present in Brazil since 1975 leads us to understand it as a synonym of the movement, giving it a generalizing character (ZUCCO, 2006, SOIHET, 2006). To deal with the Brazilian feminism in a distinct way, I use the concept of field, in dialogue with Lia Zanotta Machado (1994 and 1998) and Marlise Matos (2005) which discuss this from the idea of a “Bourdieu” field. For analytical purposes, I understood the feminist scope from the construction of three categories, which I named “feminist spheres” of the academy, the movement and the government, aware that they imbricate and interconnect. When considering that the feminist field had clearly these three areas, I could see them with more clarity, and seek in each one their specificities, internal tensions and interfaces with the other two. To analyse them I focused important space for debate and construction of ideas and actions of the field. Among these, I elected from an ethnographic perspective, the major national meetings academic, government and the feminist movement, between the years of 2004 and 2006, while paradigmatic events, with emphasis on the conferences and other narrative events (PEIRANO, 2001). Each one of the meetings was discussed in three separate chapters, divided from arbitrary categories of the movement, the government and the academy, orienting the analyses on each of these spheres, in order to express both their peculiarities as their imbrications. Some of the feminist issues that I listed circulated around concepts such as equality, rights, autonomy, democracy and formation of political subjects. Among the most apparent tensions were the dispute on legitimacy of political subjects, for specific guidelines to distinct segments, and the issue of militancy in the academy, unveiling the debate on doing (or not doing) engaged science. If in one side, there is a dispute for hegemony in the field (LACLAU and MOUFFE, 1985), the paths and arguments used are contingencies (BUTLER, 1998). The status of the subject, discussed in ample ways and source of theoretical disputes – modern, post-modern and post-structuralism – reverberates on the feminist debate in the three spheres, by specific and inter-relational forms. Moreover, the paradox of sexual difference is still used in arguments in favor of citizenship for women (SCOTT, 2002).

Keywords: Feminist Studies, Brazilian Feminist Field, Gender Studies, Feminist Movement, Feminist Meetings.

Résumé

Cette thèse analyse les tensions, les impasses et les défis théoriques et politiques dans le féminisme brésilien contemporain. Alors, le travail examine les diverses perspectives de la littérature féministe produite depuis 1975 au Brésil, qui comprend, par exemple, les féminismes comme synonyme du « mouvement » (ou « militância ») et ce dernier comme une chose possible d'être généralisée (ZUCCO, 2006, SOIHET, 2006). Sous une perspective différente, j'utilise la notion bourdienne de « champ » discutée par Lia Zanotta Machado (1994, 1998) et Marlise Matos (2005). Ainsi, j'ai divisé le champ féministe sous trois sphères : l'université, le mouvement et le gouvernement – tous les trois sphères considérées comme complémentaires. Cette classification (qui est arbitraire) a été profitable pour comprendre les particularités de chaque sphère, grâce aussi à la notion de la méthode ethnographique. Sur la méthode et mes objets (PEIRANO, 2001), j'ai choisi observer et analyser les discours et les narratives des principales réunions féministes brésiliennes, entre 2004 e 2006, qui à mon avis son susceptibles d'être considérées comme « événement emblématique ». Et plus : les réunions ont été examinées en trois chapitres distincts, partagés par catégories arbitraires du mouvement, du gouvernement et du monde universitaire. En ce qui concerne à certaines des questions féministes, je les ai énumérées comme vinculées aux notions de l'égalité, de la diversité, de l'autonomie, de la démocratie, qui sont liées à la production des sujets politiques. Pour conclure, des questions telles que "ce qui unit et ce qui divise les femmes?", ont été faites et placés dans le chemin de cette thèse.

Mots-clés: Études Féministes, Champ Féministe Brésilien, Études de Genre, Réunions Féministes.

ÍNDICE

RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
RÉSUMÉ	X
1. Introdução	13
Caminhos e descaminhos na construção do objeto de pesquisa: O feminismo no Brasil contemporâneo	
Sobre as implicações de pesquisadora na etnografia de encontros “familiares”	30
2. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: olhares e reflexões pós 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe.	39
2.1. Questões em torno de um projeto feminista societário	41
2.2. Os percursos dos Encontros Feministas como <i>ethos</i> de formalização e consolidação do movimento.	49
2.2.1. Situando o contexto	49
2.2.2. Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe: sua importância no cenário feminista.	61
2.3. As tensões e os caminhos do(s) ativismo(s) feminista(s) na contemporaneidade.	74
	75
2.3.1. O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe como momento paradigmático das tensões do(s) sujeito(s) político(s) do feminismo	
2.3.1.1. O 10º Encontro Feminista e suas especificidades.	75
2.3.1.2. Algumas indagações ou em torno das especificidades na agenda do 10º Encontro.	78
2.4. Sintetizando...	113
3. A esfera do governo no campo feminista: a cidadania das mulheres nas políticas públicas	119
3.1. Embates públicos em prol da cidadania das mulheres: o sufrágio, a constituinte de 1988 e a lei de cotas para mulheres nos partidos políticos.	124
3.1.1. Os Conselhos de Direitos das Mulheres	130
3.1.2. Contexto atual: a criação e/ou consolidação de órgãos e cargos públicos no contexto democrático.	135
3.2. O contexto sócio-cultural na virada do século XXI: A Plataforma Política Feminista, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e as primeiras Conferências de Políticas para as Mulheres.	138
3.2.1. As eleições presidenciais de 2002.	140
3.3. As feministas e os feminismos nas Conferências e Encontros.	144
3.3.1. A Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres em Santa Catarina.	144
3.3.1.1. Algumas notas introdutórias ao processo	144
3.3.1.2. A Conferência Estadual de Políticas para Mulheres de Santa Catarina	147
3.3.1.3. Os temas: prioridades e exclusões	151
3.3.1.4. Questões políticas centrais	158
3.3.2. A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	167
3.3.2.1. Os temas	169
3.3.2.2. Questões políticas centrais	177
3.3.3. O Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências	183
3.4. Sintetizando...	193

4. A esfera acadêmica feminista: tensões entre teorias e práticas, saberes e políticas	196
4.1. A esfera acadêmica feminista brasileira	198
4.1.1. Contextualizando: as tensões dentro do campo das teorias e dos estudos Feministas e de gênero	198
4.1.1.1. O feminismo no contexto geral do campo acadêmico	201
4.2. O debate sobre mulher, gênero, feminismo e ciência	211
4.3. Os encontros sobre gênero e Universidade: o que eles têm a dizer sobre o campo acadêmico contemporâneo	222
4.3.1. O Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas	223
4.3.2. O Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre relações Sociais de Gênero	227
4.4. Os encontros acadêmicos na década de 2000 e sua importância para a esfera acadêmica no campo feminista	235
4.4.1. O I Seminário Internacional - Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina.	237
4.4.1.2. Os eixos analíticos	239
4.4.1.2.1. As preocupações que permaneceram desde a década de 1990	239
4.4.1.2.2. As novas questões ou demandas na virada do século	248
4.4.2. O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7	252
4.4.2.1. Os eixos analíticos	255
4.4.2.1.1. As preocupações que permaneceram desde a década de 1990	255
4.4.2.1.2. As novas questões ou demandas na virada do século	262
4.5. Sintetizando...	268
5. Considerações finais	273
Encontros (e Desencontros) do Campo Feminista Brasileiro	
À guisa de conclusão...	275
6. Referências bibliográficas	279

1. Introdução

Caminhos e descaminhos na construção do objeto de pesquisa: o feminismo¹ no Brasil contemporâneo

Esta tese tem início a partir de um olhar de dentro que, aos poucos, foi constituindo um objeto de estudo: o feminismo brasileiro contemporâneo. Este, por sua vez, parte da minha trajetória como militante feminista e pesquisadora, através de minha experiência (SCOTT, 1999b) e de momentos significativos, apreendidos em pesquisa de campo, como os que pretendo narrar.

Nas palavras de Joan Scott (idem)

Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação [...] é, não a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar [...] interroga os processos pelos quais os sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história [...] e abre novos caminhos para se pensar a mudança (SCOTT, 1999b, p. 48).

Ao relativizar a **experiência** e trazer distintos significados atribuídos à mesma, a autora situa a importância dela na constituição de um objeto de investigação, chamando atenção para o fato de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, idem, p. 27). Dessa forma, estar atenta a minha própria experiência, assim como a de minhas interlocutoras, é meu ponto de partida. Com isso, busco situar a experiência e tornar visível a atribuição de posição de sujeitos, no sentido de tentar compreender as operações dos complexos e mutáveis processos discursivos que os constituem (SPIVAK s/d in SCOTT, 1999b, p. 40). Pretendo realizar este percurso através de alguns relatos de “encontros” e outros “desencontros”.

¹Neste texto, optei, na maior parte dos trechos, por trazer o termo ‘feminismo’, no singular, sendo que a complexidade de tendências deve ser lembrada, ainda que de forma implícita. É importante ressaltar a diversidade dentro do movimento feminista e os diversos feminismos que coexistem mutuamente. Dentre as formas de pensamento feministas, encontramos o feminismo marxista, o feminismo liberal, o ecofeminismo, dentre outros. Também é comum denominar o feminismo como feminismo da igualdade ou feminismo da diferença. Para maiores detalhes ver autoras como Marion Quadros (2001), Joan Scott (2002), Joana Pedro (2006), Rachel Soihet (2006), Maise Zucco (2006), dentre outras.

O primeiro destes foi o que tive com “Duda”, numa incursão pelos pampas gaúchos, em uma manhã de sol tímido, pelas estradas deste imenso país. Duda estava lá, no ônibus, fazendo o mesmo trajeto que eu, entre cidades e estados. Ela, a criança, disse-me ter três anos, juntando seus dedos pequenos e gorduchos. Um sorriso lhe iluminava o rosto enquanto aguardava minha próxima pergunta, início de uma amizade de estrada entre uma mulher adulta e uma criança, tentativa de diminuir o tédio de uma viagem de ônibus. Mais que isto, Duda me forneceu, de seu lugar de entendimento da vida, elementos para pensar minhas questões de pesquisa – e de vida, em especial a vida acadêmica que se apodera de nós, doutorandas e doutorandos, nestes dias de escrita de tese.

Antes de saber seu nome, Duda me atraía como uma criança esperta e animada, pois corria pelo ônibus e parava em minha poltrona, com vontade de conversa. Então fiz a primeira pergunta que fazemos a qualquer criança, no primeiro encontro: “como te chamam?”, ao que ela silenciou, um pouco ressabiada. “Tudo bem, como teus pais te chamam?” Desta vez, veio a resposta: “Duda”. Eu e ela iniciamos um diálogo, no qual falamos sobre fatos da viagem e sobre a distância entre as cidades. A pergunta recorrente de Duda era “onde fica Rio Grande?”. Ao que eu tentava responder apontando montanhas e a estrada e dizendo que a cidade ainda estava longe. Mas a pergunta saía da boca de Duda recorrentemente. Essa era a maior preocupação da criança: saber quando chegaria à cidade de seu destino. Enquanto isso, eu me questionava sobre qual era minha pergunta recorrente. Aquela que eu não fazia diretamente a Duda, mas buscava em cada ação da criança. “Seria Duda uma menina ou um menino?”. Esta era a minha questão naquele momento.

Suas roupas eram vermelhas, Duda vestia um agasalho do time de futebol Internacional. Perguntei a ela, a criança, sobre futebol e, do alto de seus três anos, ela me ignorou. Então pensei: isto me diz algo? Será Duda uma menina por isto? Claro que não, os costumes e as ações cotidianas estão em transformação. Futebol deixou de ser “coisa de homem” há, pelo menos, mais de 20 anos. Duda volta a correr pelo ônibus e me persegue a questão “por que necessito classificá-la como tal?”. Fará diferença em nossa relação, neste ônibus, o fato de Duda ser menino ou menina? Apesar de me interpelar desta forma, persisti na indagação e na recorrência, quando Duda voltou, após correr mais um pouco e conversar rapidamente com uma senhora duas poltronas a frente da minha, e me disse: “minha camisa de dentro tem linhas que estão caindo, vou puxá-

las”. Duda estava com uma camisa de manga e gola alta, por dentro do agasalho, também vermelha, com fios prateados que caíam, discretamente. Então, a pergunta que me perseguia (ou eu a perseguia) retornou: esta camisa poderia ser usada por um menino ou uma menina, entretanto com fios prateados, talvez não... “Será Duda uma menina?”. Que coisa irritante, pensei, Duda era uma criança, conversava comigo, ponto! Mas ainda permaneci nisto: Duda tinha cabelos na altura do ombro, que caíam em sua testa. Talvez, um corte ‘feminino’, mas não exatamente, já que muitos garotos também usam cabelos longos...

Então comecei a me questionar por que eu não conseguia me livrar daquela pergunta. Minha questão de tese estava presente nas ações cotidianas²: ser identificada como mulher ou homem traz definições subjetivas, mas também políticas, para indivíduos e grupos. Duda, enquanto sujeito individual, seria atravessada por este significante, mas também as mulheres poderiam se reconhecer enquanto grupo através dele. Portanto, o termo “mulher” demarcaria questões individuais e grupais que começavam a me intrigar, a partir do momento em que questionei meu encontro com Duda.

Se, ao pensar sobre Duda e sua relação com o feminismo, aparecia o par homem/mulher, este diálogo lembrou-me que ser identificado como um ou outro demarca formas de constituição que, por sua vez, levam a desigualdades e/ou acessos à cidadania muito próprios. Esta preocupação atravessa o meu objeto de estudo.

Continuei conversando com Duda, até que meu destino final chegou, enquanto ela permaneceu no ônibus. Na atribulação de pegar mochilas, de pessoas se empilhando no corredor, ansiosas por descerem, perdi a chance de me despedir da criança que me acompanhou na viagem. Prossegui meu caminho, sem “saber” da resposta sobre aquele sujeito. Embora soubesse que, para mim, foi importante abrir mão da busca de resposta para minha pergunta, ainda assim sabia que, para Duda, essa questão iria demarcar sua forma de estar no mundo, de alguma maneira.

² Ou ações do cotidiano, atividades que são vivenciadas rotineiramente e, por este motivo, são tomadas pelos indivíduos como dadas a priori ou naturalizadas como verdades absolutas. Ao serem observadas com mais detalhe, entretanto, seu conteúdo sócio-cultural é desvelado e é iniciada a jornada de “reconhecimento” dos processos pelos quais os fatos sociais são construídos e tornados cotidianos (SEARLE, 1995). A incursão pelo meu objeto de estudo revelou-me as tensões em torno da cotidianidade dos fatos, que ao serem analisados socialmente podem revelar meandros e constituições de interesse ao estudo dos fenômenos sociais.

Duda torna-se sujeito “ocupando posições de assujeitamento³” no mundo, a partir da identificação da pergunta recorrente “será menino ou menina?”, mas também da outra pergunta, a da criança, que era “onde fica o Rio Grande?”. Ou seja, Duda é atravessada por discursos que a constituem enquanto sujeito no mundo, um mundo generificado, mas também situado temporal e espacialmente. A minha pergunta recorrente sobre a relação sexo/gênero⁴ se complementa às próprias preocupações da criança, em sua pergunta – onde ela está situada e em que contexto de fala, de lugar e de tempo se encontra.

Duda me lançava de seu lugar de discurso e ação, questões frente as quais eu não poderia deixar de considerar. Primeiro, como expus acima, Duda me inquiria ao me lançar a dúvida sobre se era uma menina ou um menino, sobre a legitimidade da ocupação de um lugar de discurso. Segundo, Duda me revelava o quanto eu, de meus lugares de ocupação de posições de sujeito, como pesquisadora e militante, estava atravessada pelas normatividades discursivas do sexo/gênero, visto que caí em minha “própria cilada”. Ou seja, eu me vi impregnada pelo marcador, de forma tal que não escapei dessa ordem normativa que é, eminentemente, uma ordem performativa de gênero (BUTLER, 1998), que se concretiza na sua repetição e que aparece através de minha posição de significante de Duda, através de minha pergunta recorrente.

Terceiro, ao colocar no centro de minhas indagações a pertinência e, mais que isso, a “invenção” de um lugar discursivo, Duda me remeteu às minhas próprias interlocutoras e aos embates que o campo feminista⁵ coloca atualmente.

Algumas das questões feministas, as quais enumerarei nas próximas linhas, circulam em torno de conceitos como igualdade e diferença, equidade, direitos,

³ Este termo é cunhado por Michel Foucault ao discutir sobre a constituição dos sujeitos no mundo. Segundo o autor (FOUCAULT, 1994) os indivíduos são atravessados por leis e pelo poder de forma tal que não têm a possibilidade de serem completamente livres em suas decisões, já que as mesmas prescindem de decisões sociais. Os sujeitos são, portanto, “assujeitados” em seu processo de constituição.

⁴ O debate sobre a relação entre sexo e gênero é ponto de partida de vários debates feministas, teóricos, metodológicos e ativistas. De uma forma geral, a diferença sexual, conceito que demarcou as lutas feministas e que acionou a percepção de que existem desigualdades específicas sofridas pelas mulheres, pelo fato de serem denominadas como tal, se baseou no sexo corpóreo, e separava nitidamente opressor e oprimido. O gênero começa a ser utilizado em meados do século vinte, e traz uma virada para o debate, por tratar a questão do poder e da desigualdade como relacional (SCOTT, 1986, BUTLER, 2003, STRATHERN, 1988, dentre outras). Nestes termos, em última análise, também entre as próprias mulheres existem desigualdades.

⁵ Utilizo o termo a partir da noção de campo bourdiano. Tratarei mais abaixo deste, tendo como base os estudos e usos de duas feministas brasileiras: Lia Zanotta Machado (1998 e 1994) e Marlise Matos (2005).

autonomia, democracia e constituição de sujeitos políticos⁶. Perguntas como “o que une e o que separa as mulheres?” transversalizam o percurso desta tese.

Se o encontro com Duda retrata questões em torno do sexo/gênero, anunciando que o fato de se constituir enquanto mulher acopla-se a desigualdades sociais e culturais de gênero, outro encontro também demarca as mesmas questões, mas de um outro lugar, o encontro com o movimento feminista brasileiro. Enquanto o primeiro reflete a temática a partir de questionamentos individuais, o segundo reivindica que estes mesmos questionamentos podem se organizar em torno de questões coletivas, em um movimento. Joan Scott (2005) discute sobre o enigma da diferença – que, no caso das mulheres, é demarcadora das desigualdades de gênero – a partir do debate sobre a tensão entre indivíduos e grupos no tocante a direitos. A autora comenta que a questão se coloca a partir da forma como os grupos se organizam em torno de um significante que os identifique e una. Ao se identificar como mulher, por exemplo, esta não é a única coisa que uma mulher é⁷, mas certamente será a mais evidenciada na busca por direitos grupais.

A questão foi, paulatinamente, se deslocando do contexto individual – sujeitos específicos atravessados pelo gênero, e “Duda” como exemplo desse fenômeno – para o espaço grupal, entendido e constituído como “campo feminista”, a partir de meu segundo encontro: com o movimento feminista. Os movimentos sociais têm a característica de evidenciar uma questão individual, tornando-a, gradativamente, uma preocupação grupal. Esta condição de possibilidade é que permite a assunção e organização dos mesmos (SCHERER-WARREN, 2000, MELUCCI, 1991). Portanto, o significante que une é demarcado claramente e, a partir dele, configuram-se as estratégias políticas de acesso à cidadania. No caso do feminismo o significante recorrente foi, e ainda é, o termo “mulher”, que, por sua vez, engloba a percepção de que há uma diferença sexual na qual se funda a desigualdade de gênero (SCOTT, 2002 e 2005). Mas, antes de adentrar nesta questão teórica, gostaria de retomar a linha argumentativa a partir do meu segundo encontro, aquele com o movimento feminista do Nordeste do Brasil e, logo em seguida, o brasileiro.

⁶ Observarei estes conceitos mais abaixo.

⁷ Judith Butler também discute esta questão, sobre a qual debruço-me nas próximas páginas.

“Encontrei” as feministas brasileiras no início de meu percurso profissional, quando fazia meu mestrado em letras e lingüística na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e trabalhava com homens jovens. Logo este trabalho institucionalizou-se: fiz parte da criação, junto com outros homens e mulheres, da ONG PAPAI, situada em Recife, Pernambuco. Lá, organizando projetos, realizando pesquisas e oficinas com homens, deparei-me, pela primeira vez, com a extensão dos estudos sobre gênero, feminismo e masculinidade. Foi a partir da perspectiva feminista que trabalhei com os homens jovens e, mais tarde, iniciei a militância⁸ no Fórum de Mulheres de Pernambuco⁹, lugar no qual me defrontei com a linguagem e o ativismo feminista.

Dois anos mais tarde, assumi a coordenação do Fórum e pude vislumbrar as primeiras problemáticas internas do movimento, que denominei de “questão em torno do sujeito político-feminista”. Sendo, portanto, uma mulher feminista que trabalhava com o público masculino, foram se configurando, para mim, tensões em torno da própria identidade feminista e dos posicionamentos feministas frente ao espaço atual de ações junto aos homens, tendo ou não estes como parceiros. De maneira mais contundente, elas se colocaram em três momentos específicos junto ao Fórum de Mulheres de Pernambuco. O primeiro deu-se com o convite ao PAPAI para compor, durante dois anos, a coordenação colegiada do fórum. Nesse momento, indagações foram feitas quanto à legitimidade de uma instituição que trabalhava com homens – e que se chamava “papai” – assumindo a coordenação de um espaço forte de ativismo político-feminista. O segundo deu-se em uma reunião ordinária do Fórum onde se discutia a formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual iria se constituir em 2003. Através da discussão sobre a própria estruturação do conselho, vários princípios feministas apareceram ali: a democratização das relações, a participação ativa da sociedade civil, os locais e representações importantes que comporiam o conselho. Então surgiu a questão: seria possível homens terem assento neste conselho? Em que medida estariam retirando espaço das mulheres e dando-os de volta a estes homens, espaços estes que foram conquistados a duras penas e que ainda

⁸ Militância será usada nesta tese como sinônimo de atuar politicamente em algum movimento social organizado. O termo será confrontado, posteriormente, em função do lugar de ocupação de quem o utiliza, ou seja, destacarei a questão sobre militar na academia, particularmente, e como esta atividade se dá. Também utilizarei ativismo como sinônimo de militância.

⁹ Os Fóruns de Mulheres são articulações de grupos de mulheres que se organizam nos estados brasileiros. Os diversos fóruns se agregam em torno de uma rede chamada Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Detenho-me neles no primeiro capítulo da tese.

continuavam sendo galgados? Algumas feministas diziam "é melhor 'pecar' por falta e continuar com o que conquistamos até então..." E a pergunta era refeita: "estes homens, poucos homens, que se apresentavam dizendo-se aliados não deveriam sentar-se à mesma mesa e participar conosco?" Ao final, foram enviadas considerações ao movimento feminista nacional a este respeito, informando que se havia discutido bastante e que não se tinha ainda uma posição fechada, nem consensual, o que significava que a representação no conselho continuava sendo composta unicamente por mulheres.

O terceiro momento também tratava da representação interna do movimento, desta vez no tocante às próprias mulheres que o compunham, evidenciando, pela primeira vez, para mim, as diferenças internas quanto ao significante "mulher". Negras, lésbicas, domésticas, rurais, mulheres que se uniam em um mesmo movimento, mas que nem por isso deixavam de ressaltar uma dupla militância, fruto de outras desigualdades que se somavam à de gênero. Este fato levou-me a perceber as diferenças internas e as disputas que se faziam em torno destas, assim como os discursos produzidos sobre quem pode falar por quem no movimento e sobre a legitimidade dos mesmos – se brancas poderiam falar e representar negras, ou se urbanas poderiam representar rurais etc.

Para autoras reconhecidas na literatura ocidental sobre Estudos Feministas, como Rosi Braidotti (1989), Judith Butler (2003 e 2005), Chantall Mouffe (1999a e 1999b), dentre outras, colocou-se uma polêmica nos espaços de constituição de identidades e identificações feministas – os sujeitos políticos do feminismo - quanto à retomada da discussão política sobre o termo "mulher", uma vez que este termo remete a uma identidade comum. Segundo Butler (2003), a pergunta "Eu sou aquele nome?" é gerada pela possibilidade dos múltiplos significados do nome, ou seja, essa designação nem sempre se constitui de maneira coincidente nos diferentes contextos culturais e históricos, além do fato de a mesma estabelecer intersecções com categorias tais como raça/etnia, classe, sexo, geração.

O debate sobre as diferenças no interior do Feminismo foi discutido enfaticamente durante a década de 1990, no eixo norte do globo. Autoras como Avtar Brah (2006 e 1993), Joan Scott (2002 e 2005), Judith Butler (2003) Gayatri Spivak (1998), Rosi Braidotti (1998), dentre outras, discutiram, a partir de distintos ângulos, as

questões em torno da unidade do movimento feminista. Os argumentos principais reconheciam que a categoria “mulher” não é unitária e propunham assumir as diferenças internas como caminho na construção de uma categoria unificadora. Entretanto, os desdobramentos tensionavam-se entre separar ou não a produção teórica feminista sobre o tema. As favoráveis argumentavam que o debate político necessita de um retorno a uma “estratégia essencialista” (BRAIDOTTI, 1998), a qual se apoiaria na existência de uma diferença sexual e no significante “mulher” como aporte das ações. As contrárias (BUTLER, 2003 e 2005, HARAWAY, 1991) argumentavam que havia uma fragmentação de corpos e subjetividades que possibilitavam ao significante “mulher” flutuar em diversas possibilidades subjetivas¹⁰.

Além dessas questões, outras se fizeram ao participar dos espaços de articulação no Fórum de Mulheres. Entre elas, os debates sobre autonomia e democracia do movimento. No Fórum, eles surgiram como reflexo de debates nacionais feministas que decidiam sobre a representação de mulheres para comporem espaços de decisão em encontros feministas nacionais. Naquele momento foi questionado se mulheres não institucionalizadas e, portanto, denominadas “autônomas” que não representassem um grupo de mulheres ou ONG, poderiam estar nestes espaços decisórios. O argumento naquele momento era o de que aquelas que representavam um grupo dentro do Fórum teriam mais legitimidade de representarem, por sua vez, o próprio Fórum em âmbito nacional.

O embate ampliava-se no tocante a outras mulheres: feministas que ocupassem espaços de gestão pública. Sua participação no Fórum de Mulheres colocava em xeque a autonomia do movimento e o processo democrático governamental, posto que a separação clara entre movimento e governo garantiria, segundo as feministas, a legitimidade de ambos os processos.

Ao “experimentar” e “falar” de feminismo e sobre o movimento feminista, percebi sua complexidade interna e quis estudá-la cada vez mais, aliando meu interesse em compreender que, ao mesmo tempo em que o feminismo alterou a realidade social – através da abertura às mulheres da cidadania e depois da conquista pelas mesmas do espaço público – também possuía uma alteridade interna. Entendo que o feminismo

¹⁰ No primeiro capítulo discuto este argumento através de alguns exemplos de campo, dentre eles o da participação de transgêneros no movimento feminista brasileiro.

brasileiro na atualidade é identificado de maneira homogênea na literatura e no próprio campo, apesar de também ser comentado, concomitantemente, que há diversas especificidades internas. Que especificidades são estas e que importância o estudo delas pode trazer ao campo feminista?

Evidenciar a existência de múltiplos feminismos, rompendo com uma visão homogeneizadora acerca dos mesmos, constituiu-se parte importante de meu objetivo. Sob diversas perspectivas, a bibliografia disponível sobre os vários feminismos e grupos de mulheres que estiveram atuando no Brasil a partir de 1975 nos encaminha para o debate sobre o feminismo como sinônimo do movimento e com uma produção que, em sua grande maioria, trata do país de uma forma geral. Uma parcela considerável desta produção bibliográfica não discorre sobre as especificidades das diversas localidades brasileiras, atribuindo um caráter generalizante de “movimento feminista brasileiro” às mobilizações e grupos formados nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo (ZUCCO, 2006; SOIHET, 2006).

Ao discutir sobre o feminismo brasileiro, portanto, pensava o mesmo ou a partir das ações do movimento ou das teorias e métodos acadêmicos dos estudos sobre gênero. A crítica a essa visão polarizada foi que me levou, de forma definitiva, ao encontro de minha questão de tese: analisar as tensões, impasses e desafios teórico-políticos no feminismo brasileiro contemporâneo.

Uma questão aparentemente tão ampla exigia alguns recortes analíticos. Dessa forma, construí, a partir de minha imersão no trabalho de campo¹¹, a categoria que denominei de “três esferas feministas”: a acadêmica, a do movimento e a do governo. Consciente de que as esferas, por sua vez, interligam-se e imbricam-se, ainda assim as dividi para efeitos analíticos e considero que esta escolha auxiliou o percurso que segui a partir deste momento, na busca de constituição de meu objeto de estudo. Para a separação das esferas, utilizei o critério institucional baseada, fundamentalmente, em quem organiza os encontros feministas, arenas de debate sobre o campo¹², embora existam participantes das três esferas circulando em cada um destes. Ao considerar que o feminismo brasileiro compunha-se a partir destes três âmbitos, pude percorrê-los com mais clareza e buscar em cada um deles suas especificidades, tensões internas e

¹¹ Minha escolhas e percursos metodológicos são explicados mais abaixo.

¹² Os encontros foram os espaços nos quais realizei meu campo. Nos próximos parágrafos detenho-me detalhadamente a esta questão.

interfaces com os outros dois. Não são âmbitos estanques, pois se interconectam e se sobrepõem. Não há uma linearidade, tampouco uma simetria em cada um. As dinâmicas são distintas, com sentidos e formas diferentes de constituir suas pautas de organização. Além disso, há participantes das três esferas em cada uma delas, interagindo de acordo com a dinâmica e a linguagem própria à academia, ao movimento e ao governo. Entretanto, para fins de análise, cada uma delas é analisada separadamente. A tensão entre as três esferas faz-se presente, evidenciando a interface das mesmas.

Por que estudar sobre o feminismo a partir dessa perspectiva? Que implicações podem ter para as reflexões teórico-políticas?

Por um lado, porque não há estudos que tenham unido hoje, no Brasil, a problemática da composição do campo, mapeando o mesmo a partir de seus espaços mais consolidados: o movimento feminista que impulsionou as ações e diálogos com o governo, alçando políticas públicas para as mulheres, mas também um espaço concreto de ocupação das feministas na gestão pública; assim como o crescimento e posterior consolidação de um espaço na academia brasileira. O mapeamento do campo não pôde ser realizado sem considerar os aspectos sociais e econômicos pelos quais o país atravessa e que interagem com as buscas e anseios político-feministas.

Ao considerar que o campo feminista não é amorfo, deparei-me com esta questão de forma tal que pudesse olhar, sob diferentes âmbitos, o feminismo na academia, no governo e no movimento. A necessidade deste olhar evidenciou-se na medida em que avançava nos estudos e no contato com o campo, deixando perceptível que o mesmo carecia de uma sistematização, ainda que inicial e não extensiva, nem completa¹³. Afinal, o olhar do observador é tomado a partir de seu contexto discursivo e lança sempre a possibilidade de outros vieses (BEAUGRAND, 1997).

Os trabalhos e a literatura existentes sobre feminismo no Brasil não abordaram, até o presente momento, o campo feminista dividindo-o da forma como proponho. Articulo a proposta do estudo das esferas feministas a partir da noção de campo, em diálogo com Lia Zanotta Machado (1998 e 1994) e Marlise Matos (2005) que a utilizam a partir do conceito de campo bourdiano. O conceito de campo complementa o de

¹³ Apesar de saber da falácia que estes termos trazem, posto que o olhar do observador, assim como o contexto observado, são factíveis de diversas interpretações, busquei, ainda assim, ampliar e tornar o estudo o mais completo e complexo possível (BEAUGRAND, 1997).

habitus, pois, para Bourdieu (2001), o campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, espaço este sempre dinâmico e com uma relação que obedece a leis próprias, animadas sempre pelas disputas ocorridas em seu interior e cujo móvel é, invariavelmente, o interesse em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes. Tanto Machado (1998 e 1994) quanto Matos (2005) utilizam-se dessa noção para discutir sobre o campo dos estudos de gênero. Em contrapartida, proponho o uso deslocando-o para a arena concreta das ações feministas e de seus sujeitos políticos.

Machado (1994), em seu texto “Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero”, compara o campo a partir de estudos no Brasil, Estados Unidos e França. E no texto “Gênero, um paradigma?” (MACHADO, 1998) afirma que há, nos estudos de gênero, uma participação em um mesmo campo intelectual, com reconhecimento de um campo de interlocutores que, não necessariamente, necessitam compartilhar de um corpo teórico-epistemológico (MACHADO, 1998, p. 111-112). Enquanto isso, Matos (2005), em sua exposição na mesa “Repensando as Redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina¹⁴, argumenta que o gênero deveria ser conceituado como um campo e não como uma categoria. Além disso, aponta para a existência de uma profunda polifonia nesta arena, pois o gênero esteve funcionando como “eixo aglutinador de imensas reflexões teóricas” (MATOS, idem).

Outras autoras procuraram classificar o campo feminista, dentre elas, Sônia Miguel e Miriam Grossi (1998). As mesmas identificaram os grupos e as articulações feministas que existiam no Brasil, na década de 1990. Ampliando a descrição, Sonia Alvarez (2000) abordou o movimento na América Latina e no Caribe. Argumentou que este é composto, atualmente, pela fusão de forças que compõem o cenário da seguinte maneira: redes, ONGs, gestão pública, financiadoras, núcleos de pesquisa. Simone Diniz, em entrevista concedida a esta pesquisa, em outubro de 2005, comenta que no Brasil há uma especificidade que coloca este espaço de confluência com maior força nas ONGs e redes feministas. As autoras descreveram o campo sem, no entanto, densificar e aprofundar cada uma de suas “esferas”.

Parto, portanto, da observação de que o campo feminista, no Brasil contemporâneo pós-década de 1990, é composto por diversos segmentos, a saber:

¹⁴ O referido Encontro é fruto de análise no capítulo três.

mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres rurais, mulheres indígenas, mulheres deficientes, mulheres jovens. Neste contexto, redes feministas nacionais e transnacionais, feministas acadêmicas e feministas nos espaços governamentais vêm complementar esta configuração, aliadas à institucionalização do movimento que ocorreu na década anterior – entre 1985 e 1995 – , demarcada pelo advento das ONGs, já citado por autoras como Sonia Alvarez (1999) e Ilse-Scherer –Warren (2000). Esses segmentos, por sua vez, agregam-se em torno das três esferas feministas – a do movimento, a do governo e a da academia.

O campo feminista, trabalhado tal qual proponho, também abre a possibilidade para identificar especificidades e tensões de cada âmbito ou esfera. Dentre estas, as questões políticas são de especial interesse, tendo em vista que esta preocupação tem o caráter de agregar o debate em torno dos direitos das mulheres, tanto a partir de estratégias do movimento, quanto do governo, alcançando ainda espaço na academia. Tópicos de destaque situam-se em torno das noções de democracia e de autonomia. Chantal Mouffe (1999a e 1999b), Ernesto Laclau & Chantal Mouffe (1985) e Nancy Fraser (2006 e 2002) discutem sobre o espaço democrático ocidental e dois tipos de estratégias utilizadas pelos movimentos sociais na busca da inclusão no mesmo. A primeira destas, chamada redistributiva e utilizada principalmente nas décadas de 1960 e 1970, buscava equalizar as desigualdades de classe na sua relação com outras, como as de gênero. A segunda demarcou um novo momento, pois tomava a identidade que unia os grupos como ponto de partida. A esta se deu o nome de “estratégia de reconhecimento” (LACLAU & MOUFFE, *idem*). O feminismo foi incluído nesta análise por Fraser (2006) que afirma que ao optar por uma destas estratégias fortaleceu-se a identidade feminista, em detrimento das lutas de classe, fruto também de um contexto neo-liberal que atravessava os Estados-nação (FRANCH *et alli*, 2001). Joan Scott (2002 e 2005) argumenta que as estratégias de igualdade e diferença marcaram a história do feminismo ocidental na busca por cidadania nas gestões democráticas. Porém, seja qual fosse a estratégia utilizada, esta tinha como eixo a existência de uma diferença sexual. Este é um paradoxo para o feminismo, pois busca acesso à cidadania utilizando como estratégia o significante que origina a própria exclusão, ou seja, admite que existe sim uma diferença entre as mulheres e os homens e que esta origina a desigualdade.

Estas tensões, que remetem de maneira “espiralada” à discussão da

polarização natureza versus cultura (ROSALDO, 1979 e RUBIN, 1993 [1975]), estão presentes tanto na teoria quanto no movimento feminista ocidental. Apresentam questões sobre igualdade e diferença, dentre as quais se colocam as mulheres enquanto sujeitos políticos em substituição a “mulher”. A opção entre esses dois termos – mulher e/ou mulheres - não se limita ao campo conceitual ou teórico, tendo implicações práticas, inclusive na definição de ações políticas de acesso a direitos. Um exemplo para este debate é que estas questões se imbricam com os espaços de reivindicação de ações e com agendas de acesso à justiça. Estas agendas se inter-relacionam entre posições de sujeitos e/ou identidades, onde corpos e subjetividades se configuram e sujeitos do feminismo se constituem, tendo como consequência pautas específicas e, muitas vezes, diferenciadas entre si, de lutas por equidade.

Todo esse debate vai confluir na questão sobre “universalidade e particularidade”, pois ser sujeito de direitos, até a segunda metade do século XX, baseava-se na idéia iluminista de homem universal. De acordo com esta idéia, “todos” eram idênticos, o que permitia o ideal genérico de igualdade, sendo este o fundamento da democracia moderna. As mulheres, neste cenário, não eram incluídas como sujeitos de direitos, mas sim consideradas como um “outro”¹⁵. O exercício da diferença era permitido no âmbito privado que vinha se construindo a partir da separação entre as esferas da produção e da reprodução – especialmente no século XIX, época da consolidação do capitalismo (SCOTT, 1999a). Na atualidade, mais especificamente após a década de 1990, essa idéia sobre “direito”, tomando um sujeito universal, vem, em contrapartida, sendo utilizada para pessoas cada vez mais particularizadas, sendo esta uma tendência observada também como um fundamento da democracia (MOUFFE, 1999a e 1999b). Sendo assim, há uma tensão entre universal e particular que está presente no acesso aos direitos, em um ambiente democrático (LACLAU & MOUFFE, 1985).

Judith Butler, Ernesto Laclau e Slavoj Žižek (2000) comentam que os discursos sociais e políticos contemporâneos estão permeados por um debate entre a universalidade, ou busca desta, por parte de grupos que almejam acesso e inclusão; ao mesmo tempo em que esta noção de universalidade é ampliada e, portanto, passa a ter um teor de verdade. Os autores lançam estes postulados muito mais como perguntas do

¹⁵ Sobre esta discussão, autoras como Genevieve Fraisse (1996), Michele Riot-Sarcey (1994), dentre outras, são importantes referências.

que como afirmações, posto que acreditam que haja um retorno a um pensamento hegemônico, que deve ser ressaltado e repensado, de forma a se buscar um ideal de democracia radical. Neste campo, o lugar político e teórico do sujeito é pensado em um cenário no qual participam os novos movimentos sociais reivindicatórios de identidades particularizadas – e o feminismo é um destes. Entretanto, os autores colocam algo que gostaria de ressaltar aqui, neste momento. Tratam da importância do discurso na produção destes contextos de ação. Dizem que ao “fazer uma nova reclamação”, ou seja, ao “reclamar” legitimidade de uma identidade específica, o ato de fala reiterativo oferece, assim, a possibilidade – não ainda a necessidade – de privar do discurso estabelecido o controle exclusivo da definição dos parâmetros do universal, dentro da política (BUTLER, LACLAU & ZIZEK, 2000, p. 48).

Além disso, o ato de simbolização se desarma quando percebe que não pode manter a unidade que produz. Assim, a identidade que o nome confere torna-se vazia e este *insight* sobre sua vacuidade produz uma posição crítica sobre os efeitos naturalizantes desse processo de nomear (BUTLER, 2000, p. 34). No mais contundente da argumentação de Judith Butler, a mesma coloca que

De modo similar isto acontece quando pensamos que encontramos um ponto de oposição à dominação e logo nos damos conta de que esse mesmo ponto de oposição é o instrumento através do qual opera a dominação, e que sem querer, fortalecemos os poderes de dominação através de nossa participação na tarefa de nos opormos (BUTLER, *idem*, p. 34).

Este trecho da autora levou-me a refletir sobre a centralidade das perguntas que me fiz a respeito de Duda e de nosso encontro, assim como às questões elaboradas a partir de meu contato com o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Ao fazer estas perguntas – e não outras – posiciono-me e construo uma forma específica de me relacionar com o mundo. Da mesma maneira, no campo feminista brasileiro, perguntas e tomadas de posição específicas estão sendo lançadas e articuladas, de maneira tal que a oposição à dominação (para usar a argumentação de Butler) pode estar se calcando como um instrumento falacioso e dicotômico. É justamente sobre estes interstícios das relações de fala e poder em torno da legitimação de posicionamentos políticos sobre democracia, autonomia e sobre o sujeito político do feminismo que me situo e operacionalizo os caminhos desta tese.

Ou seja, “existe” uma constante negociação em torno do conceito de “mulher”, de “feminista” e, conseqüentemente, de quem é ou quem são os sujeitos políticos legítimos do feminismo. Desse modo, anuncia-se uma disputa de discursos – quem fala pelo campo feminista – e de identidade(s) política(s), ou seja, ocorre a efetivação de ações políticas que ressaltam especificidades e segmentações (MOUFFE, 1999a e 1999b).

Para analisar os três âmbitos feministas – a academia, o governo e o movimento - e suas interfaces foi necessário focalizar importantes espaços de debate e construção de idéias e ações do atual campo feminista brasileiro. Dentre estes, elegi os grandes encontros nacionais acadêmicos, governamentais e do movimento feminista, entre os anos de 2004 e 2006. Trabalhei com as conferências e encontros feministas como eventos paradigmáticos, com ênfase nas falas e outras manifestações narrativas (PEIRANO, 2001).

Elegi a perspectiva etnográfica como possibilidade metodológica que mais me aproximou da realidade cotidiana das três esferas feministas brasileiras, na contemporaneidade. Acompanhei de perto os eventos importantes para o movimento, o governo e a academia e neles realizei observação, conversei com as participantes, recolhi material escrito e documentos, e fiz visitas a sites relacionados aos eventos. Realizei entrevistas complementares com informantes-chaves antes, durante ou após os encontros, buscando aprofundar questões observadas durante os mesmos.

O campo desta pesquisa, aquele em que uma “verdadeira” imersão foi realizada, compreende espaços coletivos de ação feminista, como dito anteriormente: conferências e encontros. Estes são percebidos enquanto espaços nos quais as tensões e conflitos emergem mais claramente. Ao focalizar os eventos em sua especificidade para demonstrar que são momentos de intensificação do que é usual, estes tornam-se espaços privilegiados – verdadeiros ícones ou diagramas – para se detectar traços comuns a outros momentos e situações sociais. A hipótese norteadora é que cada um destes encontros explicita as tensões que ocorrem no atual espaço feminista brasileiro.

O campo feminista se apresentou como um espaço onde se pode experimentar no cotidiano os acontecimentos “acontecendo”. Ou seja, participando de momentos de encontros acadêmicos, governamentais e do movimento pude presenciar os acontecimentos e os embates, as forças dos discursos e dos corpos que ali se

(re)constituem. Os fazeres da política feminista apareceram através das diversas interlocutoras – grupos e movimentos, de suas bandeiras libertárias e plataformas – em seu momento de grande refletir e agir.

Acompanhei os seguintes encontros: a) organizados pelo governo federal – as I Conferências Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres, em Santa Catarina e Brasília, respectivamente, no ano de 2004, e o I Encontro Pensando Gênero e Ciência, em Brasília, no ano de 2006; b) organizado pelo movimento feminista brasileiro – o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em São Paulo, no ano de 2005; c) organizados pela academia – o Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina que aconteceu na capital baiana, em 2005, e agregou outros encontros de redes feministas, entre elas, a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM) e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Ainda dentro dos encontros organizados pela academia, também acompanhei o Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, em Florianópolis, no ano de 2006. Todos estes eventos têm uma importância particular em cada uma das referidas esferas do campo feminista e os acontecimentos dos mesmos agregam grande número de interlocutoras do feminismo nacional e internacional, além de fomentarem decisões, realizarem articulações que orientam as ações feministas no cenário atual brasileiro.

Cada um dos encontros foi analisado em três capítulos distintos, divididos a partir das categorias arbitrárias do movimento, do governo e da academia, orientando as análises sobre cada uma destas esferas feministas e expressando tanto as particularidades de cada uma, quanto suas imbricações.

As experiências de campo nas conferências e encontros passaram por uma imersão nas atividades formais – mesas redondas, “diálogos complexos”, oficinas, plenárias e festas programadas – e informais – conversas, refeições e caminhadas. Essa experiência foi relatada em um Diário de Campo, instrumento que me foi fundamental no momento da análise e na escrita do texto.

No meu percurso de pesquisa de campo eu havia privilegiado, ainda nos anos de 2004 e 2005, visitas e entrevistas a locais: a) que tinham mais visibilidade em termos de discussão, dentro do campo feminista no Brasil – institucionalização nacional deste campo (principalmente a força de ONGs feministas); b) que não estavam no

mainstream nacional. Foram ouvidas as mulheres que compunham o feminismo na atualidade: representantes de grupos de mulheres e feministas que se autodenominavam lésbicas, negras, jovens, acadêmicas, feministas no governo. Também conversei com grupos de transgêneros e de homens que desejavam se incorporar no campo político feminista.

Essa investigação, que tomo como um campo complementar à observação feita nos encontros, foi realizada nas cidades de Recife, João Pessoa (na região Nordeste), São Paulo (no Sudeste), Florianópolis (na região Sul) e Brasília (Centro-Oeste) por terem grupos reconhecidamente fortes e também movimentos que estavam “nas margens” deste campo.

Aliada a estas visitas e entrevistas estava a idealização de contemplar todas as possíveis arestas que a participação nos encontros por ventura trouxesse em seu bojo. Entretanto, aconteceu que terminei por afastar-me de meu objetivo inicial, pelo menos com relação ao campo de João Pessoa. Enquanto que, nos demais, detinha-me, após os encontros ou durante eles, na busca de esclarecer questões que haviam sido levantadas durante a execução dos mesmos; na Paraíba detive-me por mais de dois meses, seduzindo-me pelas peculiaridades do ativismo feminista local e na sua relação com a região Nordeste e o feminismo nacional. Dessa forma, “quase” alterei meu foco de trabalho das especificidades de três searas do campo feminista – as quais, a meu ver, estruturam a conformação do atual feminismo brasileiro – para me debruçar intensamente nas experiências de campo da Paraíba.

Após aquela imersão, retornei aos dados de meu Diário de Campo e apreendi várias questões. Muitas delas relacionavam-se com o objetivo da tese e fortaleciam tópicos de importância para o campo feminista macro, outras revelavam as especificidades das micro-políticas locais. Mas, de uma forma geral, as articulações de mulheres locais desenvolviam ações e trabalhavam com as pautas elencadas nacionalmente. A estas me detive, utilizando-as de forma complementar, em diálogo com as demais entrevistas das outras localidades, em suas relações com os dados dos encontros.

Apesar do fato de que estou lidando com uma dimensão macro, que os encontros e suas características intrínsecas apresentam, este trabalho não trata de uma análise institucional do campo feminista brasileiro. Antes, ao realizar uma imersão

etnográfica, tratei do que eu percebi no campo, apesar da perspectiva macro em que os debates dos encontros se lançam. Assumo que dialogo com uma dimensão teoricamente macro, mas que o olhar analítico é micro, qual seja o da percepção direta do que observei em encontros tão diversos.

Também utilizei materiais oficiais dos encontros que fizeram parte de meu campo, dados e informações dos *sites* nas páginas da Internet, documentos históricos de eventos anteriores, assim como literatura acadêmica sobre os mesmos. Aqui enumero: *sites* de redes e articulações nacionais e latino-americanas, ONGs nacionais, *sites* de núcleos de pesquisas sobre feminismo, mulher e gênero, assim como revistas e periódicos acadêmicos sobre estudos feministas e de gênero, *sites* e documentos de gestores nacionais e de organizações de políticas internacionais. Em todas estas buscas, observações e análises, estava presente o meu olhar de observadora que se implica com o campo sobre o qual se debruça, tanto pela familiaridade de ter ocupado os lugares de ativista e pesquisadora, quanto pela proximidade com a literatura e com o campo em si.

Sobre as implicações de pesquisadora na pesquisa etnográfica de encontros “familiares”.

A noção de familiaridade (VELHO, 1981; OLIVEIRA, 1998) é discutida aqui levando em consideração a proximidade que eu possuía com o meu objeto de estudo e com os espaços em que a pesquisa foi realizada. Os encontros nos quais fiz observação poderiam ser denominados como espaços de exercício de militância e de debates políticos e também teórico-metodológicos. Portanto, minha aproximação se fazia de uma dupla perspectiva, das memórias e vivências como ativista, ou seja, como “nativa”, assim como do lugar de estudante de pós-graduação e pesquisadora.

Os espaços em que realizei a pesquisa de campo apresentaram-se altamente ricos em significado, desde o momento em que levaram em conta, para além dos discursos dos/as interlocutoras, os ditos e não ditos da pesquisadora. Imbricada nesta teia de relações, nas quais, ao estar no movimento, entre a militância e a academia, me vi configurando as diversas janelas que se abriam, entre minhas próprias lembranças de militante, o distanciamento de pesquisadora que observa e busca estranhar o cotidiano tão familiar e os fatos e falas que me eram relatados e vivenciados nos momentos de

contato com o campo, nas conferências e encontros, nos espaços formais de deliberações, nos espaços informais de almoço, nos cafezinhos, entre uma articulação e outra, onde as mulheres e alguns homens ali presentes exerciam a militância ou debatiam questões de pesquisa.

Esta interface entre minha própria história de militante e pesquisadora se colocou como algo que me aproximava e me distanciava de minhas buscas, de minhas perguntas de tese, de minhas hipóteses de campo. Tornou-se algo bastante interessante estar na militância e militar “às avessas”, já que o ativismo se faz na interpelação, nas articulações, falas, textos escritos e ditos e não necessariamente no acompanhamento silencioso do desenrolar dos fatos e acontecimentos. Às avessas porque ao fazer pesquisa e buscar compreender os fenômenos do fazer militante, faz-se “militância” reflexiva, acredito eu, no sentido de que se está acompanhando um momento com objetivos de refletir sobre o mesmo e de produzir conhecimento sobre este.

Nas Conferências de Políticas para as Mulheres, promovidas pelo governo, estive presente como observadora e relatora, a convite da comissão organizadora e, no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe – movimento social –, aproveitei o convite da comissão organizadora e auxiliei no credenciamento das mulheres, além de participar da programação oficial com a oficina “Sentidos do feminismo: sobre a igualdade e a pluralidade de sujeitos políticos”, na qual discuti questões que apareciam durante os campos anteriores e neste próprio.

Assim, encontrava-me nos espaços de militância, entre o reconhecimento pelas várias interlocutoras – de um período em que me conheceram na mesma posição que elas – e entre um ato de fazer militância que se confundia com momentos de extremo silêncio e observação, em contraposição às diversas vozes que não se deixavam calar ali. Este lugar de estar sendo reconhecida como militante feminista me permitia transitar com facilidade nos espaços, ao mesmo tempo em que era interpelada a participar e opinar, auxiliar e votar juntamente com as demais mulheres, momentos estes de particular tensão minha – da militante que reconhecia em mim, e que se aproximou de minhas indagações de pesquisa ainda antes de adentrar no doutorado, e da pesquisadora que buscava estranhar o familiar, familiarizando-se com o estranho.

Além disso, também sou pesquisadora e estive nos encontros acadêmicos que fizeram parte da pesquisa para a tese, apresentando trabalhos que refletiam minhas

indagações e primeiras impressões sobre o campo de estudo. Também era reconhecida como pesquisadora e, para algumas das presentes que faziam parte do movimento feminista e ali se encontravam, era reconhecida como militante.

Nas I Conferências de Políticas para as Mulheres, entre o campo de Santa Catarina e o de Brasília, as diferenças entre pesquisar e militar fizeram-se bastante presentes. Explico melhor: em Santa Catarina poucas militantes me conheciam como feminista, ao contrário de Brasília, onde delegações de vários estados estavam presentes e onde o reconhecimento se fez com mais força. Na Conferência Estadual de Santa Catarina pude transitar mais calmamente entre as delegações, participando e sendo reconhecida como “uma militante que está aqui pesquisando e morando entre nós, em Florianópolis, para pesquisar o movimento”. Assim, sob a nomeação de pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do núcleo Margens, constituí-me como pesquisadora, familiar ao campo e, portanto, aceita sem ressalvas quase que imediatamente por elas e eles.

Ali, participei, sem opinar e sem votar¹⁶, já que era observadora, o que me favoreceu poder ocupar a condição de pesquisadora. Apesar disto, as mulheres presentes queriam minha opinião e me pediam para ouvir mais atentamente partes da plenária geral em detrimento de outras tantas. Dessa forma, acredito, estávamos estabelecendo uma relação de legitimidade, onde o que eu ouvia e escrevia se revelava de importância para elas e vice-versa.

Em Brasília, na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, fui convidada a participar como relatora de um dos grupos de trabalho. Desta forma, também não poderia votar e teria a possibilidade de transitar em diversos espaços, inclusive nos bastidores da conferência, onde se organizava a mesma em seus meandros.

Assim me fiz presente, dessa vez, com mais uma terceira posição, a de militante relatora da conferência. Trabalhei para o documento final do processo de

¹⁶ Considero necessário falar da importância dos espaços de votação e de minha identidade de não votante nestes, pois os mesmos são momentos-chave em conferências de políticas públicas. Momentos onde os diversos saberes/poderes aparecem e se (re)velam nos interstícios dos discursos e das várias vozes, oras dissonantes, ora consonantes que ali se colocam, entre conquistar e perder legitimidade e acesso a direitos. Isto se dá através das votações de supressão, acréscimo, retirada e/ou mudança nos textos das diretrizes que compõem os diversos temas/eixos indicativos de políticas públicas, em toda a extensão territorial do Brasil.

todas as conferências, além de buscar realizar observações para meu campo de pesquisa. As tensões que procuro eu mesma observar, a saber, militar no movimento e pesquisar na academia, engendraram-se em movimentos tão imbricados que me vi, pondo a todo o momento a “roupa e o olhar de pesquisadora” e buscando retirar, em vários momentos (todos aqueles em que eu não era cooptada para a relatoria), “a roupa e os trejeitos de relatora”¹⁷.

Este mesmo movimento ocorreu no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no qual muitas mulheres do movimento, mas também as poucas que pertenciam à academia e as representantes governamentais e de financiadoras, reconheciam-me duplamente, como militante. Entretanto, como este encontro aconteceu um ano e três meses após as I Conferências de Políticas para as Mulheres, eu já era reconhecida como pesquisadora pelas mesmas mulheres que sabiam de meu trabalho anterior como ativista. Ainda assim, uma atenção constante de minha parte se fez, na busca por um distanciamento de meu campo de pesquisa, pois continuei a ser interpelada a participar de momentos cruciais de votação e de participação nas plenárias do 10º Encontro. Apesar de buscar me distanciar, não deixava de perceber a militante adormecida em mim, que cismava em acordar. Dessa forma, vi-me votando e participando de alguma maneira, ao facilitar a oficina juntamente com outra feminista. Em alguns momentos, entrava nas atividades do 10º Encontro Feminista como maneira de apreender os acontecimentos sem causar alterações no andamento das mesmas. Após participar e observar, retirava-me e fazia minhas anotações de campo, colocando inclusive minhas impressões subjetivas que carregavam a “história de ter sido militante”.

Nos encontros acadêmicos também busquei um distanciamento de outro espaço familiar. Neste caso, era a “pós-graduanda que trabalhava com feminismo” que procurava distanciar-se do *ethos* científico. Nos momentos de apresentação de trabalho e debate de idéias, entretanto, voltava a ser a pesquisadora que procurava com seus pares discutir as idéias que vinha desenvolvendo. Entretanto, em nenhum momento a pesquisadora afastou-se da ativista, posto que em todas as apresentações havia alguma feminista que transitava entre a academia, o movimento e o governo, lembrando-me

¹⁷ Os momentos de trabalho na relatoria se restringiram a: (1) chegada com um dia de antecedência à conferência para receber treinamento, (2) participação em uma tarde e uma noite dos trabalhos de meu grupo específico de relatoria (eram divididos por tema, eu relatei um dos quatro grupos sobre políticas em violência) e (3) uma noite de consolidação dos dados que seriam levados a plenária final.

que os recortes aos quais eu recorria a todo o momento, na busca pelo “olhar do objeto menos enviesado”, não passavam de recortes analíticos necessários, porém limitantes e delimitados pelo lugar que eu ocupo e por minha relação passada e presente com o meu campo.

Ao pensar sobre o trabalho de campo, em uma pesquisa de cunho interdisciplinar, que bebe teoricamente em fontes de diferentes áreas do conhecimento, metodologicamente aproximei-me da perspectiva antropológica. Dessa forma, foi mister trazer ao diálogo autores brasileiros, como Gilberto Velho (1981), Roberto da Matta (1974) e Roberto Cardoso de Oliveira (1998).

Em seu artigo “Observando o familiar”, Gilberto Velho (idem) coloca o dilema que sempre paira sobre o investigador em ciências humanas, o de ter objetividade, imparcialidade, evitando envolvimento que possam “deformar” suas análises. E acrescenta que a noção de que existe envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui defeito ou imperfeição já foi claramente discutida e exposta por autores como Becker (1977), entre outros. A antropologia, ao eleger a etnografia como método por excelência, definia-se por uma perspectiva onde a aproximação com o objeto de estudo é que possibilitaria uma coleta satisfatória, ou seja, onde aspectos da cultura e de uma sociedade pudessem ser explicitados, através de observação e empatia com o campo estudado.

Este seria o centro da idéia discutida por Da Matta (1974), segundo o qual o pesquisador deve transformar o exótico em familiar, num movimento no qual também se deve tornar o familiar exótico. Diz o autor que, ao se buscar descobrir de um modo mais sistemático os aspectos interpretativos do ofício do etnólogo, estes dois domínios devem ser perseguidos por um mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los.

Voltando a Velho (1981), o autor traz o pesquisador para sua própria sociedade, na qual também é possível estranhar o familiar, pois o fato de dois indivíduos pertencerem ao mesmo grupo não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferências, gostos, idiosincrasias. E lança a pergunta: “até que ponto pode-se, nestes casos, distinguir o sócio-cultural do psicológico?”, e continua:

Que tipo de conversa é mais real, verdadeira? O fato é que se está discutindo o problema de experiências mais ou menos

comuns, partilháveis, que permitem um nível de interação específico. Falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário, mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas (VELHO, 1981, p. 125).

Velho (1981) afirma também que o processo de descoberta do que é familiar pode envolver dificuldades diferentes das que o processo sobre o que é exótico traz. Em princípio, os indivíduos possuem mapas mais complexos e cristalizados para a própria vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes ou afastados. Mas este desafio metodológico pode impulsionar o/a pesquisador/a rumo a caminhos de conhecimento sobre a nossa realidade, (re)velando o aparentemente óbvio e dado como natural.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998), em seu livro “O trabalho do antropólogo”, discute de forma a desvelar ao pesquisador o campo etnográfico, a partir de três insígnias “ver, ouvir, escrever”, descritas no capítulo um. De acordo com o autor, a observação e a entrevista são partes integrantes de um processo no qual, primeiro, o “ato de ouvir” deve ser encarado como um processo cognitivo, onde as explicações para o que está sendo investigado são fornecidas pelos próprios membros da comunidade, de forma tal que um “modelo nativo” é percebido a partir do ato de saber ouvir, em uma interação dialógica. Segundo, o “ato de olhar” deve ser “desdomesticado” através de um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível e que ultrapasse a mera curiosidade diante do “exótico”. E, finalmente, o “ato de escrever” finaliza este processo tríplice, enfatizando a autonomia do pesquisador, no sentido de interpretar os dados em um processo onde a autoria é inter-relacional. Ou seja, pesquisador e campo se interseccionam no ato de escrever, numa articulação entre trabalho de campo e construção do texto (GEERTZ, 1988). Há, portanto, na conjunção entre estes três atos, o que o autor chama de “antropologia polifônica” na qual, teoricamente, oferece-se espaço para as vozes de todos os interlocutores do cenário etnográfico.

Neste universo de estudo é importante considerar a relevância de trabalhar com os discursos como constituidores de estruturas de significados e enquanto meio de produzir e organizar os significados dentro dos contextos sociais. Nesta pesquisa de doutorado, utilizei as noções de discursos enquanto modos significativos de organizar

sistematicamente a experiência humana do mundo social em linguagem e, conseqüentemente, constituir modos de conhecimento (WITTGENTEIN, 1991; FAUCONNIER, 1997; MONDADA, 1994; BEAUGRAND, 1997) na análise do campo.

Durante o mestrado em lingüística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no ano de 2000, discuti sobre a linguagem em uso, avançando de uma perspectiva voltada somente para uma linguagem estrutural e gramatical, que toma Ferdinand Saussure como seu maior interlocutor, para uma noção de linguagem como prática social dialógica e interativa e “atividade intersubjetiva na e pela qual é constituído um modelo público de mundo” (MONDADA, 1994, p.63). Nestes termos, os estudos de Gilles Fauconnier (1997) argumentam sobre a maneira como a linguagem estrutura e é estruturada, concomitantemente, nas relações sócio-culturais, constituindo e sendo constituída subjetivamente.

Com o intuito de apreender as tensões, impasses e especificidades entre as esferas feministas brasileiras, ampliando e complexificando o debate sobre o atual campo feminista brasileiro, a tese foi dividida em três capítulos, buscando diálogo e conexão entre eles.

O primeiro capítulo apresenta a formação do movimento feminista e do campo feminista brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, realizando uma contextualização do mesmo nos dias atuais, para chegar ao foco do capítulo que é a análise do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. A partir de minha imersão no mesmo, analiso as categorias de sujeito político, democracia e autonomia do movimento, em diálogo com a literatura feminista.

No segundo capítulo, concentro-me na constituição da “esfera do governo” e em suas especificidades. O debate sobre políticas públicas e acesso à cidadania é a chave que abre as possibilidades de compreensão das relações internas desse âmbito. Início a jornada trazendo uma contextualização de três momentos emblemáticos de conquista da cidadania pelas mulheres: o acesso ao voto, as alterações na constituição federal de 1988 e a criação da lei de cotas para representação eletiva. A partir destes, trato do momento atual, com a entrada de mulheres para cargos na gestão federal e com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Dessa forma, chego ao foco do capítulo, que são as I Conferências de Políticas para as Mulheres, e o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências. Os discursos e o poder – jogos de força – que

circulam através destes indicam o que é legítimo e o que está sendo evidenciado ou “descartado” no contexto das políticas públicas. As categorias com as quais trabalho relacionam-se às elencadas no capítulo um, de modo que um contínuo vai se constituindo, tendo como cerne o meu olhar sobre o objeto de estudo, sem perder de vista as especificidades e as semelhanças entre as esferas.

Iniciei a análise do capítulo dois com encontros mais voltados para a relação entre governo e movimento feminista e fecho o mesmo com o evento voltado para o diálogo entre academia e governo. Este serve de mote para as indagações do terceiro e último capítulo, o qual trata da esfera da academia.

Nesse capítulo apresento o contexto de formação desta esfera no Brasil, as questões pertinentes sobre o campo da ciência e sua interface com os estudos feministas e de gênero, para chegar ao foco central que são os encontros acadêmicos nos quais realizei trabalho de campo: o Seminário Internacional – Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América-Latina e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Discuto as tensões entre saberes e políticas, trazendo as especificidades do *ethos* acadêmico e da linguagem científica – em sua interface com os estudos feministas – compostos por relações nas quais o discurso científico e os modelos de ciência são as molas propulsoras, argumento que a esfera acadêmica apresenta dinâmicas nas quais fazer militância e estar na academia (re)velam tensionamentos entre saber científico e prática política.

Finalmente, um capítulo conclusivo traz de volta o objetivo da tese, de forma que este dialogue com as questões que se destacaram em cada um dos capítulos anteriores. As sínteses versarão sobre as tensões e imbricações entre a academia, o governo e o movimento feminista. Se antes, cada capítulo concentrava-se em evidenciar as especificidades concernentes a cada um dos três âmbitos do campo feminista, agora o recurso de separar o campo feminista em esferas distintas continua sendo utilizado para efeitos de análise, porém a partir do diálogo e proximidade entre cada uma delas. Portanto, as semelhanças e as distinções serão buscadas, tendo em vista os posicionamentos das distintas interlocutoras – feministas do movimento, da academia e do governo, as duplas e triplas ocupações de posição e o que evidenciam sobre o campo.

O meu percurso de construção de um objeto de estudo e, mais que isso, a própria forma como caminhei pela pesquisa de campo e pela organização dos dados foram descortinadas nestas notas introdutórias. O roteiro dos capítulos apresentou a

forma como esta análise foi orientada e sua pertinência na busca por responder à pergunta que deu início a este trabalho: quais as tensões, impasses e especificidades do atual campo feminista brasileiro?

Pretendi, ainda, que um olhar para dentro do campo feminista fosse realizado, tendo em mente que, ao fazer este “movimento internalizado”, evidenciam-se tanto a posição que o feminismo conquistou quanto a que ocupa no cenário sócio-político nacional. Acredito que este ato abre a possibilidade de enxergar “frestas iluminadas” em tópicos importantes para o campo feminista e para os estudos de gênero e feminismo, que podem vir à tona, justamente por serem tomados como questão de estudo.

Tendo dito isto, convido a leitora e o leitor a adentrarem neste campo, conviver e reviver os grandes encontros feministas das três esferas, discutir as questões específicas em cada uma delas – as disputas por legitimidade dos sujeitos políticos, as tensões teórico-políticas, os temas e a sua importância na conformação do feminismo brasileiro contemporâneo – e acompanhar as considerações finais em torno de uma possível síntese sobre “as caras” do campo feminista brasileiro contemporâneo.

2. O Movimento Feminista Brasileiro na virada do século XX: olhares e reflexões pós 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

Este capítulo versa sobre o movimento feminista brasileiro na contemporaneidade. O núcleo duro das idéias e ações feministas teve sua formação e se apresentou na sociedade brasileira a partir da constituição de um movimento social. Tomo de empréstimo a imagem da pedra atirada em um lago: ao entrar em contato com a água, vários círculos concêntricos vão se formando. Da mesma forma, a presença do movimento feminista impulsionou uma série de ações que orientaram, inclusive, a formação do campo tal qual categorizado e analisado nesta tese – a partir da descrição do que denomino as três esferas, a acadêmica, a governamental e a do movimento. Além disto, impulsionou uma identidade própria ao campo feminista no Brasil, com especificidades e agendas. Interessa-me discutir, principalmente, sobre dois destes “círculos”: a relação do movimento com as demais esferas e desse internamente, através do debate sobre democracia, autonomia, inclusão, expansão e sobre a constituição de sujeitos políticos. Este percurso vai se desenrolar por meio da análise dos encontros feministas, considerando-os como momentos paradigmáticos das tensões que acontecem nesse campo.

As desigualdades de gênero se constituem como o núcleo central em torno do qual se orientam as idéias feministas. Estas, por sua vez, tratam de um sujeito mulher corpóreo e, portanto, amparado na noção de sexo genital como demarcador de diferenças (BUTLER, 2003; STRATHERN, 1988). Ao afirmar as desigualdades que as mulheres enfrentam, termina-se por salientar as diferenças de sexo, ponto central de embate político (MOUFFE, 1999a). Este é um paradoxo (SCOTT, 2002) concernente aos próprios feminismos e que interessa discutir mais acuradamente neste capítulo. A tensão entre sexo e gênero também se conforma como um tema de discussão interna do movimento, indicando formas de atuar, de definir políticas e sujeitos (legítimos ou não) do feminismo.

Neste percurso, importantes noções podem atuar como “pistas” analíticas, dentre elas, igualdade, diferença, pluralidade e diversidade. As duas primeiras acompanham os dilemas históricos, os quais o movimento percorreu e ainda percorre

rumo à equidade¹ nas relações de gênero. Os demais fazem parte da ampliação do espaço interno do movimento com relação às identidades de sujeito político e à agregação de outras desigualdades, como as de raça e etnia, geração, sexualidade.

O capítulo será dividido em dois momentos. No primeiro, apresento os espaços dos encontros feministas como momentos emblemáticos e efervescentes do pensamento e das ações feministas no Brasil e na sua relação com as redes regionais, em suas variadas organizações – encontros de articulações feministas, de fóruns de mulheres e de redes feministas – , percorrendo o trajeto dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe. Esta escolha tem o intuito de contextualizar a esfera do movimento feminista a partir dos espaços de maior consolidação da interlocução interna, bem como das influências dos países e das regiões vizinhas. Além disso, também destacarei as diversas formas organizativas do movimento feminista brasileiro na atualidade, com especial atenção para as redes e sua presença na definição de demandas e diálogos internos e externos.

No segundo momento, destaco as principais questões políticas feministas no período atual, a partir da etnografia do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em sua última versão, realizado no ano de 2005, em São Paulo. Trato do debate em torno do sujeito político feminista a partir do debate sobre igualdade e diferença e da constituição de subjetividades e de sujeitos políticos. São questões do movimento que irei perseguir ao longo deste capítulo: a) o que une e o que separa as mulheres em torno de um movimento – pluralidade, diversidade e busca de uma linguagem e de uma identidade que agregue os diversos interesses e b) se existe autonomia interna e externa ao movimento como um todo – indicando a busca por legitimidade e inclusão dentro desta esfera.

Os “movimentos” do movimento apontam uma tendência à expansão que também pretendo discutir. Em torno dela estão as ações transnacionalizadas

¹ O termo “equidade de gênero” trata do equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações pessoais; também requer o pleno reconhecimento das necessidades específicas que podem ter as mulheres, sejam estas de mudanças nos padrões históricos de desigualdade de gênero, de diferenças biológicas ou de desigualdade social. O progresso na justiça requer a combinação de igualdade de gênero e dos princípios de equidade como base das políticas e das ações sociais. É, portanto, um termo jurídico, que vem sendo utilizado no lugar de “igualdade”. Talvez a questão assim se coloque pelo fato de que o binômio “diferença / igualdade” não representa uma complementaridade. Antes, desigualdade e igualdade é que se correspondem. Estes termos não chegam a esclarecer completamente o debate, que se estende também pela seara do Direito (Manual de Capacitação em Direitos Humanos. Texto de referência, REDELAC, 2004, Brasil, e www.redor.ufba.br/tema_simposio.html, última visita em 28 de fevereiro de 2008).

(ALVAREZ et alli, 2003) e de diálogo com outros movimentos. Neste sentido, a sua institucionalização também é uma questão a ser perseguida e investigada.

2.1. Questões em torno de um Projeto feminista societário

Refletir sobre o feminismo, através de autoras como Joan Scott (2002), sobre a história da França, e Maria Luiza Heilborn (1999), no Brasil, revela o ponto de vista de que houve, no percurso deste movimento, a consolidação de estratégias pautadas num modelo moderno de indivíduo, portanto historicamente datado. Nestes termos, o projeto societário feminista teria, intrinsecamente, que conviver, como apontado por Scott (idem), com um paradoxo interno, o de lidar com a diferença de sexo como estratégia política. Ao longo dos anos, a forma de reivindicação por direitos à cidadania das mulheres acompanhou a mudança de estratégias, oscilando entre questões de igualdade ou de diferença. Entretanto, estas continuaram orientadas em torno de uma diferença que justificava a própria argumentação da desigualdade, qual seja a de que os homens seriam cidadãos plenos e as mulheres não, apoiando as argumentações de sustentação de políticas de exclusão dos governos, em épocas distintas e em diferentes países, em torno do sexo.

Foi assim com a busca por igualdade e cidadania para as mulheres com relação ao direito ao voto e, quando este direito foi garantido nos diversos países, a desigualdade fez-se aparente através de outras buscas. No Brasil, a história do movimento mostra uma retração das ações após a conquista do voto, no início do século XX, retornando após a segunda metade do mesmo século e fortalecendo-se com o fenômeno do ressurgimento dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2000), através, principalmente, das ações em torno da busca por igualdade para as mulheres na reformulação da constituição federal de 1988. O terceiro grande momento relatado na literatura nacional por busca de direitos deu-se em torno da cota de participação para as mulheres nos partidos políticos, tentativa de trazer mais mulheres aos espaços públicos de poder (MULHER & DEMOCRACIA, 2005)².

² Este debate é discutido sucintamente no capítulo seguinte, sobre políticas públicas e a esfera feminista governamental.

Outras questões orientaram as reivindicações no Brasil e na América-Latina, indicando similitudes nas histórias dos países concentrados no eixo sul do planeta. Dentre estas, a busca por manutenção do Estado democrático. Este foi um marco que uniu as mulheres latinas através de ações em parceria e rede, durante o século XX e prosseguindo no século XXI.

Essa reflexão sobre a apropriação do Estado e das ações da esquerda é forte no interior do próprio feminismo. Em uma crítica interna, Françoise Collin (2005) argumenta que o problema da democracia não foi resolvido através das idéias marxistas, embora uma geração de feministas tenha sido seduzida pelas mesmas. Nas palavras da autora,

O trabalho de Marx consiste na fraqueza da democracia. Ele buscava uma causa que, se encontrada, resolveria o problema do advento da democracia. Uma chave única que nos levaria a uma felicidade absoluta. Essa busca já foi desmentida hoje em dia. Não existe regime que garanta um paraíso terrestre, como proposto pelo marxismo (COLLIN, 2005³).

A autora comenta ainda que o feminismo se diferencia dos demais movimentos revolucionários por não buscar um único caminho e sim por possuir uma luta “polivalente”, contestando a realidade em áreas diversas, corrigindo e redefinindo a democracia (COLLIN, *idem*). Isto porque, apesar de ter uma raiz de constituição única – a luta contra as desigualdades das mulheres –, o feminismo “atua de maneira plural, com abordagens transversais” (COLLIN, *ibidem*).

Michel Foucault (1994 e 1989) apontou os sistemas disciplinares modernos como produtores de uma relação com o totalitarismo, sendo esta uma preocupação por encontrar-se à espreita dos processos democráticos. Nas nações democráticas ocidentais orientadas por um consenso liberal houve, desde o século XVIII, a construção de uma democracia na qual muitos não foram considerados cidadãos, ficando de fora do processo democrático (SCOTT, 2002). Dentre estes estavam os escravos, as mulheres e os trabalhadores. Embora, para Foucault (*idem*), o problema não fossem os excluídos

³ Conferência ministrada pela filósofa Françoise Collin, intitulada “Práxis feminista e democracia”, que deu início às comemorações dos 30 anos ininterruptos do feminismo no Brasil, organizada pelo Centro Latino-Americano em sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) e pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em 19 de abril de 2005, Rio de Janeiro, Brasil (www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=251&sid=7, última visita em 15 de janeiro de 2008).

mas exatamente a submissão dos incluídos, sabe-se que esta caminhada não foi feita sem conflitos e que, aos poucos, ocorreu a possibilidade de inclusão de muitos dos que se encontravam à margem, vindo estes a ter direitos jurídicos e políticos. Entretanto, o ciclo histórico demonstrou que “a dinâmica não se esgota, pois novas exclusões acontecem após outras inclusões” (CORREA & VIANA, 2007, p. 09).

A esse respeito Sônia Correa e Adriana Viana (2007) trazem o exemplo, com o qual comungo, do significante “mulher”, tão caro ao movimento feminista, enquanto estratégia de luta por cidadania, desde o século XIX, e já apontada por autoras como Butler (2003 e 2005), Moufee (1999a e 1999b) e Scott (2002) como significante paradoxal que se encontrava no discurso feminista ocidental desde então. No Brasil, no final do século XX, este veio a ser sistematicamente contestado por parte das experiências específicas de mulheres que se encontravam “na margem” desta representação geral: as negras, as lésbicas, as do sul, as indígenas, as latinas, sem contar com a diversidade de posições subjetivas no interior de cada uma dessas categorias. Essas protagonistas galgaram espaço nas ações políticas formais, deixando de fazer parte dos espaços marginais, fato este comprovado através dos relatos das participantes dos Encontros Feministas Latino-Americanos (Diário de Campo, 2005), que são importantes fóruns de constituição do pensamento feminista atual. Este fato leva a pensar que essas críticas não são triviais, antes indicam tensões no interior do movimento e da própria organização das relações entre teorias e ações políticas feministas (CORREA & VIANA, 2007, p. 09; BRAH, 1993)⁴.

A reflexão analítica feminista sobre suas ações nos planos teórico, metodológico, ético e de atuação política vem sendo realizada em diversos espaços, alguns criados no seio do movimento feminista, outros que se organizam nos centros acadêmicos e ainda através de políticas do Estado. Há uma busca de diálogo entre as distintas protagonistas, não sem ambigüidades discursivas e conflitos, através de questões realçadas em encontros, fóruns, conferências, eventos, enfim, de ordens diversas. Dentre estes, destaco o evento nacional de comemoração dos 30 anos de feminismo, em 2005, organizado em parceria entre a Articulação de Mulheres

⁴ Avtar Brah (1993) discute que a conceitualização da diferença tem, no debate atual, implicações nas políticas. Ela argumenta que “mulher” não é uma categoria unitária e que as mulheres podem construir alianças que permitam conhecer as suas diferenças, tornando, dessa forma, a categoria “mulher” unificadora (BRAH, 1993, p. 29).

Brasileiras⁵ (AMB) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As diversas mesas redondas do evento tinham como objetivo a reflexão dos significados da luta do feminismo brasileiro neste período, bem como suas perspectivas futuras no país. Uma atenção especial foi dada ao tema da democracia, através do olhar de feministas acadêmicas e do movimento no Brasil e em outros países, dentre eles, a França⁶.

Faço este destaque por duas razões. Uma delas refere-se ao caráter organizativo do evento, que contou com duas grandes redes nacionais feministas, sendo que uma delas assume o diálogo do lugar do movimento, enquanto que a outra, da academia. Este diálogo exemplifica como se configura o movimento em âmbito nacional, qual seja, através de redes consolidadas que atuam em diversas áreas na sociedade e que se relacionam entre si.

A segunda razão diz respeito ao tema do encontro: os 30 anos ininterruptos de feminismo no Brasil. Apesar das controvérsias a respeito da data de reinauguração das ações do movimento feminista, após a primeira metade do século XX (PEDRO, 2006; SCHUMAHER, 2005; BARSTED, 2005, dentre outras), entre os anos 1960 e 1970, o fato é que a data consolidada veio a ser a de 1975, ano de criação da Década Internacional da Mulher, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁷ e marco de revisões das lutas feministas, entre conquistas e embates. Esta escolha não se deu aleatoriamente e influenciou as atividades do Movimento Feminista Brasileiro, em suas diversas instâncias de ação nacional e internacional⁸.

⁵ Uma das maiores redes brasileiras, que articula todos os fóruns estaduais. A ela darei especial atenção nas próximas páginas.

⁶ Site do CLAM, www.clam.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008.

⁷ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada oficialmente a 24 de Outubro de 1945, em São Francisco, Califórnia, por 51 países, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A primeira Assembléia Geral celebrou-se a 10 de Janeiro de 1946 (em Westminster Central Hall, localizada em Londres). A sua sede atual é na cidade de Nova Iorque. A precursora das Nações Unidas foi a Sociedade de Nações (também conhecida como "Liga das Nações"), organização concebida em circunstâncias similares durante a Primeira Guerra Mundial e estabelecida em 1919, em conformidade com o Tratado de Versalhes, "para promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança". Importante frisar que a Comissão da Mulher foi criada internamente, logo depois da criação da própria ONU, e tinha como objetivo principal a atenção com as políticas para as mulheres nos diversos países.

⁸ Segundo Joana Pedro (2006), "A forma como foram definidas as datas do ressurgimento do feminismo de 'Segunda Onda', na década de 1970, no Brasil, reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. A narrativa de 'origem' desse feminismo foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. As dicotomias entre 'lutas gerais e lutas específicas', de um lado, e entre 'verdadeiramente

O ano de 2005 – comemorativo dos 30 anos de feminismo – alavancou, dessa forma, diversas avaliações por parte do movimento feminista, dos processos das grandes conferências, em nível macro-relacional, e das redes e campanhas nacionais e Latino-Americanas. De uma forma geral, as análises basearam-se nas ações de reivindicações por cidadania e direitos humanos das mulheres e, neste sentido, os acordos internacionais assinados pelos governos através das indicações das Conferências Mundiais, idealizadas pela ONU, atuaram como marco organizativo no diálogo entre Estado e Movimento.

Dentre as Conferências Internacionais, destaco as de maior importância para o feminismo nacional e internacional: a Eco 92, no Brasil, seguida pela Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e pela Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), atingindo o ápice com a realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995).

Abaixo, apresento um quadro cronológico das grandes conferências, a partir da década de 1970.

Quadro 1. Conferências Internacionais organizadas pela ONU

1975 – I Conferência Mundial da Mulher/ONU, cidade do México (institui a década da mulher: 1975-1985);
1980 – II Conferência Mundial da Mulher/ONU, Copenhague - Dinamarca;
1985 – III Conferência Mundial da Mulher/ONU, Nairobi - Quênia (recomendação aos países membros da ONU sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher);
1994 – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo - Egito;
1995 – IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing - China;
2000 – Conferência Mundial Beijing +5, Nova York - EUA;
2001 – Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, Durban - África do Sul;
2005 – Conferência Mundial Beijing+10 - New York - EUA.

feministas e não-feministas', de outro, presentes nessas disputas, falam de poderes e de conflitos” (PEDRO, 2006, p. 01).

Sem dúvida, um dos acontecimentos mundiais mais importantes da História deste último quarto de século para o feminismo internacional foi a IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, China, em 1995⁹. O propósito desta conferência foi elaborar um programa mundial de igualdade, orientado para proteger os direitos humanos das mulheres, independentemente de suas características individuais de raça, etnia, idade, condição social, estado civil, religião e cultura¹⁰. Tornar realidade esse programa significou congregar a vontade política mundial em torno de objetivos estratégicos para eliminar as barreiras que limitam o acesso das mulheres aos benefícios do desenvolvimento e à cidadania plena, até finalmente chegar a um compromisso ativo dos governos em torno disso. Com essa finalidade, a conferência analisou os avanços e obstáculos para o progresso das mulheres naquela década (1985-1995), desde a aprovação das estratégias de Nairobi, durante a III Conferência Mundial da Mulher, com o objetivo de acelerar sua aplicação à luz dos princípios de igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres.

Cinco anos depois de Beijing, a trigésima terceira sessão da “Assembléia Geral da Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21” teve lugar na sede das Nações Unidas em Nova York, de cinco a nove de junho de 2000. Esta adotou o documento da declaração política, intitulado “Mais ações e iniciativas para implementar a Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação”.

Durante a terceira sessão da conferência de 2000, houve um painel de discussão intitulado “Um olhar sobre a igualdade de gênero, desenvolvimento e a paz até o ano 2000”. Este painel foi organizado através de questões emergentes do contexto da sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), no mesmo ano, ainda na preparação da conferência. As discussões do painel se centraram nas diferenças de impacto da globalização para mulheres e homens. Painelistas comentaram que havia uma necessidade de criação de políticas compensatórias que diminuíssem os efeitos destas desigualdades, reestruturando-as. Além disso, havia a necessidade de criação de

⁹ A ONU organizou as conferências, a partir de sua própria formação interna que, até 2006, contava com a representação de 192 Estados-Membros – cada um dos países soberanos internacionalmente reconhecidos, exceto o Vaticano, que tem qualidade de observador, e países sem reconhecimento pleno (como Taiwan, que é território reclamado pela China, mas de reconhecimento soberano por outros países).

¹⁰ Paralelamente e como parte do mesmo processo, realizou-se o Fórum Mundial das Organizações Não-Governamentais, em Huairou, a aproximadamente 60 quilômetros de Beijing. Participaram deste fórum cerca de 30 mil mulheres e seiscentos homens de diversas organizações, com o intuito de fortalecer as estratégias que estariam sendo discutidas na Conferência da Mulher.

políticas que pudessem reordenar a agenda das mulheres e a capacidade de as mesmas terem garantia de acesso a direitos, com as mudanças nas políticas econômicas globais. Questões como pobreza, violência e conflitos armados foram adicionados como de alta relevância¹¹. Também foram identificadas iniciativas para superar os obstáculos à implementação da plataforma de ação de Beijing. Todo esse trajeto, realizado com forte ação dos Estados-nação, não se daria, não chegaria a se realizar, se não houvesse a força organizativa e reivindicatória dos movimentos feministas em várias partes do mundo e, no Brasil, particularmente, através das ações em redes e fóruns de mulheres.

Em muitas das ações propostas em Beijing+10, no ano de 2005, foram identificados grupos de mulheres identitários específicos, os quais deveriam ser frutos de alvos concernentes às suas especificidades: mulheres de terceira idade, adolescentes, refugiadas e asiladas, mulheres indígenas, empreiteiras, mulheres chefas de família, mulheres imigrantes e mulheres rurais. Estas indicações mundiais viriam a rebater nas ações de cada país, através de seus governos, bem como dos movimentos sociais que se caracterizavam e se consolidavam, tendo como aporte as diretrizes das conferências. No tocante à temática das especificidades, interessa, nas próximas páginas, analisar como estes segmentos vieram a se configurar no cenário atual brasileiro.

Estas Conferências Mundiais orientaram não somente as agendas dos Estados-nação, mas a própria forma de organização interna dos movimentos feministas. De um lado, impulsionaram a organização de redes nacionais e fóruns estaduais, na década de 1990, tendo em mente a preparação de propostas e a participação das feministas nesses espaços internacionais. Do outro, promoveram a ampliação da agenda do movimento feminista, alterando a maneira de realizar as políticas internas e externas e criando a necessidade de expansão do mesmo, principalmente através da construção de redes internacionais. Além disso, abriu a possibilidade de novas formas de financiamento e remuneração das ações militantes, por meio de agências de fomento que orientaram seus editais a partir de pautas indicadas nas conferências.

No Brasil, a criação de uma de suas maiores redes feministas deu-se a reboque do processo de organização do movimento em estratégias unificadas, tendo em vista a preparação para ida à I Conferência Internacional da Mulher – Beijing, 1995. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi criada com o intuito de estruturar as

¹¹ Disponível no sumário do documento original no anexo II do documento A/S-23/2, site www.onu-brasil.org.br, última visita em 14 de junho de 2007.

ações isoladas dos Fóruns Estaduais de Mulheres – instâncias de articulação do movimento feminista, com participação dos diversos grupos organizados de mulheres daquela localidade (Diário de Campo, 2005). Anos depois, pós-década de 1990, a AMB e a Marcha Mundial de Mulheres tornaram-se as redes feministas com maior capacidade de agregar grupos em torno de estratégias comuns.

Além das Conferências Internacionais organizadas pela ONU, e com caráter de indicação de políticas públicas, outros espaços de preparação de pautas e deliberação de ações foram instituídos pelo movimento feminista. Dentre estes, os Encontros Feministas Nacionais e Latino-Americanos (criados na década de 1980) têm o caráter de articular políticas, tecendo redes de atuação coletiva e firmando laços políticos de identidade local e global. Além disso, também funcionam como espaços de constituição de um *ethos* feminista, tornando-se espaços de reflexão crítica, de troca de idéias, perspectivas, projetos e utopias, bem como tornam-se também lugares privilegiados de diálogo, debate, conflitos, controvérsias e formação de coalizões entre as diferentes correntes de pensamento feminista nacional e latino-americano¹².

Os encontros feministas foram cenários de debates fundamentais para o feminismo e o movimento social das mulheres brasileiras e latino-americanas, nestas últimas três décadas. Dentre as ações organizadas, merecem destaque a definição da data 25 de Novembro como de luta contra a violência contra a mulher, ocorrida no 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Colômbia, 1981); e do 28 de Setembro como Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, criado no 5º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Argentina, 1990)¹³.

Além das ações comuns a todas as mulheres do movimento, desigualdades específicas foram ganhando voz, na medida em que segmentos que não se viam contemplados pelas ações generalizantes, em torno do significante “mulher”, passaram a se fazer mais e mais ouvidas. Destas ações surgiram fóruns de debates e encontros situados em torno de temáticas como raça e etnia, orientação sexual e geração, dentre outras que indicavam a “cara” plural do feminismo atual, além de evidenciar a

¹² Site do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, www.10feminista.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008.

¹³ Idem.

característica de “dupla militância”, já que muitas mulheres passaram a militar, concomitantemente, no movimento feminista e no lésbico, no negro, dentre outros.

Os últimos 15 anos do movimento feminista brasileiro e latino-americano foram reunidos em um acervo fotográfico, no livro *Mulheres e Movimentos* (BONAN & FERREIRA, 2005). Os registros da presença das mulheres na vida política e nas manifestações sociais do feminismo estão reunidos em 260 fotos que retratam as personagens, a militância, as reivindicações e bandeiras de luta, os encontros, seminários, protestos, enfim, momentos e pessoas importantes do feminismo nos últimos anos¹⁴. Em sua maioria, as fotos percorrem os percursos de grandes conferências da ONU, e dos encontros feministas evidenciando a importância que têm estas arenas para a continuidade da construção do projeto feminista societário. Apresentam uma “cara do feminismo” que aponta para a pluralidade de sujeitos políticos e reivindicações, além de situar os espaços fotografados como locais de reflexão política interna e de ações específicas, como foram os casos de passeatas ocorridas ao final de alguns eventos.

Pretendo, nas próximas páginas, caracterizar discursivamente esse percurso que as autoras demonstraram imagetivamente, de forma tal que permita às leitoras e aos leitores um entendimento da trajetória do passado recente e uma reflexão sobre o presente, vislumbrando as pautas e as contradições atuais do movimento feminista brasileiro.

2.2. Os percursos dos encontros feministas como espaço de formalização e consolidação do movimento.

2.2.1. Situando o contexto

A partir da década de 1970 até os dias atuais, um fato que contribuiu enormemente para o desenvolvimento interno¹⁵ do movimento feminista no Brasil foi a realização de encontros de mulheres e feministas. Estes surgem, inicialmente, a partir de

¹⁴ Para além de atestar a existência de personagens, atos de militância, reivindicações, encontros, seminários, protestos, as fotos de Ferreira (idem) afirmam a presença do movimento feminista na realidade brasileira e latino-americana de modo contundente há, pelo menos, mas não apenas, quinze anos. Os instantes capturados pela lente da fotógrafa permitem ler as peças de um quebra-cabeça que contempla os processos de construção democrática, articulação política, proposição de políticas públicas, mudanças na legislação, transformações nos arranjos sociais, enfim, dos desdobramentos que se processaram no Brasil ocasionado não exclusivamente, mas muito fortemente, por situações e por pessoas ali retratadas.

¹⁵ No seio do próprio movimento, como espaço de construção e consolidação de um *ethos* feminista.

grupos e organizações de mulheres, ainda na década de 1970, e de ONGs nos anos 1980, e vão se destacando como um espaço de unificação e vivência de um “fazer feminista” dos diversos grupos, no que se refere ao desenvolvimento de redes e trabalhos em conjunto, em torno de uma mesma agenda (Costa, 1981).

Os encontros feministas, nacionais e latino-americanos, caracterizaram-se, desde o início, como espaços de fortalecimento e discussão interna dos passos feministas, agendas e formulações. Porém, mais que isto, estes espaços se conformaram, na percepção das diversas mulheres que o compõem, como lugares de exercício de um modo de ser feminista e de fazer feminismo¹⁶. Estar em um encontro é marca de participação, é crédito, cartão de iniciação e fortalecimento de uma (ou muitas) identidade(s) feminista(s). Portanto, organizar e participar destes momentos conformou-se como *locus* de necessidade e importância para todas aquelas que fazem o(s) feminismo(s) no Brasil, na América Latina e no Caribe (ALVAREZ et alli, 2003).

Vale ressaltar que estes momentos também indicam a existência eficaz da tendência atual em trabalhar e articular as ações e agendas através de redes e encontros. Sim, pois os movimentos sociais contemporâneos vêm construindo novas narrativas para a compreensão da complexidade na sociedade globalizada e da informação, onde a transformação, por vezes, surge como resultado da articulação discursiva e da prática de variados atores coletivos (MOUFFE, 1996).

O movimento feminista, assim como outros movimentos sociais, ainda nas décadas de 1970 e 1980, foi identificado pela forma de se articular, cada vez mais, através de redes, interagindo a partir dessa configuração, tanto nos espaços das micro quanto das macro-relações. Para o feminismo esta característica apontou para a forma de constituição do mesmo nos anos futuros, internamente, em sua(s) identidades(s)/identificações, e exteriormente, nas articulações e diálogos com outras protagonistas.

Vejamos o que diz Ilse Scherer-Warren (2000) a respeito dos “novos movimentos sociais”, dentre os quais, o feminismo se inclui:

Os movimentos sociais contemporâneos podem ser definidos como redes sociais complexas que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de

¹⁶ Diário de Campo, 2004 e 2005, e COSTA, 1981.

campos de conflitos e de resistências aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização (SCHERER-WARREN, 2000, p. 35 e 36).

Um dilema que se colocou para os “novos movimentos sociais”¹⁷ foi a relação entre o grau desejável de autonomia individual e a submissão ao movimento – à coletivização (SCHERER-WARREN, 2000). As alternativas que a teoria tem colocado a este debate, no âmbito dos movimentos sociais, de acordo com Ilse Scherer-Warren (idem), compreendem várias possibilidades:

a) A fragmentação da identidade humana, enfocando na singularidade individual – que em seu limite poderá estar remetendo a uma apologia ao individualismo – trata de uma corrente que não fala mais em movimentos sociais, mas em mobilizações de massa reativas, ideologicamente sem organicidade;

b) O descentramento das identidades sociais e dos sujeitos através do poder de vigilância e disciplinar, aos moldes de Foucault, ocorre de tal forma que quanto mais organizadas e tecnologicamente avançadas as instituições da modernidade tardia, maior o isolamento e a individualização do self (HALL, 1997). Além disso, aprofunda-se o descentramento das identidades sociais, com a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle (DELEUZE, 1995);

c) As identidades são parciais e múltiplas para cada sujeito, dependendo de formas específicas de identificação. Portanto, os movimentos são frutos de articulações que se referendam em identificações valorativas e ligações históricas, sempre contingentes variáveis (MOUFFE, 1996 e LACLAU e MOUFFE, 2004);

d) O sujeito não é o indivíduo, ainda que seja construído através do indivíduo. Os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas, resultante de uma rede de múltiplos atores e organizações. Na globalização

¹⁷ O feminismo é colocado por teóricos, entre eles Alain Touraine (1995), como um novo movimento social. Alguns teóricos sociais (TOURAINÉ, 1995; MELUCCI, 1991, dentre outros) atualmente usam a expressão “novos movimentos sociais” para se referir à grande variedade de movimentos de protesto durante os anos 1970 e início dos anos 1980, no Ocidente. Observando amplamente, esses movimentos formam uma rede informal de contestação e de estilos alternativos que não entraram, necessariamente, na política oficial. Veja-se como exemplo o movimento ecológico. De uma forma geral, como expressão de racionalização comunicacional (HABERMAS, 1981), os novos movimentos sociais colocam em questão a validade dos padrões existentes “do mundo da vida”, tais como normas e legitimidade, e posteriormente, ampliam o espaço público. Além disso, como movimentos defensivos, oferecem resistência à intrusão patológica em um mundo de vida que está sendo colonizado por mecanismos sistêmicos de racionalização, econômicos e políticos, os quais anulam processos de comunicação (HABERMAS, idem).

os atores e respectivos movimentos são formas de resistência e de proposições, especialmente em relação aos códigos sociais opressores (TOURAINÉ, 1997), ou em relação aos códigos informacionais que regem suas vidas (CASTELLS, 1997).

No tocante ao movimento feminista e de mulheres, a tensão entre autonomia individual e submissão ao movimento era vivida, mais especificamente, através do conflito entre as formas de tratar as questões feministas e de se identificar com o feminismo (MIGUEL, 1988; COSTA s/d; SOARES s/d; PONTES, 1986; GOLDBERG, 1987). As questões de autonomia, tão caras ao movimento feminista, depararam-se entremeadas às questões de identidade, uma característica dos movimentos sociais em geral que, para o feminismo, assumiu valores e formas próprias, as quais viriam orientar as décadas futuras¹⁸.

Em grande parte, a experiência de vida no exílio de algumas mulheres, principalmente na França e nos Estados Unidos, bem como o intercâmbio destas mulheres com aquelas que permaneceram no Brasil, vem marcar, alguns anos depois, a criação de grupos de reflexão sobre a “condição feminina” tomando tal experiência como emblemática (MORAES, 1985; TELES, 1999; RAGO, 1995/1996).

De acordo com Maria Betânia Ávila (2000), é importante entender a importância que os grupos de reflexão tiveram como um dos métodos da organização feminista. Estes tinham uma dinâmica que se baseava na socialização dos problemas da vida privada que as mulheres enfrentavam. “Esse método recriava e recria os liames que evidenciam a opressão e a exploração das mulheres como uma construção social. Nesta dinâmica, a percepção da vida, como um lugar de destino, é desfeita” (ÁVILA, 2000, p.08). Na mesma direção, o texto “Reflexões sobre o Feminismo” do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro (1980) discute a importância destes grupos como momento de possibilidade de criação de um movimento social, com especificidades calcadas na vivência de opressão compartilhada em grupo. Sônia Miguel (1988), em seu trabalho de mestrado, afirma que os grupos de reflexão ou auto-consciência constituem a estrutura organizacional básica do movimento feminista, onde a transformação da estrutura social vigente se daria a partir do próprio grupo, via alteração de comportamentos e posturas

¹⁸ Estas questões serão tratadas ainda neste tópico, tomando a realidade dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe como emblemáticos do que se passava na esfera do movimento brasileiro.

no cotidiano de cada uma. “Estes grupos realizam o trabalho de autoconsciência, tanto através de estudos quanto de relatos de experiências pessoais, discutidos coletivamente. Os grupos procuram se organizar de forma horizontal, tentando estabelecer uma relação igualitária entre as participantes” (MIGUEL, 1988, p. 57).

Juntamente com as constituições identitárias, os campos de lutas – pautas e ações – formavam-se através das reuniões dos grupos de reflexão, alguns dos quais se transformariam mais tarde (na passagem para a década de 1990) em grupos consolidados institucionalmente¹⁹. Neste cenário, um sujeito do feminismo se constituía, a saber: “um sujeito incansável, consciente que a presença de seu corpo, de sua voz, ou de seu nome assinado em um papel é constituinte da relação com o ‘outro’” (PINTO, 1990, p. 04). Ou ainda, um sujeito que alterava “o continuum entre a casa e a rua que caracteriza a matriz mais profunda da sociedade brasileira” (CORREA, 1993, p. 18).

Sônia Miguel (1988), ao ter trabalhado com coletivo de feministas do Rio de Janeiro, na década de 1980, coloca que suas entrevistadas comentavam sobre a existência de visões diferentes do feminismo, tanto quanto o número de feministas existentes no movimento. Para elas, o feminismo seria um movimento de busca de identidade das mulheres em geral e de cada uma individualmente. “Várias entrevistadas afirma(vam) que o feminismo fez com que se encontrassem enquanto mulher, individualmente, e este encontro é valorizado como um dos pontos fundamentais do próprio feminismo” (MIGUEL, *idem*, p. 52).

Em busca tanto do fortalecimento das estratégias de ação externa quanto da consolidação de um espaço de discussão interna – havendo trocas de experiências e vivências entre os diversos grupos de mulheres – os encontros feministas surgem como espaços privilegiados para o movimento feminista brasileiro (MIGUEL, *ibidem*). Ana Alice Costa (1981) trata, em seu trabalho sobre “avanços e definições do movimento feminista no Brasil”, de como os encontros nacionais e latino-americanos, e também as conferências internacionais, conformaram-se, desde a década de 1970, em espaços de disputa entre ações locais e globais, ações gerais e específicas. Assim, ao mesmo tempo em que lutavam por “maternidade livre e voluntária” e por “mais creches”, na década de

¹⁹ Muitos destes grupos de reflexão viriam a se tornar ONGs feministas, anos mais tarde. Boa parte destas com grande importância no cenário feminista nacional até a atualidade (Diário de Campo, 2005 e PINTO, 2003).

1970, as mulheres reivindicavam também “melhores salários para todos os trabalhadores” e “direitos a folgas” (COSTA, 1981, p. 109). Além disso, Costa comenta que um item de discussão que causava muitas controvérsias nos encontros era a necessidade da “autonomia do movimento feminista” (COSTA, idem, p. 112). Ainda de acordo com a autora:

Para um real desenvolvimento do feminismo é necessário que o movimento organizado de mulheres seja autônomo e independente em nível de sua estrutura orgânica, quer dizer, que tenha capacidade de elaborar, decidir e tomar iniciativas dentro de suas lutas específicas (COSTA, 1981, p. 49).

O Movimento Feminista Brasileiro associava a autonomia a uma defesa contra a manipulação de partidos políticos e do Estado. Entretanto, a partir da década de 1980 e com o processo de maior abertura política, houve uma mudança no contexto social, abrindo-se a possibilidade de uma relação institucional entre movimento e Estado. Então, a autonomia do movimento passa a ser definida na relação com o Estado, com os órgãos públicos e com outros movimentos sociais (MIGUEL, 1988). Enquanto isso, Betânia Ávila (1998) afirma que a questão da autonomia deve ser mantida e preservada nas relações de parceria e alianças que o movimento de mulheres (aqui utilizado como englobando mulheres ativistas, feministas ou não) tem com os diversos atores e as diversas atrizes sociais.

Na relação interna do movimento, a busca por autonomia deparou-se com a realidade da institucionalização. De acordo com Sônia Correa (1993), em 1987, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher identificou 1.200 iniciativas de organizações de mulheres em todo país. A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, criada em 1991, agregava então 41 organizações de mulheres e/ou feministas, das quais 22 classificavam-se como ONGs (CORRÊA, idem, p. 6 e 7)²⁰.

²⁰ Como exemplo, no IX Encontro Nacional Feminista, realizado no Nordeste, em 1987, havia uma composição de grupos da seguinte maneira: 101 grupos do meio popular, formados por: a) 20 grupos de mulheres do campo (associadas a sindicatos ou associações), b) 07 grupos de operárias (em áreas industriais, fábricas ou junto ao sindicato), c) 12 grupos ligados a trabalhos pastorais da Igreja católica, d) 09 grupos de mulheres negras, 36 grupos de bairros (associações e clubes de mães) e e) 17 grupos de bairros ligados a questões da saúde da mulher. Além destes, somavam-se outros 81 grupos ligados a: a) partidos políticos (13), b) associações profissionais (31), c) grupos de saúde formados por mulheres dentro de instituições (10) e d) instituições (conselhos, delegacias da mulher, centros de saúde) (27). Finalmente, havia 59 grupos identificados como feministas, com a seguinte distribuição: a) centros/grupos de estudos e pesquisas, arquivo e documentação (33), b) grupos com ações na área de comunicação (jornais, vídeos, etc) (14) e c) grupos ligados a ações em violência, saúde etc (12). Fonte:

No capítulo final de seu livro “Uma História do Feminismo no Brasil”, Céli Pinto (2003) analisa o momento da virada do milênio em suas contradições e particularidades. Lourdes Bandeira (2000), em artigo para a coletânea da REDOR²¹, “Feminismo Memória e História”, e Margareth Rago (1995/1996), em coletânea dos cadernos AEL sobre “Mulher, História e Feminismo”, também lançam questões acerca dos próximos passos do feminismo no Brasil.

As autoras vão retratar então, como se constituíram as ONGs – principais interlocutoras da institucionalização no seio do feminismo – e como estas desempenham papel relevante tanto em fomentar ações políticas e políticas públicas, através de uma mobilização da participação cidadã, quanto em promover ações de *empoderamento*²² de grupos de mulheres em condições de opressão. Céli Pinto cita o exemplo de ações realizadas junto à bancada feminina no congresso federal, pela ONG CFemea, enquanto que Lourdes Bandeira comenta sobre o fortalecimento de ONGs como o SOS Corpo, em Recife, e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo, ambos comprometidos com a cidadania das mulheres.

As ONGs aparecem como a marca que configura a especialização pela qual o movimento feminista passou e vem passando, em contraposição a uma generalização do pensamento feminista. Este pensamento e as relações existentes entre teoria e prática militante marcam, em certa medida, algumas das tensões atuais. As diversas

Texto da Comissão Organizadora do IX Encontro Nacional Feminista. Arquivo SOS Corpo. MIMEO. Importante contribuição, com relação ao mapeamento dos grupos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil foi realizada por Miriam Grossi e Sônia Miguel (1996).

²¹ Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero.

²² Empoderamento é uma tradução do conceito de *empowerment*, da literatura sobre desenvolvimento anglo-saxão. A noção de empoderamento segue um modelo de desenvolvimento alternativo e tem como reivindicações políticas-chave a integração política (democracia participativa), a integração econômica (crescimento econômico adequado), a integração social (igualdade de gênero) e a integração futura (sustentabilidade) (WORLD BANK. Decentralized rural development and enhanced community participation: a case study from Northeast Brazil. In: www.worldbank/research/workpapers, 1995). É conceituado como um processo no qual pessoas e grupos que “não têm poder” tornam-se cientes das dinâmicas de poder em suas vidas, desenvolvem habilidades e a capacidade de obter ao menos um controle razoável sobre as mesmas, sem comprometer os direitos de outros e apoiando o empoderamento de outros (ROWLANDS, 1992). No movimento feminista ele se tornou sinônimo de reintegração do poder às mulheres, através de subsídios relacionados à auto-estima, ao acesso a bens sociais e econômicos. Há uma crítica interna feminista com relação ao uso deste termo, já que o mesmo foi trazido “numa relação hierárquica de cima para baixo, na qual os países desenvolvidos e as agências financiadoras requereram seu uso pelas ONGs locais” (Diário de Campo, 2004 e 2005).

protagonistas do cenário atual lidam com a generalização de um pensamento feminista que, por um lado, redimensiona as relações de binaridade entre masculino/feminino, natureza/cultura, dentre outras, e, por outro, as necessidades de fortalecimento de uma identidade que unifique e especifique as lutas das mulheres em prol de constituição de agendas (BUTLER, 2003; BRAIDOTTI, 1989; MOUFFE, 1999a e 1999b, dentre outras). Além disso, a autonomia do movimento é fonte de questionamento, principalmente a partir do fenômeno da “onguização”. Relacionado a este também estão as escolhas de agendas de macro e de micro-políticas e as fontes de financiamentos, fatos que são destacados mais adiante.

Considero importante discutir sobre a composição atual do movimento feminista brasileiro, de forma que se estabeleçam as relações deste com o debate trazido até o momento. Pensando a realidade da América-Latina e do Caribe, Sonia Alvarez (1998 e 2000) diz que o campo feminista é atualmente composto pela fusão de forças, no seguinte cenário: redes, ONGs, gestão pública, financiadoras e núcleos de pesquisa. Simone Diniz (2006) comenta que há no Brasil uma especificidade concernente ao movimento feminista, que se organiza com maior força através das ONGs e redes feministas. Concordando com a perspectiva de ambas, e tendo como aporte a pesquisa de campo efetuada para esta tese, tracei uma conformação do movimento feminista atual (virada do século XX) que exponho a seguir²³:

- 1) Os diversos grupos de reflexão que se instituíram ainda nas décadas de 1970 e 1980, se reestruturaram, em sua maioria, como ONGs. A estes antigos grupos se uniram novos, nos últimos 10 anos. A concentração destes grupos está na região Sudeste, embora importantes protagonistas deste cenário encontrem-se em estados como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no Nordeste; em Goiás e Distrito Federal, na

²³ Tomei como aporte a revisão bibliográfica de teses e dissertações nacionais sobre feminismo, produzidas neste período ou que reflitam sobre ele; consultas a sites feministas nacionais, através de textos e folders; visitas a sites de gestores, dentre estes, o da Secretaria de Políticas para as Mulheres; consultas em revistas nacionais feministas e núcleos de pesquisa; e busca de trabalhos fotográficos que reflitam, em algum sentido, as “caras” do movimento; busca de folders e relatos de Conferências Nacionais sobre Políticas para Mulheres e Congressos Nacionais e Internacionais sobre Feminismo, Mulher e Ciência, tanto na academia quanto no setor de gestão de políticas públicas, compreendendo o período entre 2000 e 2006.

região Centro-Oeste; e em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no sul do país. Uma particularidade destas ONGs é que elas se agregam em torno de objetivos/características identitárias/segmentos, tais como questões de raça/etnia, geração, orientação sexual²⁴. Ainda com relação às ONGs, seu fortalecimento evidencia uma profissionalização do movimento feminista, que vem desenvolvendo de maneira institucionalizada a maior parte das ações com impacto em políticas públicas. Entretanto, para uma parte das feministas²⁵, a autonomia do movimento estaria sob alerta, já que muitas estratégias passariam a ser definidas também por negociações de ordem global ou por agendas pré-definidas por financiadoras. Na perspectiva das componentes das ONGs, um espaço no qual a autonomia seria resguardada são os Fóruns de Mulheres, por possuírem um caráter de não institucionalização.

- 2) Os Fóruns de Mulheres Estaduais são espaços que foram compostos, em sua maioria, a partir da organização de diversos coletivos feministas e de mulheres. Eles agregam os inúmeros grupos de mulheres organizados (ONGs, associações, coletivos, secretarias de partidos políticos) em torno do que se pode chamar de movimento de mulheres e feminista. Estes espaços exercem o lugar de controle de ações e agendas dos movimentos localmente, regionalmente e nacionalmente. São espaços que se conformam através de coordenações colegiadas (em sua maioria) retiradas a partir do coletivo de instituições presentes. Os fóruns têm ainda a característica de não serem instituições formalizadas, embora tenham cartas de princípios que orientem a entrada das participantes²⁶. Os Fóruns funcionam como

²⁴ Algumas das ONGs feministas com inserção nacional: SOS Corpo (PE), Casa da Mulher do Nordeste (PE), Cunha (PB), Centro 8 de março (PB), Coletivo Leila Diniz (RN), CFêmea (DF), Transas do Corpo (GO) Themis (RS), Casa da Mulher Catarina (SC), Católicas pelo Direito de Decidir (SP), Instituto Patrícia Galvão (SP), ECOS (SP), Geledés (SP), União de Mulheres (SP), Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP), REDEH (RJ).

²⁵ Diários de Campo, 2004 e 2005.

²⁶ Exemplos de alguns fóruns estaduais: Fórum de Mulheres de Florianópolis, Fórum de Mulheres de Santa Catarina, Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, Fórum de Mulheres da Paraíba e Fórum de Mulheres de Pernambuco.

redes locais que agregam contextualmente as demandas de redes feministas nacionais e latinas, principalmente com relação a ações e campanhas públicas.

- 3) As redes, por sua vez, configuram-se como espaço privilegiado de ações, no atual momento globalizado. Através destas, agendas e atividades são articuladas e viabilizadas (ALVAREZ, 2000; SCHERER-WARREN, 2000). Os espaços virtuais são bastante comuns como lugares privilegiados de troca entre as diversas participantes do movimento, porém os encontros, reuniões e congressos continuam sendo estimulados e organizados com frequência²⁷. Dentre as redes que compõem o cenário nacional, duas merecem destaque: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)²⁸ e a Marcha Mundial de Mulheres²⁹. Enquanto que a primeira se constituiu na década de 1990, sob os auspícios da primeira ida organizada de feministas a uma Conferência Internacional, a segunda surgiu a partir de 2000, vindo de um modelo de rede internacional que foi replicado localmente, em diversos países do mundo. A AMB se transformou em uma articulação nacional que tinha como objetivo principal reunir os diversos fóruns de mulheres estaduais na organização de pautas comuns. A Marcha Mundial também se transformou em uma

²⁷ Redes feministas de grande configuração nacional: Articulação de Mulheres Brasileira (AMB); União Brasileira de Mulheres (UBM); Marcha Mundial de Mulheres; Rede Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

²⁸ “A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é uma organização política não partidária que articula e potencializa a luta feminista e a ação política das mulheres no plano nacional e internacional. Para alcance de seus objetivos, a AMB fortalece o movimento feminista afirmando seu caráter de sujeito político e organiza ações orientadas à transformação e democratização do Estado e da sociedade, incidindo sobre distintas dimensões da política, da cultura e da economia” (www.articulacaodemulheres.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008).

²⁹ A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Sua primeira etapa foi uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha seis mil grupos de 159 países e territórios. As manifestações de encerramento desta primeira fase da Marcha, no dia 17 de outubro de 2000, mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo. Nesta ocasião, foi entregue um abaixo assinado à ONU com cerca de cinco milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha. No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres juntou setores como o movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano; ampliou o debate econômico entre as mulheres e as trouxe para as ruas. Construimos uma plataforma nacional, a “Carta das Mulheres Brasileiras” que exige terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação das mulheres e soberania do país (www.sof.gov.br, última visita em 07 de janeiro de 2008).

organização, estando, entretanto, presente enquanto pauta específica para diversas organizações feministas. Além destas duas redes, uma outra é forte presença quando o tema debatido é o da saúde das mulheres: a Rede Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Organizada desde o final da década de 1980, a mesma tem na internet seu grande veículo de debate atual, embora possua representantes eleitas em todo território nacional, as quais, por sua vez, debatem os temas propostos na rede em suas organizações e nos fóruns de mulheres, além de levarem também as demandas locais para a rede nacional. Merece destaque ainda uma rede transnacional que vem atuando em parceria com a AMB no Brasil, a Articulación Feminista Marcosur. Esta agrega feministas da América Latina e do Caribe em torno de pautas comuns, buscando dar voz às demandas locais e tornando-as, na medida do possível, regionais³⁰. Estas redes têm como forma de ação e organização grandes campanhas nacionais e os espaços de encontros feministas e de mulheres.

- 4) As secretarias de partidos políticos continuam presentes neste momento atual³¹. Seus embates e disputas, bem como consolidações de ações junto às outras parcelas do movimento social, continuam em torno da discussão entre classe e gênero³².
- 5) A conformação atual do movimento feminista brasileiro não se constituiu sem esse espaço concreto dos Encontros Feministas. Concordo com autoras como Costa (1981), Alvarez et alli (2003) e Maluf (2006)³³ para as quais estes atuaram e continuam atuando como arena de debates e embates internos – espaços emblemáticos – na proposição, constituição e reconstituição desta esfera como tal. Dentre

³⁰ www.articulacaodemulheres.rog.br, www.soscorpo.org.br, www.redesaude.org.br, www.sof.org.br, últimas visitas em 07 de janeiro de 2008.

³¹ Nos anos 1980, as secretarias de mulheres nos partidos de esquerda passaram a se consolidar. Entretanto, para muitas feministas, estas continuaram tendo o debate de classe acima do de gênero. Desenvolvo este debate no capítulo seguinte, sobre a esfera governamental.

³² Alguns exemplos de secretarias de partidos políticos participantes de Fóruns de Mulheres: Secretaria de Mulheres do PT, Secretaria de Mulheres do PC do B, Secretaria de Mulheres do PSB.

³³ Através de comunicação oral.

esses, existem encontros feministas nacionais e latino-americanos³⁴, além dos já citados encontros específicos de redes feministas, geralmente para decisões internas e escolhas de pautas de ação externa. As redes se incluem na organização dos Encontros Feministas e levam também suas propostas para serem debatidas nos mesmos, de forma a ampliar e consolidar as ações. Desde o início dos anos 1980, as feministas latino-americanas e caribenhas criaram os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe como um espaço de articulação política regional. Estes passaram a funcionar como fóruns nos quais se organizavam redes de atuação coletiva, definiam-se datas de lutas comuns e construíam-se laços políticos de identidade e solidariedade regional. “Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe tornaram-se um lugar privilegiado de diálogo, debate, conflitos, controvérsias e formação de coalizões entre as diferentes correntes de pensamento feminista da região. Estes Encontros são espaços de reflexão crítica feminista, de troca de idéias, perspectivas, projetos e utopias”³⁵. Encontram-se nesses espaços mulheres que se identificam com o feminismo, vindas dos mais diversos movimentos de base e sociais, caracterizando o mesmo com uma configuração diversa, composta por mulheres de diferentes classes sociais, faixas etárias, opções sexuais, grupos étnico-raciais e países. Além disso, mulheres apresentando trajetórias políticas múltiplas e com experiência de ativismo nos mais distintos espaços³⁶.

³⁴ Os Encontros Feministas Brasileiros já ocorreram 13 vezes, enquanto que os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe estão em sua décima versão. No ano de 2008 acontecerá o 11º Encontro, na cidade do México.

³⁵ Este discurso foi publicado na página do 10º e último Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que será descrito e analisado ainda neste capítulo (www.10feminista.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008).

³⁶ “Os Encontros passaram a acontecer a cada dois ou três anos, desde 1981, ano em que foi realizado o 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bogotá, Colômbia. Em outubro de 2005, o 10º e último Encontro aconteceu em São Paulo, Brasil. Os Encontros Feministas foram cenários de debates fundamentais para o feminismo e o movimento social das mulheres da região nestes mais de vinte anos.

Tendo em vista essa conformação do movimento feminista brasileiro apresentada acima³⁷, dou prosseguimento ao texto, tomando a análise de Sonia Alvarez, Elisabeth Friedman, Ericka Beckman, Maylei Bleckwell, Norma Chinchilla, Nathalie Lebon, Marysa Navarro e Marcela Ríos Tobar (2003). As mesmas discutem sobre os nove primeiros Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, trazendo importantes discussões latinas e da realidade de cada país participante. Focalizarei a relação entre elas e as questões e demandas do movimento brasileiro, sem deixar de considerar a importância de seu diálogo com as redes transnacionais feministas.

2.2.2. Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe: sua importância no cenário feminista

Através da análise dos encontros é possível compreender os caminhos que os feminismos no sul das Américas vêm trilhando (ALVAREZ et alli, idem, p. 543). Mais que isto, cada encontro enfatiza questões ou problemas específicos do país-sede que podem ser compreendidos na interface entre especificidades locais e debates globais³⁸. Mesmo que ancorados na solidariedade política entre mulheres, os encontros e os “desencontros” têm propiciado debates produtivos e reconfigurado alianças e coalizões entre as feministas da região (ALVAREZ et alli, 2003, p.544).

Enquanto os feminismos na região latino-americana surgiram de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, os encontros permitiram que as militantes pudessem compartilhar suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos. Além disso, “Os encontros provaram ser arenas

³⁷ As agências financiadoras, embora não sejam colocadas nas falas das feministas por mim entrevistadas diretamente como protagonistas neste campo de ações, estão presentes principalmente no caso dos países “em desenvolvimento” como o Brasil, incitando a direção de agendas de ação atual e para os próximos anos. Assim é que se assiste a muitas das feministas brasileiras, que participaram da construção de ONGs importantes (como é o caso da Themis, no RS, e da ECOS, em SP) e/ou que atuaram no espaço de núcleos acadêmicos, passarem a compor os quadros de agências financiadoras. Este espaço veio fortalecer, de certa forma, as ações em gênero e estudos feministas, através do financiamento de ações em nível local e global, pensando em ações de ONGs e instituições acadêmicas, assim como em ações em rede – conferências internacionais e encontros feministas latino-americanos. Entretanto, é importante relativizar esta participação de feministas em cargos de poder nas agências financiadoras, visto que, ao comporem estas instituições, de certa forma passam a integrar a ideologia institucional, apesar das críticas que também podem realizar internamente. Exemplos de algumas agências: Fundação Ford, Fundação Mac Arthur, DED, Save the Children (Diário de Campo, 2004).

³⁸ Apoiada neste fato é que trato dos dois encontros ocorridos no Brasil como campo de análise. O 3º Encontro, de 1985, por meio de relatos e fontes secundárias oficiais do evento; e o 10º Encontro, de 2005, por meio de pesquisa etnográfica.

transnacionais fundamentais onde identidades e estratégias especificamente latino-americanas têm sido constituídas e contestadas” (ALVAREZ et alli, *ibidem*, p. 543)³⁹.

Para a descrição que iniciarei, tomo como interlocução – com o qual debatarei bastante – o artigo de Sonia Alvarez et alli “Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos” (ALVAREZ et alli, 2003), publicado no dossiê sobre o Fórum Social Mundial, da Revista de Estudos Feministas (REF), em 2003⁴⁰, por ser o único texto que condensa análise e apresentação de todos os nove Encontros Feministas Latino-Americanos ocorridos até aquela data, tornando-se, assim, produção de referência no campo⁴¹. O mesmo trouxe uma análise dos principais debates políticos e filosóficos que surgiram durante 20 anos de encontro: (1) mudanças nas concepções de autonomia do movimento e na relação dos feminismos com o movimento de mulheres mais amplo e com outros atores na sociedade civil e política, o Estado e instituições internacionais; (2) controvérsias geradas pelas recorrentes crises de inclusão e de expansão do movimento; e (3) debates centrados nas diferenças, desigualdades e desequilíbrios de poder entre mulheres, em geral, e entre as feministas, em particular (ALVAREZ et alli, *idem*, p. 541).

As autoras argumentam que coalizões, conflitos e controvérsias que emergiram em contextos nacionais ou sub-regionais específicos têm sido (re)encenados e, às vezes, (re)escritos nessas arenas transnacionais. Os debates e as tensões que se desenrolam nesses encontros, por sua vez, têm sido freqüentemente revividos nas esferas locais e nacionais do movimento – destacando, assim, o que as autoras chamam de “a constituição mútua do nacional e do transnacional” (ALVAREZ et alli, 2003, p. 544).

³⁹ Até a presente data, ocorreram dez encontros, sendo que, dentre eles, apenas o Brasil sediou por mais de uma vez os Encontros Feministas Latino-Americanos.

⁴⁰ O Dossiê da Revista de Estudos Feministas de 2003, intitulado “Feminismos e Fórum Social Mundial”, trouxe um conjunto de artigos que avaliam e descrevem a participação das feministas no espaço do Fórum Social Mundial, para o qual o pensamento crítico internacional voltava-se. As diversas questões internas aos movimentos feministas nacionais e Latino-Americanos confrontavam-se e interagiam com temáticas convergentes entre este movimento e outros movimentos nacionais e internacionais. O debate concentrava-se na interface entre questões imprescindíveis a cada segmento social – desigualdades de gênero, étnico-raciais, sexuais, geracionais, entre outras – e a relação destas com políticas estruturais nacionais e internacionais. Entre os artigos sobre feminismos e feministas, eram articuladas à idéia central do Fórum, qual seja, a de que “outro mundo é possível” (REF, 2003) os princípios e pautas do movimento feminista no Brasil, na América Latina e Caribe.

⁴¹ Este mesmo texto aparece como indicação no site do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, durante a realização do mesmo, como referência de leitura para as mulheres que participavam do evento (www.10feminista.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008).

Antes de iniciar meu diálogo, propriamente dito, com as autoras, trago, para melhor situar a leitora e o leitor um quadro geral sobre os dez Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe.

Quadro 2. Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe

1º Encontro – Bogotá - Colômbia	1981
2º Encontro – Lima - Peru	1983
3º Encontro – Bertioga - Brasil	1985
4º Encontro – Taxco - México	1987
5º Encontro – San Bernardo - Argentina	1990
6º Encontro – Costa Del Sol - El Salvador	1993
7º Encontro – Cartagena - Chile	1996
8º Encontro – Juan Dolio - República Dominicana	1999
9º Encontro – Playa Tambor - Costa Rica	2002
10º Encontro – Serra Negra – Brasil	2005

De acordo com Alvarez et alli (idem), a primeira década de encontros trazia o debate sobre identidades feministas e políticas. Entre 1981 e 1990, as discussões nos cinco primeiros eventos giraram em torno de dois pontos principais: a relação entre os movimentos feministas e a esquerda masculina revolucionária e, mais tarde, à medida em que o movimento crescia, a relação entre os movimentos feministas e o mais amplo movimento de mulheres que surgiu no contexto da crise econômica e de violação dos direitos humanos generalizado por toda América Latina e Caribe (ALVAREZ et alli, ibidem, p. 545).

Central para a compreensão da primeira década de encontros é o ideal da autonomia feminista – amplamente aceito, mas veementemente contestado – considerado por muitas como a pedra fundamental da identidade feminista na América Latina e no Caribe. O ideal da autonomia é invocado para evitar a cooptação por atores sociais como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação e até outros movimentos. A autonomia, definida como a capacidade de agir independentemente, e vista como “a palavra mágica” dos feminismos latino-americanos e caribenhos, também

tem sido e continua a ser uma questão espinhosa, qual seja, do que e de quem as feministas devem manter autonomia (ALVAREZ et alli, 2003, p. 546)⁴².

Presente de forma mais clara nos primeiros dois encontros, em Bogotá, Colômbia (1981), e em Lima, Peru (1983), estabeleceu-se a autonomia como uma prática que definia quem era (e quem não era) feminista. Ou seja, para as feministas, a autonomia passou a ser vista como a independência de qualquer organização que considerasse a luta pela liberação das mulheres como um objetivo secundário. Os debates encenados nos encontros do início dos anos 1980 inspiraram muitas militantes na tentativa de superar posicionamentos tão polarizados e ajudaram a produzir novas formas de se entender como as feministas poderiam continuar a ter autonomia e ao mesmo tempo manter vínculos com outras lutas por justiça social (ALVAREZ et alli, idem, p. 546).

Os três primeiros encontros foram totalmente auto-financiados. Cada um deles, caracterizou-se portanto, como “um verdadeiro encontro e não um congresso político estruturado de forma rígida, muito menos uma conferência acadêmica mais formal, refletindo o desejo de se criar novas formas, não-hierárquicas e mais participativas de fazer política” (ALVAREZ et alli, 2003, p. 547).

Neste período, o termo “feminismo autônomo” pareceu se tornar redundante. Segundo Alvarez et alli (idem), o debate político feminista perdeu sua força, na medida em que muitas feministas revisaram sua compreensão do que poderiam chamar de “autonomia engajada” – negociando com ou participando de movimentos e partidos revolucionários e de esquerda, bem como de instituições sociais e políticas dominantes, mantendo, ao mesmo tempo, uma postura crítica e feminista (ALVAREZ et alli, idem, p. 547).

Outro embate interno se colocou em torno da questão sobre “quem poderia ser considerada feminista o suficiente para participar dos encontros e, mais amplamente, a quem o feminismo deveria convocar em primeiro lugar” (ALVAREZ et alli, ibidem, p.548). Enquanto as participantes da segunda edição (Lima, 1983), na sua grande maioria, rejeitaram a criação de um *feministômetro* para indicar quem era mais ou menos feminista, encontros posteriores viriam a questionar o compromisso do

⁴² Trago esta preocupação em páginas anteriores. Autoras brasileiras, como Betânia Ávila (2000), Sônia Miguel (1988), Ana Alice Costa (1998), dentre outras, salientam a importância deste debate no Brasil.

feminismo com a inclusão, especialmente em relação a classe, raça, etnia e sexualidade (ALVAREZ et alli, *ibidem*, p. 547).

O terceiro encontro, realizado em Bertioga (1985), trouxe o dilema da inclusão para primeiro plano. Interessou-me investigá-lo mais acuradamente por ter sido o primeiro sediado no Brasil. Dessa forma, remeti-me diretamente aos documentos oficiais do evento, bem como às entrevistas que fiz com organizadoras do mesmo.

Segundo relatos das participantes (entrevista com informante-chave)⁴³ e de leitura do material publicado sobre o evento, 848 mulheres participaram do encontro. As principais questões políticas feministas neste período giravam em torno da autonomia e do poder – como ser um movimento autônomo em relação aos partidos políticos, às instituições e ao Estado, bem como ter poder em relação aos homens e às instituições patriarcais.

É muito fácil a gente dizer: “somos mulheres com autonomia, não queremos partidos, não queremos sindicatos, só assim nos libertaremos”. Eu acho isso falso. É estabelecer guetos pra gente, é muito fácil garantir um espaço fora de um espaço geral; eu acho que nosso espaço é dentro do espaço geral, é dentro dos espaços políticos, é lá que nós vamos colocar a questão da mulher e transformar a consciência desses partidos (M, 1985, oficina sobre feminismos. Relatório oficial do 3º Encontro Feminista, Bertioga-BR).

Foi comentado que as participantes se olharam e viram que havia entre elas uma extraordinária diversidade cultural, étnica e política, até então não claramente percebida no movimento (MORAES, 1998). As quase 400 brasileiras presentes personificaram a ampla gama de ideologia e atividades feministas em meados da década de 1980. Dizem-nos os relatos que as brasileiras tinham criado o que talvez fosse o maior, mais diversificado e mais politicamente influente movimento feminista na América Latina. Seus encontros regionais e nacionais, sua experiência com eleições e partidos políticos, bem como sua visibilidade na política nacional, fizeram do

⁴³ Entrevista realizada em 19 de outubro de 2005, na cidade de São Paulo, com feminista que participou da organização e registrou oficialmente (fotografias e relatos do relatório oficial) o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga, São Paulo, com publicação posterior. Além disso, relatos encontrados na dissertação de mestrado de Odalisca de Moraes (1998) vêm somar-se ao material analisado.

movimento brasileiro, ao mesmo tempo, o mais invejado e, em certa medida, o modelo dos movimentos feministas na América Latina (MORAES, 1998).

Neste encontro percebia-se a grande necessidade de demarcar a autonomia do movimento através dos relatos de sua concepção. Assim, as temáticas a serem discutidas foram escolhidas em comum acordo com consulta prévia e a orientação para os momentos de debate era a de que a coordenação deveria ser tirada no momento mesmo das discussões. Assim, a pauta do encontro foi dividida nos três dias da seguinte maneira: a) primeiro dia: nossos feminismos (feminismo e violência, feminismo e comunicação e artes, feminismo e vivência cotidiana, feminismo e racismo); b) segundo dia: nosso corpo, nossos desejos (a percepção das mudanças de nosso corpo, como os padrões culturais, incorporados por nós, interferem em nossas vidas, a vivência do nosso corpo e a expressão de nossas emoções, sentimentos e desejos); e c) terceiro dia: temas gerais (lesbianismo, políticas de saúde, aborto, prostituição, feminismo na América Latina I, II e III, e a perspectiva do IV encontro)⁴⁴.

A experiência de vivenciar o feminismo aparece como grande mote do encontro, em detrimento das questões de políticas globais que virão a ser mais presentes na virada do século. Foi ainda significativo, observando a questão de como as identidades estavam se “fragmentando” em especificidades, o fato de as lésbicas, tornadas visíveis no encontro de Lima (anterior a este), agora preferirem reunir-se em sessões próprias. Dois anos antes, discutir lesbianismo era praticamente um tabu, embora se discutisse sexualidade. Ao invés de ter de explicar sua existência às heterossexuais, as lésbicas agora podiam politizar uma identidade lésbica. As mulheres também se reuniram em outros grupos identitários, a saber, por país, profissão, tempo de envolvimento no movimento, classe, raça, idade, religião (MORAES, 1998). O encontro de Bertioga deu às participantes a noção do crescimento do movimento e de sua concomitante heterogeneidade⁴⁵.

Neste encontro feminista aparecem como tópicos de discussão prioritários – com dia específico e espaço de relevância nos anais do evento – os temas do “racismo” e dos “nossos feminismos”. Além destes, a questão da lesbianidade, da sexualidade, do amor e do desejo, aparece nas oficinas “nossos corpos, nossos desejos” e “El Amor de

⁴⁴Relatório oficial do Terceiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga -SP- Brasil, em 1983.

⁴⁵ Idem.

las Mujeres y su Sexualidad”, sendo, dessa forma, tematizadas durante o evento. Sônia Maluf (2006) reflete que estas temáticas se aglutinavam em torno de questões centrais para o movimento, naquele momento, que seriam a autonomia e a especificidade da luta “das mulheres”. A autonomia do feminismo aparecia em relação a outros movimentos (partidos, sindicatos, movimentos, Estado). A autora analisa em seu artigo a experiência do grupo feminista Liberta, de Porto Alegre, e coloca que a autonomia era organizativa, parte da pauta do próprio movimento, e ali era representada pela imagem e pela palavra – liberta – ao mesmo tempo em que anunciava: quem libertará as mulheres são elas próprias.

Nesse momento não se colocava com centralidade a questão de quem são essas mulheres. “Mulher” era o significante inquestionável que reunia as integrantes do movimento e que, portanto, não estava sujeito a discussões ou maiores debates ou segmentações, ainda que grupos específicos e o tópico “diversidade” já se apresentassem.

No 3º Encontro, esta questão também pôde ser evidenciada:

Lo que a mí me preocupa es de que manera en esto de nuestros feminismos hay espacio para la diversidad en forma simultanea, o sea, nosotras somos capaces de articular algo que dé lugar a una multiplicidad, algo que nos permita ese espacio grande (L, 1985, p. 22, oficina “Nossos Feminismos”, Relatório Oficial do 3º Encontro Feminista, Bertioga-BR).

O tópico da diversidade – a de serem as mulheres diferentes entre si e com especificidades dentro do movimento – aparece como discurso político que evidencia a diferença e que deve indicar ações políticas específicas. Entretanto, apenas as negras já se constituem como segmento com pauta própria, em seus sentidos e discursos. As demais – lésbicas, indígenas, deficientes, só para citar algumas diferenças – ainda se fazem em um movimento de (re)velar, no qual ora se revelam – suas necessidades e suas especificidades – , ora se velam – encobrimdo as diferenças no todo, ou seja, no coletivo, da identidade de mulheres.

O 4º Encontro, em Taxco, México (1987), trouxe os novos desafios postos pela expansão do movimento entre mulheres pobres, trabalhadoras e não brancas tornando-os “dramaticamente” evidentes (ALVAREZ et alli, 2003, p. 548). A presença maciça de

mulheres politicamente ativas “novas no feminismo”, contudo, foi vista como problemática por algumas. Muitas “feministas históricas”⁴⁶ acreditavam que a presença do movimento de mulheres impedia a elaboração de uma agenda feminista, sendo, portanto, contraproducente para o avanço da produção do conhecimento feminista. Como conseqüência, houve a proposta de um encontro separado no futuro, fato este que levou a um coro na plenária de que “todas eram feministas”, o que permitiu uma maior percepção de que o feminismo não pertencia a ninguém (ALVAREZ et alli, 2003, p. 548-549)”. Além disso, a presença simultânea de mulheres de grupos autônomos, de centros de estudo e de arenas institucionalizadas como partidos políticos e do Estado sugeria que os velhos debates sobre autonomia haviam sido aparentemente superados, mas isto apenas por compartilharem do mesmo espaço e não pelo teor dos debates.

Enquanto, durante os anos 1980, a forma de trabalho em grandes redes era relativamente rara, nos anos 1990 redes centradas em políticas específicas cresceram significativamente em visibilidade e influência, em grande parte devido ao crescente envolvimento dos feminismos Latino-Americanos e Caribenhos com o processo das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴⁷ (ALVAREZ et alli, idem, p. 549).

Nos anos 1990 as questões centraram-se em torno da autonomia, das estratégias e das identidades feministas produzidas internamente, nas arenas de debate do movimento, além das tensões entre inclusão e expansão, particularmente nos encontros de Costa Del Sol, El Salvador (6º Encontro -1993), Cartagena, Chile (7º Encontro - 1996) e Juan Dolio, República Dominicana (8º Encontro -1999).

Antes disso, no 5º Encontro, realizado em San Bernardo, Argentina (1990), a idéia de que “qualquer mulher que se considere uma feminista é uma feminista” ecoou e terminou por se tornar uma solução contingente para a persistente tensão dentro do feminismo sobre inclusão e expansão. Na última sessão plenária, foi declarado que

⁴⁶ Denominação êmica. São chamadas assim as feministas que têm bastante tempo de militância, avaliada através da visibilidade e do poder de suas ações em redes locais e globais. Em alguns casos, também através da produção de textos políticos e teóricos.

⁴⁷ Na década de 1990, o movimento feminista teve sua agenda ampliada em virtude do ciclo de conferências promovido pelas Organizações das Nações Unidas, como já foi salientado no início deste capítulo. Tendo em vista este panorama, torna-se importante discutir sobre o processo das conferências (SCHUMAHER, 2003), bem como dos grandes encontros feministas, na constituição do campo feminista brasileiro na contemporaneidade. Nos próximos parágrafos este tema será discutido, relacionando as Conferências Mundiais e os Encontros Latino-Americanos, tal qual análise de Alvarez et alli (2003) que já vem sendo apresentada neste item do capítulo.

“todas as mulheres que lutam para melhorar a situação real do gênero feminino serão consideradas feministas” (ALVAREZ et alli, 2003, p. 549). As “feministas históricas” foram criticadas como aquelas fundadoras do feminismo que se apropriaram dele para si próprias e que empregam categorias que não apenas são obsoletas como também discriminatórias contra as mulheres que estão chegando no movimento (Francesca GARGALLO, 1991, p. 15-16, op. Cit. ALVAREZ et alli, idem, p. 549)”.

As tensões em torno de quem seria incluída na comunidade feminista “verdadeira” (mesmo que sempre imaginada) também foram novamente colocadas nos Encontros de Costa Del Sol (6º Encontro-1993) e Cartagena (7º Encontro – 1996) sob essa mesma perspectiva: “se deveriam as militantes, agora predominantemente envolvidas em arenas de políticas ‘masculinistas’, ser vistas simplesmente como a vertente da *advocacy* do movimento, ou estariam elas se ‘vendendo’ ou, pior ainda, seriam elas ‘traidoras’ da causa feminista” (ALVAREZ et alli, ibidem, p. 550).

No 7º Encontro, em Cartagena, Chile, as questões feministas debatidas foram as seguintes: 1) as estruturas políticas e filosóficas das diversas correntes do feminismo latino-americano, ou seja, autonomia, movimento, ética feminista, as relações com o movimento de mulheres e as estratégias no contexto da globalização do neoliberalismo; 2) as dimensões escondidas e discriminantes do feminismo: as mulheres indígenas, as mulheres negras, as lésbicas, as pobres; 3) as estratégias de ação (ALVAREZ et alli, 2003, p. 557).

Ainda neste mesmo encontro, o reflexo das tensões presentes no processo de Beijing⁴⁸ se fez presente através da colocação elaborada durante a oficina da “terceira posição” na qual participaram cerca de 300 a 400 mulheres. Na mesma, as participantes criticaram a “ênfase excessiva nas políticas públicas” por alguns setores do movimento feminista e reforçaram que “nós precisamos avaliar nossas próprias práticas e discutir como podemos revitalizar o movimento feminista em nossos países, reconhecendo sua fragilidade atual” (in ALVAREZ et alli, idem, p. 557).

Ainda na década de 1990, o movimento feminista ampliou os debates de sua agenda tendo em vista o ciclo de conferências promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). “O ápice desse processo de integração internacional da luta das

⁴⁸ IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing, China, 1995.

mulheres deu-se com a realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995) a qual possibilitou, em muitos países, uma grande mobilização” (SCHUMACHER, 2005, p. 2-3). Este palco de conferências da ONU apontou para uma dedicação à arena internacional, particularmente neste período (ALVAREZ et alli, 2003, p. 550 e 551).

O processo de Conferências Internacionais alçou novas fronteiras e novas formas de diálogo, denominados por Alvarez et alli (2003) de “diálogos transnacionais”. A Quarta Conferência Mundial de Mulheres e Estado de Beijing⁴⁹, bem como seus preparativos, trouxe tensões entre militantes, havendo uma nítida separação entre os grupos centrados em políticas amplas e aqueles mais centrados nas ações internas do movimento feminista, reflexo de uma tensão entre feministas “autônomas” e feministas “institucionalizadas”⁵⁰ (ALVAREZ et alli, 2003, p. 555 e 556, e ALVAREZ, 1998).

No 8º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, o último do milênio que aconteceu na República Dominicana, e no 9º Encontro, na Costa Rica, as questões se mantiveram similares aos encontros anteriores, sendo que jovens feministas iniciaram seu percurso com reivindicações próprias. Além disso, autônomas e institucionalizadas mantiveram ações com focos locais e inter-redes. Alvarez et alli (idem) afirmam que a preocupação com possíveis distinções de focos se dava mais por parte daquelas que se autodenominavam autônomas, sendo esta uma divisão factível internamente ao movimento feminista. Outro ponto que merece destaque nestes encontros relaciona-se à metodologia empregada. Mais dedicados às experiências das participantes do que à organização de estratégias políticas, os mesmos foram alvo de críticas por parte de

⁴⁹ Sem dúvida, um dos acontecimentos mundiais mais importantes da História deste último quarto de século para o feminismo internacional foi a IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, China, em 1995. O propósito desta conferência foi elaborar um programa mundial de igualdade, orientado para proteger os direitos humanos das mulheres, independentemente de suas características individuais de raça, etnia, idade, condição social, estado civil, religião e cultura, tal qual descrito neste capítulo. Tornar realidade esse programa significou congregar a vontade política mundial em torno de objetivos estratégicos, para eliminar as barreiras que limitam o acesso das mulheres aos benefícios do desenvolvimento e à cidadania plena, e chegar a um compromisso ativo dos governos em torno disso.

⁵⁰ Identificada como uma tensão entre autonomia, inclusão e expansão do movimento, ALVAREZ et alli (2003, p. 550) definem duas lógicas que caracterizaram os movimentos feministas nos anos 1990: *advocacy* de políticas e identidade-solidariedade. Enquanto a primeira se preocupava em promover políticas de gênero e feministas em instituições governamentais e não-governamentais, a segunda centrava-se em ações internas ao movimento, não estando diretamente direcionadas às instituições formais de políticas. A conseqüente entrada de feministas nos governos, e na formação de ONGs impulsionou trabalhos mais institucionalizados, levando à demarcação de ações militantes institucionalizadas, por um lado, e das chamadas autônomas, por outro.

militantes. Finalmente, a pauta global com interferências locais se fez presente através dos temas de debate “globalização e neo-liberalismo” (ALVAREZ et alli, ib, p. 568).

Antes de adentrar no 10º e, até então, último Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido no Brasil em 2005, gostaria de trazer mais elementos para a composição do cenário nacional e de suas relações com cenários regionais latino-americanos. Para tanto, elegi dados do penúltimo (XIII) Encontro Nacional Feminista, que ocorreu no ano 2000, na cidade de João Pessoa, na Paraíba, e do último (XIV) Encontro Nacional Feminista, ocorrido em 2003, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O XIII Encontro Nacional Feminista foi intitulado “O feminismo nos 500 anos de dominação” e contou com a participação de índias, negras e brancas, mulheres do movimento feminista e do movimento nacional de mulheres⁵¹. De acordo com as participantes, o evento possibilitou o intercâmbio e o fortalecimento do feminismo no Brasil. O mesmo foi organizado pela ONG paraibana Cunhã, em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras e com a Rede Feminista de Saúde, contando com apoio, em grande escala, de outras redes como a Marcha Mundial de Mulheres e de fóruns de mulheres e outras ONGs feministas que fazem parte das mesmas.

O XIII Encontro contou com mesas redondas, oficinas temáticas, painéis e com reuniões de segmentos de mulheres negras, lésbicas e deficientes físicas. Além disso, houve também reunião da Rede Feminista Acadêmica do Norte e Nordeste de Pesquisas sobre Feminismo, Mulheres e Gênero (REDOR). O Encontro contou ainda com um programa de rádio que debatia pontos importantes, intitulados “Cidade das Mulheres”, “Unindo a Voz de Brancas, Negras e Indígenas” e ainda “Buscando mais Visibilidade das Ações Feministas”⁵². Além destes, a participação masculina foi pauta de entrevista na rádio, visto que houve polêmica quanto a este item durante o encontro. O argumento de manutenção de um espaço somente para mulheres foi reafirmado, baseado na constatação de que as mulheres necessitavam de um espaço absolutamente livre, já que os encontros acontecem apenas de três em três anos⁵³.

No último dia do evento foi organizada uma passeata da rede Marcha Mundial das Mulheres, cujo lema foi “Contra a Pobreza, Violência e a Discriminação Sexista”. A

⁵¹ Fala oficial de Gilberta Soares, da comissão organizadora do Encontro (Anais do XIII Encontro Nacional Feminista, 2000).

⁵² Rádio Mulher, XIII Encontro Nacional Feminista, 2000.

⁵³ Idem.

então integrante da secretaria da Marcha, Miriam Nobre (ONG Sempre Viva-SP) comentou, em entrevista à Rádio Mulher, que 146 países no mundo aderiram à marcha, realizando passeatas locais, cujo objetivo era o de divulgar a situação de desigualdade das mulheres.

O XIV Encontro Nacional Feminista (ENF) foi intitulado de "Feminismo: Um Projeto Político de Vida" e contou com a participação de mulheres de diversas instituições feministas, de 13 estados brasileiros, nos dias 13 a 16 de novembro de 2003. A comissão organizadora contou com ONGs feministas do sul e sudeste do país. Integrantes da secretaria executiva da AMB foram convidadas a participarem de reunião preparatória do encontro, debatendo sobre a metodologia do evento. Entretanto, a articulação não aderiu à comissão de organização, justificando essa atitude através do princípio de autonomia que tem orientado os encontros feministas⁵⁴. O XIV ENF contou com mesas para aprofundamento de temas, painéis e oficinas.

Dois momentos merecem atenção no XIV Encontro Nacional Feminista. O primeiro deles refere-se à participação das lésbicas. Neste encontro, a Liga Brasileira de Lésbicas, a LBL, realizou uma plenária que definiu sua primeira coordenação. Atualmente, a LBL está organizada em três regiões do Brasil, Nordeste, Sul e Sudeste, e congrega cerca de 25 organizações, entre as constituídas somente por mulheres e as mistas, com núcleos de lésbicas, além de um número significativo de ativistas independentes.

O segundo momento deu-se com a organização de uma moção sobre o aborto, divulgada em todo o país através dos veículos de mídia na internet. A moção relacionava-se a um momento em que o Brasil vivia o debate em torno de vários Projetos de Lei (PLs) que tramitavam no Congresso Nacional acerca do direito ao aborto. A mesma solicitava que

Antes de qualquer projeto ser submetido à votação haja amplo debate na sociedade brasileira e que seja ouvido o movimento feminista. Portanto, temos as seguintes opiniões: 1. A Sessão da CSSF⁵⁵ prevista para o dia 19 de novembro de 2003 não deve pautar os PL's sobre o aborto; e 2. Cabe ao governo brasileiro

⁵⁴<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/AE53.pdf>. Última visita em 15 de janeiro de 2008.

⁵⁵ Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal dos Deputados- Brasil.

promover ampla divulgação dos compromissos internacionais sobre os direitos das mulheres dos quais o Estado brasileiro é signatário (Boletim Eletrônico NEP NESEM, v. 5, n. 51, 19.11 a 04.12.2003)⁵⁶.

Ao mesmo tempo em que trazia para a cena uma das preocupações mais recorrentes do feminismo, a questão do direito ao aborto dava apoio e visibilidade a uma série de ações em rede que se fortaleciam no tocante a esta temática⁵⁷.

Esta breve descrição dos diferentes encontros feministas nacionais, assim como dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe buscou contextualizar o campo, para tratar do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que será objeto de uma análise mais detalhada. Nas próximas páginas, questões como autonomia, inclusão e expansão do movimento e o estatuto do(s) sujeito(s) político(s) do feminismo serão analisadas tendo como foco o movimento feminista no Brasil pós década de 1990, através do trabalho de campo que realizei no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em 2005, englobando observação e entrevistas complementares⁵⁸ com as mulheres que ali estavam. Este encontro é aqui analisado enquanto uma situação ímpar e paradigmática do que vem sendo produzido e pensado – as tensões atuais – em torno do(s) sujeito(s) político(s) feminista(s), e sua articulação com questões como a autonomia, inclusão e expansão do movimento, internamente e em sua interface com as esferas governamental e acadêmica, analisadas nos capítulos seguintes. A escolha das entrevistadas foi feita em função da configuração atual do movimento feminista, ou seja, trabalhou-se com tendências que compunham redes nacionais, centros de pesquisa acadêmica e ONGs no Sudeste do Brasil.

⁵⁶ www.uff.br/nepae/bnn055103.htm última visita em 15 de janeiro de 2008.

⁵⁷ Dentre elas a criação das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto, no final deste mesmo ano, que contou com integrantes de diversas redes feministas e instituições de todo o país, além do apoio da Articulación Feminista Marcosur, que vinha desempenhando este mesmo debate em outros países da América - Latina.

⁵⁸ Foram realizadas entrevistas durante e após o 10º Encontro feminista, bem como visitas a locais institucionalizados que compõem o quadro do movimento no Brasil. Dentre estes, ONGs com atuação há mais de 20 anos, redes de jovens e outras redes feministas, bem como centros de pesquisa em gênero e feminismo, todos na região Sudeste. Mais tarde, entrevistas complementares foram realizadas em cidades do Nordeste do Brasil.

2.3. As tensões e os caminhos do(s) ativismo(s) feminista(s) na contemporaneidade.

O foco da reflexão deste item é o 10º e último Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, por mim considerado como momento paradigmático das ações e sentidos produzidos pelas feministas sobre o campo feminista no Brasil, através de análise do meu trabalho de campo.

Meu objetivo aqui é realizar uma reflexão sobre o movimento – pautas políticas e perspectivas internas e externas – a partir do evento. A análise será direcionada para uma reflexão sobre o(s) sujeito(s) político(s) do feminismo, democracia, autonomia, inclusão e expansão do movimento.

Os próprios rumos do movimento feminista estão em questão nas tensões entre a visão de um sujeito do feminismo como sendo “a mulher” ou “as mulheres”. Estas visões políticas utilizam-se, por um lado, de teorias e estratégias essencialistas de reivindicações, as quais colocam a identidade como cerne da busca por cidadania e, por outro, da visão do feminismo como tomado por múltiplos sujeitos, nos quais corpos e subjetividades percorrem lugares e jogos de poder, num contínuo onde o(s) masculino(s) e o(s) feminino(s) são possibilidades de existência. Estas questões estão interligadas através de outros tópicos apontados por Alvarez et alli (2003) em pesquisas sobre os encontros feministas anteriores e sobre as quais já me debrucei neste capítulo.

É neste contexto que trago a discussão sobre as políticas feministas, a partir da perspectiva deste sujeito de direitos que se constitui com a modernidade e que se coloca como questão a afirmação da diferença enquanto processo que exclui. Ou seja, a afirmação da diferença pontua que o sujeito “mulher” está fora de muitos espaços de conquista do Estado democrático. Portanto é necessário garantir que a inclusão não se transforme em uma totalização da vida do sujeito – individualização dos direitos - e, ao mesmo tempo, que possa assegurar a sobrevivência do político como o lugar de radicalização dos princípios democráticos (MOUFFE, 1999).

No caso do movimento feminista brasileiro, Sônia Maluf (2006), refletindo sobre sua experiência de militante nos anos 1980 e sobre a militância que presenciou no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 2005, coloca que existe uma diferença na forma e na direção pelas quais esse sujeito é pensado na atualidade. Se nos anos 1980 o que se impunha era uma discussão sobre a questão da “mulher”, onde as

“especificidades” – raça/etnia e sexualidade - marcavam os discursos situados em relação à identidade maior (mulher e/ou mulheres), hoje mostraram que não é mais possível pensar, de acordo com os discursos da diferença, na “identidade maior”, sem passar pelas diferenças. Ou seja, o foco mudou de direção, pois na atualidade os saberes situados (HARAWAY, 1995) parecem ter tomado o lugar da própria “questão geral ou maior”.

Acrescento ao exposto acima que, para além dos sujeitos políticos do feminismo – negras, lésbicas, indígenas – que lançavam plataformas políticas específicas, novos sujeitos passaram, nos anos 2000, a reivindicar visibilidade como segmento neste mesmo espaço de militância. Por exemplo, as transgêneros, as jovens feministas e os homens. O que estes novos sujeitos e identidades querem dizer/mostrar para o campo de disputas atual? Para onde está caminhando o movimento, entre a problemática da necessidade de ações específicas, exaltando pluralidade, e a “unidade” do movimento?

Compreendo que essas mudanças existem e é pertinente pensar nelas com acuidade, acompanhando as implicações que as mesmas propiciaram para o campo político feminista. Ou seja, faz-se necessário pesquisar sobre as disputas que existem e os caminhos políticos que se colocam, através dos sentidos de discursos e práticas das militantes⁵⁹.

A observação e a pesquisa no 10º Encontro passaram por uma imersão nas atividades formais – mesas redondas, “diálogos complexos”, oficinas, plenárias e festas programadas – e informais – conversas, refeições e caminhadas pela “cidade das mulheres”, além da realização de entrevistas durante e após o evento.

2.3.1. O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe como momento paradigmático das tensões de um sujeito político do feminismo

2.3.1.1. O 10º Encontro Feminista e suas especificidades

Os encontros feministas se caracterizaram, desde o primeiro, como espaços de fortalecimento e discussão interna dos passos feministas – agendas e formulações – e

⁵⁹ Entendo militantes como aquelas que militam em espaços políticos. Portanto, também feministas acadêmicas e gestoras, assim como as ativistas do movimento, serão fruto de análise.

como lugar de exercício de um ser feminista e de um fazer feminismo. Estar em um encontro é marca de participação, é crédito e cartão de iniciação e fortalecimento de uma (ou muitas) identificação(ões) com o feminismo(s).

Em sua décima versão, em 2005, este encontro contou com a participação de mais de 700 brasileiras e de aproximadamente 700 mulheres da América Latina e do Caribe. Além destas, algumas mulheres espanholas, norte-americanas, inglesas e belgas também compareceram, justificando-se pela “importância de se estar presente em um momento de análise e fortalecimento do movimento a partir de uma reflexão sobre suas práticas e teorias” (Diário de Campo, 2005). A maioria das mulheres presentes fazia parte de alguma ONG, grupo de mulheres, fórum de mulheres ou redes feministas nacionais e latino-americanas. Além delas, poucas participantes identificaram-se como integrantes de redes e núcleos de pesquisa acadêmica e ainda de órgãos gestores dos governos federal, estadual e municipal (principalmente coordenadorias ou secretarias da mulher).

Para ingressar no encontro feminista, segundo sua página na internet⁶⁰, foi preciso preencher uma ficha de inscrição que tinha duas perguntas de acesso. Era necessário 1. ser mulher e 2. ser feminista, enquanto auto-definição, para que se pudesse estar neste espaço de discussão, assim como nos encontros anteriores. Portanto, uma verdadeira “cidade das mulheres” foi recriada a cada versão do encontro. Cidade onde mulheres dos movimentos lésbico, negro, indígena, de partidos políticos, de gestão pública, de redes feministas nacionais e internacionais, de financiadoras, de núcleos acadêmicos, de movimentos populares e, agora, de jovens feministas, encontraram-se e buscaram discutir agendas de aproximação ou não. Tensões e reconfigurações são construídas e reconstruídas nestes espaços concretos. Porém, apesar da diversidade que se caracteriza enquanto marca dos feminismos atuais – pluralidade e diferença no convívio e nas agendas de luta e reivindicações – parece que ao se chegar a uma cidade das mulheres – ou em um encontro feminista – uma mística de que se entra em um “outro lugar” passa a existir e é corroborada.

Esse “outro lugar” foi recitado e comentado pelas diversas mulheres que ali se encontravam. Mas que lugar era este mesmo no qual se construiu uma cidade das

⁶⁰ www.10feminista.org.br (última visita em 07 de janeiro de 2008). A página do encontro continua no ar, mesmo após sua conclusão. Foram incluídos comentários e notícias sobre o que aconteceu durante o encontro e sobre repercussões no movimento feminista de fatos ocorridos. A página também comporta assuntos referentes ao local de preparação do próximo encontro, que será no México, em 2008.

mulheres? Ele não foi o mesmo para cada uma das que ali se encontravam, mas havia vivências interessantes que podem lançar algumas pistas. É um lugar em que o “olhar para dentro” das próprias práticas é necessário e faz-se possível. E é um lugar de utopias e buscas de consolidações. Mas também é um lugar onde apenas feministas se encontram: “irmãs na luta, irmãs nos ideais e nas utopias”? A realidade social é bem mais complexa que isto. Ou seja, nem todas ali compartilham os mesmos ideais do que vem a ser o feminismo e de quais bandeiras são mais importantes e urgentes. Porém, a própria “diversidade” que compõe este cenário é reforçada como parte da constituição do feminismo: saber da diversidade, aceitá-la e trabalhar de forma que ela continue. Ou seja, importa trabalhar contra qualquer forma de desigualdade, fortalecendo a possibilidade da pluralidade⁶¹.

Esta, portanto, foi a “cidade” construída em um hotel fazenda, no interior do estado de São Paulo, no Brasil, em outubro de 2005, com capacidade para comportar em torno de 1400 mulheres. Foram quatro dias de encontro, de 09 a 12 de outubro. As participantes chegaram ao longo do primeiro dia, entretanto as atividades somente começariam no dia seguinte. Diversos ônibus do evento faziam o trajeto da capital de São Paulo para a cidade de Serra Negra. Todas se alojaram no hotel durante todo o período, dormindo e realizando as refeições em um mesmo espaço, além da participação nas atividades oficiais do encontro, fato este que nutria a idéia de um imaginário de constituição de uma “cidade das mulheres”, mesmo que temporária.

Esta “cidade”, que não deveria comportar homens, poderia ser uma dentre outras possibilidades de vivenciar a distância do “sistema patriarcal” e capitalista das “cidades não utópicas” (fala de jovem durante 10º Encontro).

Além disso, a cidade se deparou com mais alguns fatos inusitados. A chegada de um senhor de 80 anos em uma das cinco piscinas que compõem o complexo aquático do hotel para fazer seus exercícios de natação semanais, causou confusão. “Um homem na piscina” que foi retirado com paciência por uma das coordenadoras do evento. Ao mesmo tempo, o bar da piscina era servido por garçons homens. Foi reivindicado seu fechamento para que as mulheres pudessem se sentir mais à vontade. Ou seja, toda e qualquer pessoa que não participasse dos critérios do questionário de entrada no

⁶¹ Diário de Campo, 2005 e Caderno de Programação do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, São Paulo-BR.

encontro, deveriam sair da cidade, de forma a não atrapalhar a conformação daquele espaço de construção de utopias.

Algumas das entrevistadas relataram sentimentos sobre estar em um encontro feminista. Neste espaço, segundo elas, muito é possível, no sentido de sentir-se em

Um mundo onde o sistema patriarcal ficou do lado de fora. Pode-se, a despeito de sabermos das opressões pelas quais também passam os homens, caminhar livremente, sem preocupações, de calcinha etc, sabendo que ninguém vai ficar nos restringindo. Há um mito de que tudo é diferente aqui dentro e é mesmo! (entrevista com participante do 10º Encontro, Diário de Campo, 2005).

Este sentimento, não compartilhado por todas, vem fortalecer a perspectiva de que ali há um “caráter utópico”. Este, ao mesmo tempo, tensiona-se ao se pensar nos diversos espaços de discussão em torno do poder e das diferenças entre as próprias feministas⁶².

2.3.1.2. Algumas indagações em torno das especificidades na agenda do 10º Encontro.

Os espaços dos encontros e das conferências colocam-se como lugares de tensionamento e recriação do que vem sendo agendado como pauta política do feminismo contemporâneo. Compreender estes espaços e como eles se configuram trata-se de algo da ordem do dia, visto que neles os processos do campo ganham visibilidade, formam-se e se conformam. Isto se faz a partir de uma agenda largamente negociada pelos diversos segmentos de mulheres feministas e por correntes políticas dentro do feminismo.

As temáticas feministas colocam-se em torno de uma busca de transformação social – no sentido amplo do termo – além de procurarem erradicar as desigualdades sofridas pelas mulheres, acarretadas por sua condição de subordinação. Estas chamadas são conhecidas de todas e todos aqueles que estudam ou militam em torno das questões de gênero e feminismo. Além dessa perspectiva geral, negociações internas vêm sendo feitas no sentido de definir o que é específico da agenda feminista, no Brasil pós-década de 1990, seja nos fóruns políticos seja nos fóruns acadêmicos. As I

⁶² Diário de Campo, 2005, e entrevistas com participantes do 10º Encontro.

Conferências (Governamentais) Estaduais e a Nacional de Políticas para as Mulheres⁶³, que ocorreram em 2004, traziam propostas que, por sua vez, também já refletiam as discussões iniciadas no processo de organização da plataforma política feminista (encontro organizado pela rede do movimento feminista nacional AMB), em 2002⁶⁴.

O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe foi estruturado a partir de momentos e espaços distintos de debate. Dentre estes, por ordem hierárquica, alguns eram programados em horários exclusivos – a mesa de abertura e as plenárias de abertura e fechamento – enquanto que outros dividiam o mesmo horário – os diálogos complexos aconteciam durante o mesmo horário, sob o mesmo tema, dividido em várias salas e coordenados por diferentes mulheres. As oficinas disputavam o mesmo horário, atravessando variadas temáticas.

Pude perceber, a partir das organizações da mesa redonda e dos diálogos complexos, uma discussão política que buscava traçar iniciativas de debate em torno de temáticas caras ao feminismo. A página do Encontro na internet já trazia preliminarmente alguns desses pontos, que puderam ser acompanhados também durante os dias de evento:

a) militar em busca de uma democracia radical. Este talvez tenha se configurado como o espaço de maior utopia dentro do encontro, já que radicalizar e desobedecer à ordem vigente faz parte da constituição do feminismo⁶⁵. Assim, foram chamadas três mulheres que trouxeram suas contribuições, de um lado, sob um ponto de vista mais radical, propondo a abolição do Estado moderno e a forma atual de democracia, e de outro, uma perspectiva onde a participação das mulheres nos espaços democráticos já constituídos seria a possibilidade de transformação. Em torno destas duas visões estava

⁶³ As Conferências de Políticas para Mulheres Brasileiras (organizadas pelo governo federal, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) surgem a partir da constituição dos novos campos de ação feminista, resultantes da compreensão dos contextos históricos, envolvendo as décadas de 1970, 1980 e 1990, e são discutidas detalhadamente no capítulo dois desta tese (Diário de Campo, 2004 e Cadernos do Processo das Primeiras Conferências de Políticas para as Mulheres, Brasil, 2004).

⁶⁴ A primeira Plataforma Política Feminista foi organizada por um grupo de entidades do movimento de mulheres nacional, tendo a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) como a grande impulsionadora nos estados brasileiros. Em 2002, ano de eleições presidenciais, essa articulação promoveu conferências municipais e estaduais em todo território nacional, com o intuito de construir uma plataforma norteadora das ações que as mulheres desejavam implementar via governos. Para maiores informações ver capítulo dois desta tese (Diários de Campo, 2004 e 2005 e Plataforma Política Feminista, 2003).

⁶⁵ Site do 10º Encontro; www.10feminista.org.br, última visita em 07 de janeiro de 2008.

uma terceira que trazia a iniciativa de radicalizar a democracia, sem, no entanto romper com o sistema atual⁶⁶;

b) constituir e fortalecer um espaço democrático, onde a diversidade sexual seja garantida;

c) consolidar um espaço onde raça e gênero caminhem juntos – na busca pelo acesso a direitos;

d) viabilizar a abertura de um diálogo entre as jovens feministas e as demais mulheres do movimento, de forma tal que as primeiras sejam ouvidas e recebidas com suas bandeiras e especificidades.

Além destes tópicos, que foram trazidos em mesa redonda de destaque (item a), e dos que foram nomeados “diálogos complexos” (os demais itens), houve discussões nas oficinas propostas pelas participantes, que versavam sobre buscas: a) de um espaço onde as mulheres oriundas das camadas populares sejam ouvidas e respeitadas em suas singularidades, uma vez que há crítica ainda ao predomínio hierárquico das acadêmicas e das mulheres de camadas médias em espaços de visibilidade e poder, sendo que também se exalta um saber acadêmico, principalmente pelas jovens; b) de discussão sobre o(s) sujeito(s) político(s) do feminismo; e c) de garantia da saúde e direitos sexuais e reprodutivos – através de oficinas sobre campanhas – aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos e d) de um espaço onde indígenas e deficientes também sejam respeitadas e apoiadas (este último através de moções na plenária final).

A maior parte dos pontos apresentados sucintamente acima tinha destaque na pauta pré-eleita pela equipe organizadora em conjunto com dois comitês consultivos, um brasileiro e um do cone sul. Estes comitês foram formados por feministas identificadas como contribuidoras do processo dos últimos anos do movimento feminista nacional e latino-americano⁶⁷, durante dois anos de preparação do evento. Alguns deles também eram parte de uma pauta prioritária, elencada previamente pelo movimento feminista e identificada pela comissão organizadora através de eventos

⁶⁶ Este tema é trabalhado mais detalhadamente nas próximas páginas.

⁶⁷ Diário de Campo, 2005, em fala de Fernanda Gregolin (identificada como jovem feminista), na sessão de abertura do 10º Encontro Feminista Latino –Americano e do Caribe, São Paulo, BR. A referida fala apresenta ainda o seguinte conteúdo “foram feitos numerosos diálogos em que se debateram a importância, pertinência, conteúdo, formato e metodologia do 10º Encontro. Para compor os painéis dos diálogos complexos a comissão organizadora realizou consultas entre feministas autônomas e integrantes de redes e articulações da região” (Diário de Campo, 2005).

significativos da agenda feminista regional e internacional⁶⁸. Mas, outros pontos que não constavam na pauta inicial surgiram nas plenárias de início e/ou final, alguns deles constituindo momentos polêmicos do 10º Encontro.

A seguir, destaco momentos do 10º Encontro que servirão como *frames*⁶⁹ para algumas das questões que pretendo discutir aqui. Classifico os momentos analisados em uma grande categoria: as questões políticas centrais. Nela, focalizo: a) o sujeito político – em um campo analítico-teórico e empírico; b) a democracia; e c) a autonomia – inclusão e expansão. Procuro, ainda, apontar como se dá a circularidade dos diferentes níveis políticos internos – distintos segmentos e demandas – e externos – relações com redes e com as demais esferas do campo feminista.

a) O Sujeito político

A perspectiva de constituição de um sujeito político orienta e unifica os movimentos sociais, dando-lhes “uma cara própria” que, por sua vez, indica quais são as desigualdades sofridas e quais as reivindicações almejadas (FRASER, 2007, SCHERER-WARREN, 1987). Por muitos anos, pelo menos desde o século XVIII (SCOTT, 2002), as ações do movimento feminista orientaram-se a partir da unidade de todas as mulheres em torno do significante “mulher”. As ações galgadas, entretanto, oscilavam, em diferentes momentos históricos, entre estratégias que se utilizavam de argumentos pautados na noção de igualdade ou na de diferença (SCOTT, *idem*).

Além disso, estas estratégias tinham em comum o ponto de partida de que havia uma diferença sexual para a qual se colocavam distinções, a saber, entre os homens – que possuíam o acesso ao mundo público e à cidadania – e aos demais sujeitos que se encontravam à margem dos processos decisórios (SCOTT, 2005). Às feministas restava utilizar-se deste argumento – o da diferença sexual – como portal de chegada e de partida. Esta escolha é chamada por Scott (2002) de paradoxal, já que as

⁶⁸Diário de Campo, 2005 e sites www.articulacaodemulheres.org.br, www.soscorpo.org.br, www.redesaude.org.br, última visita em 10 de outubro de 2007.

⁶⁹A noção de *frames* é emprestada da Lingüística de Textos e da Lingüística Cognitiva, ambas áreas teórico-conceituais dos estudos Macro-Lingüísticos, ou seja, estudos que consideram a língua em sua interação com o contexto sócio-cultural, para além das regras e conceituações internas à própria língua. Dessa forma, os *frames*, ou enquadramentos, são momentos “recortados” da realidade sócio-cultural que se apresenta como um todo, para efeitos de análise de um momento discursivo ou sociolingüístico. Tomo os *frames* para configurar momentos emblemáticos dentro do contexto geral das Conferências, de forma a discutir sobre a realidade macro a partir de uma análise de momentos específicos, ou micro. Fontes: Fauconnier (1997) e Beaugrand (1997).

feministas usam da noção que as restringe – a de que há uma diferença entre homens e mulheres – como possibilidade de alcance de cidadania.

Percebe-se aqui que a diferença sexual apóia estratégias paradoxais de igualdade e de diferença em relação ao outro sujeito político que tem livre acesso aos diretos do Estado-nação. Uma segunda forma de uso deste mesmo significante “mulher” é descrito por Butler (2003). Aqui, a autora problematiza a igualdade e a diferença em relação ao que une e o que separa todas as mulheres em torno do movimento feminista e de mulheres. É ressaltada a importância do sujeito “mulher” como unidade do todo – as mulheres do movimento. Entretanto, ao se deparar com a chegada das mulheres situadas em segmentos específicos, percebe-se que este sujeito “mulher” sofre rupturas quanto ao seu conteúdo uno. Argumentarei que estas duas perspectivas são usadas, sendo que uma é voltada para fora, na relação do movimento de busca de igualdade de direitos, enquanto que a outra é utilizada internamente, na tensão entre diferença de segmentos e unidade do movimento.

Scott (2005) discute sobre a relação da igualdade almejada por segmentos marginais, através de dois caminhos: o dos grupos e o do indivíduo. Na sociedade moderna contemporânea as leis se organizam em torno dos direitos dos indivíduos, entretanto, os movimentos sociais buscam agregar a noção de grupo para acessar diferenças que aparecem como da ordem cultural e, portanto, que ultrapassam os direitos individuais. A autora coloca que há uma tensão presente na constituição de uma identidade de grupo sobre a qual a discriminação está baseada. Neste sentido, as demandas por igualdade evocam e repudiam as diferenças que, em um primeiro momento, não permitiram a igualdade.

Em outras palavras, a visibilidade do sujeito “mulher” é acionada através de uma “identidade de grupo” (SCOTT, 2005) sem, no entanto, agregar todas as diferenças no interior deste significante. Há uma busca por igualdade do grupo e dos indivíduos baseada na diferença que exclui. E esta identidade unifica-se em torno de um termo: “a mulher”.

Importa-me, neste momento, compreender estas relações internas e externas das quais o movimento feminista lança mão, tendo como foco a relação entre constituição de sujeitos políticos feministas e estratégias de igualdade e diferença, a partir destas visões teóricas confrontadas com a realidade do 10º Encontro.

As estratégias que pretendo discutir foram percebidas em dois segmentos que buscavam legitimar seus discursos e serem vistos como mais um grupo dentro do campo feminista. Um deles, o das jovens feministas⁷⁰, aponta para as relações no interior do movimento, enquanto que o outro, o das transgêneros, deflagra externamente as tensões do feminismo, em dois movimentos distintos, um centrípeta e o outro centrífuga, tal qual apontado por Sônia Maluf (2006).

O discurso oficial do movimento feminista no 10º Encontro traz a “pluralidade” como termo agregador das políticas internas e das estratégias externas e internas de constituição de pautas, de diferentes segmentos. Dessa forma, pretendem assegurar direitos para cada um dos distintos grupos e, ao mesmo tempo, deflagram as dificuldades que estão inerentes a esta proposição, posto que convivem no mesmo espaço os segmentos já existentes, que buscam consolidar-se internamente, e, concomitantemente, “novos segmentos” com “novas demandas”.

Fixo-me na plenária final, do dia 12 de outubro, tarde quente de primavera, onde 1400 mulheres⁷¹ reúnem-se para leitura de moções e debate de pontos políticos, demarcando o encerramento do 10º Encontro. Deste momento, trago duas imagens: a leitura da moção das jovens feministas e a discussão – que culminou em votação – sobre a participação de transgêneros no próximo encontro. A eles será dado destaque, na medida em que condensam e dão visibilidade às tensões em torno de quais são os sujeitos políticos reconhecidos e legitimados pelo movimento feminista. Recupero alguns trechos do Diário de Campo:

No primeiro destes, a plenária aplaudiu sem parar a desobediência das jovens feministas (categoria pela qual se auto-definem) que tomaram a área central da plenária, onde se situava a mesa de coordenação dos trabalhos, e iniciaram em conjunto a leitura de sua carta de reivindicações.

⁷⁰ As mesmas organizaram, a partir de suas ações durante o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 2005, uma articulação nacional. No ano de 2007, durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, fortaleceram a rede e construíram o I Encontro Nacional de Jovens Feministas que ocorreu na cidade de Fortaleza, Ceará, entre os dias 13 e 16 de março. A expectativa é que participem 100 mulheres jovens de várias regiões brasileiras. O encontro possui financiamentos de fundações nacionais e internacionais e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude. O encontro tem como objetivo principal “consolidar a criação da *Articulação Brasileira de Jovens Feministas*, e fortalecer a agenda política para as mulheres jovens” (Articulação Brasileira de Jovens Feministas <jovensfeministas.brasil@gmail.com>).

⁷¹ Deveria estar presente pelo menos metade deste número de mulheres, já que muitas já haviam partido durante a manhã (Diário de Campo, 2005).

A regra a ser cumprida era a de que apenas uma representante de cada segmento iria ao centro e leria sua carta moção. Em sua maioria, as cartas moções tinham uma página no máximo, onde se reivindicava maior visibilidade e/ou participação daquele segmento ali representado (foram lidas cartas das deficientes, das lésbicas, das indígenas e das jovens feministas). Voltando à leitura da carta das jovens feministas, rapidamente fez-se uma meia lua, composta por mais de 30 jovens mulheres da América-Latina e do Caribe. Ovationadas por sua iniciativa em desobedecer, as jovens feministas iniciaram a leitura de uma carta que trazia para o foco as especificidades destas enquanto feministas. Ao meu lado, nas cadeiras ao redor, ouvia as mulheres feministas comentando, com entusiasmo, que gostariam de saber mesmo quais eram as especificidades das jovens e o que elas queriam. O clima era de festa e de receptividade àquelas novas que vinham trazer gás e força às lutas das mulheres, conforme comentado a minha volta. Pela primeira vez na História do Feminismo Latino ouve-se falar, de forma consolidada, em um grupo de jovens que reivindicam especificidades.

O segundo momento da plenária final tratava de algo que vinha sendo comentado arduamente por várias mulheres, nos espaços informais do encontro, e antes deste se iniciar, através de cartas do movimento de transexuais, veiculadas na internet. A questão se colocava da seguinte maneira: poderiam participar do encontro as transgêneros que se autodefiniam como mulheres feministas? A plenária foi aberta através da possibilidade de fala e exposição de argumentos pró e contra a entrada destas. Depois de muitos embates, ouvia-se um grande burburinho e finalmente os argumentos foram se consolidando em torno das seguintes afirmações: quem se posicionava a favor, colocava que transgêneros já participavam dos encontros feministas desde sempre e que não se podia medir o tamanho das convicções feministas e sim, acreditar umas nas outras. Ou seja, se o critério para ida ao encontro era de autodefinição (deveria se marcar, como já exposto, um questionário onde duas perguntas eram feitas “é mulher?” e “é feminista?”), então deveríamos respeitar estas companheiras que se definiam como mulheres, embora não tivessem nascido com o corpo biológico feminino.

A posição contrária era defendida em sua maioria por mulheres feministas lésbicas radicais (autodefinição) e feministas da União Brasileira de Mulheres (UBM), as quais diziam que isto significava um retorno ao patriarcado e uma entrega dos espaços de poder, mais uma vez, aos homens. Ao final, a maioria presente ergueu os braços e votou a favor. Entretanto, nos espaços informais, na saída do encontro, comentários continuaram sendo feitos. Deixo aqui um destes: “os homens agora devem estar rindo de nós, após esta votação”⁷².

Dois segmentos distintos evocam a mesma estratégia de utilização do espaço da plenária final para colocarem suas reivindicações. A plenária final dos encontros feministas tem o caráter de agregar o fechamento dos trabalhos produzidos durante o

⁷² Citações retiradas do Diário de Campo da pesquisadora, como observadora e participante.

processo, ao mesmo tempo em que se coloca como espaço para apresentação de moções ou cartas que tragam comentários, propostas, moções ou repúdios a situações específicas. Ao ocuparem este espaço, tanto as jovens quanto aquelas que trouxeram a reivindicação das transgêneros⁷³ sabiam que dispunham da possibilidade de serem ouvidas por todas, podendo, dessa forma, lançar alguma proposta de seu segmento. Entretanto, o espaço da plenária não comporta votações, apenas a aclamação do que é lido pode ser tida como aprovada por todas e alocada nas atas oficiais do 10º Encontro.

As jovens leram sua carta que foi aclamada por todas as participantes. As transgêneros, em contrapartida, não estavam presentes (por não poderem participar do evento), mas, apesar disso, sua reivindicação foi colocada em votação pela mesa coordenadora, não havendo consenso⁷⁴, mas sendo tomada a decisão do que foi acatado pela maioria.

Além disso, outras características distinguem e aproximam estes dois segmentos que buscavam visibilidade. A eles detenho-me adiante.

a.1. Incursões em torno de um “novo”⁷⁵ lugar no feminismo: as jovens feministas

O encontro com Ana se deu numa manhã de segunda-feira, em São Paulo, na sede da União de Mulheres, cinco dias após o 10º Encontro Feminista. Depois de andar

⁷³A definição de transgênero, de acordo com minhas interlocutoras feministas, era o de que este era um termo genérico para designar homens que “agem socialmente como se fossem mulheres. Alguns destes chegam a realizar cirurgia sexual, mudando de sexo biológico, outros não. O que mais importa é que estes se sentem como mulheres e, portanto, querem ser identificados como tal” (Diário de Campo, 2005 e diálogos pela internet, anteriores à realização do 10º Encontro, sobre a polêmica da participação ou não das trans).

⁷⁴ O consenso é uma estratégia largamente almejada pelas feministas, nos momentos de embate político interno, em reuniões dos fóruns de mulheres e em outras redes do mesmo tipo. Busca-se chegar a uma idéia homogênea, senão unitária, que conduza às ações. Isto se faz através de larga negociação, em debates acirrados. Entretanto, nem sempre se consegue chegar a uma idéia que caracterize o que todas desejam e pensam sobre determinado assunto ou tema. Nestes casos, muitas vezes deixa-se para decidir futuramente, de forma tal que a questão seja melhor apresentada pelas partes que diferem. A decisão de realizar uma votação, mais característica de outro tipo de fórum ou encontro, como as conferências de políticas públicas – as quais necessitam de uma decisão sobre uma diretriz com teor futuro de lei – foi tomada, pela primeira vez, em uma plenária final, na História dos Encontros Feministas Latino-Americanos (Diários de Campo, 2003, 2004 e 2005).

⁷⁵ Alvarez et alli (2003) trazem comentários históricos sobre o primeiro aparecimento das jovens feministas, no final da década de 1990, em Juan Dolio, na República Dominicana (1999), no 8º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Naquele momento, as questões eram as mesmas que as atuais, evidenciando que este segmento continua causando “estranhamento” nas demais feministas participantes destes eventos.

pelo vale do Anhangabaú e tomar a rua Santo Antônio, subi mais uma escadaria e encontrei com uma das lideranças jovens do movimento feminista no Brasil, embora ela mesma não tenha se referido a si própria desta forma. Branca, de estatura média, com 25 anos e formada em Letras, Ana atua no movimento desde 1996, quando iniciou um curso de jovens lideranças na ONG União de Mulheres, em São Paulo. Desde lá, vem militando e se identificando como feminista. Porém, como feminista jovem, ou jovem feminista, quando esta jornada se iniciou?

Faz em torno de quatro anos que mulheres jovens feministas participaram de um curso de capacitação em feminismo e juventude, organizado pela Rede Latino-Americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos (REDLAC). Após este processo de capacitação, formou-se o grupo “Jovens Feministas de São Paulo” do qual Ana faz parte. Deste processo, Ana e mais algumas jovens de seu grupo participaram ativamente traduzindo e adaptando o manual deste curso de capacitação, em espanhol⁷⁶, para a realidade brasileira. Outros grupos, em todo o Brasil, apropriaram-se desta metodologia, através da participação em instâncias feministas como fóruns de mulheres estaduais e ONGs feministas, ao mesmo tempo em que novos grupos de jovens feministas iam se formando e/ou se consolidando. Ana cita jovens dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Acre.

Quais especificidades as jovens feministas trazem em seus discursos? Para além da discussão sobre hierarquia dentro do movimento, onde feministas mais experientes teriam mais poder e visibilidade, essas jovens se preocupam em se colocar em espaços de discussão não apenas como observadoras ou coadjuvantes dos processos. Antes, elas querem discutir e ter acesso aos debates, assim como outras parcelas e segmentos dentro dos movimentos. Mas será que há uma especificidade ou várias especificidades que coloquem as jovens feministas como mais um segmento dentro do movimento feminista?

Ana diz que não tem clareza quanto a isto. Lembramos juntas da tomada do centro da plenária, no último dia do 10º Encontro, quando mais de 30 jovens leram sua moção. Existiam especificidades naquela carta? Ana me diz que este momento retrata algo de novo sim, mas que este novo não é produto final, constituindo um processo.

⁷⁶ Manual de Capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da CEDAW, organizado pela Rede Latino-Americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos (REDLAC), pelo programa Mulher, Justiça e gênero, e pelo ILANUD, 2002. Edição Brasileira, 2004.

Coloca então a discussão sobre os dois nomes/conceitos que identificam este segmento: jovens e feministas. Por que “jovens” antes de “feministas”? As jovens com quem dialogaram nos dias do encontro, vindas, principalmente, da Nicarágua, do Chile e do Peru, autodenominavam-se feministas jovens, posto que eram feministas, em primeiro lugar. Mas Ana, assim como as demais jovens brasileiras, também são “feministas em primeiro lugar”. Entretanto, diz mais uma vez Ana que colocar o nome “jovem” antes do nome feminista revela uma demarcação de visibilidade. “Ou seja, somos jovens feministas sim e mesmo com toda a ambigüidade que este discurso traz em si, colocamo-nos enquanto segmento dentro do movimento feminista mais amplo”.

No 10º Encontro, as Jovens Feministas organizaram uma oficina de diálogo e compartilhamento de experiências entre “as jovens e as velhas” feministas⁷⁷. A atividade que não estava inscrita, foi impulsionada “a partir de um desejo das mulheres jovens que estiveram no Fórum de Mulheres Jovens, no dia 10 de outubro, durante o 10º Encontro, com o objetivo de troca entre as gerações e de se reconhecer e construir ações comuns” (Fernanda Grigolin, jovem feminista, página do 10º Encontro na internet). Neste momento, duas a duas, as mulheres de gerações distintas se encontravam para dividir suas experiências de militância, sua entrada no movimento, suas demandas e especificidades. Esta foi uma tentativa de lançar ao diálogo e na agenda do movimento o debate geracional.

O Fórum de Mulheres Jovens Feministas, citado no parágrafo anterior, ocorreu no dia 11 de outubro, durante o 10º Encontro, e contou com mais de cem jovens de toda a América Latina e do Caribe. O momento, considerado de articulação, foi importante porque ali se discutiram as demandas, especificidades e estratégias das jovens feministas. Entre as demandas, as jovens destacaram:

Ser necessário não construir espaços adultocêntricos e verticais, garantir que as mais diversas jovens expressem suas necessidades e apreensões dentro do processo, além de se trabalhar conjuntamente nos movimentos de juventudes e feministas, sem deixar de pensar, considerando as inter-relações com as demais identidades, raça/etnia, classe social, condições

⁷⁷ Miriam Grossi (1998) destacou a relação entre jovens e velhas feministas em seu texto “Velhas e novas feministas no Brasil”.

sócio-geográficas, culturais e orientações sexuais (Fernanda Grigolin, jovem feminista, página do 10º Encontro na internet).

Outro momento que se destaca é a conversa entre a socióloga feminista Sonia Alvarez e jovens feministas vindas da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Em pé, no meio do pátio central do 10º Encontro, antes de seguirem para mais uma oficina, conversavam sobre a especificidade de ser jovem e feminista. Um dos argumentos trazidos era o do estranhamento da acadêmica com relação a esta categoria, não nova, mas que se reconfigurava de forma tal que pedia por discursos de especificidade enquanto categoria identitária dentro do movimento feminista como um todo.

Importante situar a inclusão dos lugares de imposição de agendas e discussões sociais, tomando a conformação de movimentos de jovens e redes de juventudes neste lócus. Nas duas últimas décadas o que assistimos é a conformação e segmentação de identidades políticas e, nestes espaços, os movimentos de jovens têm se tornado cada vez mais participantes do cenário geral. Veja-se, por exemplo, o contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, onde o acampamento da juventude é um dos espaços políticos de grande impacto internamente e, também, junto à mídia e ao que é veiculado e percebido pela população em geral. Assim, o encontro de mais este movimento, de jovens, vem se agregar de maneira distinta das vivências das feministas jovens das décadas de 1980 e 1990, no Brasil. Existiam sim feministas jovens, entretanto, neste momento, o que parece se conformar é um espaço onde “ser jovem” tem um valor/peso de ordem semelhante ao “ser feminista”, afirmam as jovens feministas. Entretanto, questiono esta afirmação, visto que considero que o debate não se concentre no ato de “medir uma dupla participação” e sim no peso que a imbricação de dois significantes, orientadores de dois segmentos específicos – movimento da juventude e movimento feminista – têm quando aparecem juntos.

A importância das jovens é inegável. Traz à tona a existência de uma hierarquia interna do movimento, na qual quem tem mais tempo ali, ou seja, as “históricas”, tem mais poder. Esta evidência, aparentemente óbvia, fundamenta parte das reivindicações das jovens e faz emergir as formas pelas quais as relações de poder fundamentam-se. Além disso, vem questionar o nível de participação, a igualdade de participação e de poder decisório quanto a pautas, já que propõe temas de debate que nem sempre estão na ordem do dia para o movimento, como a preocupação com a concepção e contracepção do ponto de vista da idade fértil e do direito de ter filhos e

creches; e a participação “igual” para jovens e “históricas”⁷⁸. Também levantam a questão da participação masculina no movimento, concordando em alguns casos com a presença dos homens presentes nas reuniões de jovens feministas.

Desestruturam a ordem, ao mesmo tempo em que pedem licença às “mais velhas” para participarem, exaltando o que já foi conquistado e levando em consideração as lutas travadas anteriormente. Ou seja, reconhecem o passado histórico, sem abrir mão de alterações no presente, de forma que sejam não apenas ouvidas, mas tenham acesso aos espaços decisórios. De certa forma, isto já vem acontecendo, visto que uma das jovens feministas estava presente na comissão organizadora do 10º Encontro e que o debate sobre as jovens feministas fez parte da programação oficial do evento, tendo uma jovem feminista em cada mesa de debate dos diálogos complexos.

As jovens feministas utilizam estratégias de busca de igualdade dentro do movimento ressaltando suas “diferenças específicas”. Ou seja, movimentam internamente o feminismo com a inserção de demandas situadas e contextualizadas como “de um movimento jovem”. Ao mesmo tempo, percorrem caminhos que outras mulheres de outros segmentos já percorreram como foi o caso das negras, indígenas e lésbicas. Trazem a reflexão de volta para a questão interna do movimento feminista acerca da sua unidade, traduzida em termos de questões da mulher. Levantam o paradoxo em dois sentidos: um deles reforçando a existência da diferença sexual (SCOTT, 2002), a partir da afirmação de que são feministas e mulheres, unindo-se, dessa forma ao todo do movimento; e o outro afirmando a diferença no interior do movimento, ao trazer mais uma desigualdade que se encontrava na margem, a de geração, portanto situada e específica para o todo do movimento feminista. Os percursos deste “novo” segmento auxiliam a compreender as dinâmicas discursivas pelas quais se produzem sujeitos legítimos, com demandas aceitas dentro do contexto feminista.

a.2. Abrindo frestas? A possibilidade das transgêneros participarem nos encontros feministas

Na plenária inicial, durante a abertura do 10º Encontro, a fala da comissão organizadora mesclou-se entre demarcar historicamente o lugar deste encontro, em

⁷⁸ Termo êmico.

destacar os objetivos e dar as boas vindas às participantes. Porém, uma fala a mais foi introduzida, a de uma das organizadoras que vinha, em público, justificar a tomada de posições da comissão em não aceitar que transexuais e transgêneros participassem e se inscrevessem no 10º Encontro. O texto argumentava, dentre outras coisas, que não era da alçada da comissão deliberar por todas as mulheres feministas sobre esta questão. Portanto, seguindo o critério democrático que marca as decisões feministas, estavam delegando o espaço da plenária final para a decisão sobre a participação das trans no 11º Encontro.

Esta fala se constitui em torno de um processo que se iniciou por e-mail, pelo menos um mês antes da realização do encontro. Nos e-mails conformou-se uma espécie de fórum informal, onde se discutia sobre a possibilidade ou não da inclusão das trans, impulsionada por uma carta destas, na qual elas pediam que as feministas abrissem a possibilidade para sua participação no 10º Encontro. Esses e-mails circularam por redes informais e foram sendo repassados de forma tal, que não foi possível ter a real dimensão de quantas mulheres efetivamente tiveram acesso à discussão. Porém, ao chegar à “cidade das mulheres”, de uma forma ou de outra recebia-se, nas conversas informais, informações sobre a existência da polêmica, fato este que foi explicitado na fala de abertura da organização, conforme exposto no parágrafo anterior.

Durante o processo do 10º Encontro, pelo menos uma oficina foi realizada com o objetivo direto de discutir a inclusão das trans. Nesta, intitulada “Cuerpos Feministas⁷⁹”, discutia-se, a partir da experiência vivencial, sobre “o que nos constitui enquanto mulheres”, tomando características corpóreas e simbólicas da ordem do discurso até chegar no argumento de que as transexuais “também se constituem como mulheres”, logo, podem se autodefinir como feministas, se assim o desejarem, e, consecutivamente, participarem do 10º Encontro. As participantes da oficina debateram essa questão colocando-se a favor ou contra o argumento.

Nos diversos espaços de discussão – formais e informais – os argumentos favoráveis à entrada das transgêneros nos encontros feministas alegavam, dentre outros

⁷⁹ Oficina organizada por Aireana. Grupo por los derechos de las lesbianas (ALITT), Centro de Documentación y Estudios (Área Mujer-CDE), Comisión Internacional de Derechos Humanos de Gays y lesbianas (IGLHRC). Objetivos exposto no caderno da programação oficial do evento: “Taller participativo donde se reflexionará sobre el feminismo como corriente de pensamiento más Allá de los cuerpos. Preguntas y críticas” (Caderno da Programação oficial do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Serra Negra, São Paulo, outubro de 2005).

aspectos, que a utopia feminista de busca de igualdades teria possibilitado fissuras nos modelos heterossexuais. Ou seja, que a possibilidade de trabalhar os direitos sexuais e a politização do espaço privado seriam propulsores de novos estilos de vida. Dentre estes, a possibilidade de uma pessoa que nascesse com o sexo biológico de um homem ter acesso a uma nova definição identitária. Da mesma maneira, foram citadas as mulheres lésbicas como porta vozes feministas da livre expressão de viver a sexualidade e o amor por alguém do mesmo sexo.

Nesta mesma linha argumentativa o feminismo “se depara com as dimensões de que abriu a partir da utopia de uma vida sem desigualdades, de transformação social para todas e todos e, portanto, também para as transgêneros”⁸⁰. Ser feminista diz, portanto, de um lugar de possibilidades para pessoas que se autodefinem enquanto partidárias de princípios comuns a esta forma de ver e pensar o mundo. Então, o que dizer daquelas pessoas que se autodefinem como feministas e também como mulheres? Estariam as transgêneros sendo porta-vozes de um caminhar a partir de um olhar de gênero – onde femininos e masculinos transitam em corpos de homens e de mulheres – em contrapartida a uma visão essencializada de como deveriam ser as mulheres e, portanto, as mulheres feministas?

Gostaria de trazer mais um momento do Diário de Campo, por evidenciar a tensão com maiores detalhes, tomada a partir das formas discursivas empregadas durante as argumentações a favor e contra a participação das transgêneros nos encontros subsequentes:

As falas na plenária final indicavam quem era a favor e contra a entrada de transexuais nos próximos encontros feministas. Uma partícula/artigo definido era evidenciador do argumento contra ou a favor: artigo definido masculino “O” ou artigo definido feminino “A”. Ou seja, a frase que se iniciava com “O transexual” era contrária à inserção destes nos encontros. O inverso, ou seja, a definição “As” transexuais, dava-lhes acesso ao “mundo feminista”. Estes argumentos eram colocados no centro da plenária, ao microfone. Porém, mais alto que esses, vozes em coro questionavam o artigo feminino ou masculino, ora em acordo, ora em desacordo, fato este que me chamou bastante atenção. Algumas mulheres tendiam a corrigir o termo “O transexual”, enfatizando que este deveria ser chamado no feminino, o que vinha a atordoar, em alguns momentos aquelas que estavam argumentando contra a sua entrada e participação nos encontros (Diário de Campo, 2005).

⁸⁰ Fala de participante, minha interlocutora durante o 10º Encontro (Diário de campo, 2005).

Estes momentos acima mostram que, aqui, a unidade se faz através do termo “mulher”, o qual agrega todas aquelas que são mulheres, distintamente do “outro” que são os homens, ao mesmo tempo em que lança a ambigüidade que o termo atravessa, através da pergunta: mas, afinal, o que é ser mulher?

As transgêneros podem participar desde que atestem que são mulheres, para um dos argumentos lançados. Nestes termos, é importante utilizar o artigo masculino “O”, de forma a evidenciar que elas não são mulheres. Há também o receio de que transgêneros representem a fala dos homens no movimento, restringindo, portanto, os direitos e as estratégias feministas.

Ao mesmo tempo, a outra parte do movimento feminista, favorável à presença das transgêneros, vinha organizando encontros estaduais de debates – através de parcerias locais entre fóruns de mulheres, articulações de mulheres e ONGs feministas – sobre a fluidez das subjetividades e dos corpos, na perspectiva teórica dos estudos de gênero⁸¹ (BUTLER, 2003 e 2005; STRATHERN, 1988; HARAWAY, 1995, dentre outras). Estes debates incitavam a necessidade de agregar todas aquelas que se dissessem feministas, tendo ou não “corpos prioritariamente femininos”⁸².

Há uma necessidade do próprio campo de ação militante de definir características identitárias fixas, ou ainda, “estratégias essencialistas” que aproximem as lutas e as buscas por direitos legais (ELAM, 1997; BRAIDOTTI, 1998). As dicotomias se dão entre mulheres, feministas que buscam seu espaço de direitos, o qual se concentra em uma unidade interna que as constitua nesta luta. Ou seja, debater sobre o que une e o que separa todas as mulheres, levando em conta, ao mesmo tempo, que as mulheres são diferentes entre si quanto a vários aspectos: sexualidade, raça/etnia, geração e classe social.

Neste exemplo de demanda por inclusão de um segmento como sujeito político do feminismo, o que percebo em termos de estratégias é que a relação entre igualdade e diferença percorre um caminho mais ousado que o anterior (das jovens feministas), no sentido de que busca igualdade na afirmação de uma diferença aparentemente “biológica”, o sexo masculino, portanto, a identidade masculina em oposição à

⁸¹ Estes encontros aconteceram em algumas cidades do país e foram relatados por minhas interlocutoras, depois do encontro, quando passei pelas cidades de São Paulo, Recife e João Pessoa.

⁸² Entrevista com participante da rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e integrante de ONG feminista lésbica, em janeiro de 2006.

feminina, através da inclusão de uma igualdade discursiva que afirma “se me sinto feminista, então posso ser uma”. O paradoxo da diferença sexual aqui é utilizado ao revés, ou seja, ao invés de afirmar a diferença sexual, fortalece a possibilidade de trânsito dos lugares instituídos pelos/nos corpos como masculino e feminino. Haraway (1991) comenta sobre esta condição de fluidez, a partir da metáfora do cyborg:

Um cyborg é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social, bem como uma criatura de ficção. A realidade social é vivida nas relações sociais, a nossa mais importante construção de um mundo em mudança ficcional e política. O movimento internacional de mulheres tem construído “a experiência da mulher”, bem como descobriu este crucial objeto coletivo. Esta experiência é uma ficção e realidade das mais cruciais (...) o cyborg é um assunto de ficção e experiência vivida que muda o que conta como as experiências das mulheres em finais do século XX. Esta é uma luta sobre a vida e a morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão óptica (...) as reflexões dos outros – a relação entre o organismo e a máquina – tem sido uma guerra fronteiriça na tradição utópica de imaginar um mundo sem sexo, que é talvez um mundo sem gênese, mas talvez também um mundo sem fim (...). o cyborg é uma criatura de um mundo pós-gênero (HARAWAY, 1991, ps. 149,150 e 152).

A autora (HARAWAY, 1991) coloca ainda que o aprofundamento dos dualismos mente e corpo, animal e máquina, podem ser refutados através da imagem do cyborg que, por sua vez, auxilia no argumento de que a produção de um universal é um erro pois leva a uma análise parcial da realidade. Em contraposição, através da imagem do cyborg, assim como com a perspectiva de inclusão das transgêneros, a visão situada e específica de um segmento trans é reconhecida através da possibilidade de fluidez de significantes masculinos e femininos em corpos sexuados. Esta perspectiva se ancora nos estudos de gênero (BUTLER, 2003 e 2005 e STRATHERN, 1988) e no estatuto de sujeito descentrado (HALL, 2000; LATOUR, 2005; FOUCAULT, 2002; DERRIDA, 2005, dentre outros). Porém, diferentemente do cyborg, o segmento das trans pode invocar a dualidade mais uma vez, marcando também um retorno à biologização dos corpos e da diferença de sexo (LAQUEUR, 2001). Isto pode acontecer se tomarmos o fato de que algumas das transgêneros são sujeitos que passaram por processos de alteração de seus corpos biológicos através da tecnologia e da ciência, adaptando esse

corpo a sua identificação sexual subjetiva. Ou seja, as trans possuíam um corpo biológico de homem com o qual não se adaptavam e precisaram fazer uma alteração concreta em seu órgão sexual masculino, de forma que seu sexo biológico se adequasse a sua “identidade feminina”.

Esta tensão entre utilização de argumentos pautados ou na biologia ou na construção cultural acompanha a história dos movimentos LGBTTT⁸³, apontando polarizações, e está longe de ter chegado a um consenso. No movimento feminista, ao se situar as diferenças das mulheres em “corpos sexuados femininos”, há uma escolha política que vem a reboque desta noção e que separa homens (corpos) de mulheres (corpos), situando a desigualdade de gênero em “mulheres concretas”. Ao permitir a participação das trans nos encontros feministas, este argumento sofre uma ruptura, visto que as trans desconstroem a idéia de unidade baseada na diferença sexual e aproximam as mulheres dos homens ao proporem que os corpos – e a biologia e a natureza – podem ser alterados.

b) Democracia

A perspectiva de convivência em um Estado democrático abriu flanco para as buscas de direitos de muitos grupos e indivíduos, desde a Revolução Francesa, no século XVIII. Entretanto, os questionamentos em torno deste modelo, que pretendia realizar um governo pelo povo ou pelo poder do povo, não pararam de surgir, tendo em vista, principalmente, a relação entre inclusão e exclusão de sujeitos e grupos dos espaços de decisão e cidadania. Quando foi, de fato, que o povo governou? Para o feminismo se coloca, desde a sua origem, a questão sobre as mulheres como parte do povo que governa (SCOTT, 2005).

Uma questão pertinente trazida por SCOTT (idem) é: quais as diferenças que importariam ou não para a concessão de direitos políticos? Esta pergunta relaciona-se tanto aos direitos individuais quanto às identidades de grupos. A autora

⁸³ A visibilidade deste segmento também vem a reboque dos avanços dos estudos sobre sexualidade e da organização dos movimentos Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT). O Livro *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*, de Regina FACCHINI (2005), discute sobre o movimento homossexual organizado, no Brasil, associando-o à construção daquilo que a autora chama de “identidades coletivas”. Além disso, dentre as conquistas atuais das trans no espaço das políticas públicas está a garantia de que estas não serão mais associadas a prostitutas, além das propostas de diversidade sexual nas escolas e dos trabalhos do governo Federal sobre o Brasil sem homofobia.

cita R. R. Palmer, escrevendo no *Dictionary of the History of Ideas*, que coloca: “A igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver” (in: SCOTT, 2005, p. 05). A igualdade portanto, é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente; não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento desta e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração (SCOTT, 2005, p. 05). A autora argumenta ainda que a igualdade e a diferença não são opostos, assim como os grupos e os indivíduos, antes, “são conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão” (SCOTT, idem, p. 05).

As demandas por igualdade levam ao questionamento da própria prática democrática. Neste sentido, autores como Chantal Mouffe (1999a e 1999b), Nancy Fraser (2007) e Chantal Mouffe & Ernesto Laclau (1985) analisam as formas de interação com as políticas democráticas por parte das feministas e da esquerda internacional. Laclau e Mouffe (idem) trazem a noção de democracia radical, também utilizada pelas feministas latino-americanas em seus encontros de articulação, particularmente no 10º Encontro.

Segundo Laclau e Mouffe (ibidem) uma democracia plural e radical somente existe se os diferentes protagonistas sociais levarem em conta tanto questões de “redistribuição” quanto de “reconhecimento”. A redistribuição é tratada por Fraser (2007) como estratégia econômica e, para Mouffe e Laclau, como reivindicação de “luta de classes”, enquanto que o reconhecimento seria da ordem da cultura, colocando-se do ponto de vista de “políticas de identidade” (FRASER, 2007, p. 02 e LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 19). De acordo com Laclau e Mouffe (idem) é necessário dar atenção a ambas as políticas, enquanto que para Fraser (idem), além da conjunção destas duas, deveria ser acoplada uma terceira, a da representação. Somente as três juntas dariam conta da complexidade das demandas atuais.

Ainda para Laclau e Mouffe (ibidem) é necessário ter em mente que o conflito e a divisão fazem parte da busca por democracia, já que as demandas por inclusão jamais serão satisfeitas completamente. “Por esto, subrayamos que es vital para la política democrática reconocer que toda forma de consenso es el resultado de

una articulación hegemônica, y que siempre existirá una exterioridad que impedirá su realización plena” (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 18).

Eixo central do 10º Encontro, o debate em torno da democracia e do feminismo foi exposto, especificamente, no espaço formal intitulado “painel”, no início do primeiro dia de atividades do encontro (após a saudação de chegada da noite anterior). Tratava-se de uma mesa redonda, na qual três feministas falaram sobre os desafios deste eixo central: a radicalização do feminismo e a radicalização da democracia⁸⁴. Epsy Campbell (Costa Rica), presidenta de partido social democrático e deputada, falou sobre a necessidade de uma “feminização da política”. Comentou que as mulheres têm que aprender a forma de fazer governo, atuando dentro do processo democrático representativo existente atualmente⁸⁵. Fortaleceu a perspectiva de participação das mulheres nos espaços de poder, particularmente no poder legislativo e executivo, incitando o crescimento do número de candidatas a ocuparem estes cargos. Esta proposta acompanha uma larga estratégia de inserção das mulheres nos espaços de poder, através de ações em redes nacionais e latino-americanas, dentre estas cito o projeto Mulher & Democracia (2004 e 2005), desenvolvido no nordeste do país por ONGs feministas locais⁸⁶.

A segunda debatedora foi Ochi Curiel (República Dominicana) que iniciou sua fala comentando que não era a favor do nacionalismo, afirmando ainda a proposta de destruição do patriarcado a partir de um lugar lésbico feminista e radical. Propôs ainda

Quebrar toda forma de opressão com radicalidade. Não aceitamos que financiadoras nos digam o que fazer, tampouco os governos, sobre os nossos corpos. O Feminismo foi internacionalista e hoje, com o mundo globalizado, deve seguir sendo. Entretanto, com autonomia dos movimentos sociais e políticos (...), o feminismo é uma forma de ver o mundo e as mulheres uma categoria política que nos une, não uma identidade autodefinida. A “mulher” deve ser vista como um projeto político de autonomia (...) (fala de Ochi Curiel, Diário de Campo, 2005).

Esta segunda fala propunha que as estratégias empregadas atualmente, dentro de um espaço político democrático representativo, deveriam ser desmanteladas por uma

⁸⁴ Caderno de Programação do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Serra Negra -São Paulo, outubro de 2005, e Diário de Campo, 2005.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ A este atendo-me sucintamente no próximo capítulo desta tese.

atuação política anarquista. Além de propor uma reviravolta em conceitos como o de Estado-nação e da democracia, a palestrante tocou em importante termo, caro ao feminismo, a autonomia. Voltarei a este ponto mais adiante.

Após a fala de Curiel, a mediadora, Jacira Melo (também da comissão organizadora), comentou, antes de passar a palavra à terceira e última debatedora: “são diferentes perspectivas dos feminismos, nesse campo em que o feminismo precisa avançar”, moderando os ânimos da platéia, que ficou bastante movimentada após a apresentação das duas visões e da divergência entre as mesmas. A expositora seguinte foi Maria Betânia Ávila (Brasil), da ONG SOS Corpo, da Articulação de Mulheres Brasileiras e Articulação Feminista Marcosul⁸⁷. Ávila tratou da afirmação da pluralidade dos sujeitos do feminismo, a partir de um resgate das contradições e das desigualdades que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas, segundo ela, da ordem da dominação masculina, mas também entre as próprias mulheres que compõem o movimento. Propôs a radicalização como enfrentamento dos conflitos. Sobre o feminismo e a democracia, afirmou que

O feminismo já nasce como movimento político confrontando a relação contraditória entre liberdade pública e dominação privada, o que já traz uma exigência de radicalidade no sentido de pensar a democracia não só como um sistema político, mas como uma forma própria da organização social. A organização política do feminismo vem da revolta das mulheres forjada em uma experiência histórica concreta de relações sociais de desigualdade, e eu acho que isso é absolutamente estratégico para pensar a democracia feminista (Diário de Campo, Transcrição da fala de Maria Betânia Ávila, 10º Encontro Feminista, 2005).

Esta terceira apresentação trouxe a proposta de manutenção do Estado-nação e da busca de acesso pelas mulheres ao processo democrático, através das estratégias já apontadas pela primeira expositora, acrescentando a estas a noção de democracia participativa. Esta visão atribui à sociedade maior responsabilidade com as ações do poder público, ao mesmo tempo em que delega poder concreto às cidadãs e cidadãos, vindo estes a ocuparem cargos em conselhos de controle social das obras públicas. Dessa forma, a visão de democracia representativa passa por um alargamento pois, para

⁸⁷ Auto-apresentação da palestrante, registrada em Diário de Campo, 2005.

além do poder delegado aos eleitos por voto popular, também há espaços concretos de exercício de participação junto às ações dos mesmos. Muitas feministas no Brasil já ocupam, desde a década de 1990, estes locais, em diversos conselhos – de saúde, de educação, dos direitos da mulher, dentre outros⁸⁸.

A fala da terceira expositora também se caracterizava como “uma fala representativa” de, pelo menos, duas redes: a rede nacional AMB (que agrega os 27 fóruns estaduais) e a latino-americana *Articulación Feminista Marcosur*, ambas interligadas. Dessa forma, a primeira programação do 10º Encontro, que contou com a presença de todas as participantes presentes, trouxe uma exposição nacional com um viés político demarcado pelas co-ligações entre mulheres destas redes, fato este que evidencia como as relações de poder atravessam estes eventos. Neste caso, a Articulação de Mulheres Brasileiras teve voz e espaço, em detrimento de outra grande rede com expressão nacional, a *Marcha Mundial de Mulheres*.

Resumindo os três argumentos, a idéia de radicalização da democracia foi interpretada das seguintes formas: na primeira visão estava a proposta de ocupação dos espaços de poder executivo e legislativo pelas mulheres como forma de alterar a democracia, implementando mais ações de igualdade e solidariedade. Encontra-se também a noção de que as mulheres são mais solidárias e que, por meio delas, a mudança se dará. A segunda perspectiva agrega a noção de desmanche do Estado à noção de democracia. Propõe que ambos os conceitos são derivados do patriarcado e do liberalismo e que devem ser substituídos por uma visão mais feminista e mais libertadora. O conceito de radicalização surge como nova utopia feminista. Esta idéia “é identificada como lésbica feminista radical e coloca ainda a mulher como projeto político, defendendo a autonomia e as diferentes identidades femininas” (Diário de Campo, transcrição de fala de Ochi Curiel, 2005). A terceira e última perspectiva traz a noção de pluralidade interna ao movimento como um embate a ser superado através de uma radicalização da democracia. A chave talvez seja a correlação entre democracia representativa e participativa, acoplando a importância das mulheres na política

⁸⁸ Esse debate é detalhado no capítulo seguinte, ao discutir sobre políticas públicas e sobre as relações entre ações governamentais em políticas públicas e sobre sua interface com o movimento feminista.

institucional, defendida na primeira abordagem, à participação popular e de redes políticas nos espaços de controle social do Estado⁸⁹.

Além do exposto pelas três vertentes presentes no 10º Encontro, para a realidade brasileira a radicalização pode ter dois significados: radicalizar pode trazer o sentido de atuar de forma “anti-burguesa”, por meio de propostas contra a pobreza e a violência sexista, como as identificadas pela rede da Marcha Mundial de Mulheres. Neste sentido, articulam-se às propostas de Laclau e Mouffe (1985) e Fraser (2007) no tocante à necessidade de trazer de volta a preocupação com as políticas de “redistribuição”. Pode também produzir o sentido de especificidade da pauta feminista, através de campanhas em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, como as lançadas pelas redes AMB e Rede Feminista de Saúde e, neste sentido, relacionam-se às políticas de representação (FRASER, 2007 e 2002).

A escolha de um eixo central que discuta questões macro-políticas aponta para a prioridade de ações inter-relacionadas – entre redes feministas regionais e entre o movimento feminista e outros movimentos sociais. Alvarez et alli (2003) indicavam a tendência dos feminismos latino-americanos em discutir e organizar estratégias voltadas para escolhas de ações políticas, em detrimento de debates internos, ou as chamadas micro-políticas. Para além disso, estas escolhas debatidas no espaço do 10º Encontro parecem apontar para a tentativa de um consenso interno que agregue ações externas.

A escolha por investir em estratégias macro-políticas recebeu críticas de uma parte de integrantes do movimento feminista, ainda na década de 1980, e os argumentos centralizavam-se no fato de que os temas cotidianos perdiam espaço no debate geral, conseqüentemente, pautas internacionais seriam cada vez mais elencadas. Com isto, o movimento nacional perderia autonomia na escolha dos temas emergentes.

⁸⁹ O posicionamento de ONGs feministas como o SOS Corpo é o de participar ativamente da Associação Brasileira e de ONGs – ABONG, fórum no qual se discute o lugar das ONGs na sociedade brasileira. Talvez a maior crítica destas entidades seja no sentido de diferenciar as ONGs de “meras ocupadoras de ações para as quais o Estado não realiza mais”. Antes, se colocam como “controladoras sociais”, tendo, dentre outras tarefas, a de atuar politicamente junto à sociedade, em prol de um mundo mais equânime. Ou seja, trazendo um novo marco legal para as ONGs no Brasil – fortalecendo a cidadania e a participação democrática. “A idéia central de construir um Marco Legal relaciona-se profundamente à definição de uma identidade política e jurídica que ajude a diferenciar o que são entidades sem fins lucrativos das demais formas associativas existentes. A explicitação destas diferenças é importante para o processo democrático, uma vez que contribui para a transparência e o conhecimento sobre a diversidade de agentes sociais que atuam na esfera pública, bem como natureza das entidades, formas de organização e o sentido de suas ações” (Diário de Campo, 2005 e sites www.soscorpo.org.br, www.abong.org.br).

Nos encontros anteriores, a tensão entre autonomia se fez bastante ambivalente, com opiniões opostas – neste caso indicando a existência de uma *sororidade*⁹⁰ *solidária feminista*, ou ainda de uma irmandade feminista (BRAH, 2006) que se reunia para discutir sobre questões situadas e contextuais – e institucionalização – organizada em torno de estratégias políticas, visando expansão dos avanços feministas e demonstrando que os grupos feministas se estruturavam cada vez mais em organizações formais e, por isto, menos autônomas (ALVAREZ et alli, 2003). No 10º Encontro, essa dicotomia se dilui através das discussões sobre pluralidade do movimento.

O termo pluralidade é empregado de forma a ampliar o uso do significante “mulher” – unidade do todo feminista – indicando que diversos sujeitos políticos são legítimos e têm suas pautas contempladas dentro do movimento. Se relacionada à pluralidade, a ambivalência entre autonomia e institucionalização demonstra a tendência que o movimento foi tomando em relação a quem participa e o que deve ser debatido prioritariamente. Nesse caso, participavam, cada vez com menos poder de decisão interna nos fóruns feministas, aquelas que não estivessem organizadas institucionalmente, ou seja, as autônomas, termo tomado aqui como sinônimo para classificar as que não se filiavam a nenhum grupo específico.

O argumento principal para esta escolha política devia-se ao emprego do exercício dos espaços democráticos representativos que necessitam que a ocupação de lugares de poder e de decisão dentro do movimento sejam conferidos àquelas que podem falar por muitas, ou seja, aquelas que representam alguma instituição formal feminista, como ONGs, redes ou fóruns de mulheres. Pude acompanhar estas estratégias durante anos anteriores – de 2000 a 2003 – de participação junto a fóruns de mulheres estaduais e também em entrevistas realizadas com militantes feministas de diversas regiões do país, em anos posteriores – 2004, 2005 e 2006. Entretanto, a meu ver, estas escolhas percorriam também caminhos inomináveis para o movimento, ou seja, os dos financiamentos e das imposições que estes indicavam e demandavam para apoio, dentre estes os de institucionalização formal e burocrática – para assinatura dos convênios e

⁹⁰ O termo “sororidade solidária feminista” é utilizado aqui como uma redundância, já que, tal qual trazido por Collin (1983, p.84), trata de uma especificidade feminina baseada numa relação harmônica, espontânea e imediata entre as mulheres chegando a ser quase que instintiva, segundo a autora. Em minha experiência de militância feminista, entre 2000 e 2003, pude constatar que havia o uso do termo “sororidade” pelas feministas que participavam dos espaços de ativismo, indicando uma alusão à identidade feminina como da ordem da solidariedade.

projetos de fomento – de definição de temas a serem trabalhados e da expansão do trabalho desenvolvido para o maior número de beneficiados possível.

Este percurso termina por esbarrar em mais uma especificidade dentro do movimento feminista, a de classe. É conhecida a tensão interna entre mulheres de camadas médias e de camadas populares, dentro dos espaços feministas brasileiros, ainda nos anos 1980 (PINTO, 2003; TELES, 1999; GODINHO, 1998). No caso dos financiamentos, muitas daquelas pertencentes a grupos populares alcançaram menos apoios financeiros por não cumprirem as exigências das financiadoras. Ações em *advocacy* começaram a ser feitas, inclusive através de projetos financiados pelas mesmas agências de fomento, em parceria com ONGs e redes feministas, visando crescimento destas mulheres, apesar de evidenciarem, ao mesmo tempo, as enormes diferenças – de *status*, de poder de decisão, de classe, de raça e etnia – e as hierarquias existentes.

No 10º Encontro, foi realizada uma oficina que tinha como intuito o de ser

Um espaço onde as mulheres oriundas das camadas populares sejam ouvidas e respeitadas em suas singularidades, uma vez que há crítica ainda ao predomínio hierárquico das acadêmicas e das mulheres de camadas médias em espaços de visibilidade e poder; mas também se exalta um saber acadêmico, principalmente pelas jovens (texto de Paula de Andrade, disponível na página do 10º Encontro, na internet).

No entanto, em termos de visibilidade, em se tratando de um encontro com 1400 participantes, era mínimo o peso que teria uma oficina com capacidade para comportar cerca de 40 mulheres, ainda que divulgado na programação e na página oficial na internet, dias depois do evento. A democracia almejada pelo movimento foi elevada à importância de ser debatida na única mesa redonda, entretanto, através de visões macro-políticas que merecem ser aprofundadas. Isto, porém, não impede que as ambigüidades internas continuem existindo, no sentido de abrir flanco de debate para algumas vozes e segmentos, além de ocultar outras, neste mesmo processo, como foi o caso das mulheres de camadas populares e das rurais, somente para citar algumas das que militam há tantos anos dentro do movimento, possuindo inclusive espaços de decisão específicos (no caso das rurais, mais claramente, como a Marcha das Margaridas e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que existem em todo o

país). Esta também é uma ambivalência que persiste, apesar do cuidado de se garantir, no discurso oficial do movimento, que a pluralidade e a diversidade sejam questões prioritárias.

c) Autonomia

A autonomia no movimento feminista assumiu diversos sentidos que se concatenam entre si, ao longo do período de 1980 até os dias atuais. Para as feministas que militavam na década de 1980 havia uma divisão demarcada por aquelas que tomavam as questões contextuais e subjetivas das mulheres como centrais – e que tinham a autonomia feminina como bandeira – e as que se dividiam nos partidos políticos entre as ações classistas e as de gênero (GODINHO, 1998; SARTI, 1988, dentre outras). Além deste conflito com a esquerda brasileira, havia um embate interno ao próprio movimento que discutia, nos grupos de reflexão, a “liberação”⁹¹ de cada mulher, através do conhecimento dos corpos e das “especificidades femininas”. Falava-se de autonomia sobre os próprios corpos e desejos, sendo que, para algumas, a internalização dos sentimentos e das ações individuais de cada mulher era o alvo, enquanto que, para outras, era necessário “levar estas questões para o âmbito público, incitando o debate da sociedade e buscando políticas de acesso à cidadania para o maior número de mulheres possível”⁹². Este debate se desenvolveu ao longo do período de 1990, acompanhando as transformações decorrentes do crescimento do diálogo entre o poder público e as redes feministas nacionais e internacionais (ALVAREZ et alli, 2003).

As grandes conferências como espaços de construção de políticas para as mulheres, em caráter internacional, trouxeram também o debate interno sobre a autonomia na relação com os financiamentos e com as agendas alçadas nestas grandes arenas, em contraposição às demandas locais. O termo “profissionalização do movimento” aparece com um duplo sentido: o de desenvolvimento, positivando seu aparecimento, e o de perda de autonomia, reforçando a noção negativa acoplada à idéia de redes e políticas globais.

Outra questão trazida por Scott (2005) sobre a autonomia relaciona a importância desta ao analisarmos políticas de identidade de grupo. A autora cita Anthony Appiah para quem exigir respeito a pessoas pelo fato de estas serem negras,

⁹¹ Termo êmico.

⁹² Fala de interlocutora, Diário de Campo, 2005.

gays ou outra identidade requer que existam alguns padrões para o que seja considerado o afro-americano, o desejo sexual pelo mesmo sexo etc. Scott (2005) lança, então, a pergunta se “haverá formas apropriadas para ser um negro ou um gay, ou ainda, se haverá expectativas a serem alcançadas, demandas a serem atendidas” (SCOTT, idem, p. 13). É a partir deste questionamento que, se é tomada a autonomia como prática necessária de indivíduos e de grupos, então poderemos realmente nos preocupar se não estaremos substituindo uma espécie de tirania por outra.

Estas percepções sobre a autonomia do movimento feminista serão discutidas ao longo deste item, a partir dos relatos de campo.

No 10º Encontro voltam a aparecer estas tensões em torno da questão da autonomia. Sendo que, neste momento, a profissionalização e a consolidação de importantes ONGs brasileiras constituem uma realidade concreta que coloca, inclusive, o Brasil como um país aglutinador nos debates latino-americanos feministas. A idéia de autonomia continua sendo central para demarcar um *modus* feminista de conceber a sociedade, apostando na utopia da igualdade entre todas as mulheres e numa sociedade equânime.

As noções de inclusão e expansão estão diretamente relacionadas à de autonomia e, por isto, tomo de empréstimo de Alvarez et alli (2003) o uso das mesmas, tendo em vista que pretendo avaliar se – e em que medida – houve alterações no percurso de constituição das agendas dos Encontros Feministas Latino-Americanos, particularmente, com relação ao caso brasileiro. Como as autoras haviam mencionado em seus estudos do primeiro ao nono encontro feminista, a tensão entre inclusão e expansão se fez presente, principalmente na década de 1990, com a participação de feministas em grandes conferências organizadas pela ONU, e com o conseqüente caráter transnacionalizado que o movimento adquiriu. Por vezes, a inclusão se fez, também, na tensão entre “autônomas e institucionalizadas”, chegando, em alguns encontros, a assumir o embate entre “quem é e quem não é feminista”, fato este que alça o debate para a ordem de legitimidade e poder internos. No 10º Encontro, esta inclusão relacionava-se à pluralidade de segmentos legítimos e a suas pautas específicas, na medida em que tiveram voz ou não.

Na programação oficial do 10º Encontro houve, por parte da comissão organizadora, a tentativa de unir as diferenças ou pluralidades nos debates por meio da criação de momentos específicos, nos quais todas as presentes discutissem,

simultaneamente (em diversas sessões com diferentes debatedoras, mas com o mesmo tema de debate), sobre: feminismo e racismo, feminismo e etnocentrismo, feminismo e juventude e feminismo e lesbianidade. Estes foram os temas elencados como prioritários naquele momento. A estas atividades foi dado o nome de “diálogos complexos”, tal qual comentado anteriormente. Avalio que, através da criação destes espaços, consolidam-se as visões de que: 1) Há, sim, uma pluralidade e uma diversidade de segmentos internos ao feminismo; 2) Esta pluralidade assume, hierarquicamente, o segundo lugar de importância na pauta de atividades do evento, sendo suplantada apenas pelas plenárias de abertura e fechamento e pela mesa de exposição sobre radicalização da democracia e radicalização do feminismo; e 3) São anunciadas as questões que estão “na ordem do dia” de importância do debate interno, qual sejam, as questões sobre raça e etnia, questões geracionais e sobre sexualidade. Estas, por sua vez, apontam para a emergência que tiveram os segmentos das negras, das lésbicas e das jovens durante o evento.

Esta forma de organização do 10º Encontro determinou de que maneira o debate sobre inclusão e expansão do movimento deveria se direcionar, naquele momento. Ou seja, assumiu que as especificidades de vários segmentos feministas deveriam ser discutidas correlacionando a estes a própria noção de feminismo e, dessa forma, as agendas de cada segmento deveriam ser tomadas com igual valor⁹³, ao mesmo tempo em que a pluralidade passa a ser alçada como valor que agrega e não como possível fragmentação dentro do movimento. Entretanto, ao escolher incluir, faz-se simultaneamente o movimento de exclusão daqueles segmentos e temas que não foram

⁹³ Não considero aqui que a pauta de diferentes segmentos, dentro do movimento feminista não fosse necessariamente tomada diferentemente. Entretanto, o movimento negro feminista, na década de 1980, ao trazer pela primeira vez para dentro do feminismo a preocupação com as especificidades da relação entre desigualdade de raça e de gênero abriu definitivamente o debate das diferenças e pluralidades entre as mulheres (HULL & SMITH, 1982, CARBY, 1993). Somente alguns anos após esta importante deflagração, outras desigualdades também passaram a ser debatidas internamente com peso semelhante. Atualmente, existem debates internos sobre os mais variados tipos de diferenças, dentre elas, raça e etnia, sexualidade, geração, diferentes tipos de deficiência, de região (urbanas e rurais). No 2º capítulo sobre a esfera governamental, analiso alguns casos em que tensões entre direitos e desigualdades diversas são postas em xeque.

Ainda sobre esta questão, trago um episódio do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: o debate sobre as diferenças aconteceu no começo do 10º Encontro, em conversa com a delegação da Nicarágua e do Rio de Janeiro, em um dos ônibus que levava para o local do evento. As mulheres trocavam camisetas de seus países que ilustravam suas lutas e comentavam sobre uma delas que citava diversas desigualdades e especificidades das mulheres. A certa altura, o debate mais empolgado se deu em torno da tentativa de identificarem mais desigualdades que aquelas descritas nas camisetas. Uma das mulheres comentou que parecia que, a cada tentativa, mais desigualdades se tornavam evidentes, com o que outras concordaram, comentando que realmente havia a possibilidade da lista aumentar infinitamente. Este momento deflagrou, para mim, o cuidado de perceber como se dava, no encontro, o espaço e o peso para cada uma dessas diferenças (Diário de Campo, 2005).

priorizados, restando-lhes os espaços das oficinas para exposição e debate. Também evidencia quais segmentos têm peso de decisão tal que conseguem colocar suas pautas com tamanha visibilidade neste espaço de debate no campo feminista. Ou seja, provavelmente o que foi debatido e evidenciado terá repercussão nos outros espaços do cotidiano do movimento feminista, lei-se nos fóruns, redes, ONGs e grupos de mulheres, bem como nos espaços acadêmicos e governamentais.

Para cada “diálogo complexo” foram selecionadas perguntas com o intuito de fomentarem o debate a partir das “principais necessidades eleitas previamente por várias feministas que auxiliaram a comissão organizadora”⁹⁴. Para o primeiro diálogo, intitulado “Feminismo e estratégias para o enfrentamento do racismo em uma América Latina democrática”, o qual aconteceu no primeiro dia de encontro, as perguntas foram as seguintes: 1. Quais são hoje as tensões entre feminismo e racismo? 2. O Feminismo tolera, aceita ou se compromete com a luta contra o racismo? e 3. De que maneira o feminismo desafia as políticas de inclusão racial?

O segundo e o terceiro diálogos complexos aconteceram no segundo dia de encontro, ambos pela manhã. Pela ordem, “Feminismo contra o etnocentrismo para uma América-Latina democrática” e “Feminismo, juventude e poder – alternativas à mercantilização e à marginalização em busca de perspectivas democráticas”. Para o debate sobre feminismo e etnocentrismo foram convidadas a exporem suas idéias feministas envolvidas com questões de racismo e de etnia. As questões versavam sobre: 1. A cultura é um espaço homogêneo, já que há diferenças, lutas e tensões internas? Como fazer para que o multiculturalismo não seja a soma de culturas fechadas e intactas?; 2. O multiculturalismo é uma nova cultura em construção, da qual se espera que seja menos autoritária?; e 3. Como essa dimensão cultural hegemônica, essa visão que é branca, masculina, urbana, européia, interfere na possibilidade de abrir e não ocultar uma visão feminista democrática? A coordenadora da sessão perguntou ainda o que entendiam por etnocentrismo, como aporte à discussão das perguntas.

Para os Diálogos sobre Feminismo e Juventude, as perguntas foram: 1. Quais são as propostas das jovens feministas?; 2. Como se relacionam com outras agendas e propostas?; e 3. Quais são as tensões e desafios dentro e fora do feminismo e como superá-los?

⁹⁴ Diário de Campo, 2005.

Finalmente, neste mesmo dia, aconteceu, no início da tarde, o último dos diálogos complexos: “Feminismo e lesbianidade – sexualidades e democracia”. Suas perguntas versavam sobre: 1. O que pode unir as lésbicas feministas sem desconsiderar suas pluralidades dentro do movimento feminista?; 2. Qual o projeto do movimento feminista para as lésbicas das camadas mais pobres da América Latina?; e 3. Como continuar tendo incidência política como sujeito coletivo – reconhecido dentro do feminismo e nos ambientes de articulação LGBTTT?

As perguntas dos diálogos complexos podem apontar algumas análises. Com relação a “Feminismo e Juventude” a preocupação central girava em torno da busca de uma plataforma própria, a qual justificasse a especificidade deste “novo” segmento. Quanto ao tema “Feminismo e Racismo”, há o questionamento de se realmente os demais segmentos acoplam as especificidades raciais e as tornam tão importantes quanto a própria categoria mulher – “maior” identidade feminista. Ou seja, torna-se claro que há uma hierarquia interna ao movimento e que a idéia de pluralidade permanece mais no plano das idéias do que no plano das concretizações. Ao mesmo tempo em que o feminismo não se faz enquanto plataforma de ação sem as reivindicações das mulheres negras, há ainda a necessidade de demarcação deste lugar (assim como há para outros segmentos, mas a força de mobilização, produção teórica e tempo de organização deste segmento o coloca em lugar de destaque nos debates).

A hierarquia interna também é movimentada pela assunção das “jovens feministas” que declaram haver um jogo de poder no movimento, para o qual “ser histórica” é sinônimo de destaque. Embora não seja esta uma autodenominação, há uma identificação por parte daquelas que “não o são”.

As perguntas sobre “Feminismo e Etnocentrismo” aparecem como pano de fundo para o debate sobre especificidades, tomando a cultura como cerne, além de tocar na questão dos fundamentalismos e de como estes interferem na vida das mulheres. Não é a toa que uma das campanhas em rede Latino-Americana mais contundente fosse, desde 2003, mantendo-se presente no 10º encontro, aquela cujo lema era “sua boca é fundamental contra os fundamentalismos”⁹⁵. Esta questão também aponta para as temáticas raciais e étnicas, fortalecendo e ampliando o espaço de debate das mulheres negras, ao mesmo tempo em que abre espaço para as indígenas. O argumento central é o

⁹⁵ Campanha contra os fundamentalismos organizada pelas redes Articulación Feminista Marcosur e Articulação de Mulheres Brasileiras e difundida para os diversos fóruns de mulheres estaduais no Brasil.

de que as distinções culturais produzem desigualdades sociais, fortalecendo estratégias de “políticas identitárias” (FRASER, 2007).

O debate sobre lesbianismo evidencia a visibilidade que foi conquistada lentamente, ao longo de duas décadas, pelas lésbicas feministas⁹⁶. Esta é uma questão polêmica, visto que muitas das feministas “preferiam não se dizer lésbicas, não evidenciando seus desejos sexuais”. Entretanto, para muitas delas, tornar público o desejo homossexual tornou-se ponto primordial de suas ações políticas. Portanto, ter um espaço de tal porte apontava para um ganho do segmento dentro do movimento feminista. Mas todas pretendem provocar o movimento feminista a incluir ainda mais, em sua agenda, a luta contra a heterossexualidade compulsória e o enfrentamento às desigualdades acentuadas pelo modo de produção capitalista. Em meio a muitas controvérsias e tensões em torno da definição de um foco, ou fio condutor, o discurso da maior parte das ativistas demonstrou o desejo de ir além da pauta da visibilidade lésbica, de modo a não restringir a luta do movimento a uma causa isolada: a visibilidade pela visibilidade, sem interlocução com outros sujeitos coletivos⁹⁷.

A expansão do movimento dá-se em torno das ações em redes com o objetivo de constituir políticas públicas que minimizem as desigualdades das mulheres. Campanhas são organizadas como estratégias para difundir pautas de interesse do movimento no Brasil e, em sua interface, com outros países. Exemplo disto é a campanha contra os fundamentalismos, já citada aqui, difundida em espaços como o Fórum Social Mundial e, mais tarde, em encontros feministas e no calendário de algumas redes feministas nacionais e regionais. Entretanto, as tensões entre escolhas de pautas, ditas do *mainstream* feminista, e outras que foram subsumidas continuam presentes nos discursos de algumas entrevistadas durante o 10º Encontro, evidenciando a dupla face entre local e global.

As agendas locais sofrem interferência das agendas globais. Por exemplo, como é que se fez a queda da natalidade, já que não

⁹⁶ Há informações no atual site oficial dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe (www.10feminista.org.br) que as lésbicas e suas demandas serão o tema central de debates do próximo encontro, em 2008, no México.

⁹⁷ Foram relatados nos artigos sobre o 10º Encontro, na sua página oficial na internet, estes e outros temas que giravam em torno da visibilidade lésbica dentro do movimento feminista e da tensão delas como sujeitos políticos que se inter-relacionam com outras desigualdades com as de classe, raça, geração (oficina “El Lesbianismo feminista de Latino-américa y la política que nos urge”, 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, 10 de outubro de 2005, Brasil, www.10feminista.org.br, última visita em 10 de janeiro de 2008).

havia políticas públicas? Sem elas, aconteceu pelas vias mais diversas, desde a esterilização em massa, a não oferta de contraceptivos reversíveis, por um lado. Por outro, a natalidade foi reduzida pelo abandono das políticas de apoio à maternidade (...). As políticas macro também têm relação com a retração do Estado. Então você retrai o Estado e outras políticas terminam sendo abandonadas, como as das creches. Hoje, o atendimento de creches no Brasil ou em SP é de 11% da demanda (Diário de Campo, conversa com Simone Diniz, feminista da comissão organizadora do 10º Encontro, 2005).

Algumas outras participantes do 10º Encontro colocaram, mais uma vez, a tensão entre local e global como parte de outra aparente tensão: a da experiência/*sororidade* versus transnacionalização (ALVAREZ, 1998 e 2000).

Trago aqui as falas de duas participantes, uma delas jovem feminista e a outra uma das coordenadoras da ONG Católicas pelo Direito de Decidir:

(...) Você vê que há uma disparidade muito grande daquilo que você fala ou daquilo que você trabalha localmente nos grupos, em termo de técnicas e tal, e vê que aquilo não atinge aquelas pessoas, em termos de documentos oficiais (referindo-se a documentos gerados em grandes conferências) (Jovem feminista, entrevista em outubro de 2005, São Paulo-BR).

(Com relação às pautas discutidas no 10º Encontro) Por exemplo, o que aconteceu no Brasil em março e abril de 2005, quando a USAID quis condicionar as ações em AIDS às políticas do presidente dos Estados Unidos, George Bush. Este estava condicionado a um pensamento religioso. Com relação ao aborto a gente vê um pensamento conservador no cotidiano da vida das pessoas e também nas ações do Estado. E aí eu acho que essas coisas a gente não teve o peso que deveria ter no Encontro Feminista. De pensar como a gente lida com isto como feministas, de nos fortalecermos (...) (Integrante ONG Católicas pelo Direito de Decidir, entrevista em outubro de 2005, São Paulo – BR).

A questão continua apontando para a tensão entre autonomia e institucionalização, aqui percebida através do debate sobre expansão do movimento. Havia a preocupação com políticas que fossem construídas através de estratégias de redes e dos espaços legais das Conferências Internacionais. A crítica implícita é a de que muitas destas políticas seriam priorizadas em detrimento de outras, escolhidas no outro lado dessa questão, qual seja, os espaços chamados de “solidários”. Nestes as

políticas seriam construídas em grupos e comunidades locais, a partir de trabalhos participativos, traçando necessidades e estratégias a partir daí. Entretanto, esta é uma “aposta” política, posto que não há garantias de que nas micro-relações não se repitam as relações autoritárias de poder.

Com a redimensão das discussões locais para a preocupação e a urgência das agendas globais, cada vez menos as vivências experienciais continuaram presentes nos diversos encontros. As tensões entre necessidades locais e de vivências pessoais – da ordem da subjetividade feminina – passam a ter menos prioridade do que grandes discussões de políticas globais. Esta é uma das grandes tensões que caracteriza o período de 1995 a 2005.

A importância de experienciar uma vivência feminista aparece como base e condicionante nos espaços dos encontros. É ressaltada por participantes do 10º Encontro uma necessidade de partir das vivências de “uma condição feminina de desigualdade” que, por sua vez, aponta temáticas necessárias de serem trabalhadas, para *empoderar* as mulheres. Da década de 1970 aos anos 1990, oficinas de auto-exame – com uso do espelhinho para conhecer a genitália feminina – eram muito presentes. Entretanto, com o decorrer dos anos subsequentes, questões políticas mais amplas passaram a ter mais espaço, em detrimento daquelas mais subjetivas e experienciais.

A tensão entre experiência pessoal e adesão ao movimento político foi fonte de debate da oficina “Os sentidos do feminismo: olhares e visões a respeito da diferença”, ministrada na tarde do penúltimo dia do 10º Encontro. Foi trazido pelas participantes que a história individual leva ao processo no coletivo, ou seja, que a desigualdade sofrida no âmbito privado estimula a participação coletiva e a inclusão de uma identidade de feminista individual. Além disso, a “nova tensão interna do feminismo é a das diferenças”. Aceitar a diversidade e construir formas de agir a partir dela é a demanda atual. A palavra pluralidade apareceu como mais um sentido atribuído a este momento atual. “O reconhecimento da outra passa por uma democracia interna – e não apenas externa – ao feminismo” dizia uma das participantes.

Portanto, ser ou não ser feminista, incluindo neste *rol* a relação entre subjetividade – sentimentos e percepções individuais que tornam e levam a um sentimento grupal – e racionalidade – constituição de um movimento com pautas políticas e identificação de desigualdades específicas – aparece como elo para a efetivação de inclusão de pautas internas e externas, através da relação de expansão.

Estas duas ações complementam-se ao mesmo tempo em que apontam os limites existentes. Entretanto, estas não são decisões apenas subjetivas, mas principalmente de cunho político no sentido de decidir quais caminhos seguir e elencar quem incluir e quem excluir como sujeito e como demanda, bem como quais estratégias de expansão tomar, evidenciando que há sim uma hierarquia interna ao movimento e que, apesar de não ser claramente assumida, faz-se presente em cada uma das decisões tomadas na organização e na execução de mais uma versão da “cidade das mulheres”.

d) Relacionando sujeitos políticos, autonomia e democracia

No tocante às questões políticas centrais para as feministas no 10º Encontro, destaquei a dos sujeitos políticos, a da democracia e a da autonomia. As três se relacionam, tendo em mente os exemplos de campo em diálogo com as teorias aqui empregadas, que tratam das estratégias políticas dos movimentos sociais no Estado democrático.

Fraser (2007), Laclau e Mouffe (1985) apontaram a importância das estratégias de “redistribuição” e “reconhecimento” na democracia. Entretanto, Fraser (idem) apresentou uma análise de como o movimento feminista lidou com as mesmas. Segundo a autora, durante a segunda onda feminista, pode-se identificar três momentos no tocante à escolha por estratégias de ação política: o primeiro, o de políticas de redistribuição, o segundo, o de políticas de identidade, e o terceiro, o atual, aquele no qual se busca uma conjunção dos dois momentos anteriores aliados a políticas de representação. Laclau e Mouffe (idem) também falam em unir os dois momentos da redistribuição e do reconhecimento, como forma de radicalizar a democracia.

No Brasil, as estratégias de redistribuição foram principalmente utilizadas no período de estruturação dos novos movimentos sociais, quando as feministas atuavam juntamente com a esquerda brasileira. Uma das tensões entre estes dois sujeitos políticos dava-se no tocante à relação entre classe e gênero nas estratégias utilizadas (GODINHO, 1998; JUREMA, 2005; TELES, 1999). Fraser (ibidem) coloca que os feminismos expuseram o androcentrismo da sociedade capitalista, “politizando o pessoal”, expandiram as fronteiras de contestação para além da redistribuição sócio-econômica – para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução” (FRASER, 2007, p. 04).

Percebo o segundo momento, das estratégias de reconhecimento no Brasil, através das ações pós-década de 1980 de demandas de segmentos específicos, como as negras e lésbicas. Este se prolonga até os dias atuais, com a tensão entre sujeitos políticos autorizados e as demandas de novos sujeitos como as trans e as jovens feministas. Fraser (2007) aponta que nos EUA, principalmente, mas também na Europa, este segundo momento colocou a ênfase nas políticas de identidade, de sujeitos específicos, retirando a centralidade da classe para a cultura. “O resultado foi uma grande mudança no imaginário feminista: enquanto a geração anterior buscava um ideal de equidade social expandido, esta investia suas energias nas mudanças culturais” (FRASER, 2007, p. 05).

Os proponentes da virada cultural esperavam que a política feminista de identidade e diferença criasse uma sinergia com as lutas pela igualdade social. Mas o que aconteceu foi que, no contexto da virada do século, a utilização do reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que, por sua vez, esperava reprimir a memória do igualitarismo social.

O resultado foi uma trágica ironia histórica. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro, um economicismo truncado por um culturalismo truncado (FRASER, *idem*, p. 06).

O debate por políticas de identidade no movimento feminista no Brasil apresenta a dupla conformação de acionar políticas agregadoras – em torno do significativo “mulher” – sem perder de vista as disputas internas das diversas mulheres negras, lésbicas, jovens, rurais, dentre outras. Longe de simplificar as demandas, apresenta nuances características da fragmentação e da pluralidade de sujeitos contemporâneos.

Acredito que o movimento feminista no Brasil se encontre nesta fase de políticas de reconhecimento, principalmente, mas relacionada com a terceira fase trazida por Fraser (2007). Para a autora, esta fase se caracteriza por políticas transnacionais que indicariam alternativas às impossibilidades dos períodos anteriores.

O feminismo brasileiro tem participado ativamente das ações transnacionais que indicam políticas globais para os Estados-nação, através dos espaços das grandes conferências da ONU, dos Fóruns Sociais Mundiais, encontros latinos etc.

Com relação a isto, Fraser (2007) propõe que a alternativa atual para as ações feministas deve se compor de uma tríade: junção de políticas de redistribuição e de reconhecimento, acopladas a uma outra estratégia, a de representação⁹⁸ – relacionada a ações globalizadas e transnacionais.

Laclau e Mouffe (1985) já apontavam a importância de não perder de vista as duas primeiras estratégias, além disso, os dados de campo do 10º Encontro trouxeram a preocupação com a autonomia na interface com as políticas globalizadas ou transnacionais. Não gostaria de perder de vista esta questão, já que, se por um lado há questões macro-econômicas que desestabilizam a democracia e os direitos das mulheres – fruto das políticas neoliberais e do ajuste estrutural dos Estados-nação – indicando a necessidade de ações globalizadas por parte das feministas⁹⁹; por outro não deixa de ser necessário cuidar das micro-demandas, situadas e contextuais. A crítica à autonomia, no tocante às políticas locais, não deixa de ser interessante uma vez que questiona a própria globalização. Neste sentido, Haraway (1995) propõe uma interpretação da objetividade científica¹⁰⁰ em termos de “conhecimentos situados”, ou seja, que a perspectiva parcial deve ser legitimada cada vez mais, tendo em vista a necessidade de evidenciação dos saberes localizados.

⁹⁸ Fraser (2007) conceitua representação da seguinte forma: “como a entendo, representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. Ao lado disso, é necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos” (FRASER, idem, p. 11).

⁹⁹ Atualmente as feministas buscam conectar cada vez mais as políticas de redistribuição e reconhecimento através de ações transnacionalizadas, indo além das economias nacionais. Na Europa, por exemplo, feministas atuam frente às políticas e estruturas econômicas da União Européia, unindo-se aos que protestam contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), desafiando as estruturas de governabilidade na economia global. Além disso, com o slogan “os direitos das mulheres são direitos humanos”, feministas ao redor do mundo estão conectando as lutas contra as desigualdades de gênero locais a campanhas para reformar o direito internacional. O espaço dos Fóruns Sociais Mundiais tem servido, de forma análoga, ao encontro de muitos debates, ações e campanhas (FRASER, 2007; ALVAREZ et alli, 2003; Dossiê Feminismos e Fórum Social Mundial, Sonia ALVAREZ, Nalu FARIA e Miriam NOBRE (orgs). Revista de Estudos Feministas, 2003) .

¹⁰⁰ A autora está desenvolvendo um diálogo com as epistemologias feministas e o próprio modelo de ciência positiva. Este debate é trazido aqui para discutir sobre a especificidade das necessidades e dos saberes locais, os quais muitas vezes são, tanto no campo da ciência quanto no das políticas, ofuscados em função das necessidades e saberes globais. Para maiores detalhes, discuto sobre produção científica no campo feminista, no capítulo sobre a esfera acadêmica.

A democracia plural e radical desejada pelas feministas do 10º Encontro, e ressaltada pelos teóricos Laclau e Mouffe (1985), apresenta-se em sua complexidade e em meio a tensões e conflitos por hierarquias dentro do movimento, por espaços identitários e políticos, por forças em choque, mas não necessariamente em oposição a sujeitos políticos, na busca por autonomia e por espaços que reflitam os anseios e demandas dos diversos segmentos. Como bem colocaram Laclau e Mouffe (idem) a inclusão no contexto democrático não se faz sem exclusão concomitante. Não há, portanto, consenso real e a necessidade do conflito e da pluralidade de oposições, além de demonstrar as dificuldades do jogo de disputas no qual se faz um movimento, fortalece a necessidade de existência do próprio conflito, como condição *sine qua non* da própria democracia radical que as feministas almejam.

2.4. Sintetizando...

Neste capítulo trabalhei com o movimento feminista contemporâneo brasileiro, a partir de algumas premissas básicas: a idéia de que existe sim um projeto societário utópico feminista e de que o mesmo se constitui por meio das ações de estruturação interna e na relação externa do movimento, através das suas redes. Dentre as questões descritas e analisadas aqui, destaco as de autonomia e democracia do movimento e as tensões e diferenças políticas e identitárias.

A organização interna foi descrita principalmente através das ações protagonizadas pelas ONGs e redes feministas. Além delas, especial atenção foi dada aos espaços dos encontros feministas. Em particular o ultimo deles, o 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe. Através do mesmo, o cenário atual foi descrito e analisado, tendo em vista as estratégias utilizadas e as tensões internas.

Dentre elas, a questão das diferenças marcava posicionamentos identitários, de segmentos distintos, mas também políticos. As Redes AMB e Marcha Mundial de Mulheres, enquanto maiores agregadoras de grupos e ações de visibilidade nacional, foram descritas como de maior destaque no campo atual. Arriscando uma análise destas duas redes, diria que, para a primeira, há uma sobre-determinação do gênero enquanto que, para a segunda, há uma hierarquização englobante do gênero. Ou seja, enquanto que a primeira toma o gênero como central em suas ações e as outras desigualdades sendo pontuadas na relação com este, para a segunda a questão de classe é anterior,

senão tão importante quanto a questão de gênero. Fazendo um paralelo com a noção de hierarquia de Dumont (2002) um termo englobaria o outro¹⁰¹.

No contexto da constituição de políticas feministas, o debate sobre os sujeitos continua sendo atual. O debate assumiu a característica de deflagrar, através das disputas entre sujeitos legitimados e novos sujeitos, a hierarquia do movimento quanto à tomada de decisões internas e externas ao movimento. Dessa forma, concatenou-se com as questões de democracia e autonomia, tão caras ao debate feminista.

Acompanhemos as afirmações de Judith Butler (2003) sobre o sujeito político feminista, expressão concreta das relações entre corpos e subjetividades. A autora afirma que a saída política não é negar a representação, a política representacional, mas pensando no presente histórico (à luz de Marx), repensar as construções ontológicas de identidade na prática política feminista. E afirma que:

Determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da genealogia feminista da categoria das mulheres. (...) A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista (BUTLER, 2003, p.23).

A busca por alteridade nos espaços políticos do movimento parece indicar que o caminhar tem sido em torno da visibilidade dos diversos sujeitos – e especificidades – que querem se mostrar e, mais que isto, ser demarcados enquanto agendas próprias de lutas dentro de um lócus maior que é o próprio feminismo.

Ao caminhar dentro de uma cidade das mulheres – o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe – ficou evidente que a busca de uma democracia radicalizada abriu espaço para esse panorama plural e híbrido. Entretanto, utopias em torno de uma homogeneização deste sujeito – mulheres englobadas em uma mesma *irmandade feminista* – permanecem. Assim se faz uma cidade das mulheres, de contradições e embates constantes em torno de um sujeito político que urge por se deixar dizer. E se faz verbo através das estratégias de legitimidade e hierarquia internas.

Passando por questões como “o que constitui todas as mulheres” em um mesmo movimento social, nos deparamos com as diversas possibilidades que especificidades identitárias vêm demarcar. As jovens feministas “retratam” um momento atual de novas

¹⁰¹ O desenvolvimento desta noção foi fruto do profícuo diálogo com a profa. Dra. Lady Sema Albernaz, durante o encontro da ABANNE, em outubro de 2007, e a quem agradeço a inspiração e o diálogo.

conformações e descentramentos quanto a um sujeito único. Este sujeito “mulher” confronta-se continuamente com as (im)possibilidades pelas quais um lugar essencialista coloca – estar corporificada à marca da diferença. Em outro lugar, está a discussão sobre a fragmentação dos corpos que são atravessados por discursos – da ordem do feminino e do masculino – e que os constituem dessa maneira híbrida, marcada pela proposta de participação das transgêneros.

Além disso, a relação entre acadêmicas, ativistas e feministas da esfera governamental também demonstra como os jogos de poder entre as três esferas deu-se, neste encontro. Dentre as participantes, havia mulheres das três esferas, embora as participantes do governo e da academia ali se colocassem mais como ouvintes das questões e pautas.

Com relação às poucas acadêmicas presentes, como atuavam enquanto militantes, sua participação foi ativa nos debates e na votação final da participação das transgêneros. A posição das acadêmicas era de um *status*, devido principalmente a sua especificidade de ocupação do *locus* científico, no qual se trabalha com a reflexão teórica e com o uso da mesma nas questões empíricas. Esta posição convivia com outra, para a qual havia uma hierarquia interna ao movimento, na qual as “feministas teóricas”¹⁰² estariam no seu topo, enquanto que as “populares”¹⁰³, na posição diametralmente oposta.

Além do exposto acima e no tocante à votação das transgêneros, algumas participantes comentaram que a posição de ativista apontava para posicionamentos distintos da posição de acadêmica. Se para as primeiras foi possível aceitar a participação das mesmas com certa relutância, já que poderia “abrir uma premissa para homens participarem”, para as acadêmicas havia maior abertura, proveniente do acompanhamento do debate teórico a respeito do descentramento dos sujeitos e da fluidez de posições masculinas e femininas. Apesar de saber que o pensamento daquelas que fazem parte de cada uma das esferas não é homogêneo, considero importante acatar a distinção de posicionamentos que se coloca, qual seja entre teoria e ação¹⁰⁴. Porém questiono esta posição, tendo em vista que as próprias teorias se confrontam, e não apenas as distintas práticas e ações políticas. Ou seja, com relação à disputa de pautas,

¹⁰² Termo êmico.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Diário de Campo, 2005.

há que se acrescentar outra questão à pluralidade de identidades: a de posicionamentos e constituição de argumentos. Estes são baseados em teorias e suas formas diversas de absorção, nas ações feministas¹⁰⁵, mas não somente com relação a eles, e sim tendo em vista diferentes concepções políticas no movimento.

Algumas mulheres que ocupavam cargos de gestoras em secretarias da mulher municipais e estaduais comentaram ter participado da votação sobre a participação das transeuneros, tendo se colocado num papel ativo, embora preferissem garantir, através de uma participação menos ativa durante os dias do 10º Encontro, uma “suposta autonomia” para o movimento em relação ao governo e aos gestores públicos, através das suas formas de agir no encontro. Ou seja, ficando mais como observadoras não estariam interferindo nas decisões do movimento, garantindo sua autonomia. Apesar dessa preocupação, a hibridez dos lugares ocupados era pontuada nas falas dessas mesmas mulheres que comentavam que “já haviam participado ativamente como militantes e que, talvez por isto, lhes fosse difícil ouvir os debates sem opinar diretamente”¹⁰⁶. Sua participação no evento também tinha o caráter de relacionar as demandas atuais do movimento com as pautas dos governos em relação a políticas públicas para as mulheres, levando o que foi debatido no encontro para o trabalho dos gestores¹⁰⁷.

Sobre a autonomia, o debate concentrou-se principalmente na reflexão da autonomia individual e da relação desta com uma institucionalização coletiva. Percebe-se que as ONGs têm forte representatividade nos espaços de articulação do movimento feminista. Isto vem a reboque de um processo histórico que une em um mesmo espaço o movimento e as ONGs – ambos fazem movimento e esta é uma questão aparentemente resolvida para o movimento feminista, mas não para outros movimentos sociais, tampouco para estudiosas de movimentos sociais no Brasil, como é o caso de Ilse Scherer-Warren (2000, 1997, dentre outros). Além disso, a profissionalização do movimento, através de sua institucionalização, continua sendo um lugar de tensão, pois as mulheres militantes parecem estar submetidas tanto a uma lógica do movimento feminista mais amplo, quanto à lógica de suas próprias instituições, com visões e escolhas de ações que nem sempre coincidem com as da coletividade do movimento.

¹⁰⁵ Esta questão é discutida em minúcias no capítulo sobre a esfera acadêmica.

¹⁰⁶ Entrevista complementar com a responsável pela direção da Coordenadoria da Mulher de um município do Nordeste, após o 10º Encontro.

¹⁰⁷ A esta questão detenho-me no próximo capítulo, sobre as políticas públicas e as ações governamentais.

Parte da importância atribuída ao fenômeno da onguização do movimento deveu-se à realidade transnacional, constituída a partir dos espaços das conferências internacionais, onde as agendas são pensadas e influenciadas por discussões globais e nas quais as agências financiadoras também se fazem presentes, indicando e rechaçando temáticas e ações. Dois desdobramentos se apresentam a partir desta realidade: a) há a necessidade, cada vez maior, de captar recursos pelas instituições e redes feministas. Esta parece surgir como alternativa para os grupos e articulações de mulheres, nos tempos de crise, bem como para a tentativa de superação à dependência financeira, frente às agências financiadoras; e b) evoca o modo como os diversos grupos do movimento controlam e se relacionam com o dinheiro, revelando mais uma face da relação com o financiamento e a autonomia¹⁰⁸.

Para finalizar, gostaria de trazer uma metáfora que trata da fragmentação versus a fração. Fragmentação trata de separar partes diferentes, em conflito. Fracionar, ao contrário, realiza a divisão de um conjunto em partes iguais ou idênticas. Acredito que o movimento feminista busca trabalhar com a idéia de fração dos segmentos. Entretanto, na medida em que busca o caminho da fração, através do discurso da inclusão e da pluralidade, depara-se com a fragmentação, já que as partes unidas não formarão a imagem de um todo homogêneo. Esse é um desafio contemporâneo que ultrapassa o próprio espaço do movimento feminista, sendo descrito por autores com Bruno Latour (2003) e Marshal Berman (1986), para quem o debate toma como base a questão de que ainda somos todos modernos embora estejamos sob os auspícios do convívio com teorias e visões de mundo modernas e pós-modernas. Vivemos entre o fracionamento – divisão homogênea – e a fragmentação – fluidez e dissolução – de teorias e ações políticas, sem atingir uma resposta unívoca¹⁰⁹.

Estes modelos de políticas e teorias que se relacionam com o campo feminista, de forma tal que este capítulo se debruçou sobre os mesmos na interface com experiências vividas nos encontros feministas, serão debatidos nos capítulos seguintes,

¹⁰⁸ Neste sentido, Telma Gurgel (2005), discutindo sobre a trajetória dos coletivos feministas na história da cidade de Mossoró, no século XX, trata da questão da profissionalização dos espaços dos coletivos, a partir da inserção das ONGs neste lócus militante. Segundo a autora, apoiada em Sonia Alvarez, os coletivos feministas que passam pelo processo de onguização tornam-se entidades híbridas, visto que assumem suas ações na seguinte perspectiva: “(...) para alterar as relações de poder de gênero que limitam suas vidas de mulheres (...) se percebem como parte integral do movimento de mulheres de base, com quem afirmam trabalhar” (ALVAREZ, 1998, p. 265).

¹⁰⁹ As respostas feministas a estas indagações são trabalhadas no capítulo desta tese dedicado à esfera da academia.

buscando ampliar e trazer especificidades dos demais espaços feministas que, juntamente com o movimento, constituem o campo na atualidade. Dessa forma, o próximo capítulo discute as questões sobre políticas públicas na interface com a formação de uma esfera feminista governamental, e o seguinte, junto à academia.

03. A esfera do governo no campo feminista: a cidadania das mulheres nas políticas públicas.

Neste capítulo discuto sobre a esfera governamental no campo feminista brasileiro, através de uma análise da “I Conferências de Políticas para as Mulheres” (2004) e do “Encontro Gênero e Ciências”(2006), organizados pelo governo brasileiro, em suas interfaces com as demais esferas, visando à constituição de cidadania¹ para as mulheres. Pensar o lugar que o governo e o Estado brasileiros ocupam no contexto do feminismo implica em trazer uma noção central para a descrição e posterior análise: a de políticas públicas². Será através deste termo, tão utilizado no espaço político democrático³, que empreenderei o percurso. As políticas públicas promovem diálogo

¹ Utilizo a noção de cidadania como “o direito a ter direitos”, de acordo com o debate nas Ciências Políticas. T. H. Marshall falava nos direitos de primeira e segunda gerações, observando a evolução do conceito na Inglaterra. Para o autor, primeiro teriam surgido, no século XVIII, os direitos civis e, depois, no século XIX, os políticos. Apesar de ser chamada etnocêntrica, a visão de Marshall passou a ser referência para a transformação histórica do conceito. Assim é que, na segunda metade do século XX, os direitos de terceira geração são conhecidos. Estes se referem a direitos de grupos, segmentos e minorias que surgem em todo mundo. Direitos ao meio ambiente, feministas, direito do consumidor são incorporados em várias legislações e discursos políticos (SILVEIRA, 2007). Outra questão em torno da noção de cidadania coloca a interface entre esta e o Estado, visto que, no século XX, o projeto burguês enfatiza a questão dos direitos dos indivíduos, menos como direitos e mais como deveres. “Deveres para com o Estado, o interlocutor oficial da sociedade. O Estado passa a regulamentar os direitos dos cidadãos e a restringi-los, ou cassá-los, em determinadas conjunturas históricas. A questão da cidadania deixa de ser conquista da sociedade civil e passa a ser competência do Estado (GOHN, 2005)”.

² O conceito de política pública se enquadra em uma das sub-áreas de estudo da Ciência Política (de acordo com avaliação desta área por Comitê Assessor em Ciências Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta sub-área lida com o processo de tomada de decisões das instituições públicas. É o estudo das políticas governamentais, as quais são examinadas desde o ponto de vista de seu contexto institucional, da disponibilidade ao uso de recursos, do exercício do poder político em suas diversas formas até seu impacto diferencial na sociedade. As análises de política pública lançam mão tanto de variáveis de tipo psicológico a institucional, quanto da análise de tendências estatísticas de comportamento governamental. É importante, neste contexto, o estudo de processos orçamentários das instituições governamentais, desde a fixação das fontes de recursos até as decisões sobre seu uso, a fiscalização e controle de sua aplicação. Agrada-me como Ivete Garcia (2005, p. 175) discute o conceito de políticas públicas. A autora comenta que o termo é um anglicismo, ou seja, uma incorporação à língua portuguesa da expressão em inglês Public Policy. O dicionário de Sociologia Política, de Jacques Lagroye (1997), define este termo como “Conjunto de objetivos que enformam (dão forma) a determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução (...) habilidade no trato das relações humanas com vistas à obtenção dos resultados desejados (...) pertencente ou destinado ao povo, à coletividade” (LAGROYE, 1997, p.129-203).

³ Por espaço político democrático entendo que se trata do lugar de realização da democracia. Esta noção trata de um “governo de todos”. Entretanto, há o questionamento deste termo visto que a representação de todos é feita, por alguns, através do voto: há a impossibilidade de uma realização total de democracia. Antagonismo, conflito e divisão também fazem parte deste conceito, visto que não pode haver um “nós” sem um “eles” (MOUFFE, 1999a, p. 43). Todas as formas de consenso são atos de exclusão, portanto, não pode haver comunidade completamente inclusiva. Mecanismos participativos buscam sanar esta encruzilhada pela qual atravessa a democracia em sua execução. Dentre eles há os espaços de controle social nos quais a sociedade civil vem atuando, como o orçamento participativo, os conselhos etc.

entre o espaço governamental e os movimentos sociais⁴, visto que para sua consecução, no processo de um Estado democrático⁵, é necessário dar voz às minorias e a suas desigualdades para que estas sejam sanadas através de leis específicas e de sua posterior execução pelas instâncias do governo que tenham esta competência⁶.

O intuito deste capítulo é o de compreender quais as especificidades desta esfera de atuação feminista – a governamental – e como se processam. Esta esfera será abordada a partir da constatação de que existe um espaço institucional governamental, com mecanismos próprios, nos quais as políticas públicas parecem ser o fim, a concretização. Para alcançar os objetivos, os diálogos se processam em espiral, em um movimento no qual vários sujeitos atuam. Darei destaque às inter-relações entre os sujeitos do movimento social – aqui representando a sociedade civil – e aqueles que compõem o quadro de cargos governamentais – em sua maioria, os executivos. Porém, os sujeitos da esfera acadêmica também participarão deste diálogo que, ora se faz de dentro dos órgãos públicos, ora em espaços criados para o diálogo, como é o caso das Conferências de Políticas Públicas.

Um outro aspecto importante no qual me detenho é o de que há uma ligação peculiar entre o movimento feminista e o Estado, tanto no tocante à própria criação de demandas por representatividade no executivo, quanto por participação e controle social. Procurarei mostrar como compreendo este aspecto através da imagem conceitual de uma espiral relacional, na qual estão as esferas feministas (movimento, academia e governo). A imagem da espiral indica, analiticamente, a escolha por compreender o

⁴ Os movimentos sociais são definidos, na literatura sociológica, como um novo ator histórico que trabalha com a noção de cidadania coletiva e que age enquanto produtor de mobilização e pressão por mudanças sociais, visto que o século XX está envolvido por desigualdades e contradições advindas do processo econômico e social ocidental (GOHN, 1988). Utilizo ainda a noção tal qual Ilse Scherer-Warren propõe (2000 e 1997). Para a autora, o feminismo pode ser visto como um novo movimento social, uma vez que ressurgiu na década de 1970, fortalecendo as ações organizadas da sociedade civil, na relação com o Estado brasileiro.

⁵ Por Estado democrático entende-se aquele que toma como ações as políticas públicas. Estas ações se fazem através das vozes de muitos sujeitos políticos que articulam e propõem agendas para espaços de representação, através das eleições e do voto. No atual modelo democrático brasileiro, no qual os movimentos sociais têm bastante peso na conformação do Estado (MULHER & DEMOCRACIA, 2005), os espaços de participação política têm sido cada vez mais importantes.

⁶ Neste caso me refiro às instâncias governamentais. Dentre estas, trato neste capítulo, especificamente, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que tem *status* de Ministério Federal. Além desta, destaco as coordenadorias ou secretarias da mulher, órgãos estes municipais e/ou estaduais. Estas secretarias tomam para si a função de indicar, acompanhar e promover a execução das políticas pelos órgãos competentes que, na maioria das vezes, são outros diversos. Estas ações serão pormenorizadas ainda neste capítulo.

campo feminista e suas esferas se inter-relacionando para além de formas bidimensionais que indiquem oposição ou dicotomias entre modelos. Com isto, pretendo dar conta da rede de relações e ações que se interconectam e na qual me detenho nas próximas páginas.

Também pretendo discutir sobre duas “forças” que interatuam na esfera governamental: mulheres feministas ocupando cargos públicos, bem como agendas políticas voltadas à cidadania das mulheres por se implementarem ou já implementadas e em vias de execução e avaliação. Estas podem estar relacionadas às ações feministas – tanto na esfera governamental quanto, nas demais – em um diálogo com o Estado que se iniciou no século XX, no Brasil.

Portanto, inicio o capítulo com uma retomada contextual dos percursos feministas junto ao Estado brasileiro, desde a década de 1930: os campos de lutas acionados, as bandeiras colocadas em consonância com os momentos político-sociais, na busca por participação cidadã. Respalhada na literatura (PINTO, 2003 e 1990; BANDEIRA, 2000; SARTI, 1988; MULHER & CIDADANIA, 2004 e 2005; PITANGUY, 1990; COSTA, 1985 e s/d; COSTA, 1981 só para citar algumas), elenco três momentos⁷: o acesso ao voto feminino, as conquistas no processo da constituinte nacional de 1988 e a lei de cotas para mulheres nos partidos políticos. Estes três momentos revelam nuances do percurso feminista na relação com o espaço e o poder público, debate que se travou principalmente, como já foi apontado anteriormente, em torno da presença do governo democrático em sua interface com o movimento social.

Após esta retomada contextual, a partir das leis de cotas, adentro no momento atual, no século XXI. Estas leis trazem o panorama de disputas em torno do conceito de democracia⁸. Trabalho com as noções de democracia representativa (representação

⁷ As autoras acima citadas não tratam, igualmente, dos três momentos. Em sua maioria, os textos tocam bastante na questão do sufrágio. Vários deles são unânimes em colocar, aliado a esse primeiro, o período da constituição de 1988. Somente os textos que foram escritos após a virada do século, entretanto, citam os três momentos, tal qual trago aqui neste capítulo, acrescentando aos dois anteriores o momento da lei afirmativa de cotas para mulheres nos partidos políticos, sancionada em 1995 e 1997, respectivamente.

⁸ De acordo com Chantal Mouffe (1999b) “a experiência da democracia moderna está baseada na aceitação da existência das lógicas da diferença/identitárias em conflito – uma tenta conseguir a equivalência completa e a outra preserva todas as diferenças” (MOUFFE, 1999b, p. 266). Há um aumento dos particularismos e de distintas formas de identidade ou segmentos. Ao mesmo tempo, há uma defesa e um aprofundamento do projeto democrático. Entretanto, para a autora é necessário superar os

efetiva no legislativo e no executivo) e participativa (diálogo com a sociedade civil, principalmente através dos conselhos) para o feminismo brasileiro, particularmente na relação entre movimento social e governo.

Neste segundo momento de discussão deste capítulo tomo como ponto central o acompanhamento de como o crescimento⁹ do movimento feminista impulsionou a criação de espaços democráticos de representação e de participação no poder executivo. A reabertura democrática da década de 1980 trouxe à conjuntura novos movimentos sociais (SCHERER, 2000 e 1997; TOURAINÉ, 1997 e 1995; MELUCCI, 1991) que impulsionaram novas formas de “composição social”. O debate entre representatividade e participação democrática foi impulsionado a partir deste contexto. Os movimentos feministas trouxeram a crítica à democracia representativa (SCHUMAHÉ, 2005; MORAES, 1998; GURGEL, 2005; FRANCH et alli, 2001; ALVAREZ, 1986; RIOT-SARCEY, 1994), impulsionando, através de ações públicas, a criação de espaços mais participativos, dentre eles, os conselhos de direitos da mulher e, anos depois, as Conferências de Políticas Públicas para Mulheres¹⁰.

Dessa forma, chego à contextualização em torno do momento atual do feminismo brasileiro, tal qual segue: a) a constituição da Plataforma Política Feminista (PPF), anterior à entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, em 2002, e todas as redes que se uniram nesta ação pública; b) o contexto da discussão interna no Partido dos Trabalhadores sobre uma plataforma feminista; c) após a entrada do PT no governo federal, a institucionalização das políticas voltadas às mulheres através da constituição da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e suas

antagonismos e transformá-los em *agonismos*, de uma maneira nova e a partir de uma compreensão do político que está, necessariamente, vedada à concepção liberal racionalista e individualista (MOUFFE, idem, p. 268).

⁹ Trato de crescimento como sinônimo de visibilidade, amparada em alguns autores que comentam que os movimentos de mulheres e feminista vieram a se tornar o “novo ator na política brasileira, desde a década de 1970” (Memória do Fórum Social Mundial 2003: mesa “Novos e antigos movimentos sociais: os atuais espaços de confluência e tensão entre os múltiplos atores locais e globais”. Participantes: Ana Irma Rivera Lassen – MGLBT/Puerto Rico, Carol Phillips – CAW/Canadá, Huijg Diewertje – The Next Generation Network/Holanda, Lasse Gustauson e Luciano Muhlbauer (facilitador) – Sin Cobas/Itália, Maria Betânia Ávila – SOS Corpo/Brasil, P. K. Murthy – All India Federation Trade Unions e Ochy Coriel – Mov. Mujeres Negras América y Caribe/Rep. Dominicana).

¹⁰ O processo de assembléias de orçamentos participativos também esteve nesta interface, como ponto de pauta de vários movimentos sociais, movimentos populares e partidos políticos.

posteriores ações, com ênfase na realização das Conferências de Políticas para as Mulheres.

Esta contextualização proporciona o regresso à questão do início do capítulo: como se configura essa esfera governamental? Minha argumentação traz as co-relações reveladas pela presença do movimento social na conquista de espaços feministas e/ou de mulheres nos governos nos níveis municipal, estadual e federal. As tensões e interfaces no *ethos* governamental se fazem a partir de princípios e agendas de mulheres feministas que militavam no movimento (fóruns, redes, secretarias de partidos) e que agora ocupam posições na esfera governamental? Este argumento, já trabalhado anteriormente por autoras como Sônia Miguel (1988) e Sônia Miguel e Miriam Grossi (1996), será questionado na intenção de complexificá-lo.

Dessa forma, buscarei contextualizar e trazer os diversos elementos que dão base para o momento atual, de maneira que seja possível compreender o contexto governamental na sua relação com o campo feminista. As agendas definidas e definidoras de ações e políticas serão observadas, ainda, do ponto de vista das políticas mais amplas do governo, para que possamos compreender as interfaces entre políticas feministas e de minimização das desigualdades para as mulheres com outras políticas, incluindo, dentre elas, as econômicas¹¹.

Após percorrer este trajeto, adentro no terceiro item do capítulo: o momento compreendido entre 2004 e 2006, a partir do diálogo com meu campo de pesquisa nos espaços governamentais: as primeiras Conferências de Políticas para as Mulheres, em seus âmbitos municipal, estadual e nacional, bem como o Encontro Pensando Gênero e Ciências. Procurarei relacionar o percurso de ações por cidadania das mulheres e sua importância para o contexto atual, tomando dois aspectos de análise: as questões/temas que foram centrais em cada momento e as questões políticas centrais. Faço esta divisão para efeito analítico, embora sabendo dos riscos que corro, visto que ambos os aspectos são políticos.

¹¹ As ações governamentais também são determinadas hierarquicamente por financiamentos e investimentos e estes, por sua vez, têm divisões diferenciadas, de acordo com a “pasta” ou “ministério”: saúde, educação etc. As mulheres e suas demandas se inserem nesse contexto mais amplo (www.presidencia.gov.br, CFemea, 2006).

Esse momento é discutido a partir da etnografia dos espaços formais do encontro e das conferências, bem como da leitura de documentos oficiais emitidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Dessa forma, espero, ao final, compor a esfera governamental, a partir dos diversos elementos dos quais disponho.

3.1. Embates públicos em prol da cidadania das mulheres: o sufrágio, a constituinte de 1988 e a lei de cotas para mulheres nos partidos políticos.

O embate público feminista passa pela identificação das mulheres enquanto segmento identitário (MOUFFE, 1999a), ou seja, a busca de direitos era articulada através de ações em torno da desigualdade de um grupo “minoritário”: as mulheres. As questões de igualdade e diferença (SCOTT, 2002 e 1986) já foram tratadas no primeiro capítulo deste trabalho, porém é importante trazer de novo à cena este debate, para recordarmos a forma como os avanços se dão no campo político do mundo público. Nancy Fraser (2002) coloca dois tipos de escolhas feministas por políticas públicas: as políticas de redistribuição e as políticas de reconhecimento. Enquanto as primeiras estão centradas no trabalho, na violência e na saúde da mulher, as segundas ajustam seu foco na identidade e na representação, causando dessa forma a subordinação das lutas sociais às lutas culturais¹² (FRASER, 2002, p.62). A autora afirma que o tipo de estratégia política escolhida pode acarretar avanços e dificuldades concomitantes. E aponta: “os recentes ganhos feministas, formidáveis no eixo do reconhecimento, iriam coincidir com um avanço paralisado – ou talvez até mesmo perdas diretas – no eixo da distribuição (FRASER, idem, p.63)”.

Os avanços que aponto nas próximas páginas indicam que uma mesma estratégia continuou sendo empregada, ao longo do século XX, pelo movimento feminista: a de buscar a afirmação de um sujeito político “mulher”, tomando o eixo distributivo, mas encaminhando-se, principalmente após a metade do século, para o eixo do reconhecimento. Apresento os três momentos e faço as considerações ao longo do texto.

¹² A autora afirma ainda que “a mudança de redistribuição para reconhecimento ocorre justamente no momento em que um capitalismo agressivamente globalizante, liderado pelos Estados Unidos, está exacerbando a desigualdade econômica (FRASER, 2002, p.62)”.

O século XX traz a marca de ações feministas organizadas em prol de uma cidadania para as mulheres. A busca por ocupação legítima dos espaços públicos era o mote central. Neste esteio, no início do século, o feminismo é marcado pela presença de mulheres, em sua maioria da elite, que realizaram ações separadas, em diferentes regiões do país, pela garantia do direito ao voto. Constituíram o primeiro partido político feminino do Brasil¹³, o qual lutava pela “emancipação da mulher”. Em 1918, um outro movimento é organizado por Bertha Lutz, cientista e bióloga, exercendo cargo público no Museu Nacional e pertencente à elite intelectual e econômica do país. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) é fundada junto com outras mulheres da elite carioca (ALVES, 1980), tornando-se a primeira entidade organizada para reivindicar direitos das mulheres¹⁴.

Neste mesmo período, no Rio Grande do Norte e em Minas Gerais, outras mulheres lutavam pelo direito ao voto (MULHER & DEMOCRACIA, 2004¹⁵). Além destas formas organizadas de resistência feminina, mulheres das camadas populares, em sua maioria vindas da Itália e influenciadas pelo pensamento anarquista, organizaram-se em torno da busca de melhorias no trabalho (TELES, 1999; LEITE, 1984; ALVES & PITANGUY, 1981; ALVES, 1980).

Na relação com o Estado brasileiro e o espaço público, portanto, as feministas reivindicavam uma possibilidade de participar de uma esfera pública que se definia com o crescimento econômico e a modernização das cidades, com a industrialização e a imigração européia, e, fundamentalmente, com a fundação da república e a noção de cidadania em construção (RAMOS, 2002).

¹³ Em 1910 mulheres como Deolinda Daltro e Gilka Machado foram representantes das intenções de transformação social através do feminismo. A primeira, professora e mãe de cinco filhos, a segunda, poetisa que escandalizou a sociedade de sua época com versos eróticos. Inseriram-se na vida pública, mesmo contrariando os valores e costumes da sociedade (PINTO, 2003; BANDEIRA, 2000; RAMOS, 2002).

¹⁴ No ano de 1932 foi promulgado o voto feminino no cenário político nacional, vindo as mulheres a serem reconhecidas como eleitoras e, portanto, alcançando esta forma de cidadania perante o Estado.

¹⁵ Foi em torno da complexidade desse fenômeno que um grande projeto foi criado no nordeste do Brasil, o “Mulher & Democracia”, uma parceria da ONG Casa da Mulher do Nordeste com a Fundação Joaquim Nabuco. Com o intuito de *empoderar* mulheres candidatas, bem como de fortalecer seus discursos e falas públicas nos princípios feministas, este projeto lançou uma série de capacitações e duas publicações: a segunda destas avalia o processo das eleições de 2004 no Nordeste e a representação política das mulheres neste pleito (MULHER & DEMOCRACIA, 2004 e 2005).

Embora houvesse diferenças entre os vários movimentos feministas que emergiram na década de 1920, estes tratavam-se, de forma geral, de instrumentalizar a mulher, moral e intelectualmente, pela via educacional (RAMOS, 2002; LEITE, 1984). Em âmbito geral, sob o ideal de “mãe civilizadora, procurava-se dignificar e politizar a maternidade, assumindo que o que importava era a formação das novas gerações, ou do novo homem, de uma sociedade libertária, para as anarquistas, ou a formação da pátria, para as demais” (RAGO, 1995-1996).

O elo de acesso à cidadania para as mulheres, no diálogo com os poderes públicos, dava-se, portanto, através da educação – como disciplina – e da ligação mulher-mãe, como valorização do lugar das mulheres no mundo público. Haveria uma regeneração da sociedade, através dos filhos da pátria, gerados pelas mulheres, tal qual segue abaixo:

Para além do sufrágio, portanto, as organizações feministas tinham por objetivo promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos (RAMOS, 2002, p.24).

Afora a garantia conquistada do direito ao voto, portanto, havia a necessidade de trilhar um processo de construção de cidadania. Os anos seguintes viriam a ser demarcadores desta busca de acesso ao mundo público pelos movimentos feministas. O caminho seria, portanto, o de incrementar o diálogo e o acesso daquelas mulheres não habituadas ao espaço público, tendo a educação como a grande porta de entrada qualificada e qualificadora¹⁶, como já expus anteriormente.

No contexto sócio-político da época, iniciava-se um processo de retraimento da organização da sociedade civil brasileira. Este processo deu-se com o golpe militar de

¹⁶ As mulheres “agitadoras” (mulheres que participavam do movimento feminista) trabalhavam e mantinham o espaço doméstico e o público, concomitantemente. De acordo com Lourdes Bandeira “a jornada de trabalho iniciava-se por volta das 5 horas da manhã e terminava 13 ou 14 horas depois. O salário das trabalhadoras era equivalente a 40% ou 50% do salário médio dos homens (BANDEIRA, 2000, p.20)”. Este cenário não se alterou consideravelmente ao longo dos anos, sendo muito similar à realidade atual das mulheres.

1937, pós-intentona comunista, das forças revolucionárias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra o governo federal de Getúlio Vargas.

Décadas mais tarde, em 1964¹⁷, vivia-se um período de profunda repressão e morte, marcado pela ditadura militar. O movimento feminista passa a ter mais importância, a partir deste período, com a volta dos movimentos sociais no país, sendo denotado publicamente como agente na transformação da sociedade brasileira, reivindicando espaço e discutindo sobre a desigualdade como um campo de luta¹⁸ (TELES, 1999; MIGUEL, 1988; SARTI, 1988). Este foi um período de efervescência política e de revolução de costumes, tanto na Europa – em 1949, com o lançamento do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir – quanto nos Estados Unidos – com a crítica ao *american way of life* e o surgimento do livro “A Mística Feminina”, de Betty Friedan (1963)¹⁹. A reivindicação e os protestos por parte das mulheres contra as injustiças sociais e pelos direitos sociais e políticos volta à arena pública²⁰.

Se, na virada do século XIX, a luta pelo processo emancipatório e igualitarista das mulheres era centrado, sobretudo, no direito ao voto, os anos 1960 contemplaram a participação social mais ativa, com a criação e projeção de uma identidade própria às mulheres, promovendo seus direitos jurídicos, sociais e políticos mais legítimos (BANDEIRA, 2000, p. 27).

No anos 1970, portanto, a relação do movimento feminista e de mulheres com o Estado se fazia através de ações concretas de resistência, através de denúncias e de

¹⁷ Assumo um salto histórico intencional, neste momento da contextualização. Neste período que não adentro (1940-1960) existem poucos relatos sobre as ações feministas na literatura. Entretanto, as mulheres não pararam de atuar publicamente, de maneira organizada. Dentre as ações mais conhecidas estão as das ligas camponesas, nas quais muitas mulheres e inseriram e atuaram fortemente.

¹⁸ Sendo que, na fase do sufrágio feminista, os partidos e sindicatos eram considerados pólos de resistência e luta da sociedade, enquanto que os movimentos feministas ficavam a reboque destes. (TELES, 1999; MIGUEL, 1988; SARTI, 1988).

¹⁹ Esse livro fala da insatisfação por parte das mulheres que gostariam de viver o espaço público tendo empregos e exercitando a cidadania. Ao comentar as insatisfações destas mulheres donas de casa, a autora aproxima mulheres de diferentes continentes em torno desta “mística feminina”, termo cunhado por Friedan para citar a insatisfação, por um lado, e o desejo de ultrapassar o espaço privado, vindo a ser mais que mãe e dona de casa, por outro.

²⁰ Margareth Rago (1995/1996) comenta que neste contexto de crise promovida pela repressão política e cultural advinda da ditadura militar “(...) emergiu o feminismo organizado como movimento de mulheres de classe média, em sua maioria intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão de sua individualidade” (RAGO, 1995 e 1996, p. 32). Cynthia Sarti (1988) coloca que, após ter iniciado nas camadas médias, o feminismo no Brasil passou a ter um vínculo com as camadas populares, a partir da interação com a igreja católica, importante foco de oposição, frente à repressão política do regime militar.

reivindicações²¹. As ações não democráticas do Estado eram questionadas, em atividades conjuntas com outros movimentos sociais.

As questões feministas ganham espaço quando o processo de “abertura” política²² se consolida no país, a partir da década de 1980. Grupos que se formavam nesse momento declaram-se abertamente feministas, em um contexto no qual as reivindicações se dão em dois âmbitos: nas políticas públicas e nas reflexões sobre a condição específica da mulher (SARTI, 1988).

Estes dois aspectos de atuação irão orientar as agendas e ações futuras do campo feminista. Exemplo forte disto é o momento do mundo público, que marca ações do movimento feminista e de feministas no governo organizadas em prol da cidadania feminina: a constituinte de 1988.

A constituição brasileira iria ser modificada, em consonância com o momento de reabertura democrática do país. Um verdadeiro momento de atualização e reconstituição das leis inicia-se, tendo em vista que muitas delas não promulgavam a democracia. Além disto, grande parte das leis vigentes até então não possibilitavam o acesso e a garantia de direitos às minorias – muitas destas organizadas através de movimentos sociais.

Quais os percursos que o movimento feminista trilhou até atingir o processo da constituinte de forma organizada? Autoras como Céli Pinto (2003), Amélia Teles (1999), Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy (1981) e Eva Blay (1980) comentam que a luta da sociedade civil organizada se dava em torno da desigualdade de classe. As mulheres que se uniam na militância buscavam acesso às especificidades femininas²³ em um espaço de questões políticas e econômicas: direitos a melhores

²¹ Dentre as reivindicações estavam temáticas em torno da saúde da mulher e contra a violência, apoiando suas vítimas. As mulheres se uniram contra o processo de planejamento familiar que retirava a autonomia e escolha, transferindo esta para ações governamentais de “controle de natalidade” dos povos de terceiro mundo. Estas ações resultaram, uma década mais tarde, na política governamental de criação das primeiras delegacias da mulher, bem como, na área da saúde, do Programa Integral de Atenção à Saúde da Mulher, o PAISM.

²² Importante ação neste momento é a do Movimento Feminista pela Anistia. Este contribuiu para as ações feministas por buscas de melhor salário e melhor condição de vida para as mulheres e suas famílias.

²³ Os conflitos entre as lutas específicas da condição de desigualdade das mulheres e as lutas de classe podiam ser percebidas nos diversos espaços de articulação da época: ações de cunho privado – os grupos de reflexão, que eram grupos de auto-conhecimento das mulheres, nos quais se discutiam questões de cunho privado e público – e atividades junto ao congresso, com a constituição do Conselho Nacional dos

salários, acesso a algumas profissões que apenas homens ocupavam, direito a creches, melhorias nos espaços de trabalho etc. Havia a união de um segmento – as mulheres em situação de desigualdade – em busca de direitos²⁴.

Ao mesmo tempo em que traziam a politização da vida privada, as feministas desenvolviam uma ampla política de alianças com setores mais progressistas e democráticos do país (MORAES, 1996; SARTI, 1988). Segundo Maria Lígia Quartim de Moraes, houve uma grande absorção do feminismo marxista pelas feministas oriundas da esquerda radical e pelo movimento de mulheres, nas décadas de 1970 e 1980. Em grande parte, isto se deu porque o marxismo era uma teoria que auxiliava com explicações científicas sobre as origens históricas da discriminação da mulher, apesar de, em outras instâncias, manter as questões de gênero em segundo plano.

Em 1975 é instaurado o Ano Internacional da Mulher, que culmina com uma Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México. No Brasil, é realizado um evento que marca a busca por visibilidade pública das questões feministas, patrocinada pelo Centro de Informação da ONU, sobre o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira. Este evento foi organizado por grupos informais cariocas, em sua maioria formados a partir dos grupos de reflexão sobre a “condição feminina”²⁵ e não por instâncias governamentais. O ano de 1975 aparece na literatura oficial como marco inicial da atual mobilização de mulheres no país (PINTO, 2003; SARTI, 1988; MORAES, 1985), ou seja, como Ano Internacional da Mulher, Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), e ano de “início” das ações feministas²⁶.

Diretos da Mulher (este será mais detidamente discutido nas próximas páginas), atividades junto aos partidos como o PT e o PCB, de cunho marxista (MORAES, 1996; SARTI, 1988).

²⁴ A divisão se dava em torno de lutas gerais e lutas específicas. As gerais seriam as lutas de classe, enquanto que as específicas seriam as lutas das mulheres. O movimento feminista se colocava nas lutas gerais, procurando exigir que as especificidades das mulheres também fossem consideradas (GOLDBERG, 1989).

²⁵ Havia, neste momento, três grupos feministas com ações específicas: a) mulheres que se denominavam herdeiras de Bertha Lutz e que discutiam questões de ordem jurídica; b) um feminismo “mais político”, voltado para a luta contra a ditadura e a favor das mulheres proletárias; e c) um grupo que, nas discussões, colocava como centrais as questões específicas das mulheres (PINTO, 2003; MORAES, 1985). Os grupos feministas atuavam junto a associações femininas de bairros: clubes de mães, associações de donas de casa etc, em sua grande maioria, ligados à igreja católica. Interagiam também com associações profissionais ou com mulheres sindicalizadas (SARTI, 1988; BANDEIRA, 2000). Inclusive, a taxa de participação nestes espaços sindicais entre os anos de 1970 e 1978 aumentou gradativamente até atingir os 123% (GITAHY et alli, 1982).

²⁶ Tal qual discutido no capítulo anterior.

O feminismo brasileiro dos anos 1970 e 1980 constituiu uma experiência política das mais interessantes, porque as feministas brasileiras traçaram políticas de aliança com outras forças oposicionistas pelas liberdades democráticas – principalmente com partidos de esquerda – sem abrirem mão da luta específica (SARTI, 1988; MORAES, 1985). Como consequência disto, houve o amento do espaço político das feministas e seu poder reivindicatório²⁷.

As ações feministas direcionaram-se no sentido de consolidar e fortalecer as conquistas atuais e futuras. Algumas estratégias foram adotadas mais tarde, dentre elas, a criação de Conselhos de Direitos da Mulher, importantes mecanismos de controle social das ações do Estado.

3.1.1. Os Conselhos de Direitos das Mulheres

Albertina de Oliveira Costa (1985) comenta que, no plano mundial – através da indicação de ações em prol da cidadania das mulheres, consolidadas e referendadas em conferências mundiais – , na década de 1970, constava a necessidade da criação de um organismo, no mais alto nível governamental, que centralizasse as atribuições de estimular, promover e garantir a igualdade entre os sexos. Esta idéia foi reafirmada na Conferência de Copenhague²⁸, inclusive tomando como condicionante a avaliação das experiências nacionais existentes. Entretanto, até o início dos anos 1980, esta questão esteve ausente do debate nacional, tanto governamental quanto não governamental (SARTI, 1988). Talvez isto tenha ocorrido como consequência do caráter não-democrático do governo da época, visto que a criação dos conselhos viria fortalecer a autonomia do movimento feminista em relação ao Estado e aos partidos políticos. Esta discussão foi iniciada apenas após 1985, depois do início da instauração do governo democrático no país²⁹. Nacionalmente, a conjuntura propícia se faz com a campanha das Diretas Já para eleições presidenciais, no ano de 1984. A conjuntura política tornou-se

²⁷ Dentre as políticas públicas alcançadas neste período, destacam-se as delegacias da mulher e o PAISM, tal qual citado em nota anterior.

²⁸ Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1975. Alguns anos mais tarde, a partir dos êxitos desta conferência, foi realizada a “Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)” e aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, através da resolução 34/180, em 18 de dezembro de 1979.

²⁹ Este processo desencadeou na abertura democrática, em 1985. Houve uma nova escolha presidencial, desta vez indiretamente feita pelos parlamentares que ocupavam cargos no legislativo. Somente em 1989 foi eleito o primeiro governo popular no país.

propícia à criação dos primeiros conselhos estaduais, em São Paulo e em Minas Gerais, a partir da redefinição dos cargos de comando executivo e legislativo dos estados, com a eleição de candidatos de oposição (ABRAMOVAY et alli, 1998; MIGUEL 1988; SARTI, 1988).

Entra em discussão, ainda em 1985, como consequência das lutas feministas no país, a criação de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sendo este instituído em setembro do mesmo ano. Este se tornou um marco histórico, visto que foi a primeira vez em que se reconheceu no governo federal a importância da atuação do movimento feminista e de mulheres no Brasil (SARTI, idem, p. 46)³⁰ e a importância das demandas por condições de vida mais justas e igualitárias para as mulheres brasileiras.

O Conselho teve uma atuação marcante na campanha da constituinte de 1988, por meio do “*lobby do batom*”, conjunto formado por mulheres na bancada legislativa federal. As áreas de maior expressão na luta desse *lobby* foram as dos direitos reprodutivos e da violência contra a mulher (ABRAMOVAY et alli, idem). Esta constituinte revela um avanço histórico: uma bancada feminina de 26 mulheres dentre 559 deputados e deputadas federais³¹.

Há uma mobilização do movimento feminista nacional em torno deste momento, no sentido de alterar leis que colocavam a mulher em lugar evidente de subordinação e opressão. A Constituição Brasileira de 1988 veio a ser uma das mais progressistas do mundo com respeito aos direitos da mulher na família e no trabalho. Ela teve influência direta das reivindicações das feministas (MULHER & DEMOCRACIA, 2004).

Durante o processo constituinte, o movimento de mulheres, com o apoio do CNDM, por todo o Brasil, mobilizou-se para definir uma pauta de demandas a serem

³⁰ Alguns anos mais tarde, sem uma autonomia efetiva e sem espaço concreto de trabalho, este conselho é esvaziado até seu fechamento, no mandato posterior do segundo presidente civil da república. Na segunda metade da década de 1990, o Conselho Nacional de Defesa da Mulher (CNDM) é reativado. Jussara Reis Prá (2001) discute sobre o lugar do mesmo depois de seu esvaziamento sofrido com o corte de despesas e de pessoal, iniciado em 1989, e ainda sem a estrutura adequada para cumprir suas funções, até a data de publicação de seu artigo. Apesar deste cenário, a autora comenta que o CNDM assume o compromisso de buscar as medidas necessárias para implantar no país a Plataforma de ação de Beijing (Conferência Mundial da Mulher, em 1995), tomando um importante papel neste contexto. Organizar as feministas para a ida às Conferências do Cairo e de Beijing remobilizou o CNDM (PRÁ, idem, p. 28).

³¹ Comparativamente, em 1933, Carlota Pereira de Queiroz era a única deputada a integrar a constituinte; e, em 1946, nenhuma mulher foi eleita.

incluídas como direitos na nova constituição, abrangendo diversas áreas temáticas e tendo como objetivo a **plena cidadania formal das mulheres**. Assim, a constituição estendeu a igualdade entre homens e mulheres a todos os ramos do direito. Alguns capítulos, como o referente à família, utilizam-se do princípio da igualdade para dizer que a família pode ser constituída pela mãe e filho, mas também pelo pai e filho, ou pai, mãe e filho (BARSTED, 1994, p.59, grifos meus).

Entretanto, na busca por participação política e pela conquista dos espaços públicos o movimento esbarrou na questão da representatividade política. Neste momento, portanto, o foco passa do debate sobre os conselhos para a questão do surgimento e do peso da lei de cotas para mulheres nos partidos políticos. O argumento central para a criação da mesma foi o de que a conquista e o acesso a direitos não se farão até que as mulheres – com princípios feministas e/ou que militem no movimento de mulheres – cheguem a assumir cargos públicos (MULHER & DEMOCRACIA, 2004 e 2005). Nestes termos, declara-se que a igualdade nas relações de gênero somente será alcançada quando as políticas públicas constituírem-se desde leis até a execução das mesmas³² e que este caminho necessita de representação das próprias mulheres visto que são elas que enfrentam a desigualdade.

A proposta de uma lei de cotas mínimas para mulheres como candidatas nos partidos políticos só foi promulgada sete anos após o processo constituinte, em 1995, reservando 20% das vagas da lista de candidatos dos partidos para as mulheres³³. Esta lei foi revista em 1997, passando o número de cotas para um mínimo de 30% e um máximo de 70%. Entretanto, não há obrigatoriedade de cumprimento da cota mínima

³² O movimento feminista questiona, atualmente, a entrada de mulheres para cargos eletivos que não comunguem de uma agenda feminista e de gênero, como é o caso de mulheres “parentes” de políticos de partidos que não tenham uma tradição na esquerda (entrevistas com informantes-chave e Diário de Campo, 2004 e 2006).

³³ Tanto os processos de articulação para alteração da constituição de 1988, quanto o de preparação de reivindicações para a Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, em 1994, foram momentos preparatórios de construção do que viria a ser a lei de cotas. De acordo com relatos (MULHER & DEMOCRACIA, 2004 e 2005), as mulheres organizadas impulsionaram os parlamentares da época a instituir a política de cotas no Brasil.

por partido³⁴, o que leva à continuidade da problemática no espaço interno de cada partido³⁵.

Um forte argumento pela política de cotas é o de que, apesar de as mulheres terem conquistado os mesmos direitos civis, políticos e econômicos que os homens – segundo legislação brasileira – muitos desses direitos não se concretizam por estarem inseridos em um contexto marcado por costumes e práticas sociais ainda discriminatórias em relação às mulheres (MULHER & DEMOCRACIA, 2004).

Segundo várias autoras (GODINHO, 1998; MARTINS, 2005; JUREMA, 2005; SOARES, 1998, dentre outras), este momento de acesso a direitos – a lei de cotas – marca uma garantia de grande valor no contexto político e democrático contemporâneo. Do lugar de uma ação afirmativa, garantir um direito de representação política eletiva é o primeiro passo para se chegar a um processo igualitário de gênero.

Entretanto, autoras como Clara Araújo (1998) e Maria Luzia Alvares (1999), ao analisarem a sub-representação de mulheres nos espaços de poder, inclusive após a adoção da lei de cotas, enfatizam que o modelo de democracia liberal tem privilegiado a participação masculina, reforçando os estereótipos do passado e as práticas conservadoras³⁶ (NASCIMENTO et alli, 2005). Ou seja, mesmo com as cotas, o cenário ainda é desfavorável à igualdade de gênero.

A lei de cotas desperta o olhar para as relações internas nos partidos políticos, espaço de construção de plataformas e de representatividade eletiva. A história de participação das mulheres nos partidos é marcada por relações de desigualdades e por uma disputa entre questões específicas – de gênero – em detrimento das questões de classe, como já foi comentado neste capítulo. As mesmas relações desiguais, vivenciadas no âmbito privado – mulheres recebendo “tarefas” atreladas a “papéis

³⁴ Apesar de a lei de cotas ter contribuído para ampliar o número de candidatas nos partidos, até a data de hoje nenhum partido atingiu o mínimo de 30% das vagas para mulheres (MULHER & DEMOCRACIA, 2004).

³⁵ Além da lei de cotas, mais uma iniciativa de autoria da bancada feminina no congresso nacional, no ano de 1995, merece destaque: a campanha “Mulheres sem medo do poder”, cujo objetivo foi estimular e apoiar as mulheres a disputarem as campanhas eleitorais (SILVA, 2005; MULHER & DEMOCRACIA, 2004 e 2005).

³⁶ O Brasil ocupa o lugar de pior desempenho quanto à presença de mulheres nos cargos eletivos, juntamente com um grupo de 70 países e a colocação de 57º no índice de ocupação de cargos decisórios. Isto evidencia o nível de desvantagem das mulheres em relação aos homens nos espaços de decisão do país (ALVES, 2004; GARCIA, 2005).

sexuais”, que enclausuravam as possibilidades de trânsito – repetiam-se nos espaços coletivos dos partidos de esquerda (GOLDBERG, 1989; TELES, 1999).

O espaço da política, entendido aqui como exercício político eletivo (NASCIMENTO et alli, 2005; MULHER & DEMOCRACIA, 2005), é um lugar de possibilidades de mudanças para as próprias mulheres e para o mundo que as cerca. Ou seja, atribuir importância à conquista de espaço político, inclusive através de representação em cargos públicos e em espaços de decisão e autoridade é uma condição *sine qua non* para um projeto de democracia radicalizado³⁷ – que inclua minorias e, mais que isto, que sustente esta inclusão³⁸. A política abrange a representação e, ao fazê-la, inclui as mulheres concretamente, tornando-se um ato de invenção **que vai além da própria representação** (NASCIMENTO et alli, idem), sendo que há uma correlação íntima entre representação e participação política.

Até o momento, percorri caminhos de acesso e garantia de direitos das mulheres no espaço público para poder construir, de maneira consolidada, o argumento central para este capítulo: o de que há discursos específicos, do ponto de vista da esfera governamental, que são acessados através das escolhas por agendas também específicas. E que estes mesmos discursos aportam-se nas relações políticas participativas e/ou representativas como portal de acesso às políticas públicas. Este termo último, característico do processo democrático brasileiro contemporâneo, é o elo de partida e de chegada das ações tomadas e dos contextos (re)criados nesta esfera governamental, nas inter-relações entre os diversos sujeitos que se deflagram. Dentre estes, estão sujeitos que se articulam a partir de discursos das esferas do movimento feminista, do governo e da academia. Esta relação espiralada dá-se em um jogo de linguagens³⁹ no qual se

³⁷ O termo “democracia radical” é utilizado atualmente pelo movimento feminista no Brasil e na América Latina, sendo que há diversas formas de conceituá-lo, no interior do próprio movimento. Para algumas mulheres, há que se prosseguir com as políticas de representação, em um diálogo com as formas de participação política. Para outras, a participação política deve assumir, paulatinamente, uma função maior, com maior autonomia para a sociedade civil, de exercício do controle social sobre o governo e os representantes eleitos pelo voto popular. Para uma terceira versão, o processo democrático, tal qual existe atualmente, pactua com ações “antidemocráticas”, o que vem demonstrar a falência deste regime. Portanto, há que se romper radicalmente com a democracia e se criar novas formas de atuação em sociedade. (Diário de Campo do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, 2005).

³⁸ No cerne da democracia como regime de Estado há uma complexa relação paradoxal, posto que, ao incluir todas as minorias, ainda assim permanece a relação inclusão/exclusão, uma vez que a democracia trabalha com a noção de consenso através da representação (MOUFFE, 1999a).

³⁹ O filósofo da linguagem Ludwig Wittgenstein (1991) cunhou este termo – jogos de linguagem – para referir-se a características da constituição da realidade que nos cerca. Ou seja, os indivíduos utilizam-se da linguagem no uso da mesma: a linguagem em uso é que acessa o que é “verdade” e o que é “real” em

legítima um discurso em detrimento de outro. Detenho-me a este ponto nas próximas páginas.

Ao tratar do processo de constituição de poderes e saberes via políticas públicas, percebo o debate a partir de discursos interconectados – que reivindicam cidadania através do argumento da igualdade – entre os sujeitos políticos presentes neste campo. Dessa forma, prosseguirei a argumentação trazendo elementos constituidores das políticas públicas, ou seja, os processos de conferências e encontros governamentais, posto que, através destes, é que busco pistas para meu argumento central. As evidências serão tomadas a partir da constituição de cargos públicos (secretarias, coordenadorias da mulher) e das conferências, ou seja, elementos de acesso ao poder participativo e representativo⁴⁰ (porém não eletivos) da esfera governamental, posto que “representação política e participação ativa” não se excluem (YOUNG, 1990).

3.1.2.Contexto atual: a criação e/ou consolidação de órgãos e cargos públicos no contexto democrático.

O movimento feminista aparece reinventando a democracia participativa, bem como criticando as desigualdades de gênero no sistema representativo. O movimento trouxe ao espaço público um novo sujeito, novos temas e novas formas de exercer o poder (SCAVONE, 2006). Além disso, identificou o Estado como espaço a ser, necessariamente, ocupado e democratizado. Nessa trajetória, as mulheres aprenderam a se relacionar com esse “sujeito interlocutor”, aliando-se ou, às vezes, confrontando-se com outros segmentos e movimentos sociais (NASCIMENTO et alli, 2005).

As mulheres chegaram no século XXI acumulando um aprendizado sobre organização, na prática do diálogo com outros segmentos sociais e políticos, bem como com os poderes públicos federal, estadual e municipal. Formular, propor e monitorar políticas públicas com o enfoque de gênero é, hoje, tarefa permanente dos movimentos

um dado momento sócio-cultural. Os jogos de linguagem seriam, portanto, os discursos com os quais as pessoas se relacionam no cotidiano e que têm a característica de serem datados.

⁴⁰ Minha intenção é configurar as inter-relações internas à esfera governamental, através do processo de encontros e conferências. Portanto, os cargos representativos que estarão sob foco deste capítulo foram instituídos por governantes, impulsionados também pela pauta do movimento social. Estes cargos estão relacionados à criação de órgãos específicos de direitos para as mulheres.

de mulheres, o que tanto requer o uso de mecanismos de controle social⁴¹ cada vez mais efetivos, quanto uma presença maior e mais ativa das mulheres.

Isto porque se reconhece que muitas políticas públicas praticadas no país efetivam-se sem nenhum enfoque de gênero, refletindo que, para muitos governantes e parlamentares, as relações de gênero ou o enfoque sobre as mulheres só aparecem em forma de discurso oficial politicamente correto (NASCIMENTO et alli, 2005, p. 150).

De acordo com Solange Jurema (2005, p. 177), as regras de representação política espelham a sociedade apenas em alguns de seus aspectos, segmentos e atributos, sendo que gênero ainda não se constitui em um aspecto primordial nessas regras, vindo a ser, muitas vezes, secundarizado.

Da conquista do voto feminino, em 1932, até agora, as brasileiras deram passos importantes para ampliação e fortalecimento da democracia no país. No campo da participação, o movimento feminista investiu na constituição de espaços em que as mulheres fossem reconhecidas como legítimas proponentes de políticas públicas de gênero.

Os conselhos e as coordenadorias da mulher são exemplos desses espaços, pois evidenciam a necessidade de promoção da equidade entre homens e mulheres⁴². Porém, de acordo com Fábila Lopes (2005, p. 100), tais órgãos não obtiveram um *status* efetivo para disputar recursos financeiros e técnicos suficientes, em condição de igualdade com outros órgãos, de forma tal que implementassem uma mudança substancial na orientação das políticas públicas. A autora comenta ainda que isto se dá, em parte, devido tanto a “uma pouca inserção do pensamento feminista” no campo dos poderes legislativo e executivo, quanto à presença “simbólica de mulheres nesses espaços, nos quais são decididas as diretrizes que vão orientar o investimento de recursos públicos e

⁴¹ Mecanismos que tragam a possibilidade de maior participação popular nas decisões que o governo toma. Dentre estes estão os conselhos, as conferências de políticas públicas e as reuniões de orçamento participativo.

⁴² Além de organizações próprias, as feministas construíram espaços de representações políticas que vão desde conselhos, secretarias, delegacias da mulher (enquanto política pública efetiva em serviço de atendimento à sociedade civil), passando por grupos de trabalho para revisão de códigos legais e de currículos escolares, removendo elementos discriminatórios quando possível, até a proposição de alocação de recursos nos orçamentos públicos para garantir a implementação de políticas públicas (MULHER & DEMOCRACIA, 2004).

definir as políticas prioritárias para o desenvolvimento brasileiro” (LOPES, 2005, p.100).

Concordo em parte com a autora, tomando em conta que o contexto macro-político, no qual o Brasil está inserido, configura-se a partir de alguns “termos” ou “sentidos” que o pré-definem, além de também pré-direcionar o “destino político” desta sociedade. Dentre estes termos estão: país em desenvolvimento, que geograficamente se insere em um continente sul-americano, com uma história de dívidas junto a países desenvolvidos e organismos internacionais, configurado em um contexto político neo-liberal. Estas relações macro-políticas também orientam as relações micro-políticas e auxiliam a análise que ora se faz, posto que o ambiente político feminista se integra de partes que estão interconectadas (MALUF, 2006). Sugiro uma imagem de vários círculos concêntricos, que interferem uns nos outros, com diferentes forças motrizes. Dessa forma, o que é formulado no interior do pensamento feminista, do movimento e/ou das ações governamentais trará impactos macro-políticos e econômicos, ao mesmo tempo em que também será impactado por estes campos. Exemplo disso são as grandes conferências e pactos internacionais em prol dos direitos humanos nos quais se inserem os direitos das mulheres. O Brasil é signatário de vários deles, assumindo compromissos públicos, através de seu governo eleito⁴³.

É neste contexto que trago alguns momentos importantes, enquanto elementos que se acoplam, de forma a aguçar a percepção do momento atual. Início, portanto, com o momento de constituição de uma Plataforma Política Feminista (PPF), por parte do movimento, apresentando em seguida a instauração do segundo governo federal de

⁴³ Os instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos foram assinados em grandes conferências, a maioria delas organizada pela ONU. As Conferências constituem-se como espaços de construção e ou de consolidação desses instrumentos. Dentre estes, destaco: Carta das Nações Unidas, de 1945 (é considerada um marco para a consolidação dos Direitos Humanos), a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (convenção de Belém do Pará). E dentre as Conferências que foram marco de consolidação e construção de direitos, destaco: a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio, 1992; a II Conferência Mundial de Direitos Humanos – Viena, 1993; a III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Cairo, 1994; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, 1995; a II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, 1996; a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância – Durban, 2001. (CFemea, 2006; BARSTED & HERMANN, 2001).

esquerda⁴⁴, na história do país⁴⁵, de forma a chegar aos cargos e órgãos executivos, criados e/ou consolidados, e sua função na esfera governamental tal qual se apresenta atualmente no campo feminista.

3.2. O contexto sócio-cultural na virada do século XXI: a Plataforma Política Feminista⁴⁶, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e as primeiras Conferências de Políticas para as Mulheres⁴⁷.

A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras foi realizada no ano de 2002, com o intuito de definir um documento oficial que indicaria aos governos executivos e legislativos “pensamento, projeto e ação” dos movimentos de mulheres no Brasil: a Plataforma Política Feminista (PPF) (PPF, 2002), que foi organizada por diversas redes e articulações feministas e do movimento de mulheres nacional.

A PPF é um documento propositivo, de conteúdo amplo e diversificado, construído a partir de uma perspectiva feminista de questionamento da sociedade e de se repensar como sujeito político. Seu texto contém análise e desafios para a sociedade, para o Estado e para outros movimentos além do próprio feminismo. As ênfases da Plataforma estão traduzidas em cinco capítulos, tratando desde os temas da democracia política, da justiça social e a inserção do Brasil no contexto internacional, até a democratização da vida social e da liberdade sexual e reprodutiva. Nos diferentes capítulos, articulam-se as especificidades da dupla estratégia da luta do feminismo brasileiro com vistas ao reconhecimento das diferenças e dos novos movimentos de mulheres, e à conquista da igualdade, da redistribuição de riquezas e da justiça social.

A PPF vem com o objetivo de ser um instrumento “dos movimentos de mulheres para o diálogo, para o confronto e para a negociação com outras forças

⁴⁴ Existem críticas à designação deste governo como “de esquerda”. De acordo com estas as várias ligações, bem como os acordos e posteriores planos de ações do governo, colocam-no em posição mais ligada a valores neo-liberais, próxima, em muitos aspectos, à direita brasileira (ANTUNES, 2006).

⁴⁵ O primeiro é o governo eleito em 1961, composto por Jânio Quadros e João Goulart. Após um ano e meio de governo, Jânio Quadros abre mão de seu cargo governamental, vindo este a ser ocupado por seu vice, João Goulart. Conhecido popularmente como Jango, este presidente possuía um histórico de diálogos com países como a Rússia e a China, fato este avaliado por muitos políticos da época como não apenas “esquerdista” mas também “comunista” (Fonte: Jango o Filme. Direção Silvio Tendler. Ano 1980. Disponível em VHS – Videoteca do SESC Santa Catarina).

⁴⁶ Organizada pelo movimento feminista e de mulheres, em 2002.

⁴⁷ Organizadas pelo Governo Federal, através de sua Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2004.

políticas e sociais no Brasil” (PPF, 2002). Ou seja, um instrumento que serve de articulação democrática com o Estado, tendo em vista a construção de políticas públicas que minimizem as desigualdades.

O processo de organização da conferência traz também o exemplo de como realizar ação democrática participativa, tendo como referencial o ponto de vista do movimento feminista brasileiro⁴⁸. Dois pactos foram realizados para a preparação da conferência. O primeiro foi a Carta de Princípios, que delimitou os compromissos políticos constitutivos da conferência nacional e da Plataforma e se transformou em um “mapa político de navegação no qual os movimentos de mulheres encontraram o norte para tecer suas parcerias e alianças nos planos estadual e nacional, estabelecer os termos do diálogo e mobilizar para o debate centenas de outras ativistas” (PPF, 2002, p. 06).

O segundo pacto foi o da metodologia: a primeira versão da Plataforma apresentou eixos estruturadores do diálogo entre os movimentos de mulheres, diálogo este que foi realizado nas conferências estaduais e nacional, arquitetadas como espaços públicos de reflexão, explicitação de diferenças e consensos e elaboração de acordos de posicionamento coletivo. A Plataforma foi construída sobre uma base de mobilização de 5.200 ativistas de movimentos de mulheres, mobilizadas para o debate em 26 conferências estaduais, realizadas entre março e maio de 2002. Sua conclusão se fez em Brasília nos dias 6 e 7 de junho de 2002, na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Ali, cerca de 2.000 mulheres tomaram contato com a segunda versão do texto que emergiu a partir da compilação e síntese dos processos estaduais⁴⁹.

Com a PPF, os movimentos de mulheres reafirmam seu potencial de contestação, mobilização e elaboração política e, estrategicamente, posicionam coletivamente os conteúdos de seus discursos plurais frente ao contexto político brasileiro, reafirmando sua autonomia de pensamento, projeto e ação (PPF, 2002, p. 07).

⁴⁸ Na PPF há a opção pelo termo “movimento de mulheres” em detrimento do termo “movimento feminista”. Segundo as coordenadoras do processo de consecução da plataforma isto se deu pelo fato de que algumas das redes que apoiaram e assinaram a PPF não se denominarem feministas e sim como parte do “movimento de mulheres”. Tendo em vista a complexidade do campo do movimento feminista e de seus sujeitos na atualidade, o termo que aparece ao longo da PPF é “movimento de mulheres” (Diário de Campo, 2004).

⁴⁹ “Na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras para consecução da PPF, a segunda versão da Plataforma foi revisada, enriquecida, criticada e até mesmo, para alguns de seus parágrafos, votada”. Novas emendas, novos capítulos e sessões foram acrescentados e, ao final, a plataforma foi aprovada (PPF, 2002, p. 06).

A Plataforma foi concebida em um ano de eleição para presidência da república, aliada a vários outros cargos eletivos. Para as mulheres que assumiram sua concepção e organização era da maior importância que a conferência nacional e a PPF se tornassem a expressão do pensamento e dos interesses de um conjunto de mulheres brasileiras que integram diversos movimentos sociais. Esta PPF também teria o objetivo de afirmar a diversidade e a capacidade de aliança entre as próprias feministas (PPF, *idem*, p. 07).

3.2.1. As eleições presidenciais de 2002

Ainda no final do ano de 2002, a Presidência da República eleita foi a de um partido tradicionalmente de esquerda – o Partido dos Trabalhadores (PT) – que possuía uma Secretaria Nacional de Mulheres em seu bojo, desde a década de 1970. O processo de organização feminista no PT, bem como relatos sobre a militância petista no movimento de mulheres e no debate feminista no Brasil, é contado na coletânea “Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores”, de 1998, através de textos de várias militantes petistas feministas.

Nestes textos há um questionamento da falta de autonomia das mulheres em aspectos tais como a divisão sexual do trabalho e a expressão da sexualidade. As mulheres militantes introduziam no debate programático do partido uma amplitude que cobrava uma nova compreensão da política⁵⁰.

Construído e se desenvolvendo no campo da esquerda, o feminismo enfrentava o tensionamento e os limites da relação com a própria esquerda. A convivência exigia uma visão crítica dessa relação. Questionava as formas organizativas tradicionais, em geral inspiradas, internamente, nos “departamentos femininos” dos partidos comunistas, ainda nas décadas de 1970 e 1980. Na organização externa, desafiava a lógica de organização de mulheres totalmente subordinadas às direções partidárias e às relações discriminatórias e excludentes no exercício do poder (GODINHO, 1998, p. 19).

No PT, os setores traziam visões conservadoras sobre uma plataforma feminista ou até mesmo sobre o processo de organização das mulheres. Apesar disto, o partido considerava relevante a autonomia dos movimentos sociais e, portanto, não

⁵⁰ O PT era potencialmente aberto à renovação das propostas feministas. Em parte, devido à pouca consolidação programática, característica do partido em seu período de formação (BORBA, FARIA e GODINHO, 1998).

percebia o movimento de mulheres como uma extensão do partido⁵¹. Porém, “a realidade é que o partido sempre teve dificuldades de discutir uma proposta coerente e unificada de intervenção de suas militantes no movimento” (GODINHO, 1998, p. 19).

Ainda hoje existe resistência diante da postulação de que a luta contra a opressão das mulheres não pode ser subsumida à luta de classes e a uma “frágil compreensão” por parte de algumas alas da esquerda que não levam em consideração o gênero como aporte analítico e a necessidade de organização própria e independente das mulheres. A legitimidade e o reconhecimento da necessidade de auto-organização das mulheres foi e permanece um debate dentro do partido (GODINHO, *idem*).

Tendo em vista as relações do movimento feminista e o próprio histórico feminista no Partido dos Trabalhadores, apesar das tensões internas relatadas acima, o movimento feminista e de mulheres acreditava que reivindicações por participação política e ocupação de cargos de poder no governo executivo seriam instauradas após as eleições de 2000 (Diário de Campo, 2004). Dessa forma, houve, no início do mandato presidencial do governo Lula, em 2003, a criação de uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres⁵², com *status* de Ministério Federal⁵³. Esta Secretaria tinha, dentre suas pautas, o compromisso de instalar um processo nacional de conferências – encontros municipais, estaduais e regionais – que culminariam em uma Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. As diretrizes constituídas neste processo teriam o caráter de indicações de políticas públicas, que deveriam, por sua vez, ser instaladas em todo o território nacional. Assim, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres teria o dever de acompanhar, monitorar e avaliar este processo, juntamente com o auxílio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁵⁴. Este caráter trazia em

⁵¹ Eram objetivos das mulheres do partido: constituir um espaço para a organização das mulheres no partido, ganhar espaço para a agenda feminista no programa do PT e na sociedade, potencializar a presença das petistas no movimento de mulheres, incentivar o debate sobre uma plataforma feminista geral, construir a política do PT para as mulheres, influenciando as instâncias partidárias nos diferentes momentos de construção de sua ação e de seu programa (GODINHO, 1998, p. 20-21). Depois dos anos 1980, ampliar os espaços de participação política das mulheres e a construção de uma política afirmativa de cotas nos partidos.

⁵² A Secretaria foi aprovada através da lei 10.683/2003. Transfere a Secretaria de Mulheres do Ministério da Justiça (MJ) para a Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) do MJ para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) já vinculada à Presidência da República.

⁵³ Outras Secretarias Especiais também foram criadas, neste mesmo processo: A Secretaria Especial de Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (*site* da Presidência da República – www.presidencia.gov.br)

⁵⁴ Relatório de Implementação 2005 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

seu bojo uma noção de participação da sociedade civil no processo de escolha de pautas em prol de cidadania.

Realizadas com o intuito de construir/indicar políticas públicas específicas para as mulheres, para participar destas conferências as integrantes do movimento social deveriam participar de plenárias em suas regiões – sub regiões em cada cidade – e depois em cada capital brasileira em uma conferência estadual – com a participação das diversas cidades de cada estado. Este processo teve início em março e abril de 2004, respectivamente, em todas as capitais do país e sub-regiões (incluindo zonas rurais)⁵⁵.

Nas plenárias das pré-conferências eram discutidos os princípios de realização das mesmas, seus objetivos e suas indicações. Depois, numa plenária final, eram eleitas mulheres para serem delegadas, representantes de sua sub-região, nas próximas conferências, as estaduais, onde se repetia o mesmo procedimento e onde eram escolhidas aquelas que iriam representar seu estado na conferência nacional.

Este processo era deliberado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que incentivava municipalmente esta ação, através do diálogo com órgãos municipais e/ou estaduais que trabalhassem as questões específicas das mulheres, como secretarias da mulher e/ou coordenadorias da mulher. Alguns problemas ocorreram em função do fato de que poucos municípios e/ou estados possuíam órgãos – secretarias e/ou coordenadorias – oficializados. Esperava-se que estes órgãos organizassem, em cada município, o processo de conferências por terem, dentre outros atributos, os de executar ações em prol de políticas públicas, em um diálogo entre sociedade civil e poder público. Portanto, as localidades nas quais havia este déficit receberam apoio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres no sentido de indicar a necessidade de realização destas conferências⁵⁶ para retirada de propostas e delegadas, bem como para obtenção do objetivo fim, que era o de acessar direitos para as mulheres⁵⁷.

Cada conferência possuía uma pauta de temas que deveriam ser trabalhados, através da proposição de políticas públicas. Para tanto, foi organizada uma metodologia

⁵⁵ Diário de Campo 2004 e Relatório de Implementação 2005 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SPM, 2005.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Este processo nacional impulsionou a criação e/ou fortalecimento de órgãos executivos locais voltados para os direitos das mulheres. Um exemplo relevante desta ação do governo federal junto aos governos estaduais e municipais foi que houve uma multiplicação no número de órgãos voltados a ações de direitos das mulheres: até o ano de 2004 existiam 13 secretarias e/ou coordenadorias da mulher. Este número saltou para 110 no ano de 2005, após a realização do processo das conferências e com a criação do comitê de monitoramento e avaliação da execução das diretrizes aprovadas (SPM, 2005).

segundo a qual as mulheres delegadas se dividiriam em subgrupos temáticos – violência, saúde, direito sexuais e reprodutivos, educação inclusiva e não sexista, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. As propostas construídas nestes subgrupos deveriam ser lidas, em momento subsequente, na plenária final, de forma tal que viessem a ser aprovadas ou rejeitadas. As propostas aprovadas seriam enviadas como um documento estadual à conferência nacional, onde o mesmo processo seria realizado, a partir da leitura das propostas de cada estado. Dessa forma, no último dia da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, seriam votadas e aprovadas ou rejeitadas as diretrizes que viriam compor o Relatório de Implementação no ano 2005, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Este plano foi um processo de constituição do exercício da democracia representativa, com participação política e controle social como emblemas⁵⁸. Este discurso oficial trazia em seu âmago princípios caros às feministas e às mulheres que compõem o movimento social organizado no país: a escuta e execução dos interesses da sociedade civil, com vistas à diminuição das desigualdades. O governo, através de políticas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, forjava um importante elemento de interface entre feministas que ocupavam cargos governamentais e as do movimento. Este instrumento viria a servir, portanto, de aporte para as ações governamentais.

Neste processo, entretanto, mais uma esfera posicionou-se para possuir espaço formal de diálogo, através de um encontro nacional: a esfera acadêmica. Como será exposto nos próximos parágrafos, os sujeitos que se relacionaram nos espaços das Conferências de Políticas Públicas foram os que compunham o movimento, em suas várias interfaces, e o governo. Entretanto, várias acadêmicas participaram do processo das conferências, nos seus municípios e estados, e, mais tarde, também na conferência nacional. Porém, da maneira como foi organizado o processo das conferências, não havia como estas mulheres virem a se eleger delegadas, a não ser que participassem de maneira ativa em algum espaço formal do movimento feminista (alguma rede ou fórum de mulheres etc). Dessa forma, proposições de políticas voltadas para a esfera

⁵⁸ Idem.

acadêmica não obtiveram lugar concreto no relatório final do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

As colocações em forma de reivindicações por parte das acadêmicas foram ouvidas e transformadas no Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências, no primeiro semestre de 2006. Este encontro também será fruto de análise neste capítulo, correlacionando as diferentes esferas que compõe o campo feminista.

3.3. As feministas e os feminismos nas conferências e encontros.

3.3.1. A Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres em Santa Catarina.

3.3.1.1. Algumas notas introdutórias ao processo:

Acompanhei o processo das pré-conferências nos estados de Santa Catarina e Pernambuco. Desde seu início, em dezembro de 2003, uma das subsecretárias da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres foi à reunião extraordinária do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE)⁵⁹, levando o regimento nacional da conferência, bem como os indicativos da importância da participação do movimento social neste espaço. A referida subsecretária enfatizava que, apesar de ser organizado pelo governo federal, o processo das conferências não prescindia da legitimidade do movimento de mulheres e feminista. Este diálogo ocorreu em uma reunião com a presença de mais de 35 mulheres, representantes de grupos/ONGs/secretarias de partidos políticos etc. Reuniões similares estavam acontecendo em todo o território nacional, não apenas junto ao movimento social organizado, mas também junto aos órgãos do poder executivo relacionados às questões das mulheres, como é o caso de secretarias e coordenadorias.

As mulheres presentes naquela reunião junto ao fórum de mulheres aprovaram, em assembléia interna, a proposta do governo federal, afirmando que seria importante para o movimento aquele espaço de consecução de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres. Dessa forma, decidiram fortalecê-la junto ao poder

⁵⁹ Os Fóruns de Mulheres serão citados com intensidade neste trabalho, visto que são estruturas do movimento social, de organização de ações e diálogos internos ao movimento e externos, entre o movimento e outras esferas do campo feminista e da sociedade como um todo. Cada estado brasileiro possui um fórum o qual, por sua vez, agrega as diversas entidades e organizações que compõem os movimentos locais de mulheres e feminista. Especificamente o Fórum de Mulheres de Pernambuco é um dos mais antigos do país, existindo há 18 anos e tendo uma forte representação e poder de articulação não apenas localmente, mas em todo o Nordeste e junto ao movimento feminista nacional também, sendo um importante “ator” neste processo.

público local, através dos dois espaços de diálogo existentes, até então, junto ao governo estadual e municipal: a Coordenadoria da Mulher do Recife (órgão da prefeitura com *status* de secretaria, na gestão PT) e uma comissão especial (naquele momento sem um nome específico) do governo do estado que vinha debatendo sobre a problemática da violência contra a mulher e a necessidade de criação de um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Algumas representantes do movimento de mulheres comentaram, naquela ocasião, que “restava ao movimento fortalecer estes espaços de diálogo, garantindo o processo de forma legítima nos municípios e no interior do estado (semi-árido)”⁶⁰.

Ainda nesta mesma reunião se deu uma polêmica em torno do sexo das delegadas que seriam eleitas para as conferências. Este fato perpassaria, depois, toda a discussão das conferências futuras, vindo a ser fonte de análise. Preocupava às mulheres, naquele momento, se homens poderiam participar das conferências como delegados e, portanto, tendo direito a voz e voto. A subsecretária colocou, naquela ocasião, que o movimento tinha autonomia para decidir quais delegadas ou delegados levaria. Concluiu sua fala comentando que, por conseguinte, se não havia homens nos fóruns de mulheres, então não haveria como serem eleitos para a conferência nacional, na posição de delegados. Porém, acrescentou que ao poder público, que viria ocupar 40% do número total de delegadas/os eleitas/os, haveria uma cota sim para representantes gestores homens, caso as mulheres presentes no processo percebessem que era estratégica e importante a participação dos mesmos.

Acompanhei, posteriormente, o prosseguimento desse processo, através de relatos de integrantes do movimento de mulheres e feminista que permaneceram em Recife e participaram ativamente da organização da conferência naquela cidade e, depois, no estado de Pernambuco. Dentre estes relatos, comentava-se que: a) o Conselho da Mulher do Recife⁶¹ redigiu um texto de repúdio à participação de homens como delegados nas conferências e b) o FMPE teve discussões acirradas, inclusive sobre o lugar dos homens não como delegados, mas como observadores nas

⁶⁰ Diário de Campo de 2004 e 2003.

⁶¹ Como já foi colocado neste capítulo, o Conselho tem o caráter de exercer cidadania participativa, controlando socialmente – através de monitoramento sistemático – as ações do governo. Estes são órgãos mistos que possuem integrantes tanto do movimento social e da sociedade civil, quanto do governo. O Conselho da Mulher do Recife possuía integrantes tanto do Fórum de Mulheres de Pernambuco (representantes do movimento social) quanto do governo municipal.

conferências, em função da insistência de um integrante de uma das ONGs que faziam parte do movimento em participar do processo, pelo menos como ouvinte.

No estado de Santa Catarina, acompanhei o processo a partir da conferência municipal, em Florianópolis, em 2004. Já no início percebi que outras questões eram colocadas aqui. Dentre estas, a mais contundente era a de garantir a legitimidade de uma conferência municipal. Ao contrário do esperado pelo governo federal, e do que havia observado em Recife, em Florianópolis a conferência estava sendo organizada por mulheres do movimento social. Isto se deu porque a prefeitura municipal não se mobilizava para auxiliar na execução da mesma⁶² na capital. Desta forma, restaria às mulheres residentes em Florianópolis participar apenas de conferências regionais. Ou seja, aquelas que desejassem incluir-se no processo deveriam viajar a regiões do oeste catarinense para participar ali das conferências⁶³. Decidiram, então, organizar, a contragosto do governo municipal, sua própria conferência municipal. Para garantir a legitimidade do processo, mantiveram-se, doravante, em diálogo com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, de forma que o processo fosse validado posteriormente.

Após a realização da conferência municipal, conversei com uma de suas organizadoras, representante e líder do movimento feminista em Florianópolis. Segundo ela, havia contatado as “meninas da Secretaria Nacional” de forma a não invalidar o processo. Fui convidada por ela a conhecer o movimento local e a apresentar meu projeto de pesquisa sobre o movimento de mulheres. Na ocasião, ela colocou como havia sido difícil organizar a conferência municipal e validá-la depois. Por esta razão, algumas delegadas retiradas no encontro de Florianópolis foram à conferência regional com o objetivo de obter legitimidade para o processo local, informando e confirmando naquele espaço a existência concreta de delegadas da capital, eleitas em conferência. Dessa forma, ocupavam as vagas existentes para a capital junto ao processo estadual.

⁶² Além de não possuir uma secretaria ou coordenação de mulheres nesse governo.

⁶³ No estado de Santa Catarina a representatividade do movimento feminista e de mulheres se concentra, desde a virada do século XX, formalmente, no oeste, particularmente na cidade de Chapecó. Ali estão concentradas, tanto a coordenação estadual de redes feministas nacionais – como é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras – quanto a coordenação do Fórum de Mulheres Estadual. Devido a este fato, a organização das conferências se fez de maneira mais articulada, tendo em vista a importância do movimento feminista junto ao poder público para a consecução de todo o processo.

3.3.1.2. A Conferência Estadual de Políticas para Mulheres de Santa Catarina

Meu trabalho de campo nos diferentes encontros do campo feminista iniciou com a minha participação na Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina. Esta aconteceu no Hotel Castelmar, no centro de Florianópolis, nos dias 17 e 18 de junho de 2004.

O encontro central se dava no sub-solo do hotel, em seu “salão gala”. À entrada, mulheres de preto e *écharpe* lilás faziam a recepção e a inscrição. Em meu crachá lia-se a insígnia de “observadora”, ou seja, eu poderia assistir a toda a conferência sem, no entanto, opinar ou votar. Recebi uma pasta preta contendo *folders* (com informações sobre dst/aids, violência e sobre o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDIM)⁶⁴), o regimento interno da conferência e um questionário de perfil das participantes.

A conferência iniciou com aproximadamente 200 participantes, dentre os quais 30 eram homens (sendo que havia 399 delegadas/os eleitas/os nas plenárias das pré-conferências, com idade média de 35 a 45 anos)⁶⁵.

No palco, antes do início da sessão de abertura, três telões passavam fotos de mulheres, enquanto uma música tocava: “quem dera, pudesse um homem compreender oh mãe quem dera... fosse o verão o apogeu da primavera... por causa da mulher”. Uma voz masculina anunciava a agenda de atividades do dia de trabalho que começou com uma mesa de abertura, passando para a sessão de leitura e a aprovação do regimento interno – conjunto de diretrizes que orientavam a execução dos trabalhos e a confecção do relatório que seria levado para a conferência nacional, meses depois. Após a sua aprovação, as delegadas e observadoras dividiram-se em pequenos grupos para propor, aprovar, rejeitar e/ou modificar as propostas vindas das pré-conferências. Este processo levou um dia e meio e concluiu-se com a mesa de encerramento, onde as propostas de

⁶⁴ O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC), criado pela lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999, instituído junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da família, é órgão estadual colegiado, com autonomia administrativa e financeira, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito estadual, políticas públicas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do estado (www.sst.sc.gov.br).

⁶⁵ Não havia adolescentes presentes. Havia representação de mulheres rurais, lésbicas, negras, partidos políticos (o PC do B era o mais visivelmente representado) (Diário de Campo, 2004).

cada grupo eram lidas para serem aprovadas, rejeitadas e/ou modificadas por todas/os delegadas/os⁶⁶ presentes. Finalizava-se, dessa forma, o processo da conferência estadual, com a indicação dos nomes das delegadas que seriam representantes do estado de Santa Catarina na conferência nacional.

A mesa de abertura contava com a participação de uma representante do governo do estado, posto que não havia uma secretaria ou coordenadoria da mulher, e da presidenta do Conselho Estadual de Direitos da Mulher. Também foram convidados, para o momento, os Secretários de Saúde e Desenvolvimento Social. A Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também estava presente. Esta mesa foi bastante breve, tendo na fala da Ministra seu momento alto. A mesma falou sobre o processo das conferências nos demais estados, comentando que havia participado de quase todos e colocando a importância das conferências para um diálogo profícuo entre sociedade civil e governo. Também aproveitou para falar da importância histórica daquele momento, visto que era a primeira série de conferências de políticas públicas voltadas especificamente para os direitos de um segmento minoritário, simbólica mas não numericamente.

Após este momento, a mesa foi desfeita para que se iniciassem os trabalhos do dia. Deu-se início, seqüencialmente, ainda na plenária geral, nessa ordem de acontecimentos, a fala da convidada Elcilene Leocádio⁶⁷, sobre políticas de gênero – mais relacionais e incluindo ambos os sexos – e políticas de sexo, ou para as mulheres. Esta fala tinha o objetivo de orientar conceitualmente os trabalhos dos dois dias⁶⁸, a saber, de consolidação de um relatório indicativo de políticas públicas do estado de Santa Catarina para a conferência nacional de Políticas para as Mulheres, em julho do mesmo ano⁶⁹.

Após esta fala, prosseguiu-se com a leitura do regimento interno da conferência, que funcionava como um conjunto de regras de deveres e direitos das delegadas quanto ao procedimento de composição do relatório – com indicação,

⁶⁶ Havia delegados homens eleitos nas plenárias de pré-conferências municipais.

⁶⁷ A referida convidada foi indicada a partir do diálogo entre movimento feminista local e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A mesma tem um histórico de militância no movimento feminista, a partir da ONG SOS Corpo, na década de 1980, ocupando, na ocasião da conferência, cargo no governo federal, na pasta de Saúde da Mulher.

⁶⁸ Análise posteriormente este fato, visto que algumas diretrizes votadas nesta Conferência pareciam ter relação com aquela fala oficial.

⁶⁹ Diário de Campo 2004, Documento Base de Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

supressão, alteração de diretrizes – e quanto à forma de votação final. Apesar do regimento ser praticamente idêntico em todas as conferências e pré-conferências, ele devia ser lido e aprovado pelas presentes, tendo em vista que alguma alteração poderia vir a ser feita⁷⁰. Após sua aprovação, prosseguiu-se a divisão em subgrupos temáticos de trabalho. Os mesmos tiveram o turno da tarde para realização das atividades. No dia seguinte, na plenária final, relatoras leram todos os documentos produzidos pelos subgrupos temáticos. Estes eram avaliados, tendo uma mesa de coordenação dos trabalhos que orientava os procedimentos de votações de alterações nos textos – inclusão ou retirada parcial de algum termo – , supressões totais de diretrizes, bem como aprovação de outras por aclamação ou não. Esta mesa também aprovou o relatório final, oficializou a conclusão dos trabalhos da conferência e tinha como presidente uma representante do movimento feminista estadual, acompanhada de secretárias que faziam parte do quadro de cargos do governo local.

De todo este processo, alguns pontos me “saltaram aos olhos, ouvidos e sentidos”, fazendo-me refletir e “interpretar” (GEERTZ, 1997) a realidade dos discursos que se faziam ali, naquela conferência, constituída com o objetivo de “escrever”, sem rasuras – quando cada palavra impõe uma força interpretativa que não pode deixar dúvidas à sua compreensão – diretrizes indicativas de acesso a direitos para as mulheres. Para mim, tornava-se evidente, através dos relatos que destacarei a seguir, a característica peculiar de ser um processo que trazia a “imposição” para aquelas mulheres do peso de cada palavra e de cada frase aprovadas, rejeitadas e/ou modificadas na plenária final. Ou seja, cada frase, palavra ou termo escolhido na redação das diretrizes iria abrir futuras interpretações em detrimento de outras. Esta evidência é condição de formulação de textos com teor de lei. É também parte constitutiva do processo de construção de políticas públicas. As delegadas presentes àquela conferência sabiam deste rigor e preocupavam-se com o mesmo, acreditando que, ao escolher uma palavra, abriam ou fechavam possíveis indicativos de mudanças sociais, na figura de futuras leis. Mais que isto, poderiam vir a tornar-se políticas públicas em prol das mulheres.

Além disso, o teor e o peso adquiridos pelas conferências, enquanto indicadores de agendas, senão de leis, era algo cunhado do lugar de poder do Governo

⁷⁰ Como de fato ocorreu nesta conferência. Os delegados homens presentes foram impossibilitados de virem a participar do processo da conferência nacional. Este fato é discutido nas próximas páginas deste capítulo.

Federal. Este organizava e legitimava o processo de conferências enquanto portal de diálogo e fonte de acesso democrático aos direitos das mulheres, através de políticas públicas. Dessa forma, parecia fornecer espaço de poder formal ao movimento de mulheres e feminista, posto que suas pautas haviam sido referendadas nas conferências.

Trabalharei a partir desta interpretação anunciada acima. Para tanto, elegi momentos da conferência, que atuarão como *frames*⁷¹ de algumas disputas, da conformação ou não de agendas, da consolidação ou não de discursos, da legitimidade de sujeitos que fazem (atuam) política de mulheres e/ou feminista. A maior parte destes pontos tinha destaque na pauta pré-eleita pelo Governo Federal para o processo de conferências. Alguns deles também eram parte de uma pauta de importância, elencada previamente pelo movimento feminista⁷². Alguns outros foram momentos polêmicos, que surgiram nas plenárias de início e/ou final.

Classifico os momentos analisados em duas categorias: a das questões políticas centrais – democracia do movimento, identidades, legitimidades – e a das questões temáticas – aborto, saúde reprodutiva, sexualidade e raça. Procuro apontar que agendas são estas que circulam e como se dá a circularidade dos diferentes níveis políticos – cargos e órgãos ocupados no governo e a interface de relações de força e discursos entre os diferentes sujeitos do feminismo que ocupam as três esferas do campo atual. Com isto, pretendo discutir sobre os jogos de força presentes, bem como de que forma aparecem ou não as possíveis diferenciações entre as esferas do governo e as demais.

A escolha dos temas com os quais trabalharei, dentre o conjunto maior apresentado nas conferências, e a conseqüente exclusão de outros deu-se com o intuito de relacionar e possibilitar o diálogo entre os capítulos. Ou seja, as temáticas são atravessadas pelo meu olhar analítico que, por sua vez, procura um encadeamento de interesses que perpassaram cada uma das esferas, sem deixar de frisar suas especificidades.

⁷¹ A noção de *frame*,s tal qual já apresentada no capítulo anterior, é emprestada da Lingüística de Textos e da Lingüística Cognitiva, ambas áreas teórico-conceituais dos estudos Macro-Linguísticos, ou seja, estudos que consideram a língua em sua interação com o contexto sócio-cultural, para além das regras e conceituações internas à própria língua. Dessa forma, os *frames*, ou enquadramentos, são momentos “recortados” da realidade sócio-cultural que se apresenta como um todo, para efeitos de análise de um momento discursivo ou sociolingüístico. Utilizo os *frames* para configurar momentos emblemáticos dentro do contexto geral das conferências, de forma a discutir sobre a realidade macro – a partir de uma análise de momentos específicos – ou micro (FAUCONNIER, 1997; BEAUGRAND, 1997).

⁷² Em informes veiculados pela internet, através de *sites* feministas, tinha-se acesso a estas pautas e além disso, através de conversas com militantes dos fóruns de mulheres. (Diário de Campo 2004 e *sites* www.articulacaodemulheres.org.br, www.soscorpo.org.br, www.redesaude.org.br).

3.3.1.3. Os temas: prioridades e exclusões.

a) A questão da orientação sexual.

Nesta conferência são reivindicadas diretrizes específicas que não apareceram em outras com a mesma importância⁷³. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres organizou um Documento Base para as Conferências Estaduais, em parceria com consultoras *ad hoc*⁷⁴, bem como com integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Neste documento constavam “proposições de princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, numa perspectiva de gênero, apontando as prioridades para os próximos anos”⁷⁵. Os principais princípios e diretrizes eram: 1. inclusão social e enfrentamento às desigualdades de gênero e raça, 2. transversalidade na gestão pública das políticas de gênero, 3. empoderamento, autonomia e fortalecimento do exercício da cidadania, 4. igualdade e equidade de gênero. Dentre estes, havia um sub item denominado “Diretrizes de políticas e ações prioritárias”, cujo conteúdo era dividido nos seguintes itens: 1. Enfrentamento à pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra, 2. saúde da mulher, direitos reprodutivos e sexuais, 3. Violência de gênero e políticas de segurança, 4. Poder, democracia e participação, 5. Educação, cultura e produção de conhecimento⁷⁶.

Estes princípios e diretrizes serviram de base para as conferências de uma forma geral. Entretanto, as especificidades, dentre as quais destaco o termo “orientação sexual”, fizeram-se presentes em consonância com a forma sob a qual cada movimento de mulheres e feminista posicionava-se e se constituía localmente. No caso de Santa Catarina, a Liga Brasileira de Lésbicas - Regional Sul, possui grande representatividade (inclusive entre suas líderes), juntamente com a União Brasileira de Mulheres, rede formada por mulheres do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁷³ Outras conferências estaduais e nos processos de pré-conferências municipais e regionais (Diário de Campo 2004 e Documento Base da Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais, 2004).

⁷⁴ Eram elas: Clara Araújo, Dagmar Estermann Meyer, Hildete Pereira de Melo, Iáris Ramalho Cortes e Márcia Camargo.

⁷⁵ Brasil. Presidência da República. Documento Base. Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais, 2004. 60 p. (série documentos).

⁷⁶ Idem.

Portanto, a importância dada pela plenária, no primeiro dia de trabalhos, à inclusão do termo “orientação sexual⁷⁷” no corpo de todo regimento interno da conferência, traz este sentido contextual. Votou-se que, sempre que fossem citadas desigualdades e/ou necessidade de dar ênfase a grupos minoritários, tanto no corpo do regimento interno quanto do relatório final, deveria ser adicionado o termo “orientação sexual”. Este tópico foi aclamado pela audiência, por unanimidade.

Esta reivindicação surge e é aceita por todas as presentes não porque o preconceito e a desigualdade em torno das sexualidades ditas “marginais” pelo senso comum – como é o caso da lesbianidade – estejam claramente evidenciados e pautados pelas mulheres que participam do movimento social neste estado. Mas, sobretudo, pela presença forte que o segmento do movimento lésbico possui nas ações feministas locais. Dessa forma, esta é uma pauta fortalecida, localmente, que, depois, na conferência nacional será diluída nas propostas do demais estados. Isto vem evidenciar o lugar que a mobilização possui na “escolha” de discursos e agendas.

Mais tarde, na plenária final, durante a leitura das propostas de diretrizes, é solicitado que este mesmo termo seja suprimido de um item sobre política de cotas. O argumento da militância lésbica é o de que, caso haja cotas para pessoas de tal “orientação sexual”, muitas mulheres podem se dizer lésbicas apenas para acessarem este direito. Ou seja, não há como “provar” que uma mulher é lésbica ou não, o que pode vir a ser um problema em termos de acesso a direitos específicos de um segmento minoritário.

O discurso do movimento lésbico, naquele espaço político, não estava sendo pronunciado apenas pelas militantes lésbicas, mas também pelas demais mulheres, de forma tal que a observação sobre inclusão do termo “orientação sexual” não foi feita diretamente por nenhuma militante da Liga Lésbica e sim por outras que se preocupavam em visibilizar, através da inclusão no texto, todas as minorias presentes. Dessa forma, o movimento em prol da livre orientação sexual é marcado e (re)lembrado

⁷⁷ Ainda que este termo não fosse aceito com unanimidade pelas militantes do movimento lésbico, posto que havia uma tensão entre o uso dos termos “orientação” e “escolha” sexual. Este debate tem sua repercussão tanto no movimento feminista e lésbico, quanto na academia. Dentre os jornais produzidos pela Articulação de Mulheres Brasileira (AMB) com artigos de feministas do movimento, da academia e do governo, há uma edição especial sobre visibilidade lésbica que discute este assunto (www.articulacaodemulheres.org.br).

por meio do posicionamento e da presença de mulheres da Liga Brasileira de Lésbicas na plenária.

b) O aborto

Havia uma aparente tensão entre o que era pautado pelo movimento feminista nacional e latino-americano e o que não era. Acompanhei toda a mobilização em torno da emenda sobre a descriminalização do aborto, desde sua aprovação no subgrupo temático sobre saúde da mulher, até sua validação na plenária final e no documento oficial do estado de Santa Catarina.

Esta mobilização era indicativa de uma articulação que deu origem às chamadas “Jornadas Latino-Americanas pelo Direito ao Aborto”. Estas jornadas faziam parte de um *pool* de ações feministas em vários países da América-Latina, dentre eles o Brasil, com o objetivo de atuar de forma mais eficaz frente à criminalização do aborto. Possivelmente, a eleição desta agenda anterior ao processo de conferências auxiliou a preocupação geral das feministas presentes na conferência estadual em aprovar uma diretriz de descriminalização.

Na plenária final, durante a votação do grupo 4 (Saúde), estão sendo lidas as propostas pela relatora. A proposta da descriminalização do aborto é lida. Aprovada sem nenhum comentário, alarde, nem destaque da plenária. Houve alegria e espanto de algumas mulheres próximas a mim, da Liga Lésbica, do Fórum de Mulheres e de outros segmentos do movimento feminista local (Diário de Campo, 2004).

É preciso enfatizar a importância que certos temas possuem para o movimento feminista, na atualidade, como é o caso específico do aborto, que também informa sobre os níveis de atuação nos espaços políticos. A análise das conferências, assim como as ações na década de 1980 com relação à Constituinte de 1988, tornou-se território concreto de disputas organizadas a respeito dos direitos das mulheres. O movimento feminista utiliza-se deste processo para dialogar com o governo, colocando suas pautas específicas e acionando níveis políticos de poder que, de outra forma, não seriam possíveis de acesso. O diálogo faz-se em muitos momentos, a partir de discursos legitimados apenas por um dos lados, uma das esferas. O aborto descriminalizado não é uma diretriz de fácil aprovação junto à sociedade civil como um todo. Instâncias

governamentais bem como movimentos organizados atuam como forças diametralmente opostas às interpelações colocadas pelo movimento feminista. Sabendo disto, as feministas tomaram como de extrema relevância aprovar a diretriz da descriminalização do aborto no relatório final da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Ou seja, a estratégia utilizada foi a de recorrer ao mecanismo oficial do governo – as Conferências de Políticas para as Mulheres – de forma a legitimar nesta instância uma pauta do movimento.

c) As negras: questões de raça e identidade.

Essa temática foi colocada em um subgrupo específico: o das questões raciais e étnicas. Entretanto, no tocante à relação desta problemática com os demais temas feministas discutidos na conferência, o que percebi, na plenária final, acompanhando as falas das diversas mulheres ali presentes, foi a indignação de algumas militantes negras quanto a um possível “esquecimento e/ou encobrimento” do lugar de desigualdade da mulher negra e, portanto, a necessidade de uma agenda que abarcasse fortemente temas específicos no tocante a esta questão.

O que vinha sendo uma pauta “urgente” e “emergente” – as questões raciais – do movimento feminista no Brasil, desde a década de 1990, pareceu estar sendo “enevoado” por outras demandas. De alguma forma, havia um estranhamento por esta demanda – a da visibilidade das desigualdades raciais acopladas às desigualdades de gênero – não ter sido incorporada plenamente pelo movimento feminista, através dos discursos ali presentes, apesar das ações realizadas na década anterior.

Em outro momento da plenária, há uma discussão sobre as etnias. O questionamento é sobre a frase “**todas** as etnias”. A questão para o movimento negro é de visibilidade: onde entra a especificidade das mulheres negras, perguntam-se elas. “Sim, pois há 500 anos sabemos onde essa palavra **todas** foi parar. Onde isto nos levou e leva” diz uma líder do Movimento Negro Unificado (MNU), com bastante indignação. Depois, algumas mulheres comentam ao meu lado que “não houve respeito em toda a votação do regimento interno, mas especificamente com relação à etnia. Ou seja, que as mulheres não queriam respeitar a

luta das negras”. Estas que comentam são identificadas por mim como brancas (Diário de Campo, 2004)⁷⁸.

O que continuava evidente na interpelação daquelas mulheres, tanto as negras quanto às brancas, era o fato de que a tensão se colocava em torno do questionamento sobre a palavra **todas**. Assim como o termo **ser humano** ou **homem** foi questionado pelo movimento feminista, desde o início do século XX, como deflagração de uma invisibilidade de um sujeito específico, **as mulheres** (SCOTT, 2002), as negras interpelavam a audiência naquele momento. Uma política de igualdade, afirmando a existência da diferença, foi o argumento político que as feministas utilizaram. Dessa mesma forma, as negras ali presentes continuavam colocando a necessidade de afirmação da diferença como forma de tornar visíveis as desigualdades.

Algumas mulheres presentes na plenária não percebiam a palavra **todas**, colocada ao lado de **etnias**, como um problema ou uma questão. Entretanto, a argumentação do movimento negro era contundente ao dizer que a opção por não colocar a palavra **negras** trazia consigo sentidos de invisibilidade de uma desigualdade específica, a sofrida pelas **mulheres negras**. Dessa forma, visibilizar a pluralidade do movimento feminista na atualidade apareceu não como um lema do movimento, mas como uma tensão interna ao mesmo⁷⁹, vindo a ser fonte de disputas internas quanto ao texto final do relatório Estadual.

d) Homens: direitos próprios.

Durante a Conferência Estadual de Santa Catarina pude acompanhar vários momentos que se sucederam, no tocante à presença dos homens. Primeiramente, a fala de Elcilene Leocádio, representante do governo federal e que se expôs no início dos

⁷⁸ Em outro trecho de meu diário de campo fica clara a articulação forte das negras durante a conferência: “o movimento negro estava muito bem articulado ali, fazendo com que o termo “raça” fosse colocado ao longo de todo regimento”. Apesar disto, as demais mulheres presentes na conferência não pareciam apoiar a pluralidade de ações dos diversos segmentos que compõem o movimento feminista. Este é o ponto que desejo frisar neste tópico.

⁷⁹ Visto que nas páginas da internet de vários *sites* feministas brasileiros (Articulação de Mulheres Brasileiras, Rede Feminista de Saúde, SOS Corpo, Marcha Mundial de Mulheres, somente para citar alguns), bem como nos relatos do Diário de Campo do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (2005), os termos “pluralidade” e “diversidade” aparecem como temas atuais que informam como se configura o movimento feminista hoje e também quais seus posicionamentos e pautas atuais.

trabalhos do primeiro dia, tratava de explicitar o conceito de gênero na relação com as políticas públicas para as mulheres: “falar de gênero não é falar de sexo. Se fizemos uma creche para mulheres é uma coisa, fazer outra creche, numa política de gênero, pode fazer com que ele, o homem, possa ter acesso a esta mesma creche (...)” (trecho do Diário de Campo).

Esta condicionante orientou, de certa forma, o olhar lançado às diretrizes, no final dos trabalhos da conferência, quanto à aceitação, rejeição e/ou alteração das propostas que poderiam ter ou acessar direitos para os homens, numa relação com os direitos das mulheres. Acompanhei o seguinte episódio:

Leitura das diretrizes propostas pelo subgrupo 4 (saúde): votação dos 10 dias de licença paternidade. Fala da coordenadora da mesa de trabalhos, pois a audiência está dispersa e barulhenta: “atenção, prestem atenção que essa proposta que vai ser votada agora é importante porque temos que decidir se queremos ou não os homens 10 dias em casa conosco”. E ri. Há argumentos de defesa e contra a proposta. Há réplica e tréplica. Maioria maciça vota com cartão verde (aprovação) pelos 10 dias. Aplausos e gritos na platéia. As falas de defesa falam de um homem que foi criado por mulheres que acreditam que é possível criar homens diferentes, que não sejam machistas e que dividam os trabalhos domésticos. Companheiros mesmo. E esta fala é que sacode a platéia. Entretanto, outras mulheres se indignam e pedem para realizar alteração na diretriz. Há defesa e ataque com relação ao número de dias. Aquelas que são a favor dizem que os homens têm mudado e citam como exemplo seus próprios filhos, criados para serem parceiros das mulheres. As que são contra argumentam que eles podem atrapalhar mais que ajudar.

No final, o argumento que vence é o de que os homens devem ter uma licença de quatro dias (Diário de Campo, 2004).

Uma política de direitos das mulheres estava abrindo direitos também aos homens. Entretanto, a decisão tratava de uma dinâmica na qual o direito de um sujeito possibilitaria direitos para o outro também. Ou seja, cuidar de uma criança é um direito do casal, no qual ambos se beneficiam. Portanto, tanto a mulher quanto o homem necessitavam garantir esses direitos⁸⁰. Apesar disto, o que é salientado aqui é a garantia

⁸⁰ Não se discutia aqui o direito da companheira ou do companheiro, independente do sexo deste. Falava-se claramente na relação de um casal heterossexual.

de uma diretriz no tocante aos direitos da mulher-mãe, que acabou de parir. Se ela precisa ou não de um companheiro ao seu lado, revela, implicitamente, qual “modelo” de homem acredita-se existir: entre um ideal e um real que pode “atrapalhar mais que ajudar”. Em estando esta hipótese correta, a lei poderia ser contrária a um direito da mulher. Este era o alerta lançado pelas coordenadoras da plenária final.

Ao mesmo tempo, no grupo de trabalhos sobre violência, foi criada uma lei de atendimento ao homem agressor. Neste momento, o que estava em jogo era acessar direitos para os homens de forma que, em última análise das conseqüências desta política pública, as beneficiadas fossem as próprias mulheres.

No trabalho do grupo 2, na tarde anterior, no grupo de violência, houve um item específico dentro das propostas de diretrizes, sobre a participação masculina nas questões de violência (sobre os “agressores”). Este foi o único grupo que trabalhou a participação masculina especificamente e como grande tópico, com subitens. Na hora da leitura deste item, na plenária final, pela relatora do grupo, a mesma argumenta a favor da inclusão da diretriz, dizendo que “faltam programas e eventos que discutam as questões de gênero masculino”. Foram aprovadas sem polêmicas e sem destaques da audiência (Diário de Campo, 2004).

Este trecho revela as contradições e ambigüidades presentes nos discursos construídos. Se seguíssemos uma mesma linha argumentativa, provavelmente imaginaríamos que não haveria espaço para aprovação de uma diretriz voltada para os direitos dos homens. Entretanto, o que parece estar por trás, aqui, é o argumento de que, ao tratar daqueles que batem, que agredem as mulheres, alcança-se uma melhoria de vida para as próprias mulheres. Então, a diretriz voltada para os homens agressores tinha como objetivo final o de ser uma diretriz para as mulheres. Este mesmo argumento foi buscado por algumas mulheres com relação ao número de dias da licença paternidade, porém, naquele momento, o modelo de homem que cuida mais uma vez não pareceu ser positivo o suficiente para funcionar como acesso a direitos das mulheres.

Além disso, é interessante perceber o lugar de poder que ocupam a relatora e a coordenadora de grupo. Ao ocupar uma posição de apresentação das propostas, organização das mesmas e condução delas (dentro do grupo e depois na plenária) estas

mulheres também indicam, com suas ações e discursos, como a estrutura dos eventos também auxilia na definição dos conteúdos.

Outro ponto a ser analisado, ainda nesse mesmo trecho, é o uso do termo “questões de gênero masculino”. O termo foi cunhado pela coordenação da mesa que presidia os trabalhos de fechamento do relatório final. Entretanto, este mesmo termo havia aparecido anteriormente, nos subgrupos de trabalho. Ele indica uma aparente confusão de dois outros termos: sexo masculino versus sexo feminino e relações de gênero. Aqui, o termo gênero – que indica que pode haver homens e/ou mulheres envolvidos, porém o foco é nas relações de poder e desigualdade – fundiu-se com o termo (do sexo) masculino. Parece indicar a tentativa de incluir políticas voltadas para os homens, a partir da prerrogativa de que políticas de gênero para as mulheres podem incluir os homens. Este discurso foi utilizado de forma tal que houvesse a aprovação da diretriz voltada para os homens (“faltam programas e eventos que discutam as questões de gênero masculino”), o que realmente veio a ocorrer.

3.3.1.4. Questões políticas centrais

Considero importante trabalhar este item tendo em vista a relação entre as políticas e os discursos de legitimidade das mesmas. Ou seja, pretendo evidenciar aqui algumas das tensões internas ao campo feminista e que se fazem presentes na esfera governamental, na co-relação desta com os segmentos do movimento feminista. Assumo que faço uma escolha metodológica e analítica quando chamo a atenção para estas questões do campo, e não outras, buscando também as relações entre estas questões ao longo dos capítulos da tese. São elas: a legitimidade dos discursos, os discursos feministas, os segmentos do movimento e suas especificidades, e a participação ou não dos homens.

a) Legitimidade dos discursos

A questão sobre “quem pode falar por quem no movimento de mulheres e feminista” é colocada cotidianamente, nas reuniões de fóruns de mulheres, e reflete-se nesta conferência. O argumento central é o de que apenas aquela mulher que pertence a um segmento específico – indígena, negra, rural, lésbica, como exemplos mais comuns – tem o direito e a legitimidade de argumentar sobre suas especificidades, bem como de

questionar valores e crenças relativas a sua desigualdade. Este apelo pode fortalecer o argumento, bem como facilitar o apoio das demais mulheres a uma causa ou agenda específicas. Entretanto, também pode deixar um vazio de argumentações com relação às mesmas. Veja-se o caso de pautas tanto das rurais quanto das prostitutas nesta conferência. Não havia mulheres rurais que se colocassem e reivindicassem cláusulas específicas com relação a seus direitos. Portanto, este item ficou ausente do documento ou apareceu muito timidamente.

Ao mesmo tempo, a presença de uma cacica (indígena guarani) do estado de Santa Catarina, no primeiro dia da conferência, bem como sua fala na mesa anterior ao início da votação do regimento interno, fortaleceu o aparecimento das questões indígenas, mais tarde, durante a votação de todo o documento, na plenária final. Ainda que sua fala não tenha sido indicativa de solicitações específicas, todas as demais mulheres presentes na conferência pareceram sentir-se bastante identificadas com a mesma. Muitas delas comentaram na audiência sobre a importância da presença de uma representante indígena no evento, acrescentando que “o fato de haver, durante a conferência, uma representante, entre todas as demais mulheres, aguçava a lembrança das desigualdades que o povo indígena sofre e, em particular, as mulheres indígenas” (Diário de Campo, 2004).

Sinto legitimidade na fala da cacica, como de um discurso inflamado por um lado e cheio da vivência – na pele - do sofrimento e da discriminação, através da forma como as mulheres da plenária reagem ao que é dito por ela. Ou seja, o quanto isto toca e faz as demais mulheres se colocarem naquele lugar de desigualdade e aplaudirem. Isso se dava de uma maneira tal que parecia que as mulheres estavam se penalizando com as dificuldades das indígenas e se solidarizando com sua luta. (Não sei se chega a ser solidariedade, mas momentos depois, todas as vezes que aparece a palavra raça/etnia, mulheres diferentes vêm lembrar e pedir inclusão das palavras “etnia indígena”) (Diário de Campo, 2004).

A cacica falou por seu segmento, fortalecendo tanto a identidade quanto a necessidade de políticas específicas para o mesmo. Interessante atentar, aqui, para o fato de que, durante a leitura do regimento interno, assim como no documento final, foi

solicitado pela audiência, e não pelo grupo minoritário em questão, a visibilidade do termo **indígena** quando aparecia o termo etnia. Entretanto, parecia que a presença dela, que era a única representante desse grupo na conferência, surtia um efeito de eclodir a necessidade de visibilidade de seu segmento. E esta ação terminou por ser realizada pelas mulheres que representavam segmentos diversos do seu. Este exemplo, a meu ver, é interessante, pois aponta o deslizamento dos lugares discursivos e do poder dos mesmos no cenário feminista das conferências. A “regra” de que “indígenas podem falar por indígenas” é mantida e, talvez por isto, abre a possibilidade de que o debate passe para uma “zona de transição”, na qual qualquer outra mulher pode reivindicar ações para aquele segmento.

b) Legitimidade dos discursos feministas

Importa neste momento lançar luzes à relação de aproximação e distanciamento entre “mulheres do movimento de mulheres e feministas”. Trazido por militantes do oeste catarinense e questionado por outras, da cidade de Florianópolis, este debate causou diferentes impactos nas mulheres que o discutiam. Concordava-se que havia uma distinção interna no movimento social que evidenciava as formas políticas de agir e as agendas pautadas. Este divisor de águas se dava entre mulheres que militavam e apropriavam-se ou não de princípios feministas. Dir-se-ia que, entre as feministas, o debate deveria ser travado tomando o coletivo de mulheres e suas desigualdades, apesar de não saberem claramente quais eram os princípios aos quais se filiavam. Entretanto, para algumas, questões como “o direito ao aborto” eram evidenciadoras desta divisão de pensamentos e ações. Ou seja, para aquelas mulheres existiam pontos ou princípios que regiam o pensamento e o fazer político feminista. Dentre estes pontos, encontra-se ser a favor da liberdade dos corpos das mulheres, incluindo neste rol a possibilidade de serem “donas de seus desejos”. A máxima “nosso corpo nos pertence” foi uma forma de expressão escolhida pelo movimento feminista, na segunda década do século XX, que evidencia esta questão. Portanto, para as feministas, ser sujeito de direitos significa que às mulheres é dado o direito de fazerem escolhas sobre suas vidas e seus corpos⁸¹.

⁸¹ Coletânea *Our bodies, ourselves* (1998) e *Diário de Campo*, 2004.

Em contraposição, para algumas que apenas faziam movimento de mulheres havia um discurso de uso do termo “mulher” para acessar direitos e poderes gerais. Neste item estariam mulheres de partidos políticos de direita e/ou filiadas a comissões municipais que não se inseriam em uma luta e uma militância em fóruns de mulheres.

No intervalo da tarde do primeiro dia, na reunião para escolha de delegadas da região oeste, 21 mulheres, de mais três cidades, estavam presentes. Eram 13:20 e elas começaram fazendo votação para a delegada representante de Organização Governamental (OG), depois de ONG e a terceira vaga seria ocupada por uma mulher negra. O argumento de pedido de voto, feito por cada uma das candidatas de OG, dizia-me uma das militantes que se intitulava feminista, tinha uma marca que os diferenciava: a diferença entre quem faz movimento de mulheres e quem faz movimento feminista. Enquanto uma das candidatas falava sobre seu trabalho, as outras duas argumentavam que eram “mulher do prefeito”, “mulher do vice-prefeito” e “também faço isto e isto para as mulheres”.

Quem ganha é a mulher que representa a coordenadoria da mulher de Chapecó, e que fala sobre o movimento de mulheres. Uma das líderes deste movimento me diz, sussurrando em meu ouvido que ela fala como uma feminista (Diário de Campo).

O argumento acima relata a relação tensa entre mulheres – feministas ou não – dentro do movimento. O segundo argumento, descrito no trecho a seguir, revela outra tensão interna: a partir de dentro do espaço denominado feminista.

Depois, dividem-se por cidades da regional, para decidirem quem será a representante de ONG. Perguntam quem quer e porque (sempre se repete este processo de colocar e ouvir os argumentos de todas as candidatas. Isto aconteceu em outros grupos também e sucedia desse mesmo modo no movimento de mulheres e feminista que acompanhei em Recife, entre os anos de 2000 e 2003). Acompanho a eleição de Chapecó e ouço os dois argumentos: uma diz que acha que deve ir porque é de uma ONG importante, que deveria estar na discussão (a ONG deveria estar). A outra fala que representa as mulheres de tal instituição e do Fórum de Mulheres de Santa Catarina. Esta é a eleita. (Há um discurso de legitimação da ida da segunda, feito por outras colegas, pois ela representa muitas mulheres, quem ela

representa e como ela representa, que tem muita experiência no movimento etc.) (Diário de Campo, 2004).

Enquanto uma das delegadas utiliza um argumento institucional, a outra emprega o termo “representatividade do segmento” como estratégia. Este segundo, a partir dos discursos das mulheres ali presentes, constitui-se como “mais legítimo” e, portanto, de acordo com os princípios feministas (ainda que estes mesmos princípios não estejam claros para elas). Há, de ambas as partes, uma instrumentalização dos discursos, no intuito de acessar espaços de poder. As estratégias podem ser diferentes, entretanto o objetivo final é o mesmo. O que importa, portanto, é acompanhar quem se “filia” a qual argumento e porque, visto que estas diferenciações apontam para a diversidade interna pela qual o movimento passa.

c) Identidades geram especificidades.

Esta relação entre segmentos, aparentemente óbvia, traz várias questões encobertas. Dentre estas cito: quando políticas específicas revelam tensões entre segmentos diversos? A pluralidade evidencia, necessariamente, um diálogo democrático entre os diversos segmentos feministas? Há um encobrimento de agendas de segmentos em detrimento de outros, ou seja, uma hierarquia interna, ainda que não evidenciada? Nesta conferência estadual a temática da política de cotas na área da educação foi um momento emblemático.

Discussão acirrada sobre cotas na plenária final. 20% de cotas, dizia a proposta lida, para negras e deficientes... mas quanto por cento para quem e onde??? Elas diziam: 20% para as negras, outros 20% para indígenas e mais as portadoras de deficiência... Uma mulher coloca: 20% para raças/etnias que não a branca e mais 10% para deficientes. Então o delegado de Blumenau, que se denominou como “aidético”, levanta-se com raiva e pressa, com os cartões de votação levantados acima de sua cabeça, anda de um lado para o outro, indo sempre em direção ao local onde as pessoas liam seus destaques para a mesa organizadora, na plenária final, e falando em voz baixa, como se estivesse xingando. Mas não chega a colocar nada como destaque. Senta-se definitivamente ao lado das negras, que estão todas juntas, na ala esquerda da plenária, bem próximas ao local de fazer os destaques nas propostas (este é o primeiro embate que vai para a mesa de controvérsias, para ser feito um outro texto com o consenso do grupo). As mulheres negras, fortemente

organizadas, olhavam atentamente para a mesa de coordenação dos trabalhos. Mais ao centro, as lésbicas – ali representadas pela Liga Brasileira de Lésbicas - Região Sul (LBL-Sul) – posicionavam-se e se mesclavam com aquelas da secretaria do PC do B. Quando se falou em políticas de cotas, alguma das mulheres pediu a palavra para dizer que, além das negras, havia que se prestar atenção e introduzir outras minorias. Ao passar de alguns segundos, uma grande polêmica se instalou com relação a quem constituía as minorias e quais direitos estas tinham em detrimento de outras mulheres ali presentes. Discutiu-se a real legitimidade das mesmas em terem direito a cotas e, paralelamente, foram colocadas as indígenas e portadoras de deficiência com direitos a cotas também. Então, uma segunda mulher coloca que aquelas que são lésbicas também deveriam ter acesso a cotas. Ao que outra coloca: “assim todas vão se dizer de orientação sexual lésbica para acessarem este direito”, revelando a problemática da (in)visibilidade desta identidade/categoria. Uma grande agitação se fez na plenária e muitas mulheres começaram a perguntar: “o que restará para as heterossexuais, brancas e de camadas médias? Sim, pois se todas têm direito a cotas, quanto sobra de cotas neste total?” (Diário de Campo, 2004).

As diferenças internas evidenciaram a pluralidade do movimento, ao mesmo tempo em que indicaram uma hierarquia interna de submissão a situações de desigualdade, perpassadas pela aparente supremacia da mulher branca, sem deficiências e heterossexual. Porém, o que se coloca no trecho acima relatado é que ocorre uma inversão de acesso, na medida em que as mulheres brancas e heterossexuais passam a se qualificar – denominar – enquanto tais, deixando de ser apenas “mulheres” e alocando-se enquanto segmento específico.

Ao mesmo tempo, esse trecho abre a possibilidade de reflexão do debate sobre políticas específicas e pluralidade/diversidade. Revela que existem tensões entre os segmentos diversos, inclusive na eleição sobre agendas gerais – que sejam aceitas e alçadas por todas as mulheres e não apenas por alguns segmentos do movimento. Demonstra que assumir a pluralidade pode não evidenciar, necessariamente, um diálogo democrático entre os diversos segmentos feministas. Antes, a imposição de agendas em detrimento de outras pode acontecer com maior frequência do que se espera. Tome-se a preocupação das brancas, de camadas médias e heterossexuais, que, naquele momento, parecem se reconhecer enquanto segmento. Há, portanto, um encobrimento de temas de

grupos em detrimento de outros, ou seja, uma hierarquia interna, ainda que não evidenciada claramente. Esta mesma temática parece colocar à prova o processo de democracia representativa, no qual, aparentemente, todos os segmentos que se organizam socialmente podem vir a ser contemplados em suas demandas. Neste sentido, o movimento feminista fortalece cada vez mais estratégias de acesso a espaços democráticos participativos. Dentre estes, as próprias conferências.

d) Participação dos homens

Observei, internamente, uma “indignação” por grande parte das mulheres que compunham os fóruns de mulheres estaduais e que estavam mais ligadas ao movimento feminista, em relação à participação de homens como delegados. Na Conferência Estadual de Santa Catarina existiam, efetivamente, homens delegados, eleitos nas pré-conferências regionais (no interior do estado).

No estado de Pernambuco, a polêmica quanto à participação de delegados homens se fez desde a primeira convocatória do processo de conferências, junto ao movimento de mulheres e feminista. Entretanto, alguns argumentos, defendidos principalmente por mulheres que faziam parte de órgãos governamentais, davam-se em torno de um diálogo de visibilidade e co-ligações – em um movimento “para fora” – do campo feminista junto a outros campos políticos. Internamente, aconteceu que nenhum homem pôde se candidatar a delegado, mesmo quando representante de alguma instância governamental. Inclusive aqueles que desejaram participar das pré-conferências como observadores tiveram dificuldades de serem aceitos por parte das mulheres presentes. O argumento de que alguns deles eram “parceiros da luta das mulheres” não foi suficiente⁸².

A presença, legítima ou não, de homens delegados foi, portanto, o item mais polêmico na leitura do regimento interno da conferência. Um mal-estar entre alguns segmentos de mulheres foi se ampliando, de maneira tal que, após a abertura dos trabalhos da manhã do primeiro dia, foi articulada a inclusão de uma cláusula no regimento interno, que anulava a possibilidade dos delegados homens presentes de “representarem os direitos das mulheres na conferência nacional”.

Este mal-estar iniciou-se com a leitura do regimento interno, pela mesa organizadora, posto que o mesmo necessitava ser aprovado para o prosseguimento dos

⁸² Diário de Campo, 2004.

trabalhos na conferência. As cláusulas presentes eram lidas sem se levar em conta o artigo A, indicativo de nome no feminino. Antes, a leitura era feita de maneira homogênea, sem visibilizar o sexo, incluindo mulheres e homens no artigo masculino universal.

Leitura do regimento: decidiram ler todo o regimento primeiro e depois fazer os destaques. A mulher que lê e preside a mesa sempre fala em delegadOs, no masculino. As mulheres no final do auditório, gritam “delegadAs”, mas isso não tem impacto no todo. Entre 300 mulheres, neste momento, uma das que gritou olha pra outra e diz: “não tem nenhum delegado homem, só mulheres” como que justificando para a outra porque gritou DELEGADAS.

Uma das representantes do movimento de mulheres e observadora ficou em pé ao meu lado e comentou: “Delegados não pode ser. E não há política inclusiva de gênero, pois a mesa está falando no masculino o tempo todo (os delegados e não delegados e delegadas)”. Ela dizia que quis falar, comentar, reclamar da mesa aquela atitude, mas suas companheiras, que estavam a seu lado sentadas, não deixaram. Disseram “deixa pra lá” (Diário de Campo, 2004).

Após este momento, a articulação foi feita e ocorreu tal qual descrevo a seguir.

E ela continua: “Constatam que saíram delegados homens nas regionais (conferências). Homens feministas, diziam as delegadas ao meu lado, isso seria bom, mas não é essa a questão. Acabamos de discutir (refere-se à fala de Elcilene Leocádio, citada no início do tópico anterior) a inserção de poder entre homens e mulheres, as desigualdades existentes, então vamos escolher homens??? Isso não. Temos que ter mulheres a nos representar”[...] Saí da plenária e fui perguntar à mesa da secretaria do evento se havia delegado homem na conferência. Uma das atendentes disse “legal, tem um sim”. Então eram, no total, um delegado homem de Blumenau e mais três suplentes de outras regionais. Eram dois deles negros e do movimento negro, que ajudaram nos trabalhos da secretaria. Dentre estes suplentes, um tornou-se delegado, pois a delegada não pôde vir à conferência estadual.

Volto à plenária e, logo depois, é proposta por três mulheres lideranças locais a não ida de delegados homens à Brasília para a conferência nacional. Houve grande burburinho. A princípio não dava pra saber se a proposta estava sendo recusada pela plenária ou não... Então uma delas defende a

proposta falando sobre a importância de as mulheres se representarem. A outra fortalece dizendo que é muito importante termos os companheiros homens ao nosso lado, mas que isso é diferente desta representação na conferência nacional. Então, a mesa entende que há um consenso (são representantes do governo estadual que presidem os trabalhos neste momento). E acrescenta, como esclarecimento, que os homens delegados ali presentes foram eleitos nas conferências regionais (Diário de Campo, 2004).

A votação ficou para ser feita em um parágrafo posterior, que tratava mais diretamente das cotas de delegados por região e de ONG e OG que iriam a Brasília. Neste momento seria feita então a votação deste destaque. Dois homens votaram contra a ida apenas de mulheres para a conferência nacional. Um deles levantou, sorrindo, e saiu, após ter sido votada e aprovada por maioria esmagadora da plenária a cláusula proposta pelas mulheres. Algumas delegadas ao meu lado disseram: “ele só veio para ser delegado, olha. Agora que não vai poder ir à Brasília, desistiu de tudo e vai embora”.

Pergunto a outra militante do movimento em Chapecó sobre os homens na conferência da regional oeste. Ela me diz que apenas dois homens participaram da conferência, como observadores. E cita um homem que vem participando das lutas do movimento feminista como exemplo de homens que são parceiros. Estes teriam legitimidade de participar do processo, porém representarem as mulheres, ocupando a posição de delegado era bem diferente: “Eles já nos representam demais...”. Comenta sobre os espaços de poder, nos quais mais homens que mulheres estão presentes. A questão da representatividade das mulheres em cargos de poder e eletivos aparece como espaço de conquistas feministas.

Aquela militante feminista, ao discutir sobre participação masculina, comenta ainda sobre o que representa “ser feminista”. Acredita que, no movimento feminista há princípios que regem uma utopia por um mundo melhor. Entretanto, coloca que não há clareza quanto à participação de homens enquanto feministas. Pergunto se para ser feminista é preciso ser mulher. Não havia consenso quanto a esta questão, por parte do movimento feminista local (e também nacional), sendo que a questão foi colocada em termos de uma representatividade das mulheres por parte dos homens e a esta forma de poder decisório foi votado o veto aos homens delegados. Esta foi uma estratégia discursiva da esfera do movimento feminista e não do governo, que não se posicionou

nesta conferência em momento algum com relação a este item, a não ser se justificando em não haver aprovado previamente homens eleitos como delegados (estes teriam vindo de conselhos municipais, ou de governos municipais, indo para além da alçada de decisão governamental). Este ponto de debate traz algumas questões, tais como: a escolha por ações e conseqüentes políticas de representatividade, voltadas para as mulheres, ou por políticas de gênero – relacionais e, portanto, não essencialistas (BRAIDOTTI, 1987; BUTLER, 2003; FRASER, 1998).

Assim, o que foi central, em termos de temáticas, na discussão da conferência estadual, foi a proposta iniciada pela própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Seu documento base, já mencionado aqui, apontou os temas centrais, que permaneceram como indicativos, apesar da possibilidade de alteração por parte das participantes. Entretanto, alguns temas específicos – como a explicitação do uso do termo “orientação sexual” e as diretrizes voltadas para os homens – bem como questões de cunho político – identidade e legitimidade dos discursos e representações feministas – foram momentos que surgiram como fruto do processo de participação política feminista na constituição de políticas públicas.

Passo agora à discussão da conferência nacional, de forma a acompanhar suas especificidades, assim como as relações entre esta e as conferências estaduais e municipais, inclusive dando ênfase ao documento finalizado no estado de Santa Catarina: o que permaneceu do mesmo no documento final e quais estratégias discursivas apontaram ações políticas próprias ao acesso às políticas públicas, pelo movimento, na interface com as ações governamentais.

3.3.2. A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Na conferência nacional, as presentes “representavam” (aquelas que eram delegadas) e participavam (as que estavam como observadoras, relatoras, coordenadoras de grupo ou na organização) o campo feminista em suas três esferas: movimento social articulado, governo e academia. As primeiras formavam a ala das delegadas, em sua grande maioria, porém algumas trabalharam na organização do evento, na condição de relatoras ou coordenadoras dos subgrupos temáticos. As representantes da esfera governamental dividiam-se entre os diversos postos de organização da conferência,

enquanto que uma parcela menor compunha-se de delegadas. As mulheres da academia participaram na condição de observadoras, pois não obtiveram espaço concreto nas pré-conferências para se elegerem como delegadas⁸³.

A cena que abre esta conferência, que ocorreu em julho de 2004, na cidade de Brasília, com mais de 1.500 mulheres presentes, bem como a mais importante na hierarquia do processo de proposição de políticas públicas, é a chegada do Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Sua presença conferia *status* e legitimidade institucional a todo o processo de realização das conferências e à conferência nacional. Antes de sua fala, passa no telão do salão principal, um filme que mostra a diversidade das mulheres brasileiras, em seu cotidiano de lutas. Dentre essas, algumas foram escolhidas para receberem homenagem por sua trajetória. Importante lembrar que a conferência ocorre na cidade de Brasília, capital federal do país, *lócus*-talismã do poder e do *status* governamental. O presidente falou sobre o enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens no país, apresentando dados concretos (número de mulheres ocupando espaços e cargos de poder inferior ao de homens e número de mulheres pobres chefes de família como exemplos emblemáticos de sua fala) e reconhecendo o papel fundamental do Estado através de ações e políticas públicas no combate a estas e outras desigualdades sociais (Diário de Campo, 2004; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2005). Dentre os pontos principais ressaltados pelo presidente ficaram declarados: a igualdade e o respeito à diversidade, a equidade, a autonomia das mulheres, a laicidade do Estado, a universalidade das políticas, a justiça social, a transparência dos atos públicos e participação e controle social como espaços legítimos de intervenção e diálogo entre movimento e governo. Durante a abertura, já na voz da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, falou-se no cumprimento dos acordos internacionais por parte do Estado brasileiro, bem como da perspectiva de trabalho do governo tomando gênero, raça e etnia como aportes para as ações de diminuição das desigualdades⁸⁴.

⁸³ A reivindicação do segmento da academia no sentido de poderem incluir no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres diretrizes referentes ao espaço acadêmico surgiu durante todo o processo de conferências e fez-se concreta através de conversas durante os espaços formais e informais da conferência nacional. Destas conversas surgiu a idéia de se realizar um encontro sobre mulher e ciência, no qual estas reivindicações tivessem espaço. Este tópico será mais detalhado ainda neste capítulo, no item 3.5.

⁸⁴ Estes pontos também aparecem em todos os documentos oficiais produzidos tanto antes quanto depois das conferências, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República Federativa do Brasil, o que aponta para um discurso consolidado em torno de ações e estratégias, tais como a

Assim como nas conferências anteriores ocorre a leitura do regimento interno para posterior aprovação. No segundo período deste primeiro dia, são divididos os grupos de trabalho temáticos para leitura da consolidação das diretrizes de políticas públicas dos 27 estados federativos brasileiros⁸⁵. Como já esclarecido, a leitura é feita com posterior aprovação, reprovação e/ou alteração da diretriz. Neste espaço, ao contrário dos anteriores, novas diretrizes não poderiam vir a ser criadas. Apenas os indicativos, definidos nas conferências anteriores, estariam em pauta. Portanto, a conferência nacional tinha a característica peculiar de agregação e desfecho do processo que havia iniciado meses antes, ainda nas primeiras pré-conferências.

Após a reunião dos grupos de trabalho, neste mesmo dia, à noite, as equipes de relatoras e coordenadoras de cada grupo temático deveriam encontrar-se para organizar o texto aprovado em cada um deles. No dia seguinte, estes textos seriam lidos na plenária final, último momento para aprovação ou recusa das diretrizes e fechamento daquele que viria a ser o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, organizado por um governo federal no Brasil.

A seguir, tal qual fiz com a Conferência Estadual de Santa Catarina, apresento os temas centrais, bem como as questões políticas pertinentes desta conferência. Dessa forma, terei trilhado o mesmo percurso metodológico de forma tal que, ao final deste capítulo espero apontar relações entre os diferentes níveis políticos acionados em cada conferência, bem como a importância de cada processo de forma a acessar políticas públicas para as mulheres.

3.3.2.1. Os temas:

a) O aborto e a saúde reprodutiva

A eleição da agenda prioritária do movimento feminista, através de suas articulações nacionais (Articulação Brasileira de Mulheres e Marcha Mundial de Mulheres, principalmente⁸⁶) estabeleceu a temática do aborto⁸⁷, desenvolvendo ações de

conferência nacional, o subsequente Plano de Políticas para as Mulheres e o monitoramento e a avaliação deste.

⁸⁵ Posto que houve conferências em 26 dos 27 estados federativos do país (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006).

⁸⁶ Importantes redes feministas nacionais, discutidas com detalhes no capítulo anterior, sobre o movimento feminista.

articulação para a aprovação da diretriz pela sua descriminalização. Este processo iniciou-se ainda no ano de 2003 (embora desde os anos 1970 fosse uma reivindicação do movimento no Brasil), através das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto, e culminou com a estratégia de inserir este direito no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Marco das lutas feministas brasileiras, desde a abertura democrática na década de 1970, este direito permaneceu no campo dos desejos, visto que a descriminalização não se tornou uma política pública desde então⁸⁸. O direito ao aborto, na verdade, trata de um princípio feminista que fala do “direito a decidir sobre o próprio corpo”, tal qual apontado em parágrafos anteriores. Este corpo feminino que, no discurso das feministas “é demandado pelo poder patriarcal há muitos séculos” (Diário de Campo, 2004).

Esta reivindicação não apenas foi apoiada e “vestida” (no início do primeiro dia de trabalho do evento, camisetas foram vendidas, durante a entrada, com os dizeres: “A mulher decide, a sociedade respeita, o Estado garante”) por diversas mulheres presentes na conferência nacional, como também obteve aprovação por unanimidade em todas as conferências, apesar da presença de delegadas reconhecidas como “fundamentalistas”, de alas mais conservadoras da igreja católica (em oposição radical às Católicas pelo Direito de Decidir, por exemplo⁸⁹).

⁸⁷ Embora com ações distintas, ambas articulações têm na sua pauta a questão do direito ao aborto como uma das prioridades. Neste tópico refiro-me às ações organizadas, principalmente pela AMB, visto que estas eram mais visíveis durante a conferência.

⁸⁸ Segundo o Código Penal Brasileiro, o aborto é a expulsão prematura do feto ou embrião antes do tempo do parto. Se a expulsão ocorre por meios violentos (provocados), mostra-se punível pela lei penal (arts. 124 a 127 do Código Penal - Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940). No entanto, mesmo provocado, o aborto não configura crime, sendo legal quando: não há outro meio de salvar a vida da gestante, a gravidez resulta de estupro e é precedido do consentimento da gestante, ou, quando incapaz, de seu representante legal (DE PLÁCIDO E SILVA, 1999). Neste caso, há discussão em torno do aborto por anomalia fetal, com jurisprudências e um projeto de regulamentação do mesmo. Nos demais casos o aborto é considerado crime e as punições são previstas no Código Penal Brasileiro: "Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento Art. 124. Provocar o aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. Aborto provocado por terceiro Art.125. Provocar aborto, sem consentimento da gestante: Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos . Art. 126. Provocar o aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de 14 (quatorze) anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido através de fraude, grave ameaça ou violência. Forma qualificada Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevem a morte (idem, 1999). Além de tudo isto, o aborto previsto por lei não foi implementado satisfatoriamente na maior parte dos Hospitais Públicos Nacionais, indicando a forte polêmica em torno deste tema, bem como a dificuldade de implementação de políticas públicas no país.

⁸⁹ As Católicas pelo Direito de Decidir são uma ONG, com sedes independentes em vários países da América Latina e cone sul. Em seu fundamento está a luta por um catolicismo no qual as mulheres tenham independência sobre seus corpos e suas vidas. Portanto, atuam em diversas atividades junto a

No Brasil, assim como em outros países católicos, não há como falar em aborto sem tocar na questão da religião. O embate central se coloca a partir do momento em que a definição de vida e morte se apresenta – o pensamento fundamentalista coloca que o feto tem direito à vida, independente do direito da mulher que o gera. Este argumento ganha peso junto aos religiosos que vêem como um pecado, já que “uma vida está sendo retirada”. Entretanto, não há questionamentos de base quanto à forma como estas gravidezes não desejadas acontecem. Na maior parte dos países em desenvolvimento, as políticas públicas de acesso à contracepção não são eficazes e aliam-se à pobreza da população, que tem pouco acesso a seus direitos e ao conhecimento de seu próprio corpo. Conhecer o corpo é um caminho utilizado pelas ações de militantes feministas. Para elas, quando a mulher conhece bem seu ciclo menstrual e seu corpo como um todo se torna mais fácil poder controlar a fecundação. O aborto acontece como uma consequência de planejamentos familiares que não funcionaram ou que ainda nem vieram a ser organizados. Ou seja, para muitas mulheres e suas famílias, o aborto termina sendo um meio contraceptivo e, como não há uma rede de ações que auxiliem as mulheres que o utilizam, e sim punição às mesmas, aquelas que abortaram terminam utilizando-se deste meio mais de uma vez. Casos de morte e de dificuldades quanto à saúde reprodutiva são comuns (conversas com feministas delegadas na conferência nacional, Diário de Campo 2004).

Não obstante, o estranhamento que permanecia durante a conferência era o da aprovação da diretriz pela descriminalização do aborto de maneira tão fácil. Para as presentes, esta não condizia com a conjuntura da sociedade brasileira no momento atual. Ou seja, clareava a distância entre o que estava sendo produzido na conferência e sua eficaz repercussão em futuras políticas públicas

Se por um lado esta diretriz foi amplamente apoiada, outras em torno do parto humanizado e do direito à gravidez saudável, através de políticas de apoio durante e após a gravidez – como era o caso do apoio à construção de creches na década de 1980 – que estavam na pauta geral, pareciam silenciadas (ou seja, sem ênfase) no rol das reivindicações gerais. Algumas representantes da Rede de Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) comentavam que “o parto humanizado constrói mulheres que

igrejas e em outros espaços, utilizando diversas metodologias. Em sua pauta de ação estão questões como o direito ao aborto e ao uso de métodos anticoncepcionais (www.catolicas.org.br).

não vão se deixar oprimir. O movimento de mulheres não percebeu muito isto e, portanto, não apóia muito”.

Uma outra militante do movimento de mulheres e feminista da Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos) colocou que as questões em torno da gravidez e do parto parecem não ter a mesma repercussão. Ao mesmo tempo em que há um discurso que indica uma “preocupação de menor teor” por parte do movimento feminista com as questões reprodutivas de parto e maternidade, baseado na própria vivência subjetiva das militantes – estarem ou não em idade reprodutiva, terem ou não o desejo de ter filhos – pude acompanhar estratégias destas mesmas redes de mulheres no sentido de apoiar questões específicas de cunho reprodutivo como a participação nos comitês de acompanhamento da mortalidade materna e a própria questão da descriminalização do aborto. Além disso, a constituição do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), na década de 1980, foi uma ação que buscou tratar a mulher integralmente e não apenas como um ser reprodutivo. Esta conquista do movimento feminista vem sendo implementada parcialmente pelos governos, desde então.

Há uma ambigüidade nos discursos das participantes da conferência que se instala nos interstícios de ações em torno da temática da saúde da mulher: ao mesmo tempo em que é amplamente contemplada pelo movimento feminista, também parece haver uma inquietude presente. Talvez a chave de acesso a esta bipolaridade seja a imagem constituída socialmente de mulher enquanto mãe. Esta imagem engendrou o aprisionamento de ações reprodutivas e sexuais por parte das mulheres e ainda o é, assim comentam as feministas com as quais conversei. Então, há um “cuidado” especial ao tratar da temática da concepção e contracepção, posto que ela pode trazer a questão para uma “biologização”. Ou seja, uma questão de desigualdade de gênero – poder decidir ou não sobre o próprio corpo – pode ser olhada também como uma questão biológica instalando a problemática tão somente “no corpo”, já que para engravidar tem que se ter um corpo de mulher.

Há, portanto, desde a segunda metade do século XX, a estratégia pública de alterar esta imagem, de forma que se possibilite às mulheres o direito de serem quem e como quiserem, para além da maternidade. Entretanto, neste percurso aquelas que se importam com o gestar e o parir ainda parecem enfrentar a ambigüidade de qualificação e desqualificação desta escolha.

b) Leis voltadas para os homens: um problema?

A temática da violência trouxe propostas de diretrizes de trabalho, tratamento e atenção para os homens agressores. Este ponto foi evidenciador do que vinha a ser uma política para as mulheres em contraposição a uma política de gênero. Acompanhei a votação desta diretriz, aprovada na Conferência Estadual de Santa Catarina e, aqui rejeitada. Mais tarde encontrei algumas delegadas nos corredores que estavam indignadas com a retirada desta proposta. Estas mesmas delegadas eram contrárias à participação dos homens nas conferências, entretanto, diziam que a política de atendimento aos homens tinha como fim uma melhoria de vida para as mulheres que apanhavam. Acompanhemos o relato do Diário de Campo sobre um dos grupos de violência:

Há uma discussão sobre a diretriz 90 que fala sobre o agressor. Algumas delegadas argumentam que as mulheres são a maioria das que sofrem a violência. Então elas é que merecem as políticas. Os homens devem ser trabalhados no sentido de melhoria e da redução da violência contra a mulher. Outra fala que os agressores até podem vir a ser atendidos pela rede pública, mas não concorda que este direito/dever venha num texto de “políticas públicas femininas”. “No texto da conferência deve estar escrito atendimento para as mulheres, porque são elas que sofrem”. Algumas mulheres aplaudem esta fala, fato que não havia ocorrido até então. Discutem se suprimem ou não esta diretriz. Os homens presentes na sala (dois) não se colocam em momento nenhum. Então, outra delegada presente diz: “nós temos que fazer alguma coisa com o agressor para que ele não retorne a agredir”. Esta fala também é aplaudida. Uma das relatoras da sessão, que está ao meu lado, comenta: “E vamos gastar o nosso direito com ele?!”, em tom irônico. A votação ocorre. A supressão total da diretriz recebe 17 votos contra 12 pela manutenção, e três abstenções (Diário de Campo, 2004).

Esta diretriz suprimida não foi levada para a plenária final, uma vez que, na conferência nacional, o que fosse suprimido nos subgrupos não voltaria a ser votado. Importante esclarecer que havia mais de um subgrupo da mesma temática, portanto, o que ocorreu após a conclusão dos trabalhos dos subgrupos foi que as relatoras de cada um deles reuniram-se e compactaram as decisões tomadas. Quando havia diferença de decisão em um dos subgrupos, então a questão era levada para a plenária final. Isto veio

a ocorrer com relação à diretriz sobre os homens agressores. Porém, a supressão foi aprovada no final dos trabalhos.

Apesar disto, muitas mulheres se indignaram com esta decisão, comentando sobre o retrocesso que seria a retirada desta diretriz. Este argumento se relacionava com o fato de que havia experiências concretas deste tipo de trabalho que resultaram em ganhos para a vida das mulheres⁹⁰. Ou seja, o trabalho com os homens levaria à diminuição das desigualdades impingidas às mulheres. Entretanto, o argumento que se manteve como agregador da maioria das participantes foi o de que “este é um encontro de políticas para as mulheres e não um encontro de gênero, esta é uma diretriz positiva, mas não para um encontro feminista” (conversas com participantes da conferência, Diário de Campo, 2004). Essa assertiva aponta para a seguinte questão: o que é uma política feminista e a que ela se dirige? Na síntese, ao final do capítulo, procurarei trazer mais elementos analíticos a este tema.

c) ‘Ser mulher’, ‘posições de gênero’ e ‘posições de classe’

O momento de abertura da conferência emocionou muitas mulheres delegadas e observadoras ali presentes, ao mostrar em um vídeo as dificuldades e as formas de encarar as lutas cotidianas, por parte de mulheres, em diversos contextos. Dentre as imagens que apareceram, algumas traziam mulheres rurais em suas dificuldades no dia-a-dia, em torno do grande volume de trabalho, da distância dos centros urbanos, do isolamento, da pobreza e da fome. Também apareceram mulheres quebradoras de coco do nordeste brasileiro, mulheres negras no mundo urbano, bem como mulheres que conquistaram direitos no mundo público, vindo a ser reconhecidas pela sociedade civil em áreas como a educação, a política e a saúde.

Dentre alguns rostos, o de Raimunda, uma quebradora de coco do Nordeste, integrante do movimento de mulheres populares, ocasionou aplausos e gritos emocionados da audiência. Um pouco mais tarde, a própria Raimunda, em pessoa, sobe ao palco para receber uma homenagem, juntamente com outras mulheres escolhidas previamente. Sua luta e suas dificuldades parecem receber algum reconhecimento. Pelo menos naquela cidade das mulheres constituída em sua última versão, na cidade de Brasília, capital federal. Algumas vozes de mulheres próximas a mim ressaltavam que Raimunda era uma mulher “de verdade”,

⁹⁰ A este respeito duas organizações não-governamentais que trabalham com homens jovens e violência de gênero publicaram resultados da intervenção, no trabalho chamado “Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero” (ACOSTA et alli, 2004).

que representava as pobres e oprimidas do Brasil (Diário de Campo, 2004).

Este trecho acima revela questões em torno dos termos êmicos “condição feminina” e “condição de classe”. Ao primeiro está relacionado o sentido de especificidade de desigualdades vivenciadas por aquelas que são mulheres e, portanto, estão vivenciando uma condição com características a elas relacionadas. O mesmo acontece em relação ao segundo termo: a condição de classe impõe desigualdades em termos econômicos que, por sua vez, reverberam em tantas outras especificidades, tais como sociais, raciais, geracionais e de gênero.

Há uma interface entre os dois termos que demonstra diferenciações quanto às formas de pensamento e à colocação de temas prioritários pelas feministas. É a esta questão que pretendo debruçar-me neste tópico. O vídeo, organizado pela comissão preparatória do evento – as representantes governamentais – demonstrava uma linguagem de “revelação da pluralidade de discursos e sujeitos feministas atuais” (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004), ao mesmo tempo em que pretendia dar voz a alguns destes, através de uma homenagem pública. Esta homenagem, por sua vez, foi feita a diversas mulheres, de diversas posições de classe. Entretanto, foi a de Raimunda, e não de Zuleica⁹¹ (mulher em torno dos 80 anos, com uma vida pública de lutas pelos direitos das mulheres), que despertou forte emoção por parte da audiência presente à sessão de abertura da conferência nacional.

Raimunda, quebradora de coco, pobre, sem acesso à educação, saneamento, segurança, saúde. Uma mulher, dentre tantas outras, que pertencem a camadas pobres da sociedade brasileira. Esta mesma mulher apresenta, através das imagens de sua vida árdua, a importância da luta por melhor qualidade de vida. Este foi o argumento trazido por vários partidos de esquerda, desde a década de 1970, com a reabertura democrática no país. Ele aparecia em contraposição ao discurso feminista de desigualdade imposta pelas desigualdades de gênero. E os dois pareciam dissonantes em muitos momentos, visto que, muitas vezes, o discurso feminista ficava em detrimento do outro nas

⁹¹ Zuleica D’Alembert foi militante comunista, deputada de São Paulo, em 1947, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), chegou exilada ao Chile, no início da década de 1970, quando governava o presidente socialista Salvador Allende. Militou no movimento de mulheres e feminista, publicou vários artigos sobre os direitos da mulher (www.ua.es/up/pinochet/noticias/junio/05-junio-tercera5.html, www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/zuleica.htm).

estratégias de ação propostas pelas esquerdas brasileiras (GOLDBERG, 1989, GODINHO, 1998; SOARES, 1998).

Frente a esta aparente polêmica, lanço as questões: a condição feminina de desigualdade encontra mais legitimidade quando o ícone do feminino é uma mulher pobre? A posição de classe parece alcançar um *status* de maior legitimidade frente ao que vem a ser um movimento reivindicatório? Então, seria certo afirmar que algumas mulheres, e a representação que elas incitam, estariam carregadas de maior legitimidade enquanto sujeitos do feminismo, em detrimento de outras? A posição de Raimunda agrega não apenas as lutas das mulheres, ressaltando a importância e atualidade destas, mas antes, aproxima o discurso feminista do discurso de classe.

As perguntas lançadas acima são retóricas no sentido de fomentarem a possível desconexão entre discursos que deveriam ser complementares, pelo menos no cenário do plano utópico feminista. Percebo que há, por parte de redes feministas como a Marcha Mundial de Mulheres, um discurso no qual a pobreza aparece como questão prioritária. Na década de 1980, as lutas por creches e melhores condições de trabalho eram reivindicações do movimento de mulheres, as quais não se reconheciam como feministas. Ou seja, colocavam-se como mulheres na luta, entretanto, a condição de classe era a questão prioritária e não a desigualdade de gênero (GOLDBERG, 1989; TELES, 1999).

Esta questão é tratada nas Conferências de Políticas para as Mulheres através de um subgrupo temático. O que indica que a preocupação com as questões de classe continua a existir. Entretanto, um outro discurso, que percorre as falas das presentes nos espaços informais, parece não encontrar reverberação concreta: o de unir à desigualdade de gênero outras tantas tão importantes quanto são as de classe, raça/etnia e geração.

O ato de permanecer atentas à relação entre posição de classe e especificidade das lutas feministas pode apontar algumas ações, diretrizes e intervenções, em detrimento de outras⁹². Dessa forma, parece haver um exercício político de incluir a pluralidade de desigualdades, apesar das tensões e diversos matizes que esta decisão acarreta. Dentre elas, a questão da legitimidade discursiva na interface com a tensão entre os diversos segmentos, que aponta os espaços de poder conquistados por cada um destes no acesso a políticas públicas, bem como suas demandas específicas.

⁹² Efetivamente, diretrizes foram criadas de forma a contemplar a pobreza e o trabalho informal. Estas também se apoiavam no plano de confronto ao programa de ajuste estrutural fomentado pelos países de primeiro mundo (FRANCH et alli, 2001).

3.3.2.2. Questões políticas centrais

a) Equidade e Igualdade.

Um debate é travado na comitiva pernambucana, durante o intervalo da manhã do primeiro dia. Estou perto e assisto. Dentre as presentes, mulheres brancas e negras⁹³ estão discutindo sobre as especificidades das mulheres negras e nos direitos subjacentes.

Uma delas coloca que, se você tem igualdade você tem que ter equidade, pois equidade é equivalência. Equidade nos faz pensar nas especificidades, nos direitos específicos. “Nós mulheres somos todas iguais, então temos os mesmos direitos. Aqui, nesta conferência, temos os mesmos direitos. Mas, ao mesmo tempo, temos diferenças que nos levam a pensar nas questões específicas”. Uma mulher se apresenta como pertencente ao movimento negro e feminista e lança a pergunta às demais: se as questões específicas não são reveladas, como fazer? Esta questão não encontra resposta. As mulheres vão se dispersando aos poucos, sem prosseguirem na discussão (Diário de Campo, 2004).

Os termos equidade e igualdade funcionam como aporte para a discussão sobre políticas afirmativas. Estas aparecem como proposição de “diferença positivada”, ou seja, as diferenças existentes são reveladas e tornam-se a maneira sobre a qual políticas de equidade serão construídas. O movimento negro e, particularmente, as mulheres negras, foram as primeiras a exigir que a desigualdade específica – determinada pela posição racial – se fizesse presente através de ações políticas.

A “discriminação” sofrida torna-se, portanto, testificada por meio de leis de “discriminação positiva”. Ou seja, assume-se a discriminação publicamente e são construídas leis que tomam este caminho discriminatório como porta de acesso para territórios institucionais aos quais, tradicionalmente, este segmento não teria acesso. Criam-se as leis de cotas.

Estas leis, entretanto, são polêmicas e vêm causando amplo debate nacional. Os espaços da educação formais – as universidades públicas e as redes de pesquisadores – compõem-se de uma grande seara de apoiadores e opositores. Na conferência nacional, entretanto, esta questão não atravessou nenhuma polêmica, sendo apoiada pelas

⁹³ Eu as reconheço dessa forma, sendo que em seus discursos também há a sobredeterminação e a identificação dentro destas duas categorias raciais.

delegadas presentes. Além disto, as cotas foram ampliadas para outros segmentos do movimento feminista e de mulheres, tal qual ocorreu na Conferência Estadual de Santa Catarina. Entretanto, na conferência nacional não apareceram mulheres brancas, de camadas médias e heterossexuais protestando por espaços enquanto segmento, tal qual ocorrido na Conferência Estadual de Santa Catarina. Apesar disto, a temática da igualdade versus equidade revela-se como um tópico atual bastante polêmico, tendo em vista que tratar da diversidade dentro de um movimento amplo, como vem se configurando o feminista, é um desafio, colocado concretamente nos discursos das participantes da conferência nacional.

b) As interfaces de ocupação de um lugar de poder governamental

Pensar o campo feminista brasileiro e suas tendências implica em situar também a transitoriedade da ocupação destes espaços distintos. Estar em um espaço do movimento social não implica necessariamente em não estar nos demais. Ao mesmo tempo, há um diálogo interno ao campo que coloca a impossibilidade de ocupar, concomitantemente, um lugar de movimento social e governamental. Para as feministas dos fóruns de mulheres estaduais, este duplo vínculo evidenciaria uma não eficácia do processo democrático. Ou seja, fazer controle social, lugar de direito dos movimentos sociais nos espaços políticos democráticos, seria inviabilizado caso algum de seus sujeitos estivesse representando, ao mesmo tempo, um espaço governamental e um do movimento. “Ao governo devemos exigir direitos e políticas públicas justas, bem como acompanhar e avaliar suas ações. Este é o caráter de uma verdadeira sociedade democrática” (fala de delegada do movimento feminista na conferência nacional, Diário de Campo, 2004).

Muitas das feministas que faziam militância no movimento social se viram convidadas a ocuparem cargos nos poderes executivos, quando partidos de esquerda passaram a exercer funções de poder nos governos municipal, estadual e federal, na virada dos anos 1990 para os 2000. Agora, do outro lado das margens do rio, muitas delas situavam-se, para além disso, em uma “terceira margem do rio” posto que não deveriam mais assumir um discurso do movimento feminista, em função de serem do governo e não mais do movimento. Porém, este exercício parecia ser bastante difícil, motivo pelo qual diziam se encontrarem em um terceiro lugar: ao mesmo tempo em que passavam a responder às demandas do movimento como poder público, sentiam-se em

dever e desejo de militar no movimento. Também adicionavam a este posto a dificuldade de ocupar um discurso burocratizado, demarcador de ações nas quais o orçamento público direcionava tanto os discursos quanto as ações ideológicas.

Sair de um outro lugar que é o campo dos movimentos sociais e ir para o campo do poder público exige, dá um conflito de identidade primeiro, e exige uma readequação, porque começo a enxergar coisas que não enxergava desse lugar que estou. Na minha experiência pessoal é assim, é como se eu tivesse uma visão qualitativa dos processos das relações de poder, dos processos de exclusão. E hoje eu tenho uma visão quantitativa. Não sei até onde essa visão quantitativa não está influenciando também na minha percepção anterior, que era qualitativa, sobre as questões estruturais que produziam exclusão e sobre a dinâmica de relação social (coordenadora da Secretaria da Mulher de João Pessoa (PB), entrevistada em janeiro de 2006).

Se antes o olhar e o posicionamento sobre políticas públicas eram pautados pela ocupação de um lugar no movimento – “organizar para reivindicar” –, agora, o conhecimento gradativo do funcionamento da máquina estatal reorienta o olhar. Ao mesmo tempo em que o discurso governamental passa a ter maior legitimidade e poder de atuação quando aquela que ocupa o cargo tem um diálogo anterior com o movimento social, sair definitivamente do lugar da reivindicação para o da execução não parece ser tarefa fácil para aquelas que a aceitam. Rejeitar algumas reivindicações advindas dos movimentos sociais pode ser uma atividade mais cotidiana do que o esperado por muitas delas – militantes e “governantes”. Isto demonstra a complexidade das situações pelas quais estas mulheres passam, posto que “não existem soluções fáceis quando tantos matizes – pautas do movimento e pautas do governo – estão em jogo” (fala de delegada, na conferência nacional, Diário de Campo, 2004).

Leiam-se, por exemplo, os debates sobre aborto e sobre participação masculina nas conferências. Tornar a diretriz de descriminalização do aborto como lei não obteve o sucesso esperado, nos anos consecutivos à conferência, embora ações de órgãos gestores tenham sido realizadas (dentre elas, algumas do Ministério da Saúde, em 2006 e 2007, com relação ao atendimento ao aborto legal). Algumas instâncias governamentais executivas não se unificaram no sentido de apoiar esta reivindicação do movimento social. Neste caso, as feministas governamentais apoiavam a diretriz sobre o aborto, entretanto seu *lobby* não foi suficiente para alterar a máquina estatal de

coligações e coalizões do poder legislativo. Isto vem mostrar também a complexidade da própria esfera governamental que, por sua vez, não é homogênea⁹⁴.

Com relação à participação masculina, entretanto, não havia uma concordância entre as delegadas do movimento e as do governo. As feministas do governo, que organizavam o processo de conferências, estavam de acordo que “homens estratégicos” – ou seja, homens que ocupem posições politicamente estratégicas para os diálogos em prol da cidadania das mulheres – poderiam e deveriam participar das conferências. Assim foi que no processo final, em Brasília, os delegados e observadores presentes eram, em sua maioria, representantes do poder público.

c) Participação de homens delegados na conferência – políticas para mulher versus políticas de gênero?

A retomada deste tema, que surgiu em algumas conferências estaduais, acontece devido a dois pontos principais: a efetiva participação de homens delegados na conferência nacional, vindos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, e ao questionamento por parte de muitas delegadas sobre como se constituem as políticas para mulheres.

Por um lado, havia o entendimento de que existe uma diferença entre políticas voltadas, especificamente, para os direitos das mulheres e, por outro, as políticas de gênero que beneficiariam também os homens, ainda que indiretamente. Ou seja, as primeiras tratariam de salientar e modificar as desigualdades sofridas pelas mulheres, enquanto que as segundas “deixariam brechas para que os homens também se beneficiassem do processo das conferências para as mulheres, vindo a ter alguns direitos também garantidos” (Diário de Campo, 2004).

⁹⁴ “Nas legislaturas posteriores à constituinte de 1988, iniciadas em 1999 e 2003, respectivamente, foram enviadas 34 proposições sobre a descriminalização do aborto e acentuou-se a reação conservadora que, na realidade, já vinha emergindo na segunda metade do período anterior. É verdade que houve um breve hiato, em relação a essa manifestação, em que foram apresentados projetos de lei sobre a questão do aborto por malformação fetal. Mas aquela tendência voltou a se acentuar, inicialmente, como uma reação à discussão do aborto por anomalia do feto e, depois, diante das atividades da Comissão Tripartite e da apresentação do seu anteprojeto à Câmara – que, aliás, não chegou a ser votado. Ressalta-se que nenhuma proposta substantiva em relação à discussão do tema foi aprovada. Por fim, no âmbito da sociedade civil, pode-se destacar, nesse amplo período de 1989 a 2006, o maior envolvimento público dos atores políticos e sociais, historicamente comprometidos com o tema – o movimento feminista e a Igreja Católica – , sua ampliação com outros atores, o exercício de novas formas de atuação, a preocupação com seus respectivos discursos e a utilização da mídia como um instrumento político. Houve, sem dúvida, uma grande intensificação do debate” (ROCHA, 2006, p. 10).

Entretanto, este não era um consenso, posto que, para algumas mulheres delegadas e observadoras presentes na conferência nacional, a participação dos homens não era uma questão problemática, nem tampouco a definição de diretrizes que também os contemplasse.

Se, por um lado, havia homens presentes na conferência nacional que participavam e reivindicavam direitos específicos nas áreas de saúde, violência e educação (posto que eram advindos de espaços governamentais referentes aos temas que priorizavam e/ou do ministério público), sem causarem nenhuma interferência aparente no processo decisório da conferência⁹⁵, ao mesmo tempo, ocorreram fatos, nos quais alguns deles estavam presentes, que merecem ser analisados.

Em mais de um Grupo Temático, particularmente naqueles voltados para a violência e para a saúde, ocorreram alguns “contratempos” nos quais homens delegados estavam inseridos. Relatos de algumas delegadas, somados à minha própria observação em um dos grupos, mostravam que havia um discurso ambíguo em torno desta questão. Ao mesmo tempo em que os homens participavam “da mesma maneira que as mulheres” – intervindo na leitura das diretrizes, apoiando ou não, quando julgavam pertinente – ou seja, da maneira usual e esperada em uma conferência, este “modo” de participar também era questionado. Particularmente, um homem que não era delegado, mas observador, entrou e saiu de mais de um subgrupo temático porque foi solicitado que se retirasse, por parte da coordenadora do subgrupo. Segundo relatos, o mesmo estava “solicitando” a algumas mulheres delegadas presentes que alterassem algumas diretrizes que ele julgava pertinentes. Para aquelas mulheres que solicitaram sua saída da sala e do grupo de votação, aquele homem “estava utilizando o espaço e os direitos das mulheres, manipulando para que o que ele julgava pertinente entrasse nas diretrizes” (Diário de Campo, 2004). Mulheres observadoras também atuavam em articulação com as que eram delegadas, de forma que suas opiniões se presentificassem de alguma forma, apesar de não poderem, pelo regimento interno, votar? Sim, entretanto, as participantes relataram um incômodo quanto à forma de dialogar daquele homem com o subgrupo.

Após sua saída de uma das salas, houve “bate-boca” entre ele e as responsáveis pelos trabalhos daquele grupo. Este incidente causou vários rumores posteriores, nos

⁹⁵ Posto que, para muitas feministas contrárias à participação dos homens como delegados – representantes dos direitos das mulheres –, a própria presença dos mesmos poderia interferir no processo da conferência, no seu desenvolvimento e em sua conclusão (Diário de Campo, 2004).

corredores e espaços informais da conferência. De uma forma geral, comentava-se que aquele homem estava “passando dos limites” (Diário de Campo, 2004).

Outros homens observadores estavam presentes, inclusive um dos quais procurou participar do processo em Pernambuco e não pôde. Mesmo como observador, foi classificado por algumas delegadas como “alguém que interfere no processo ou um não-aliado”. Apesar da insatisfação daquelas delegadas, representantes do movimento feminista na conferência nacional, este homem obteve a possibilidade de participar como observador, advinda da comissão organizadora do evento, ou seja, de membros da própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Se o movimento social organizado não aceitava sua presença, havia, de maneira concomitante, feministas do governo que consideravam “necessária e fundamental” essa mesma presença. Uma das representantes do governo comentou, em diálogo durante a conferência, que não considerava a ida de homens delegados como uma questão problemática, mas que teve que tratá-la com prudência, posto que, em algumas conferências, as representantes do movimento feminista e de mulheres, foram terminantemente contra a participação de homens (entrevista a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, durante a conferência nacional. Diário de Campo, 2004).

Na conferência do estado do Amazonas também houve problemas neste sentido. Relatos de delegadas daquele estado indicavam que alguns homens homossexuais que trabalhavam com perspectiva de gênero foram retirados da conferência. O argumento era de que eles “não tinham vulva”, logo não poderiam participar. Porém um homem tetraplégico foi aceito. Ele era presidente de uma associação de deficientes. Elas não souberam explicar bem o porquê de um homem tetraplégico ter acesso a espaços feministas, apesar de “ser homem” e, portanto, enquadrado “fora” das políticas para as “mulheres”.

Este relato apontava para a separação no campo político entre mulher e gênero. Desta vez, o que chama a atenção é que o termo “mulher” é associado à política, enquanto que gênero é chamado de conceito acadêmico. “Gênero é uma coisa, mulher é outra. Gênero não é um conceito político. Ele é mais maleável que o conceito de mulher” (diálogo entre delegadas do Movimento Feminista do Amazonas e de Pernambuco, nos espaços informais da conferência. Diário de Campo, 2004).

De uma forma geral, houve na conferência nacional, em termos de temáticas, a preocupação de manter as diversas vozes trazidas das conferências estaduais. Dessa

forma, mantiveram-se as temáticas propostas no início do processo, pela própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ocorreu que algumas diretrizes internas a cada temática foram suprimidas ou alteradas. As diretrizes nas quais havia algum indicativo de ação junto aos homens constituíram os momentos mais polêmicos. Em contrapartida, a diretriz de descriminalização do aborto foi aprovada sem dificuldades. Fizeram-se presentes, mais uma vez, as questões de cunho político, tais como, identidade e legitimidade dos discursos e da representação feministas, bem como pluralidade de estratégias políticas, visto que já haviam aparecido na Conferência Estadual de Santa Catarina e em outras conferências, como as de Pernambuco e Amazonas. Estas discussões indicam um pensamento político feminista, sobre o qual são constituídas estratégias de articulação em prol de políticas públicas com formas discursivas específicas de diálogo e embate entre o movimento e o governo.

Se as conferências foram um espaço de confluência de discursos políticos entre o governo e o movimento feminista, um outro encontro reuniu governo e academia no mesmo espaço político. Esse foi o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências.

3.3.3. O Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências

Segundo o *site* da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências foi gestado durante meses, num diálogo com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, que envolveu outras 32 organizações governamentais e não governamentais. As participantes e os participantes deveriam pertencer, de alguma forma, a um núcleo de pesquisa sobre gênero e/ou mulher. Estes núcleos, em sua maioria, concentravam-se nas universidades federais ou estaduais, entretanto, outras universidades, bem como organizações não-governamentais, também possuíam o caráter de fazer e pensar pesquisas nas diversas áreas, com concentração nas questões de gênero.

Além disto, a realização desse encontro encerrou a primeira edição do Programa Mulher e Ciência, resultado da parceria com os ministérios supracitados. Constituíram este programa, além do encontro, o Prêmio Construindo a Igualdade de

Gênero e o Edital CNPq nº 45/2005 de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismo⁹⁶.

O encontro realizou-se no mês de março de 2006, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Mais de 200 núcleos de pesquisa, bem como 316 mulheres e 17 homens pesquisadores⁹⁷, estiveram discutindo sobre temáticas que tinham como objetivo “a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas e o fortalecimento das redes temáticas regionais e nacionais de núcleos de pesquisa, no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos”⁹⁸.

O encontro foi aberto, na noite do primeiro dia, com a cerimônia de entrega do 1º. Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – concurso de redações para estudantes do ensino médio e de trabalhos monográficos para estudantes do ensino superior e de pós-graduação – e com a divulgação dos resultados do Edital CNPq nº 45/2005 de apoio às pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Na mesa de abertura constavam as presenças da Ministra Nilcéia Freire da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministro Sérgio Rezende do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministro Fernando Haddad do Ministério da Educação e de Ana Falú, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Tinha-se, portanto, uma abertura formalmente política, no sentido de concretizar e anunciar aos presentes o diálogo existente entre os poderes públicos e as representantes de núcleos e redes acadêmicas de estudos em gênero e feminismo. Estes sujeitos buscavam dialogar sobre ações em políticas públicas voltadas para a relação entre o mundo da educação e da ciência e o de acesso a direitos das mulheres.

Talvez a característica mais importante deste encontro fosse indicar políticas públicas, em um diálogo dos poderes executivos federais com o campo acadêmico, através de intervenções diretas entre as participantes e de editais específicos de fomento à pesquisa na área de gênero. Porém, o encontro teve, antes de tudo, a intenção de construir “sugestões de medidas e ações” que contribuíssem tanto para a promoção do acesso a direitos das mulheres, quanto para o fortalecimento da área transversalizada

⁹⁶ Folder informativo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ano 2006.

⁹⁷ Memória 2003-2006 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, 2006.

⁹⁸ Idem.

(por estar presente em diversos espaços do saber, como saúde, ciências humanas e ciências exatas) de estudos de gênero, mulheres e feminismos⁹⁹.

Na manhã do segundo dia do evento, houve duas mesas de apresentação e debates. A primeira foi intitulada “Gênero e ciências no contexto nacional” e contou com a participação de Elisa Baggio Saitovitch, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); de Estela Aquino, do Núcleo de Estudos sobre Mulher e Gênero (MUSA)/Instituto de Saúde Coletiva (ISC)/Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); de Fanny Tabak da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). A mesa contou ainda com a coordenação de Hildete Pereira de Melo, do Núcleo de Estudos em Gênero e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense (NUTEG/UFF), e com a relatoria de Ary Mergulhão, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A segunda mesa chamava-se “Núcleos de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil: estratégias de institucionalização e produção de conhecimento”, com as integrantes Eva Blay, do Núcleo de Estudos em Mulher e Gênero da Universidade de São Paulo (NEMGE/USP); Joana Pedro, da Revista de Estudos Feministas (REF), sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Marlise Matos, da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM); e Margaret Lopes, dos Cadernos Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), como coordenadora; e Vera Soares, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), como relatora. As mesas apresentaram as faces atuais do contexto de pesquisa nacional e das mulheres neste contexto, bem como a situação dos núcleos de pesquisa e revistas sobre gênero e feminismo¹⁰⁰.

No período da tarde, as participantes e os participantes foram divididas(os) em grupos de trabalho para debate e indicação de políticas de gênero nas ciências. As temáticas foram: Grupo 1: Espaços de poder: participação das mulheres em conselhos e agência de fomento; Grupo 2: Mecanismos de exclusão e de inclusão das mulheres na consolidação das carreiras: como a questão de gênero perpassa a formação profissional; Grupo 3: Institucionalização dos núcleos e grupos de pesquisa e gênero; Grupo 4: Fortalecimento do ensino e da pesquisa de gênero e articulação com as redes de

⁹⁹ Folder do Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

¹⁰⁰ Encontro Pensando Gênero e Ciências, 2006.

pesquisa e agências internacionais; Grupo 5: Inclusão do tema gênero na formação do conhecimento, transversalidade e currículos; Grupo 6: Ciência e tecnologia como reservas masculinas; Grupo 7: Os espaços de circulação da produção: publicações, GTs de associações científicas; Grupo 8: Processos de avaliação da excelência científica e políticas de indicadores de gênero; Grupo 9: Fortalecimento do papel e da participação das mulheres cientistas; Grupo 10: Mulheres negras: acesso às carreiras acadêmicas e os estudos sobre a questão racial.

Participei do Grupo 7 que versava sobre espaços de circulação sobre produções científicas. O grupo era coordenado por dois representantes – um homem e uma mulher – de organizações não governamentais (Instituto PAPAI e SOS Corpo, ambos do estado de Pernambuco), sendo que o debate indicativo de ações e sugestões na temática eleita centrou-se nas publicações científicas universitárias, com grande ênfase para a experiência do estado de Santa Catarina. Neste estado, sua Universidade Federal, através dos Centros de Filosofia e Ciências Humanas e de Comunicação e Expressão, coordena um *pool* de ações acadêmicas na área dos estudos de gênero. Um grupo de professoras divide tarefas na publicação da Revista de Estudos Feministas, na organização do Encontro Internacional Fazendo Gênero, no Instituto de Estudos de Gênero, e na área de estudos de gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Dessa forma, as experiências desse grupo serviram como aporte para o relatório de atividades do Grupo 7.

Neste processo, podia-se perceber como a hibridez de discursos se fazia, ou seja, os grupos de trabalho tinham como objetivo construir “sugestões de medidas” e não “diretrizes de ações”, como nas Conferências de Políticas para as Mulheres. Entretanto, estas sugestões deveriam “indicar” e “fomentar” ações governamentais na promoção da relação entre gênero, mulheres e ciências (leia-se “ciências” como sinônimo de um fazer científico acadêmico). Esta hibridez também se fazia presente na forma de condução das atividades, que oscilava entre um debate, uma troca de experiências e uma composição de um relatório de indicação de políticas. A formulação de propostas se dava da seguinte maneira: algumas vezes havia a busca de precisão das palavras utilizadas, típica das conferências de políticas públicas, enquanto, em outras, esta preocupação não existia. Ou seja, na composição de uma idéia, cada uma das palavras algumas vezes causava polêmica, posto que os significantes deveriam coincidir, não possibilitando mais de uma interpretação. Sendo que, outras vezes,

pareciam não ter relevância, vindo a proposta a ser escrita sem maior preocupação de atenção e cuidado por parte do grupo.

Isto não foi observado nos debates do Grupo 9 (Fortalecimento do papel e da participação das mulheres cientistas), com relação a uma proposta específica: a gravidez e suas garantias trabalhistas para bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo relatos de algumas participantes, este item foi discutido com minúcias, ou seja, entendendo que cada palavra interfere na formação da sentença. Isto se deu porque uma divisão de opiniões se fez dentro do grupo e, mais tarde, no dia seguinte, na plenária de consolidação das sugestões de todos os grupos. De um lado, estavam as mulheres que julgavam necessário garantir os direitos de licença maternidade, para aquelas que engravidassem no período de realização de sua pós-graduação (mestrado ou doutorado) e que possuíssem bolsa de apoio à pesquisa. De outro, as que julgavam tal direito irrelevante, sendo um dispêndio para o Estado e para as universidades públicas.

Se são esperados, dos processos de encontros democráticos, a divergência de opiniões e o embate para dissolução das diferenças, neste caso, houve da audiência, em geral, incômodo e estranhamento com o teor – da existência de divergências – e com a forma como se conduziam os trabalhos pela mesa coordenadora. Explico-me: não apenas a argumentação divergente é reveladora das tensões do campo feminista, mas, neste caso, o local desta divergência específica – o Encontro Pensando Gênero e Ciências – tornou-se revelador das diferenças de cada seara feminista – academia, movimento social e governo – e suas formas específicas de compreender e lidar com algumas questões.

Algumas participantes começaram a comentar, em rumores na audiência, que estranhavam a forma de condução dos trabalhos em torno desta polêmica. Percebi que as mesmas procuravam, com isto, compreender melhor o teor do espaço do encontro: se este era um lugar de debates “aos moldes dos encontros feministas que trazem a voz e os desejos da militância”, se era um encontro de debates acadêmicos, portanto, de cunho interpretativo e contemplativo dos fatos, ou ainda, se era um espaço governamental de organização de políticas públicas. Ao que parecia, a expectativa geral oscilava entre estar em um *ethos* de encontros acadêmicos e estar em um espaço de diálogo com os poderes públicos, visando fomentos às pesquisas acadêmicas.

Entretanto, não é por acaso que o debate sobre direitos para as mulheres grávidas aparece e incomoda. Para muitas feministas que atuam no movimento social, a agenda de direitos reprodutivos é uma seara de embate antigo junto ao governo. Arelada à dificuldade de reconhecimento de que “o corpo das mulheres pertence a elas próprias” – no sentido de decidirem sobre a concepção, a contracepção e outras questões mais amplas, já garantidas pelo PAISM – está a questão macro estrutural da conjuntura sócio-política, na qual o neo-liberalismo é o regime de ações a ser seguido, e onde um desmanche de garantias trabalhistas vem acontecendo nos países em desenvolvimento (FRANCH et alli, 2001). Na pauta destes ajustes, os direitos sexuais e reprodutivos soam como peças incômodas.

Este espaço do cuidado e do gestar femininos também é indicativo de outros discursos de poder e ação. Na consecução das ações feministas, no século XX, a figura da mulher-mãe foi um ícone da demonstração das desigualdades que sofrem as mulheres. Por exemplo, na primeira metade do século XX, no Brasil, as mulheres eram chamadas a “apoiar o Estado brasileiro”, gerando jovens que defenderiam a mãe-pátria. A pátria era chamada de mãe, na busca de atrelar as cidadãs e os cidadãos às ações do Estado, detentor da ordem e do progresso da civilização brasileira (RAMOS, 2002).

Mais tarde, na segunda metade do mesmo século, uma das principais bandeiras de luta feministas, no debate entre movimentos sociais, governo e academia, era o de separação da figura da mulher como mãe. Neste período é que foi criado o PAISM, que tinha como objetivo central trabalhar a saúde da mulher integralmente, desatrelando a questão materno-infantil de sua primordialidade. A mulher, portanto, deveria ser compreendida para além de um corpo que gesta um outro ser.

No entanto, parece ter havido uma verdadeira “reviravolta” nas agendas atuais, já que aquelas mulheres que desejam engravidar ou adotar, ou que vêm a engravidar não intencionalmente, durante um período de trabalho acadêmico específico – o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado – ficam “descobertas” pela legislação brasileira de direitos fundamentais que outras mulheres possuem.

Existem, portanto, duas questões: o crescimento dos valores neoliberais e individualistas e a redução do papel do Estado, bem como, especificamente em relação à academia, a ideologia do produtivismo e do Tempo Médio de Titulação (TMT) se sobrepondo aos direitos.

Somado a isto, algumas mulheres próximas a mim na plenária diziam: “há o fato de que a maior parte das mulheres que realiza pesquisas de mestrado e doutorado está no período reprodutivo ‘mais ativo’”. Este argumento gerava desconforto por parte de muitas mulheres presentes na plenária final, na manhã do terceiro dia de trabalho. Do lado esquerdo da plenária, dividiram-se aquelas que apoiavam a criação desse direito específico e aquelas que não somente não apoiavam, mas que eram terminantemente contrárias. Colocavam que a pesquisa acadêmica não pode ser atrasada e que a garantia de um direito desta ordem poderia esfacelar o saber acadêmico, bem como os fomentos voltados a mulheres pesquisadoras. E mais: que esta questão não era legítima e que deveriam utilizar o espaço do encontro para questões mais pertinentes, de ordem político-acadêmica. Caminhei por toda a plenária, procurando perceber como se colocava a polêmica para aquelas pessoas que apenas ouviam, sem se pronunciar a respeito. Percebi que muitas estavam dispersas do processo de trabalho como um todo, mas que aquelas que escutavam e participavam pareciam se colocar ou a favor da proposta, ou sem posicionamento claro (Diário de Campo, 2006).

A proposta foi mantida como indicação, no documento oficial. Entretanto, houve bastante polêmica quanto a este item por haver necessidade de votação do mesmo. A argumentação da mesa de coordenação era de que não havia a possibilidade de realização de votação, visto que não era uma conferência de políticas e sim um encontro de debates. Porém, a votação foi realizada e a proposta foi colocada, tal qual segue abaixo:

Item 9. Promoção e carreira: Que as mestrandas e doutorandas tenham direito à “licença-maternidade” (gestação e adoção), ampliando, assim, o tempo para conclusão do curso de pós-graduação, assegurando-se o recebimento da bolsa respectiva nesse período. Brasília, 31 de março de 2006, 17 de abril de 2006. (BRASIL, Pensando Gênero e Ciência, 2006).

A “reviravolta” a qual me referi parece reverberar, visto que o documento final apresenta como indicativo a inclusão deste direito. Dessa forma, fica apontado o direito de exercício sobre o corpo e sobre os próprios direitos, o que aparece em outro documento oficial da mesma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, construído como resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Este fato aponta para como se dá o

encadeamento dos discursos que estão sendo produzidos nas diversas arenas de diálogo entre movimento social e governo e/ou academia e governo. Discutirei melhor sobre isso no final deste capítulo.

Outra questão que me chamou a atenção, bem como a de algumas participantes com as quais dialoguei durante o encontro, foi uma informação fornecida pela palestrante Elisa Baggio Saitovitch¹⁰¹, durante sua fala na mesa 1, “Gênero e ciências no contexto nacional”, intitulada “Visão pessoal de uma física latino-americana”. A mesma agradeceu em público a sua ajudante, uma mulher que cuidava de seus filhos para que ela pudesse continuar atuando no espaço público. Esta parte de sua fala não aparece no documento oficial publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Assim mesmo, interessou-me pensar sobre este momento, visto que ele vem reforçar um debate já existente, desde a década de 1980, pelo movimento feminista no país: o lugar das trabalhadoras domésticas. Até esta função se configurar na legislação trabalhista com remuneração e encargos garantidos por lei, as trabalhadoras domésticas ocupavam um espaço de representação no qual seu trabalho era mal remunerado e pouco visibilizado. Isto reforçava o argumento feminista de que o espaço doméstico teria menos valor, tanto simbólico quanto real, na sua relação com o espaço público. Por isto, politizar o privado tornou-se tão imperativo para o movimento feminista (ÀVILA, 2001).

Muitas mulheres que conseguiram alçar a carreira pública tiveram o suporte de outras mulheres cuidadoras. As trabalhadoras domésticas tornaram-se assalariadas, porém, as garantias trabalhistas não acompanharam a realidade empregatícia. Por exemplo, muitas delas ainda encontram dificuldade em ter a carteira trabalhista, apesar de terem esse direito assegurado há 25 anos. Não há dados regionais que quantifiquem o total de empregadas ou apontem a informalidade no setor. Mas, no país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cinco milhões de pessoas exercendo a função. Desse total, estima-se que pouco mais de 1,3 milhão, 26%, tenham

¹⁰¹ Pesquisadora titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (MCT), no Rio de Janeiro. Fez sua tese de doutorado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e três anos de pós-doutorado na Universidade Técnica de Munique. Trabalha em física experimental na área de materiais avançados e nanociência. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física, é coordenadora da área de física da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e ocupa cargo de chefia no CBPF.

a carteira profissional registrada, o que garante, entre outros, o direito à aposentadoria pela Previdência Social¹⁰².

A palestrante traz à tona uma tensão não resolvida ao assumir publicamente a sua necessidade de ter auxílio de uma outra mulher no espaço doméstico, de forma que ela pudesse ocupar cargos de poder públicos, crescendo em sua carreira acadêmica. Essa tensão trata da relação de menor valor ao espaço doméstico, em relação ao público. Fortalece, dessa forma, a ambigüidade existente no discurso de acesso ao universo público, posto que a ocupação do mundo privado continua sendo uma questão sem resposta favorável à concretização de um projeto de sociedade sem desigualdades de gênero. Este tópico não foi debatido oficialmente durante o encontro, sendo que se tornou fonte de debates nos seus momentos de *coffee breaks* e almoços, entre muitas participantes que ali se encontravam.

Outro ponto importante, discutido a partir das falas das palestrantes, foi o da territorialização dos espaços das “ciências duras” e das “ciências leves”. Enquanto que o primeiro espaço ainda é ocupado, em sua maioria, por homens, o segundo o é por mulheres. Dessa forma, muitas áreas específicas são desvalorizadas. Por exemplo, mais incentivos são fornecidos às ciências exatas, em detrimento das humanas. Foi discutido que há uma desvalorização das áreas nas quais as mulheres estão em maior número, ou seja, foi lançada uma avaliação a partir da categoria de gênero. Comentou-se que ainda existem desigualdades sim, e que estas podem ser mais visíveis através de exemplos como os citados acima, nos quais ainda há ocupação diferenciada por homens e mulheres, nas carreiras acadêmicas (Diário de Campo, 2006).

O terceiro dia do encontro iniciou com a apresentação da síntese geral das relatorias dos grupos de trabalho. Após isto, foi aberto um espaço formal para se definir sugestões de medidas e ações para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas. Além disso, também se pretendia apresentar sugestões que fortalecessem as redes temáticas, regionais e nacionais e de núcleos de pesquisa no campo de estudos das relações de gênero¹⁰³.

¹⁰² Em algumas cidades do país as trabalhadoras domésticas possuem sindicato e, além disto, muitas delas militam em fóruns de mulheres, na busca de ampliação da pauta de reivindicações (Diários de Campo, 2003 e 2004).

¹⁰³ Folder da Programação Oficial do Encontro Pensando Gênero e Ciências, 2006.

Neste mesmo dia, houve espaço formalizado, após a leitura dos trabalhos de grupos, para apresentação de moções. Estas são formas discursivas típicas de conferências de políticas públicas ou de encontros de movimentos sociais em geral. O fato de elas aparecerem no documento oficial e de terem um espaço no fechamento dos trabalhos de relatoria dos grupos é mais um exemplo da peculiar ambigüidade que foi marca deste encontro: a de apresentar uma linguagem tanto acadêmica quanto política, que confundia, muitas vezes, o direcionamento dos trabalhos pelas participantes. Dentre as moções aprovadas no documento oficial apareceram apenas três: duas moções de repúdio – uma delas à demissão de professores da PUC/SP por motivos ideológicos, e a outra criticando o tratamento sexista dos parlamentares do Senado Federal, durante a argüição da Ministra Ellen Greice – , duas moções de apoio – uma à realização regular do Edital CNPq nº 45/2005 do Programa Mulher e Ciência, e a outra recomendando a aprovação do projeto que tramita no Congresso Nacional sobre política de ações afirmativas nas universidades – , e uma moção de pesar – pela morte de Ana Montenegro, advogada, escritora e feminista, com uma história dedicada à luta das mulheres no Brasil¹⁰⁴.

Entretanto, além destas moções, houve uma outra que não constou do documento oficial final, a das lésbicas. Denominando-se enquanto segmento e tendo a insígnia de apoio da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), algumas mulheres subiram ao palco onde se encontrava a mesa central de coordenação dos trabalhos e leram seu pedido de que constasse no documento oficial o termo “orientação sexual”, ao lado do termo “gênero”, sempre que este fosse citado. A polêmica que se criou em torno disso levou a uma votação por parte da plenária de participantes, com supressão da mencionada proposta de moção. Este fato traz a peculiaridade de revelar uma tensão entre movimento e academia. Enquanto, para o movimento de lésbicas feministas ali presentes, tornara-se imprescindível a visibilidade política que o uso do termo “orientação sexual” teria no documento (assim como ocorreu na conferência de Santa Catarina), havia, para aquelas que votaram contra a moção, a convicção de que a única visibilidade que deveria ser centralizadora era a dos termos “gênero” e “mulher”. Além disto, a forma como o diálogo se manteve revelava claramente uma “luta”, por parte das lésbicas, em manter sua moção, o que lembrava bastante a forma de colocação de

¹⁰⁴ Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Pensando Gênero e Ciência: Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, 2006, 104 p.

propostas em conferências políticas ou em encontros do movimento. Entretanto, com relação àquela moção, a linguagem que imperou foi a político-acadêmica, para a qual a temática de concentração, denominada “estudos sobre gênero e mulher”, deveria ser mantida.

Os indicativos de políticas acadêmicas em gênero, mulheres e feminismo foram relatados, meses mais tarde, em documento oficial da Presidência da República em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, intitulado *Pensando Gênero e Ciências: Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa em Gênero, Mulher e Feminismo*, 2006. Ele seguiu, de uma forma geral, a linha de apoiar e indicar maior fomento às pesquisas na área, bem como às redes, publicações e núcleos de pesquisa. Além disso, indicou a criação de uma disciplina sobre relações de gênero nos currículos de cursos universitários e o fortalecimento das ações curriculares existentes na educação brasileira como um todo.

3.4. Sintetizando...

Em suma, neste capítulo procurei trazer a imagem da espiral relacional, na qual localizo as esferas feministas (movimento, academia e governo). Essa imagem indicou, analiticamente, a escolha por compreender o campo feminista e suas esferas se inter-relacionando para além de formas bidimensionais. Ou seja, tentando sair das dicotomias para uma abordagem da complexidade do campo.

O espaço, que estou denominando governamental dentro do campo feminista, possui um diálogo constante com os demais, particularmente na atual conjuntura nacional, com a realidade do governo federal do PT que trava uma relação peculiar com os movimentos sociais e com a academia. Além disso, ele se compôs, particularmente, como resposta às demandas e ações advindas, sobretudo do movimento feminista, mas também da academia, que passaram a conquistar, paulatina e principalmente, um espaço junto ao governo executivo federal.

Longe de ser homogêneo, o espaço do governo revela ambigüidades e distinções próprias a essa esfera: discursos específicos, representatividades e ações que levam à constituição de diretrizes que, por sua vez, podem acessar direitos. Este

fenômeno revela, uma “judicialização” das lutas, das demandas e das idéias feministas, particularmente nesta esfera. Simone Becker (2008), em recente tese defendida sobre as verdades que o poder judiciário constitui, faz comentários sobre os regimes dessas verdades que, cada vez mais, o Estado brasileiro acessa, a partir de uma linguagem e ações que tomam o saber e o poder judiciário como suporte. Aqui, ao que me parece, ocorre o mesmo evento: o Estado como espaço a ser, necessariamente, ocupado e democratizado pelo campo feminista, principalmente a partir do modelo participativo, passa a ser ocupado através de uma “judicialização” das buscas e acessos a direitos.

Além disso, os discursos específicos dos diversos segmentos e a produção de legitimidade discursiva revelam algumas das tensões em se participar de um processo de constituição de políticas públicas. Nestes casos, aparecem as distinções internas de cada segmento do movimento feminista. Além disso, também aparecem reivindicações das acadêmicas, tanto com relação à necessidade de um encontro específico, quanto pelos debates internos dentro deste.

Além da busca por legitimação nas questões políticas, a esfera governamental alinhava questões em torno dos sujeitos políticos feministas. As negras, as indígenas e as lésbicas foram aquelas que galgaram maior visibilidade, lançando polêmicas em torno da participação, da representação e da legitimidade. Os homens, que foram tema de embate desde a preparação para todo o processo das conferências (pré-conferências, conferências municipais, regionais, estaduais e nacional), alçaram sua participação como delegados, em alguns estados, sendo vetados como tal na conferência nacional, em Brasília. Esta busca levou-me a questionar alguns “desenhos” que identifiquei no feminismo no governo. Os homens forjaram uma linha tênue entre a participação e a exclusão, sendo comentada a necessidade e o veto dos mesmos como delegados ou observadores, ao longo das conferências. Esta “aparente polêmica” revela que a relação entre sexo e gênero continua sendo um elemento forte na decisão de formulação e aprovação de políticas feministas, já que, aqui, feminismo aparece como sinônimo de “mulher”.

A aproximação com as políticas públicas não se fez somente com a participação efetiva nos encontros governamentais, mas também através da ocupação de lugares na máquina governamental, por parte de mulheres engajadas com as “causas feministas”. Portanto, “estar no governo” já altera a relação com esta esfera, visto que

ela deixa de ser o “outro distante” para ser apropriado, paulatinamente. Nessa trajetória, as mulheres das três esferas aprenderam a se relacionar com esse “sujeito interlocutor”, aliando-se ou, às vezes, confrontando-se (NASCIMENTO et alli, 2005), a partir de seus lugares discursivos.

Além do relatado acima, com relação ao Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências o que apresentei foi no sentido de evidenciar como a prática política está inserida no campo acadêmico, ampliando uma noção dos termos política-acadêmica, teórico-político, militância e ciência (engajada). Este debate revelou de forma introdutória a tensão entre teoria e política e sobre militar na academia, que são debatidos sucintamente no capítulo seguinte, sobre a esfera acadêmica feminista. Passemos a ele.

04. A esfera acadêmica feminista: tensões entre teorias e práticas, saberes e políticas.

O foco deste capítulo é discutir sobre o que defino como esfera acadêmica do campo feminista brasileiro. Esta é a terceira esfera do campo feminista, sobre a qual me debruço neste momento. Além disto, é aquela na qual me encontro mais mergulhada. Ao contrário das demais esferas – particularmente a do movimento, com as quais fui exercitando o deslocamento gradativo necessário ao estranhamento do campo de pesquisa familiar (VELHO, 1985) –, no âmbito acadêmico este distanciamento não foi possível. Na medida em que escrevo a tese, os “trejeitos de pesquisadora” permanecem.

Composta por relações políticas e de saber, na qual as disputas pela hegemonia no campo científico são as molas propulsoras¹, alguns questionamentos vão apontar para especificidades desta esfera dentro do campo feminista, dentre estas, o lugar dos estudos feministas no campo científico, a interface entre o saber disciplinar e os saberes interdisciplinares, e entre fazer militância e estar na academia, revelando a tensão entre saber científico e prática política. Estas dinâmicas, à primeira vista, dicotômicas e ambivalentes, apontam, por sua vez, elementos para uma questão mais ampla: a necessidade da compreensão dos conceitos não como opostos, mas como interdependentes, estando, necessariamente, em tensão (SCOTT, 2005), revelando a pertinência dos conflitos nas relações de saber e poder (MOUFFE, 1999b; FOUCAULT, 1985)².

Argumentarei que o discurso acadêmico trabalha com uma “aparente dicotomia” entre o que é produzido teoricamente e seu impacto político. Os embates desta esfera dão-se em dois movimentos. Um, de dentro do campo científico, na relação entre a produção acadêmica feminista e as demais; enquanto que o outro se faz no deslocamento das tensões internas à academia para o diálogo (in)tenso e denso com o movimento feminista e o governo. As relações entre saber e poder discutidas por Michel Foucault³, e posteriormente desenvolvidas por teóricas feministas como Judith Butler (2003), Chantall Mouffe (1999a e 1999b) e Rosi Braidotti (1989) serão aporte para o

¹ O campo científico configura-se a partir de campos de força de teorias em tensão, disputas por financiamento e por pesquisas, dentre outras.

² Uma outra questão, que não é o foco central deste trabalho, é se existe uma ciência e uma epistemologia feminista. Em caso afirmativo, se é possível fazer uma ciência feminista e em que moldes e perspectivas.

³ Sobre epistemologia das ciências humanas, ver FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas - uma arqueologia das ciências humanas, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

debate da tensão na constituição de políticas e teorias, tendo em vista que o acesso feminista à academia é fruto de ações do movimento político⁴. Esta co-relação também aponta para uma crítica voltada para a própria origem e constituição dessa esfera, desenvolvida por Joan Scott (2002 e 1995). A autora argumenta que a única possibilidade de se fazer uma história do feminismo é através de uma história feminista. Dessa forma, a reflexão se encaminha para a existência ou não de uma ciência e de uma epistemologia feminista⁵, uma das especificidades da esfera acadêmica. Esses tópicos serão desenvolvidos, tendo como referência os encontros acadêmicos feministas brasileiros, nas décadas de 1990 e 2000. Eles se apresentam enquanto *pólis* (Wittgenstein, 1991) nas quais evidenciaram-se formas de agir nos mundos acadêmico e feminista brasileiros contemporâneos. A partir deles farei considerações descritivas e analíticas sobre o feminismo na academia, iniciando com a natureza dos encontros acadêmicos feministas e sua importância no campo feminista, de modo geral. Estou a par das limitações de minhas escolhas metodológicas, como já aponte na introdução desta tese, e julgo necessário salientar que reconheço que o campo feminista acadêmico vai além do que é produzido nos encontros. Porém, considero que a produção nestes espaços ultrapassa os segregacionismos que o modelo universitário – dividido em departamentos e com incumbências que estimulam o não compartilhar das atividades das profissionais – impõe, de forma tal que permite o diálogo e a insurgência de tensões, conflitos, debates, enfim, que no cotidiano não apareceriam. Além disso, os encontros são espaços fundamentais no sentido das políticas e da produção teórica, questões centrais para o objetivo desta tese.

Para empreender este percurso divido o capítulo em três momentos. No primeiro, busco discutir o contexto de formação da esfera acadêmica feminista no Brasil, a partir do diálogo desta esfera com a do movimento feminista, bem como da condição de possibilidade de ocupação profissional do mundo público pelas mulheres, no século XX. Descreverei a constituição do âmbito acadêmico brasileiro a partir da segunda metade do século XX, apresentando os encontros, as revistas, os núcleos, os Grupos de Trabalhos (GTs) de associações e outros espaços que a caracterizam.

No segundo momento tomo algumas teóricas feministas como interlocutoras para discutir sobre o campo da ciência e suas interfaces com os estudos sobre gênero,

⁴ Visto que o movimento feminista permitiu acesso ao mundo público e a conseqüente chegada à academia, por parte das mulheres, seja como estudantes ou como profissionais (SARTI, 1988).

⁵ Autoras norte-americanas como Sandra Harding (1996) e Evelyn Fox Keller (1997) debatem sobre este tema.

mulheres e feminismo. Tópicos como “mulheres nas ciências” e o debate sobre a possibilidade de existência de uma ciência e de uma epistemologia feminista serão trazidos para o diálogo⁶. Essa contextualização inicial servirá como base para a terceira parte deste capítulo: os encontros nos quais realizei pesquisa de campo, nos anos de 2005 e 2006, e aos quais detenho-me com mais detalhamento por terem a característica de dar visibilidade à dinâmica, às principais discussões e às tensões da academia: o Seminário Internacional – Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina⁷; e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 7⁸. Tomo como aporte para o debate dois outros encontros, que aconteceram entre as décadas de 1980 e 1990, sobre estudos de mulheres e gênero, por anunciarem o desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil: o Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil – Avaliação e Perspectivas⁹; e o I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero¹⁰.

4.1. A esfera acadêmica feminista brasileira

Neste tópico destaco a formação do campo de estudos de gênero e mulheres no Brasil, no século XX, ressaltando de que maneira ele se constitui e se consolida além de suas articulações com o movimento feminista e com as políticas – educacionais e de fomento à pesquisa, através dos espaços de pesquisa e extensão.

4.1.1. Contextualizando: as tensões dentro do campo das teorias e dos estudos feministas e de gênero

Historicamente, discutir sobre a condição de desigualdade foi algo que as mulheres ocidentais realizaram. Este impulso veio a reboque de dois grandes

⁶ Utilizando também literatura nacional, através da coletânea dos Cadernos Pagu sobre gênero, ciências e história (LOPES, 2000) e publicações do Grupo de Gênero e Tecnologia (GETEC) da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), coordenado pela profa. Dra. Marília Carvalho.

⁷ Para tornar mais clara a leitura, refiro-me ao Seminário Internacional por este título, entretanto, o mesmo acolheu, dentro de sua estrutura, mais alguns encontros importantes de Redes Feministas: VII Encuentro de Centros y Programas de Estudios de la Mujer y de Gênero em Instituciones de Educacion Superior de América Latina y El Caribe; V Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM); XII Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR); e XI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero.

⁸ Realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em sua sétima versão.

⁹ Em novembro de 1990, em São Roque, SP, organizado pela Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford.

¹⁰ Nos dias 25 e 26 de março de 1991 na Universidade de São Paulo, organizado pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (NEMGE), da Universidade de São Paulo (USP).

momentos: (1) o mundo moderno e sua condição humana que propunha valores como liberdade e igualdade para todas as cidadãs e todos os cidadãos, e (2) as posições de mulheres que foram viver no mundo público sob as conseqüências desse deslocamento (SARTI, 1988; SCOTT, 2002; PINTO, 2003).

Tinha-se, portanto, no intervalo de 1970 a 1980, as tensões entre mundo privado e mundo público, onde a palavra de ordem “nosso corpo nos pertence” aparecia como princípio máximo de luta contra a desigualdade subjetiva que era objetivada nos corpos de mulheres cidadãs e que como tal exigiam a liberdade de participarem do mundo público (AQUINO & ADRIÃO, 2006). Nesse contexto, ocorre a politização do espaço privado como conseqüência das lutas dos movimentos de mulheres – novos discursos, novas práticas sociais. No Brasil pós década de 1980, os reflexos podiam ser vistos através de avanços como mudança de legislações que colocavam o lugar da mulher na família como subjugado ao dos homens, seus maridos; leis que regulamentavam o aborto legal e formas de legislar que possibilitavam às mulheres em situação de violência recorrer a redes de apoio, tais como delegacias especializadas, casas-abrigo e centros de assistência psicossociais¹¹.

Estes avanços, apontados pelas feministas, foram fruto de esforços contínuos de mulheres que se engajaram em trabalhos em grupos de discussão e formação de fóruns de articulação, bem como de mulheres que circulavam no mundo acadêmico e produziam sobre esta temática, em um contínuo onde militância e academia se nutriam mutuamente. Nas universidades brasileiras, portanto, muitas mulheres acadêmicas das áreas de saúde e ciências sociais e humanas iniciaram estudos sobre as mulheres e suas condições de desigualdade, os quais se respaldavam na “questão da especificidade”, ou seja, que as mulheres têm particularidades que as tornam “diferenciadas” dos homens, desde sua constituição subjetiva, até a vivência nos espaços de trabalho. A este momento costuma-se chamar de período dos “estudos sobre mulheres” (AQUINO & ADRIÃO, *idem*)¹².

¹¹ Tais quais discutidos nos capítulos anteriores desta tese. Além destes, há diversos textos de autoras nacionais que discutem essa relação de passagem dos estudos de mulheres para os estudos de gênero e que destacam a inserção das conquistas na república democrática, por parte do movimento de mulheres e feministas, e as mudanças sociais que estas vieram a provocar (SCOTT, 2002; BARSTED, 1994, dentre outras). Além disso, também apontam para a crescente preocupação dos estudos acadêmicos com estas questões. A esse respeito, detenho-me ainda neste capítulo.

¹² Sobre esta reflexão, trazida até o momento atual, ver texto de Miram Grossi e Luzinete Minella “A revista de estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil”. In: REF, vol 12,

Paralelamente e retro alimentando estes estudos, não sem conflitos, em uma relação (in)tensa, as feministas que faziam militância estavam lutando por melhora na qualidade de vida das mulheres, através de bandeiras de luta que se respaldavam em buscar algo que unisse todas as mulheres em torno de suas desigualdades¹³. Ou seja, a discussão entre universal e particular, tomando as questões entre igualdade e diferença de gênero faziam-se presentes em ambos os espaços de produção.

A partir dos anos 1970, as estudiosas feministas (RUBIN, 1975; ORTNER, 1979[1974]; ROSALDO, 1993[1981]) começam a utilizar o conceito de gênero, passando a tratar de maneira relacional as pesquisas e estudos sobre o tema. Em várias universidades norte-americanas, passa-se a denominar os antigos “estudos sobre mulheres” de “estudos de gênero”. Já no Brasil, os estudos de gênero ganham importância a partir da década de 1990. Tido por muitas autoras como avanço teórico importante que desloca os estudos “sobre mulheres, para mulheres e por mulheres” para estudos relacionais, estes vêm tratar da compreensão da relação entre os sexos, ampliando as diferenças para uma perspectiva sócio-cultural e histórica, em que coexistem outros marcadores sociais de diferenças tais como raça, geração e classe social. Na busca por compreender a interface entre a categoria gênero e sua importância para o feminismo, através de um questionamento do próprio conceito; na discussão em torno da crise do sujeito político em geral; e na desnaturalização e diminuição da reprodução das categorias de dominação, o feminismo passa a ser tratado por teóricas brasileiras e anglo-saxãs, mais claramente como um conjunto de teorias, que podem implicar em um debate no campo teórico em uma relação intrínseca com o campo político. Nestes termos, o debate também se insere a partir das tensões entre igualdade e diferença, partindo do ponto de vista de que há uma “diferença sexual” (SCOTT,

Florianópolis, set/dez. 2004. Neste artigo as autoras discutem, dentre outros pontos, sobre os estudos feministas e de gênero, tomando estes enquanto um campo híbrido no qual pesquisas sobre mulher, feminismo, homens etc., vão coexistir.

¹³ Houve uma reestruturação da perspectiva intelectual ocidental a partir do surgimento de um movimento de mulheres autônomas que, em muitos aspectos, trabalhou junto com a nova esquerda, desde a década de 1960, enfocando experiências concretas das mulheres nas culturas, na sociedade e na história. As várias correntes feministas constituídas tinham como ponto convergente a defesa dos direitos iguais para homens e mulheres, aliada ao compromisso de melhorar a condição das mesmas na sociedade. Além desta máxima, as correntes teóricas e movimentos se desenvolveram também a partir de experiências diversificadas de “opressão feminina” relacionadas a uma crença ou visão de mudança social. Estas doutrinas, sistemas de valores e ações práticas retratam a pluralidade do movimento feminista em sua busca por transformações na condição da mulher (SARTI, 1988) que, por sua vez, pôde ser observada também na esfera acadêmica, tanto do ponto de vista das carreiras das pesquisadoras mulheres, quanto das pesquisas por elas desenvolvidas (COSTA & BRUSCHINI, 1992).

2002) que coloca as mulheres em situação de desigualdade social, econômica e cultural. Esta diferença é tomada como paradoxal (SCOTT, idem), visto que aproxima e distancia, de forma ambígua, o alcance das conquistas e derrotas feministas no campo político e também no acadêmico.

4.1.1.1. O feminismo no contexto geral do campo acadêmico

O debate iniciado acima serve de aporte para compreensão das formas pelas quais se organizou o campo de estudos de gênero e feminismo no Brasil. Foi a partir da relação reflexiva entre a produção dos estudos de gênero, mulheres e feminismo, e o diálogo desta com as ações do movimento feminista e das políticas públicas, que importantes articulações se fizeram configurando redes de pesquisa, grupos de estudos e revistas científicas que, por sua vez, se apresentaram como importantes espaços de discussão e reflexão para o campo feminista.

A academia brasileira, como um todo, guarda como especificidade o fato de que sua produção ainda é massivamente fruto das instituições universitárias federais, com raras exceções, como é o caso das PUCs¹⁴. Esta realidade vem se alterando, nos últimos anos, com o crescimento de universidades privadas, mas principalmente pela forma de regular, avaliar e controlar (além de financiar) o nível de eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão, por parte dos órgãos federais Capes e CNPq.

O CNPq está subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federativo do Brasil. É um órgão de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento das ciências no país¹⁵. Financia bolsas para professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), além de periódicos e revistas acadêmicas. Portanto incentiva a pesquisa no país.

A Capes pertence ao Ministério da Educação (MEC) e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados da Federação. As atividades da Capes podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica;

¹⁴ Para maiores informações ver o site do CNPq - www.cnpq.br, última visita em 14 de fevereiro de 2008.

¹⁵ Idem.

investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e promoção da cooperação científica internacional¹⁶.

Como referi acima, há uma avaliação dos diversos Programas de Pós-Graduação através de um ranqueamento. Este é realizado através de comissões de profissionais escolhidos por área de conhecimento e leva em consideração a produção individual de cada pesquisadora e dos diversos núcleos de pesquisa que compõem os programas de pós-graduação. Um dos elementos criados para esta finalidade é o Qualis – ranqueamento de revistas e periódicos científicos – e a Plataforma Lattes.

A Plataforma Lattes é “um conjunto de sistemas computacionais do CNPq que visa à compatibilizar e integrar as informações em toda interação da agência com seus usuários. Seu objetivo é aprimorar a qualidade dessas informações e racionalizar o trabalho dos pesquisadores e estudantes no seu preenchimento”. Resultado do esforço conjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)¹⁷ e da Capes/MEC, a Plataforma Lattes constitui um importante passo para a integração dos sistemas de informação das principais agências de fomento do país, antiga demanda da comunidade científica e tecnológica. Atualmente, fazem parte da mesma os diretórios dos grupos de pesquisa, o sistema de currículos das diversas pesquisadoras, um diretório de instituições acadêmicas e o Sistema Gerencial de Fomento e Formulários Lattes de propostas. O nome da plataforma é uma homenagem ao pesquisador Cesare Lattes¹⁸. Um ponto que considero positivo desta ferramenta é que permite a qualquer usuária e usuário da internet acessar a produção, a avaliação e o encaminhamento dos recursos para pesquisa pelos órgãos federais e pelas universidades federais também, visto que o mesmo é um documento de

¹⁶ www.Capes.gov.br, última visita em 14 de fevereiro de 2008.

¹⁷ A FINEP, segundo ela própria “é uma empresa pública vinculada ao MCT. Foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Posteriormente, a FINEP substituiu e ampliou o papel até então exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), constituído em 1964 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Sua missão é “promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas ou privadas, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do País” (www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/a_empresa.asp?codSessaoOqueeFINEP=2, última visita em 19 de fevereiro de 2008).

¹⁸ www.lattes.ufba.br, www.lattes.cnpq.br, última visita em 14 de fevereiro de 2008.

domínio público. Ao possibilitar uma participação cidadã, por um lado, não deixa de entrar em uma lógica produtivista, por outro, na qual cada pesquisadora e pesquisador devem se enquadrar. Portanto, questiono os meios de desenvolvimento e acesso a fomentos das diversas áreas, bem como das pesquisas, visto que a autonomia de cada pesquisadora e de suas pesquisas, bem como dos núcleos e programas está, de certa forma, alienada de uma autonomia que se restringe na exata medida do acesso a fomentos.

Neste panorama nacional, o campo de estudos feminista e de gênero se encaixa, sem ser, no entanto, reconhecido como uma área específica. A Capes reconhece como área apenas os cursos disciplinares, acrescidos de comitês multidisciplinares. Estes incluem Câmaras de Meio Ambiente e Agrárias, Câmara de Engenharia / Tecnologia / Gestão, Câmara de Saúde e Biológicas, Câmara de Sociais, Aplicadas e Humanas. Na Plataforma Lattes, na página do CNPq, “Estudos de Gênero” é denominado como uma palavra-chave.

Houve um *lobby* de algumas pesquisadoras e pesquisadores feministas para que gênero se constituísse uma subárea dentro de suas áreas disciplinares, porém este não veio a ocorrer. Dentro do próprio campo acadêmico feminista esta questão não é consensual, visto que muitos preferem que o gênero seja transversalmente utilizado nas diversas disciplinas, caracterizando, de certa forma, um viés interdisciplinar.

Dentre as especificidades do campo acadêmico feminista está a relativa aos financiamentos para pesquisa e intervenção. Não apenas instituições federais apoiaram o mesmo. Fundações como a Carlos Chagas, coordenaram editais com apoio financeiro de fundações internacionais como a Fundação Ford e a Fundação Mac Arthur, ambas com sede nos Estados Unidos. Existiu e ainda existe, portanto, um roteiro de uma agenda de pesquisa com itinerário temático, principalmente na formação do campo de estudos feministas brasileiros. Assim foi que temas como saúde sexual e planejamento familiar foram temáticas estimuladas na década de 1980, passando para as questões de gênero e suas correlações na década de 1990 e, depois, para os estudos em masculinidades¹⁹. Nos anos 2000, os financiamentos externos foram diminuindo, gradativamente, tendo em vista a ida para outros países em desenvolvimento, como é o caso da África, e da política colonialista dessas financiadoras, enquanto que os

¹⁹ Desenvolvo esta idéia ao longo do capítulo.

financiamentos internos foram aumentando, inclusive como reflexo de políticas públicas e ações de órgãos gestores nacionais, como é o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres, bem como do diálogo dessas com o movimento feminista e das ações do mesmo²⁰.

O campo acadêmico feminista, portanto, veio se consolidando desde a década de 1980, através de reuniões em grandes encontros acadêmicos por área, formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho em encontros, constituição de periódicos e redes nacionais e regionais, bem como encontros interdisciplinares em gênero e feminismo. A esses darei atenção nas próximas páginas. Depois, detenho-me mais detalhadamente aos encontros nacionais em gênero e feminismo nacionais, analisando a esfera acadêmica feminista a partir dos mesmos.

As reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na década de 1980, serviram como espaço de debates para as feministas que começavam a construir um campo de saber científico sobre a “condição da mulher”, nas diversas universidades e centros acadêmicos do país. Estas eram mais orientadas em torno das disciplinas das ciências sociais e humanas, letras e literatura, e da área da saúde pública²¹. Neste cenário, importantes pesquisas foram desenvolvidas por mulheres que se tornariam as pioneiras na criação e, mais tarde, na consolidação de núcleos de pesquisa sobre mulheres (e, depois de uma década, sobre relações de gênero) em diversas universidades do Brasil²². Antes desse período de formação dos núcleos e crescimento das pesquisas, um dos marcos da produção intelectual sobre mulheres no Brasil foi a tese de Heleieth Saffioti, em 1967, que teve orientação de Florestan Fernandes e foi publicada com prefácio de Antonio Candido – dois ícones do pensamento intelectual no Brasil, na segunda metade do século XX. Um estímulo para as pesquisas nos anos 1980 foi o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre a mulher, promovido pela Fundação Carlos Chagas e financiado pela

²⁰ Este debate foi tratado no capítulo anterior, sobre as políticas governamentais, e será tema novamente nas considerações finais da tese.

²¹ Além disso, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) foi palco de vários debates na área (AQUINO & ADRIÃO, 2006).

²² Criam-se núcleos de estudos sobre mulher em universidades de oito estados brasileiros e sua presença em associações e reuniões científicas, ainda na década de 1980 (SARTI, 1988, p. 44). Apesar do crescimento e da importância destes estudos na academia, a tendência a uma “guetização” apresentava-se como uma das maiores dificuldades (COSTA et alii, 1985).

Fundação Ford, de 1978 a 1998²³. GTs de associações como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de Pesquisa em Letras (ANPOL), entre outras, assim como os Encontros Nacionais de Mulher e Literatura também citados por várias autoras (PINTO 2003; BANDEIRA, 2000; SARTI, 1988; GROSSI & MINELLA, 2004; COSTA, 2002) como espaços de troca e consolidação dos estudos sobre mulheres e de gênero²⁴.

Nos anos 1980, alguns trabalhos foram referência, dentre estes o de Albertina de Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985) intitulado “A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”. Nos anos 1990, tem-se a coletânea organizada por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (1993), intitulada “Uma questão de gênero”²⁵. Nesta, textos de Bila Sorj (“O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”), de Heleieth Saffioti (“Rearticulando gênero e classe social”), de Mary Castro e Lena Lavinias (“Do Feminismo ao gênero: a construção de um objeto”) e de Maria Luiza Heilborn (“Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil”) refletiram a importância que estes estudos tomavam na academia, pelo menos nos grandes centros urbanos nacionais. Estas autoras trouxeram questões de observação do campo feminista brasileiro, construindo diversos olhares que se pautavam no gênero como arcabouço conceitual²⁶.

Algumas dissertações e teses trouxeram diferentes abordagens do movimento feminista, nas décadas de 1980 e 1990, através de análises acadêmicas sobre o tema.

²³ Estas agências de fomento à pesquisa e intervenção tiveram grande importância, no Brasil, visto que financiaram programas de dotações em pesquisa sobre mulher e gênero e, depois, na década de 1990, em masculinidades, junto à academia e ao movimento feminista, além de apoiarem ações governamentais, em alguns momentos isolados (BRUSCHINI & UNBEHAUN, 2002).

²⁴ Além dos citados acima, recentemente, no ano de 2006, a Profa. Dra. Mara Lago (UFSC), juntamente com o apoio do Prof. Dr. Adriano Nuermberg (UFSC), reorganizaram o extinto GT de Estudos de Gênero da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPPEP). Esse GT existiu anteriormente com a participação de pesquisadoras como Karen Von Smigay e Sandra Azeredo, ícones na fundação dos estudos sobre gênero e mulheres, na área da psicologia social brasileira (NUERMBERG, 2005).

²⁵ Esta coletânea será analisada mais detalhadamente nas próximas páginas, tendo em vista que foi produto de um dos primeiros seminários nacionais de núcleos sobre mulher e gênero no Brasil. Antes dela, houve as Três Semanas da Mulher, em 1978, 1979 e 1980, organizadas por um grupo de reflexão feminista da recém criada Unicamp, do qual faziam parte Verena Stolck e Mariza Corrêa (CORREA, 2001).

²⁶ Além destes, importante frisar as produções da coletânea Antropologia e Feminismo, da Zahar Editores, que atingiu quatro volumes publicados. Na área da literatura, outras coletâneas importantes foram produzidas por Susana Bórneo Funck, como reflexo dos debates do grupo de trabalho sobre mulher e literatura dos encontros nacionais da ANPOL (FUNCK, 1994, 1992, 1990 e 1989).

Sônia Miguel (1988) e Heloisa Pontes (1986) trazem experiências de coletivos feministas brasileiros para discutir temas como autonomia e violência. A dissertação de mestrado de Sônia Miguel “Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro” discute sobre o processo de autonomia e as tensões internas no movimento feminista carioca, na década de 1980, enquanto que a dissertação de Heloisa Pontes “Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas” trata da experiência de atendimento a mulheres em situação de violência, discutindo sobre as tensões internas do movimento feminista no Brasil, ainda na década de 1980.

Outra pesquisadora que trouxe importantes contribuições foi Anette Goldberg (1987 e 1991) em sua dissertação de mestrado “Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante”, e na tese de doutorado “Le dire et le faire feministes: une approche socioculturelle du Brésil Contemporain”. Na primeira, a autora discute a evolução do projeto feminista liberalizante, no Brasil desde os anos 1960; em sua tese confirma sua análise do feminismo brasileiro, trazendo, inclusive, em suas considerações, as feministas que se encontram na esfera governamental. Além dela, a tese de Miriam Grossi (1988) “Discours sur les femmes battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul” aparece juntamente com a de Maria Filomena Gregori (1988), “Violência Contra a Mulher: a prática do SOS-Mulher (SP), cenas e queixas” como marcos na discussão sobre a temática da violência contra a mulher²⁷. Além destes trabalhos, a dissertação de mestrado de Mariza Corrêa (1983), “Morte em família. Representações jurídicas de papéis sexuais” foi uma das primeiras a discutir o tema no Brasil, em um período no qual o próprio movimento feminista ainda não havia construído estratégias de ação com relação a esta problemática de gênero²⁸.

As publicações feministas se constituiriam como importantes espaços na interlocução entre diversas autoras e na veiculação de informações do campo feminista. Na década de 1980, os jornais cumpriram esta função. Dentre estes, o *Mulherio*, com

²⁷ Sobre este debate, outra importante teórica, gentilmente chamada pelas autoras brasileiras de “abrasileirada”, é Susan Besse. A autora trabalha sobre a constituição do feminismo brasileiro, com especial ênfase à década de 1970 em diante, relacionando esta discussão com a temática da violência contra a mulher. Para maiores detalhes ver, por exemplo: BESSE, Susan. *Restructuring Patriarchy. The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. The University of North Carolina Press, 1996.

²⁸ A autora relata estes episódios em seu texto “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, publicado nos *Cadernos Pagu* (16) 2001; p. 13-30. Comenta que a dissertação foi publicada no ano de 1983 pelas Edições Graal, Rio de Janeiro, momento em que a questão se tornou relevante para o movimento feminista e para a mídia.

duração de nove anos, o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, todos publicados na região Sudeste. Ainda nesta década, observa-se uma “verdadeira explosão do assunto no mercado editorial, com inúmeros livros, artigos e revistas voltados para a ‘condição feminina’”²⁹ (SARTI, 1988, p. 44)³⁰. Dentre os periódicos acadêmicos, a Revista de Estudos Feministas (REF) – editada primeiramente na UFRJ e na UERJ³¹, depois na UFSC – e os Cadernos PAGU – publicados pela Unicamp – fortalecem-se como instrumentos de divulgação e consolidação da relação entre ciência, feminismo e estudos de gênero até a virada do século no Brasil (GROSSI & MINELLA, 2004; BELELI, LOPES & PISCITELLI, 2003)³².

A própria REF se define da seguinte forma:

A Revista Estudos Feministas é um periódico indexado, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, cuja missão é publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres. O exemplar número 0 da Revista Estudos Feministas foi publicado em 1992, então sediada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Em 1999 foi criado o site da revista, já na Universidade Federal de Santa Catarina (www.ufsc.br/~ref, última visita em 10 de dezembro de 2007).

²⁹ Termo utilizado pela autora citada.

³⁰ A importância da internet na divulgação e no acesso aos periódicos é imensa. As revistas de maior circulação e peso na área de estudos de gênero possuem sites (a elas detenho-me mais adiante). Além delas, o Portal Feminista é uma biblioteca virtual dos estudos de gênero e feministas a partir da inclusão das versões eletrônicas dos periódicos e revistas existentes nessa área do conhecimento, constituindo-se assim um importante banco de dados para pesquisadoras/es dentro e fora da academia. O Portal Feminista permite também o cadastramento de teses e dissertações sobre gênero e feminismo, bem como informações sobre eventos, palestras, concursos e bolsas (www.portalfeminista.org.br).

³¹ No campo científico as publicações possuem considerável importância, seja pela necessidade de divulgação das pesquisas realizadas, através de artigos, seja, pela exigência de produtividade delegada as/aos pesquisadores. Além disso, revistas especializadas na área de estudos, com validação e alto índice de importância junto às instâncias de fomento nacionais e internacionais (no caso das nacionais, a Capes e o CNPq possuem comitês avaliativos por área de estudo) trazem visibilidade para a mesma, em forma de maiores fomentos e espaços formais no meio acadêmico. A área de estudos de gênero possui pelo menos duas revistas com índice A+ internacional, pela avaliação da Capes: a Revista de Estudos Feministas – REF – e os Cadernos Pagu, a primeira organizada pelo Instituto de Estudos de Gênero, UFSC e a segunda pelo Núcleo Pagu – Unicamp.

³² Duas Revistas de Estudos Feministas – REF – se dedicaram à organização do estado da arte das publicações feministas no Brasil, e merecem destaque: a REF vol. 11, no. 1, de 2003, teve o dossiê “Publicações feministas no Brasil: compartilhando experiências”, e contava com artigos sobre revistas acadêmicas e publicações do movimento feminista, além da publicação da sessão do I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas; e a REF vol. 12, no. especial, 2004, com dois blocos de dossiês, assim denominados: “Feminismos no exterior”, com relato das publicações feministas acadêmicas nos Estados Unidos, França, México, Equador e Portugal; e o segundo bloco denominado “Experiências Editoriais Feministas”, “Feminismos na Web”, e “Múltiplos olhares sobre a REF”.

O Núcleo de Estudos de Gênero PAGU funciona desde 1993 como espaço acadêmico de discussão e pesquisas interdisciplinares, propiciando reflexões sobre gênero através de: a) conferências, debates e seminários restritos a pesquisadores da área ou abertos a um público mais amplo, com a participação de integrantes do núcleo e/ou de pesquisadores convidados; b) colaboração na criação e funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão e treinamento que contemplem a problemática de gênero; c) grupos de estudos, com programações semestrais, voltados para temáticas teóricas e questões da prática de pesquisa e; d) Cadernos Pagu, publicação semestral que divulga reflexões teórico-metodológicas, pesquisas, documentos e resenhas relacionados com a problemática de gênero³³.

Além dessas duas revistas, temos hoje os periódicos “Revista Gênero - Cadernos do Nuteg (Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero)”, com autoria interinstitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF)³⁴; e a Revista “Caderno Espaço Feminino”, do Programa de Pós-Graduação em História e do núcleo NEGUEM (Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisas sobre a Mulher), da Universidade Federal de Uberlândia³⁵.

Dentre as redes nacionais feministas de pesquisa, criadas com a intenção de agregar os diversos núcleos, grupos e pesquisadoras, com vistas à visibilidade e crescimento do campo, a REDOR e a REDEFEM são os grandes veículos, com mais de uma década de constituição, e com realização periódica de encontros, bem como de publicações.

A REDOR foi criada na década de 1990, por iniciativa de pesquisadoras feministas das regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de fortalecer e desenvolver a produção desta região que, segundo as mesmas, recebia menos incentivos e visibilidade.

³³ www.unicamp.br/pagu/, e entrevista de Adriana Piscitelli e Mariza Corrêa para esta tese, em outubro de 2005, na sede do núcleo Pagu, Campinas/Unicamp.

³⁴ O Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (Nuteg) instituído na Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma iniciativa que sucedeu o Núcleo Transdisciplinar de Estudos da Mulher (Nutem), criado em 1993, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. O objetivo básico que rege o Nuteg é o da organização da produção acadêmica da universidade acerca da temática da mulher e das relações de gênero, incluindo a congregação de grupos de trabalho e pesquisas, a articulação de projetos, a promoção de conferências e seminários e o patrocínio de publicações relativas às questões de gênero (www.propp.uff.br/puppim.htm, última visita em 05 de janeiro de 2008).

³⁵ A revista “Caderno Espaço Feminino” foi lançada em 05/04/95 numa sessão de criação do Núcleo de Estudos de Gênero Marquesa de Santos, em São Paulo, com uma programação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP.

Atualmente, com 12 encontros realizados, a REDOR tem crescido e ganho visibilidade nacional, publicando revistas e mantendo a periodicidade de seus eventos que agregam cada vez maior número de adeptos, entre núcleos universitários e ONGs³⁶.

A REDEFEM foi criada em 1994 por iniciativa de pesquisadoras feministas de diversas universidades do país, com o objetivo de facilitar a interlocução entre as ciências humanas e os estudos feministas. Já realizou quatro encontros e dois seminários nacionais e conta com mais de 50 núcleos e grupos de estudos distribuídos por todas as regiões do Brasil. Sua gestão atual está na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³⁷.

A participação de algumas acadêmicas no movimento feminista e de mulheres, trouxe a preocupação de atuar nos espaços científicos respeitando as leis próprias a este, mas sem desconsiderar a relação entre teoria e prática. Segundo Scott (2002), essa foi uma preocupação que alcançou sucesso, a despeito das dificuldades a ela concernentes. Este diálogo nas universidades impulsionou ações em pesquisa e extensão e, além disso, levou a produção acadêmica para espaços de redes feministas ativistas, como a Rede Saúde, além de abrir as portas de redes de pesquisa e produção acadêmica para participação de ONGs feministas, como foi o caso da REDOR.

Além disso, muitas acadêmicas migraram para espaços de trabalho governamentais, na condição de consultoras, de forma a exercerem atividades de fomento de políticas públicas para as mulheres, vindo a organizar ações na alteração da constituição de 1988, na formação do Conselho Nacional da Mulher e de conselhos estaduais e municipais, na construção do PAISM e outras ações em prol da minimização da violência contra a mulher³⁸. Anos mais tarde, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher, vieram a organização de Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, bem como ações voltadas para a academia, na forma de programas educacionais e de fomento à pesquisa, além do I Encontro Pensando Gênero e Ciências – Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa sobre Gênero, Mulher e Feminismo³⁹.

³⁶ www.redor.org.br, última visita em 10 de dezembro de 2007.

³⁷ www.redefem.ufrgs.br, última visita em 10 de dezembro de 2007.

³⁸ Essas ações foram descritas, detalhadamente, no capítulo sobre a esfera governamental.

³⁹ Idem.

Outra forma de realização de ações políticas acadêmicas é feita através da participação de mulheres pesquisadoras em espaços formais da academia brasileira, tais como ocupação de cargos executivos em direções e coordenações de departamentos de graduação, de programas de pós-graduação, de centros e pró-reitorias, bem como de programas de avaliação de cursos ligados à Capes. Em alguns destes pode haver articulação de grupos de mulheres pertencentes a grupos de pesquisa, institutos e núcleos de estudos de gênero ou ainda de integrantes de redes locais e nacionais. Para além disso, julgo importante distinguir a atuação de representantes mulheres que realizam pesquisas acadêmicas no campo de gênero e feminismo e a prática política que estas podem vir a ter. Ou seja, os ideais utópicos feministas podem ou não ser buscados na prática política, visto que na academia os processos ocorrem de forma similar aos do movimento de mulheres e feminista: com as ambigüidades, coerências e incoerências características das produções discursivas (SCOTT, 2002). Dito de outra forma, este debate reflete a diferença entre produção acadêmica feminista e o exercício do ideário democrático do feminismo.

A década de 1990 assiste à configuração da necessidade de construir argumentos teóricos e políticos que articulem com outras diferenças as desigualdades específicas sofridas pelas mulheres. Ou seja, agregam-se ao gênero as categorias de raça/etnia, geração, diversidade sexual e contexto geográfico urbano/rural. Este debate faz-se necessário, em grande parte, pela conformação do movimento social que se consolida, cada vez mais, a partir de segmentos específicos: mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres rurais, dentre outros (Diários de Campo, 2004, 2005 e 2006), bem como pela “reviravolta” no campo acadêmico com os debates sobre identidades, modos de subjetivação e o estatuto do sujeito, relacionando-os com a inserção dos estudos feministas nos mesmos (HALL, 2000; SCOTT, 2002; BUTLER, 2003; MALUF, 2006).

Nos anos 2000, esse debate se intensifica no Brasil, tendo em vista o que na literatura internacional apresentava-se como um debate resolvido (CORNWALL, 2005). Aqui, as tensões se intensificaram, principalmente entre os usos do termo “mulher” que fortalece o argumento da diferença, tendo como norte a existência de uma “diferença sexual” (SCOTT, 2002) em contrapartida ao uso do termo gênero e à assunção da fluidez de masculinos e femininos que os corpos podem assumir (BUTLER, 2004). Esse “paradoxo” (SCOTT, idem) pode ser acompanhado através das pesquisas e de intervenções realizadas pela academia feminista brasileira, nos debates sobre sua

produção, ou seja, os grandes encontros científicos, organizados por redes e grupos de pesquisa brasileiros. A eles detenho-me no item três deste capítulo. Antes, porém, pretendo consolidar esses argumentos trazendo mais informações sobre o debate interno ao campo de estudos feministas e de gênero. Estas se pautarão nos questionamentos sobre a possibilidade de uma epistemologia feminista, tendo nesta condição de possibilidade a chave de acesso para argumentos sobre a presença de mulheres nas ciências, sobre o caráter utópico dos estudos e sobre as relações entre interdisciplinaridade, militância e interfaces entre produção acadêmica e o movimento feminista e de mulheres.

4.2. O debate sobre mulher, gênero, feminismo e ciência

A discussão em torno da existência de uma ciência e uma epistemologia feminista marca uma das especificidades do campo de produção científica, em sua relação com o feminismo. Não há como estudar este campo sem situar essa questão.

Portanto, inicio refletindo sobre a escrita que proponho nas próximas páginas: o debate em torno de um campo de saber e poder (FOUCAULT, 1971) no qual a familiaridade do olhar da pesquisadora buscará, não sem dificuldades, o distanciamento necessário para a tarefa do estranhamento (VELHO, 1981)⁴⁰. Este também é um embate que lanço às leitoras e aos leitores: muitos de vocês também se confrontarão com um campo do qual fazem parte e do qual são “história viva”.

O campo acadêmico responde a uma hierarquia inicial, a de fazer parte de um *ethos* científico, com regras que autorizam formas e maneiras de se fazer ciência com autoridade perante a comunidade científica nacional e internacional. Estes pressupostos são conhecidos de todas as pessoas que adentraram no desenho de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* principalmente. As monografias, dissertações e teses buscam responder a esse modelo de legitimidade e verdade, ainda que muitas vezes utilizem mecanismos teórico-conceituais de crítica à ciência hegemônica⁴¹.

A ciência moderna remeteu-se a um modelo de racionalidade que se encaminhou do estudo da natureza para o estudo da sociedade, ao mesmo tempo em que

⁴⁰ Sou pesquisadora e feminista e é com este olhar que inicio o percurso em busca de compreensão do campo no qual também me insiro.

⁴¹ Por ciência hegemônica autoras como Donna Haraway, Sandra Harding, Jane Flax, definem a ciência positiva, que atinge seu cume na modernidade. Em contraposição, há uma opção por um modelo de desconstrução dos pilares de uma única verdade, também conhecida como pós-estruturalista. A ela me detive no primeiro capítulo desta tese, a partir de leituras de Stuart Hall (2000), Michel Foucault (1971, 1985) e autoras feministas como Judith Butler (2003), Rosi Braidotti (1989), Sandra Harding (1996) e Donna Haraway (1995), pra tratar da questão do sujeito político na interface com a noção de autonomia.

se pautou em um rigor científico, com regras metodológicas e princípios epistemológicos totalitários (SANTOS, 2002). Críticas a este modelo foram agrupadas por Boaventura de Souza Santos (idem) a partir do termo “paradigma emergente”, segundo o qual todo o conhecimento científico-natural é científico-social, é local e total, é autoconhecimento e visa constituir-se em senso comum.

Michel Foucault, em 1966, apresenta uma crítica ao estatuto da positividade e da objetividade, no seu livro “As palavras e as Coisas”. Destaca questões epistemológicas – descentramento do sujeito e de uma verdade una – pertinentes para o fazer científico do lócus das ciências humanas, além de discutir sobre a “força” que o discurso – linguagem – tem na constituição de sujeitos coletivos e individuais.

Donna Haraway (1995) comenta que o conhecimento para ser válido tem que ser parcial, reiterando a adesão à ciência do ponto de vista pós-estruturalista, para o qual os saberes são situados. Nesta mesma direção, Bruno Latour (2001), em seu livro cujo subtítulo é “Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos”, trata destes estudos científicos como um corpo não homogêneo com um saber unificado por meio de uma mesma epistemologia. O autor comenta que o estatuto da modernidade, para o qual a ciência encontraria as respostas para a busca do conhecimento, não foi atingido. Critica o estudo das ciências a partir do debate sobre a existência de uma única realidade e, por conseguinte, uma verdade una, trazendo à baila a questão de que não existe nenhuma ciência separada da política, ou seja, de que o que é transformado em dado científico tem relação com a dimensão política dos fatos.

A crítica recorrente por aqueles que realizam pesquisas em uma perspectiva emergente, ou pós-moderna (SANTOS, 1989), é a de que há uma dicotomização das categorias utilizadas pelas diferentes disciplinas para explicar o mundo que nos cerca e o sujeito do conhecimento (SIQUEIRA-TONELI, 1999). Assim, encontramos os pares binários masculino e feminino, natureza e cultura, objetivo e subjetivo, e a assertiva de que é próprio do pensamento dicotômico estabelecer que não existem, entre pares excludentes de categorias ou termos, possibilidades diferentes e, além disso, suas fronteiras estão claramente definidas.

Há, ainda, segundo esta forma de pensar ciência e sociedade, um sujeito da substância, cuja centralidade é determinada pela razão. Um sujeito uno, central num certo ideal de objetividade que, por sua vez, se contrapõe à subjetividade, entendendo esta como a região da emoção e da valoração. Nestes termos, separa-se objetividade e sujeito objetivo da noção de subjetividade. O conhecimento é sempre objetivo,

conhecido e construído pelo sujeito – um sujeito universal de conhecimento⁴². Mas as epistemologias pós-estruturalistas propõem-se irem mais adiante. Interessa-lhes mostrar que o conhecimento e o pensamento constituem-se subjetiva e objetivamente, e que entre estes dois termos não há necessariamente uma fronteira absoluta, sendo que o que existe – ou pode existir – é um contínuo. Para as epistemologias feministas estes pressupostos reiteram-se (HARDING, 1996), embora haja algumas distinções internas, indicando as ambigüidades próprias do campo (SCOTT, 2002).

Realizar crítica ao fazer científico positivo e ao próprio mandato masculino nas ciências modernas é relato obrigatório nos textos sobre história das ciências, sob um ponto de vista feminista, ou na interface entre gênero e ciência e mulher e ciência (HARDING, *idem*; KELLER, 1997; HARAWAY, 1989; LOWY, 2000; CITELI, 2000; LOPES, 2000). Isto se deve ao fato de que as epistemologias feministas colocaram-se as seguintes questões: primeiro, partiram da crítica ao modelo de ciência androcêntrico que valorava a racionalidade, conotando esta como da ordem do masculino; enquanto que a intuição e a afetividade seriam agregadas ao feminino. Dessa forma, tanto o método científico quanto os próprios cientistas hierarquizavam o saber, para o qual o modo de saber “mais legítimo” seria o racional. Nestes termos, tornou-se mister realizar estudos sobre mulheres e sobre uma escrita feminina nas ciências, para salientar esta produção “marginal”, bem como evidenciar o poderio masculino neste espaço e fomentar a presença de mulheres nesse campo do saber (ROCQUE, 2005 e 2004; GERGEN, 1993; GUERRA, 2007; FUNCK, 1994). Segundo, ao superar este primeiro questionamento, a crítica se constituiu em torno do modelo de ciência falocêntrico, que deixava de alocar a questão no poderio e presença maciça dos homens nas ciências propriamente, concentrando o debate em torno de questões relacionais e de gênero. Além disso, defendia uma teoria do conhecimento que considerasse o contexto social do sujeito cognoscente, concentrando a crítica ao método científico positivo de objetividade e levantando as conexões entre conhecimento, poder e política (CABRAL, 2006, p. 29).

Para tratar deste debate atendo-me aos relatos pós-década de 1970, nos Estados Unidos e em alguns países europeus que influenciaram as diversas ações que vieram a constituir o campo no Brasil (LOPES, 2000). Também neste mesmo período, de 1970 é que se iniciam os primeiros grupos universitários brasileiros de estudos sobre mulher,

⁴² Immanuel Kant (1724-1804) foi um dos mais importantes e influentes filósofos da modernidade que tratou desta questão. Seus estudos e ensinamentos nos campos da metafísica, epistemologia, ética e estética tiveram grande impacto sobre a maioria dos movimentos filosóficos posteriores.

seguidos, uma década mais tarde, daqueles sobre estudos de gênero (COSTA & BLAY, 1992).

Estudos sobre mulher e ciência e sobre gênero e ciência foram relatados em obras como a de Sandra Harding (1991), uma das autoras mais citadas nos periódicos internacionais sobre o tema. Donna Haraway (1989), Evelyn Fox Keller (1997), Mary Gergen (1993) e Keneth Gergen (1993) também realizaram importantes contribuições. Além delas, Lucia de La Rocque (2005 e 2004) desenvolve o debate sobre ciência e feminismo, através de romances de ficção científica escritos por mulheres, nos quais uma utopia de um mundo com igualdades de gênero é aventada.

No Brasil, Maria Teresa Citeli (2000) e Maria Margareth Lopes (2000 e 2006) se interessam e desenvolvem o debate sobre mulher e ciências naturais⁴³. Marília Carvalho e Cristina Rocha, dentre outras, compõem o Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Tecnologia (GETEC/UTFPR), no qual o interesse pelas mulheres nas ciências tecnológicas é um dos principais tópicos de trabalho⁴⁴. Além delas, Mariza Corrêa desenvolveu importante pesquisa sobre mulheres pesquisadoras na história da antropologia brasileira⁴⁵.

Nesses trabalhos e projetos, o que está em “jogo” são os conceitos de ciência, mulher e gênero, e seus cruzamentos. Os mesmos indicam questionamentos sobre: primeiro, o modelo de ciência positivista e as noções de desconstrução que aparecem em oposição a este modelo. Segundo, as teorias feministas que são trabalhadas no mundo acadêmico ocidental, nos séculos XX e XXI, e a relação delas com a idéia de uma ciência e de uma epistemologia feminista. Terceiro, a presença de mulheres nas ciências que se nomeiem feministas e aquelas que não se nomeiem, que trabalhem e que não trabalhem com a área de gênero e feminismo.

Algumas das autoras citadas discutem sobre a possibilidade de uma ciência e uma epistemologia feministas (ROSE, 1983, FLAX, 1983), situando-a numa relação na qual feminismo seria sinônimo de mulher, de feminino, e fazendo a crítica às ciências que tomam a razão como eixo (leia-se razão como sinônimo de masculino). Outras levantam o debate questionando a metodologia positiva e lançando a possibilidade de

⁴³ No Congresso Fazendo Gênero 7, que será analisado ainda neste capítulo, uma das sessões temáticas foi organizada por Maria Margareth Lopes com Nara Azevedo e se intitulava “Preconceitos que permanecem: gênero nas ‘ciências naturais e exatas’ ” (ST 25), com 16 trabalhos inscritos, em duas sessões (Caderno de Programação do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006, ps. 75 e 76).

⁴⁴ Este núcleo desenvolve seus trabalhos na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Também organizaram seminário temático no Encontro Internacional Fazendo Gênero 7, intitulado “Gênero, Ciência e Tecnologia” (Caderno de Programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006).

⁴⁵ Intitulada “Antropólogas e Antropologia”, e publicada em Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, 278 p.

uma metateoria e metodologia feministas e de uma epistemologia social, para as quais as reivindicações da ciência poderiam ser apropriadamente consideradas como formas de discurso (GERGEN, 1993; HARDING, 1986 e sd; BARTRA, sd; PHILLIPS, sd). Articulado a um pensamento pós-estruturalista, neste modo de conceber a ciência, o caráter social é colocado como inerentemente discursivo e, dessa forma, a construção do conhecimento é estudada através desse percurso. Sendo assim, “a preocupação feminista com a distância entre o trabalho conceitual abstrato e a práxis social recebe uma resposta, pois enquanto esse trabalho teórico puder ser significativamente comunicado, ele constitui uma forma de práxis” (GERGEN, K. 1993, p. 64). Em relação a isso, Evelyn Fox Keller e Helen Longino (1997) vão falar em ciência e política interconectadas. Meu interesse aqui é o de discutir sobre uma ciência feminista nos moldes de uma ciência politicamente engajada em projetos pela equidade de gênero, raça, dentre outras; em estudos nos quais teoria e prática possam estar articulados.

Ao optar por esquemas alternativos de postular dúvidas, o criticismo feminista serviu, indiretamente, para questionar a própria perspectiva empiricista tradicional de ciência. Colocaram que as hipóteses que orientavam os cientistas condicionavam o tipo de resultado (ou realidades) que a pesquisa poderia produzir. Além disso, esses resultados representavam “perspectivas do ponto de vista masculino”, predominantemente, suprimindo a voz feminina. As críticas feministas identificaram situações em que as teorias científicas surgiam para justificar ou uma ideologia androcêntrica ou uma estrutura de poder que beneficiaria a mesma, revelando a falibilidade da neutralidade do fato científico (GERGEN, K. 1993, p. 50).

Dentre as questões metodológicas propostas por um viés feminista (GERGEN, M. 1993, p.112-117), estão a rejeição aos seguintes pressupostos: a independência entre cientista e objeto de pesquisa, a “descontextualização” da matéria do campo em que está inserida física e historicamente, teoria e prática neutras em valor, a independência dos “fatos” em relação ao cientista, e a superioridade do cientista em relação às outras pessoas.

Questionar verdades científicas modernas é tarefa empreendida desde os séculos XVIII e XIX. Alguns cientistas⁴⁶ pagaram altos preços por se moverem além do

⁴⁶ Dentre eles, por exemplo, Galileu Galilei e Giordano Bruno, já nos séculos XVI e XVII, abriam espaço para as questões futuras. Entretanto, os mesmos questionavam a possibilidade de realizar uma ciência objetiva, separada do poderio da Igreja e da religião, enquanto que as críticas posteriores fizeram-se no interior do próprio estatuto da ciência enquanto verdade “maior”.

discurso oficial das ciências de suas épocas. Entretanto, a ciência em si não tem o estatuto moral de ser boa ou má, mas as escolhas políticas que são feitas em seu nome devem ser acompanhadas com cuidado e atenção pela comunidade científica e não científica (ROCQUE, 2005). Neste sentido, utilizar-se da ficção científica feminista – romances que relacionam tecnologia, ciência e utopias sociais – aparece como estratégia empírica criativa para debater sobre as ciências e epistemologias feministas. Rocque (idem) debate sobre estas questões tomando histórias de autoras como Marge Piercy, que utiliza a relação entre utopia e distopia em um romance no qual humanos e ciborgues convivem. As desigualdades entre homens e mulheres parecem se resolver nestes espaços, através da construção de não humanos – aqui representados pelas figuras do ciborgue e do golem – do sexo masculino que se relacionam de formas mais equânimes que os “homens humanos”. Com isto, a autora revela tensões atuais entre ciência, técnica e as interfaces destas nos espaços sociais, reforçando o caráter engajado da ciência numa perspectiva feminista.

Dentre as proposições e pesquisas empreendidas, as mulheres na ciência e as ações afirmativas para equidade de gênero nas relações entre mulheres e homens nas carreiras científicas recebem especial atenção⁴⁷.

Maria Tereza Citeli (2000) no texto “Mulheres nas Ciências”, publicado nos Cadernos Pagu, discorre sobre o empreendimento da ciência moderna a partir da entrada das mulheres na mesma. Desde aquelas que, na Europa, nos séculos XVII e XVIII, participavam da vida pública com pseudônimos, muito desta história se perdeu como reflexo de um momento no qual ser mulher fechava portas, literalmente. A autora vai trabalhar com o século XX a partir da biografia de uma geneticista, ganhadora do prêmio Nobel, no ano de 1983⁴⁸, escrita por uma feminista: Evelyn Fox Keller (1982). A partir da história desta mulher, vários questionamentos são lançados. Interessam-me alguns, dentre eles, a própria decisão de se escrever sobre as mulheres na ciência a partir da vida de uma mulher que não queria ser reconhecida como feminista, tampouco ser

⁴⁷ No capítulo anterior descrevi e analisei o encontro governamental Pensando Gênero e Ciências, no qual estas preocupações se faziam prementes. Além destas, para maiores informações, Maria Teresa Citeli (2000) apresenta uma descrição dos anos 1980 e 1990 na produção anglo-saxônica, relacionando-a com a brasileira (CITELI, 2000).

⁴⁸ Nascida em 1902, Bárbara McClintock recusou as alternativas de trabalho tipicamente apresentadas para as mulheres que, nos anos 20, pretendiam se dedicar à ciência (auxiliar de pesquisa ou professora em universidades femininas) para buscar oportunidades de conduzir suas próprias pesquisas. Nos anos 1970, sua obra passou a ser reconhecida, processo que culminou com o prêmio Nobel, outorgado em 1983 por suas significativas contribuições para a história da biologia no século XX.

vista como diferente por ser mulher. Esta mesma mulher, entretanto, admitiu em várias entrevistas ter passado por momentos discriminatórios em sua carreira, pelo fato de fazer ciência em um espaço comumente masculino. A crítica feminista Keller (1997, 1991) comenta que existe um modelo de ciência hegemônico e que, para poder fazer parte do *ethos* acadêmico, é necessário às mulheres assumirem a ciência, independentemente das diferenças de gênero existentes. Esse comentário, assim como a biografia debatida por Keller (idem) e, mais tarde, por Citeli (2000), trazem reflexões sobre as quais gostaria de me deter ao longo deste capítulo, por se tratarem, ao meu ver, de questões que não foram ainda respondidas e que podem, portanto, apontar especificidades sobre a esfera acadêmica feminista.

A partir de 1970, a crítica feminista da ciência recebeu grande influência dos estudos de gênero, bem como dos estudos e das críticas das ciências sociais (ISRAEL e TAJFEL, 1972; ABOUD e GERGEN, 1976; SHOTTER, 1975, dentre outros). Citeli (2000) vai procurar reconstituir argumentos da discussão suscitada pela bibliografia que lidou com a vida e o trabalho de mulheres cientistas para, depois, recuperar aspectos significativos da discussão ocorrida sobre o tema na década de 1980.

Os estudos sociais das ciências, pautados na tradição das ciências sociais (GERGEN, M. 1993, p. 111), bem como os fatores sociais e políticos, deixam de ser vistos como potenciais “contaminadores” externos da produção científica, para serem tratados como fatores efetivamente constituintes da prática científica (CITELI, 2000). Os esforços de pesquisas sobre mulheres, gênero e ciências desenvolvidas a partir de 1970, especialmente nos Estados Unidos, fornecem vários problemas teóricos, epistemológicos e políticos, os quais serviram de base para polêmicas travadas entre feministas acadêmicas, desde a década de 1980 até o presente.

Em décadas distintas, diferentes interpretações se entrecruzam com as discussões sobre estudos feministas, gênero e ciência. Em geral dúvidas sobre polarização entre natureza e cultura, sexo e gênero, natureza e ciência, igualdade e diferença trouxeram à baila muitas perguntas sobre os limites, a autonomia, a precedência e a distância de cada um desses pólos sobre o outro. Além disso, ao longo dos últimos 25 anos, o debate acadêmico interdisciplinar sobre gênero e ciência, quase sempre articulado com o movimento feminista, acumulou uma diversificada bibliografia sobre o tema constituindo-se em uma área de especialidade que tem levado ao estabelecimento de postos acadêmicos e à sustentação sistemática da publicação de

artigos em diversos periódicos (dentro e fora da área de gênero), livros e coletâneas publicados no Brasil e fora dele.

Uma das principais perguntas que a pesquisa nesta área lançou foi se a presença de mulheres nas ciências seria ajuda para superar vieses androcêntricos. Além desta, seria possível uma ciência e uma epistemologia feminista? Evelyn Fox Keller (1997, 1991), Donna Haraway (1989), Helen Longino (1986), Sandra Harding (1996) – estudos anglófonos – na década de 1980 já sinalizavam uma resposta negativa para a pergunta sobre a possibilidade de uma ciência feminista, na qual feminismo seria sinônimo de mulher, de feminino. Nos anos de 1980, algumas feministas já tendiam a considerar estudos sobre a exclusão e a invisibilidade das mulheres nas ciências como um tema de relevância limitada. O final da década de 1990 parece indicar que diversos fatores concorreram para a baixa prioridade atribuída atualmente pelas feministas à questão, seja porque algumas entendem que houve um grande aumento de oportunidades para as mulheres americanas nas ciências, ou porque acreditam que outras barreiras, como as de raça, são mais evidentes, atualmente (CITELI, 2000)⁴⁹.

Estou de acordo com Maria Teresa Citeli (2000) que, a partir das leituras das autoras supracitadas, argumenta que as discussões feministas produziram dois movimentos ambíguos. Por um lado, alguma luz, de outro, o que chama de “seqüelas, ou melhor, fantasmas que espreitam o tema”. Ambos os movimentos produziram-se a partir de duas questões. Primeira, a suposição de que feministas advogam a plausibilidade de se propor uma ciência feminista, pois não reconheceriam a validade das ciências justamente por terem sido produzidas por homens; segunda, a crença de que os estudos feministas de maneira geral são hostis em relação às ciências (CITELI, 2000, p. 68). Entretanto, acrescento que outros argumentos também foram trazidos ao debate por autoras como Mary Gergen (1993), Joan Scott (2002) e Donna Haraway (1995), principalmente no que tange ao item um, ou seja, o de que a questão se concentra em torno da noção de falocentrismo e, portanto, não estaria alocada especificamente na produção dos homens, mas num modo masculino de pensar e fazer ciência.

⁴⁹ A esse respeito, Cláudia Lima Costa (2002) comenta que as viagens das teorias entre continentes revelam uma hegemonia anglo-saxã. Nestes termos a tradução desempenha um papel fundamental, no sentido de difundir idéias e conceitos. Entretanto, esta se caracteriza por uma unilateralidade, na qual o centro está no norte do globo terrestre. Além disso, estes estudos ressaltam a importância das teorias pós-coloniais para ampliar a reflexão em torno das desigualdades e das possíveis estratégias das populações colonizadas, como é o caso de países como o Brasil e de minorias como as mulheres.

A esse respeito, Sandra Harding (1996) argumentou que os estudos sobre mulher e ciências “iniciaram com a pergunta sobre o que se pode fazer a respeito da situação da mulher na ciência. Anos depois, apresentou-se uma pergunta distinta da primeira, por parte das feministas. Ela centrou-se na questão sobre se há possibilidade de se utilizar as ciências com fins emancipatórios, já que as mesmas estão tão íntima e manifestamente imersas nos projetos ocidentais, burgueses e masculinos” (HARDING, 1996, citado em CITELI, idem, p. 55). Para a autora isso significaria a passagem da “questão da mulher” para a “questão da ciência para o feminismo”, consagrada no título do seu livro “Ciência e Feminismo” (HARDING, 1996). Ou seja, como anunciei anteriormente, a ciência feminista, nestes moldes, invoca a idéia de ciência como sinônimo de mulher, de acordo com a literatura trazida por Citeli (ibidem, ps. 65 e 67) e também debatida por mim nos parágrafos acima⁵⁰.

As feministas que discutem teoricamente no campo acadêmico internacional foram alocadas, em sua maioria, dentro de um modelo de ciência “pós-moderno”, tendo em vista a “hostilidade” que apresentam em relação à ciência formal (CITELI, 2000), embora muitas críticas sejam feitas a esta nomeação. Em geral isso se deu por trabalharem com teorias que desconstruem o modelo de ciência positivista e hegemônico, além de anunciarem a fragmentação e a contínua constituição dos sujeitos (HALL, 2000). Entretanto, esta crítica, que lança mão de outro paradigma de ciência, nem por isso atribui a si a tarefa de fazer uma “ciência feminista” (para muitas das autoras sim, para outras essa questão nem é colocada).

Ao mesmo tempo, se voltamos um pouco na cronologia dos fatos, no início do século XX, mulheres que alçaram a carreira científica tiveram essa possibilidade como fruto das conquistas de outra esfera feminista: a do movimento social. As diversas ações em prol da cidadania das mulheres e do acesso à vida pública se constituíram alicerces para a escolha de carreiras diversas e, dentre estas, o trabalho acadêmico. Como a ciência recebeu estas mulheres, muitas desaparecendo atrás de nomes de homens apesar de fazerem parte de suas equipes de pesquisa (e, de algumas vezes, terem ocupado cargos de coordenação das mesmas), é um debate sobre o qual há uma ampla literatura. Descrições e análises sobre biografias e autobiografias, além de ensinarem muito sobre como se desenvolviam as pesquisas no início do século XX, terminavam também por ampliar as informações a respeito da presença das mulheres na academia e de como elas

⁵⁰ A este tópico pretendo retornar, a partir do diálogo com a realidade do contexto brasileiro, que apresento no próximo item.

realizavam seus trabalhos. A importante escola cultural de Franz Boas, nos Estados Unidos, para a qual sair do escritório se tornou mais que necessário para o antropólogo, incitando a ida a campo e as grandes viagens de pesquisa, teve como presença fundamental mulheres como Margareth Mead e Ruth Benedict (LAPSLEY, 1999).

Não posso deixar de fazer referências ao fato de Mead ser mulher e ter realizado escolhas que se relacionavam ou não ao fato de ser mulher naquela época e, portanto, ter mais acesso ou nenhum a determinados espaços públicos. A mesma tinha privilégios de classe, já que havia galgado espaços no mundo acadêmico que a maioria das mulheres nem sequer poderia acessar. Entretanto, alcançou uma visibilidade profissional que às mulheres daquela época era quase inimaginável. Além disso, também era bastante curioso como se davam os relatos da própria Mead (MEAD, 1977) sobre sua escolha pela antropologia e pelas viagens de pesquisa. Nesses relatos a história pessoal, o contexto social e o fazer científico se entrelaçavam⁵¹.

Além dos relatos sobre mulheres nas ciências e países estrangeiros, no Brasil a pesquisa de Mariza Corrêa sobre as antropólogas e a antropologia⁵² abriu flanco para uma vasta discussão sobre a mesma temática. Várias outras autoras também se dedicaram ao tema, tomando a memória e as narrativas do esquecimento e da lembrança

⁵¹ Os relatos dos textos da filha de Margareth Mead (BATESON, 1984), assim como os de Etiëne Samain (2004), retratam um pouco do que significavam as grandes viagens, os grandes deslocamentos, as formas de convivência nas aldeias distantes, o contato com as doenças tropicais, a necessidade de aprender a língua local e/ou ter um guia ou intérprete, as formas de convivência diária, a grande solidão que as diferenças culturais imputavam etc. É dessa forma, que, em ambos relatos, encontra-se a grande satisfação que, após longos meses de solidão e depressão junto à tribo dos Mundugumor, Mead e seu marido Reo sentem ao encontrarem, em uma outra tribo para a qual se deslocaram, um antropólogo solitário que ali desenvolvia pesquisa: Gregory Bateson. O encontro é relatado a partir de dois acontecimentos: o grande intervalo de tempo em que estiveram conversando sobre “o mundo lá fora” e sobre suas pesquisas – trocas lingüísticas que somente seriam compartilhadas da maneira esperada e desejada por integrantes da mesma cultura ocidental. O segundo episódio tratava-se da gentileza de oferecer uma cadeira para Mead, por Bateson, ao que se somava o comentário “você parece bastante cansada”. Segundo Mead, em seus próprios relatos autobiográficos, bem como nos relatos das autoras também aqui citadas, este foi o primeiro comentário carinhoso que ouvia desde muito tempo. Um comentário que marcou o início de uma convivência conjunta, que vem aparecer nas teorias desenvolvidas sobre comportamento humano, nesta época, pelos três cientistas.

⁵² Partindo de pesquisa desenvolvida desde 1989, que, por sua vez, adveio de estudos da autora sobre a história da antropologia (iniciada em 1984), Mariza Corrêa recupera a história de três mulheres, centrando-se em suas atuações profissionais. Emília Sneathlague, Leolinda Daltro e Heloísa Alberto Torres, todas atuantes no início do século XX, no Brasil, foram estudadas através de informações da história de suas épocas, fato este inusitado, visto que existiam relatos e recordações de suas atuações. A partir destes foi possível também identificar o impacto e as reações que suas trajetórias profissionais causaram na sociedade da época. Este trabalho também tem grande importância por apresentar um diálogo profícuo entre duas áreas disciplinares: a antropologia e a história.

da presença de mulheres em espaços públicos como tema de estudo. Dentre estas autoras, Suely Kofes (2001)⁵³, Ana Rita Fonteles Duarte (2005)⁵⁴ e a coletânea *Feminismo Memória e História*⁵⁵ (SALES, AMARAL & ESMERALDO, 2000) são algumas das produções acadêmicas que exploram esta temática, que traz a perspectiva disciplinar da história como portal de acesso. Em outra área, a da literatura e da comunicação e lingüística, grande parte dos trabalhos buscam compreender questões em torno de uma forma específica feminina de fazer ficção e os sujeitos do feminismo (FUNCK, 1993; TAVARES, 2006; GUIMARÃES, 2005; COSTA, 2002; MUZART, 1999). Aquelas que escolheram realizar pesquisas sobre mulher e, mais tarde, sobre gênero, iniciaram no Brasil uma área interdisciplinar, com mais de trinta anos de atuação e muitos frutos. Entretanto, a questão lançada no início deste tópico permaneceu intocada para a maioria delas, a saber, a da existência de uma ciência e de uma epistemologia feministas.

O que percebo é que a crítica feminista aos modelos de ciências tradicionais coloca-se na interface com epistemologias sociais defendidas por outros teóricos, não necessariamente feministas, como é o caso de Stuart Hall (2000), Bruno Latour (2001), Anthony Giddens (2002), Boaventura de Souza Santos (2002 e 1989) dentre outros. Além disso, alguns destes teóricos reconhecem a importância do feminismo para a crítica à ciência positivista (SANTOS, idem; HALL, idem; GIDDENS, idem). Para esses autores, como já aponte, a definição tradicional de ciência é vista como um empreendimento autônomo, neutro e objetivo onde não se discutem as relações entre ciência e poder. Essa virada epistemológica implicaria em considerar o sujeito em seus contextos histórico, social, cultural ideológico; e a ciência, nestes termos, assumiria compromisso moral, social, cultural, histórico e político (CABRAL, 2006, p. 34), tornando-se situada (HARAWAY, 1995).

Entretanto, as epistemologias feministas possuem a particularidade de possuir um caráter utópico de uma teoria social que evidencia as desigualdades de um grupo

⁵³ A autora descreve em seu livro “Uma trajetória, em narrativas”, a vida de Consuelo Caiado, mulher que viveu uma vida pública não descrita em relatos oficiais da história, embora tenha sido trazida de volta com facilidade através dos relatos dos/das moradores/as da cidade, principalmente aqueles/as que viviam próximos ao centro antigo da cidade; revelando as interseções entre memória, história e antropologia.

⁵⁴ Descreve a vida de Carmen da Silva, jornalista feminista que atuou na cidade de Fortaleza e, depois, no sudeste do país, unindo ações feministas ao trabalho escrito no início da segunda metade do século XX, no Brasil.

⁵⁵ Publicada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF/UFSC) e divulgado pela REDOR. A esta rede dou especial atenção ainda neste capítulo, no item três, sobre o Encontro Internacional Feminista, em Salvador, 2005.

social específico. O desafio é unir a capacidade de realizar a crítica internamente, de dentro do fazer científico, lançando mão de estratégias metodológicas e epistemológicas criativas e que considerem sempre a segunda mirada, já que o olhar do observador que constrói o conhecimento está carregado dos valores pelos quais este foi socializado – a carga de moralidade que constitui as desigualdades sociais.

Tendo em vista este debate interno ao campo feminista, pretendo evidenciá-lo através dos exemplos de dois encontros organizados na década de 1990 para avaliar a área de estudos de gênero, mulheres e feminismo no Brasil. Nos mesmos, foi realizado um resgate do início do campo, dos núcleos existentes e das questões mais complexas para o desenvolvimento desses. Dentre elas, as tensões entre teorias, conceitos e ações apareceram como mote central que impulsionou o debate em torno do futuro do campo.

4.3. Os encontros sobre gênero e Universidade: o que eles têm a dizer sobre o campo acadêmico contemporâneo

As questões levantadas anteriormente sobre a formação, a organização e os dilemas da esfera acadêmica do feminismo, em particular o brasileiro, ficam mais evidentes nos encontros que reúnem ou reuniram as pesquisadoras do campo. Início este tópico com os dois grandes encontros dos quais se tem conhecimento na literatura feminista e de gênero brasileira (com publicação posterior aos eventos), ambos ocorridos na década de 1990, como reflexão dos anos anteriores de constituição e desenvolvimento da área de estudos de gênero e mulheres dentro do campo científico brasileiro, bem como as influências e forças de co-atuação entre a academia, o movimento feminista e as políticas governamentais.

Os principais encontros do campo feminista acadêmico brasileiro se constituíram na década de 1990, muitos deles a partir de diálogos e formações de redes que se organizaram também a partir dos dois seminários que apresentarei nas próximas páginas. Ambos os seminários tinham como preocupação o crescimento do campo acadêmico feminista e, para isto, utilizaram-se do espaço que os eventos proporcionam para dar visibilidade, fazer conhecer e promover ações em redes entre as pesquisadoras que trabalhavam com estudos sobre mulher e gênero.

Dentre os principais encontros que se formaram nesse contexto e mantiveram-se até a atualidade estão os encontros bianuais da REDEFEM e da REDOR, os

Seminários Fazendo Gênero e os encontros específicos de áreas, como o de mulher e literatura e de mulher e história. Além desses, diversos grupos de trabalhos se constituíram dentro de encontros de áreas como os de antropologia, sociologia, ciências sociais, saúde coletiva, psicologia, dentre outros.

Nas próximas páginas pretendo apresentar os primeiros encontros, que ocorreram em uma única versão e que foram organizados como memória através de publicações. A partir deles constituirei o percurso analítico deste capítulo, pois pretendo realizar um diálogo entre esta produção inicial, dos anos 1990, com a minha pesquisa de campo, em grandes encontros de redes de pesquisa nacionais, nos anos 2005 e 2006.

4.3.1. O Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas.

Em novembro de 1990, foi realizado na cidade de São Roque (SP), o Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas. Com a participação de pesquisadoras do campo feminista de universidades brasileiras, o encontro foi organizado pela Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford⁵⁶. Para o mesmo, foram convidadas mulheres que trabalhavam neste campo e que foram definidas como *experts* pelas organizadoras do evento. Dois anos depois, em 1992, é publicada a coletânea “Questões de Gênero”, com organização das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas Albertina Costa e Cristina Bruschini. O livro teve o objetivo de discutir a produção científica brasileira até aquela data, sobre as temáticas mulher e gênero, e os artigos reunidos foram originalmente apresentados no seminário supracitado. É a partir do resultado desse encontro, ou seja, do livro editado, que vou tecer comentários e analisá-lo, já que não estive presente no mesmo.

O Seminário foi um espaço de reflexão que permitiu um balanço dos avanços e dificuldades teórico-metodológicas desta área de estudos, apresentando as lacunas e promovendo também perspectivas futuras de continuidade dos trabalhos (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 06)⁵⁷.

⁵⁶ “O florescimento das pesquisas teve importante incentivo através do programa de dotações da Fundação Carlos Chagas com o apoio financeiro da Fundação Ford. Entre 1978 e 1988 foram realizados cinco concursos, financiando 108 projetos, e publicadas várias coletâneas” (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 06).

⁵⁷ Importante ressaltar que, já no ano de 1984, houve o Seminário Zahidé Machado Neto, também organizado pela Fundação Carlos Chagas em parceria com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da

Dentre as dificuldades apontadas estava a ausência de uma construção sistemática de um corpo teórico consistente, acompanhado da dificuldade de diálogo dentro do campo acadêmico como um todo que não percebia a importância do marcador de gênero para a análise social.

Foi apresentado o panorama geral deste campo de estudos sobre mulher e gênero. Um painel sobre o grau de institucionalização da produção científica sobre mulher no Brasil, apresentado por Eva Blay, Lena Lavinias e Jacqueline Pitanguy, tratou do impacto sobre o ensino e a pesquisa. Ele funcionou como pano de fundo para as questões centrais, que foram o eixo articulador dos debates, divididas em três sessões. Na primeira foi debatida a construção da problemática das “relações sociais entre os sexos”⁵⁸ e se ela fundamentava ou não a autonomização de um novo campo do saber. Na segunda sessão, houve a avaliação da presença do gênero nos debates centrais dos diferentes campos disciplinares e da repercussão das indagações centrais das disciplinas nesse campo de estudos. A terceira sessão examinou os termos conceituais do campo. A especificidade de uma metodologia para os estudos de mulher e gênero foi questionada e, além disso, analisou-se a contribuição desses estudos para uma revisão da metodologia nas ciências sociais (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 07).

Importante frisar que havia uma heterogeneidade de preocupações teóricas, entretanto, alguns questionamentos se fizeram comuns, dentre esses: a existência ou não de uma teoria e de um método feminista, bem como a adoção ou não do conceito de gênero, “na medida em que a passagem do conceito de sexo para o de gênero poderia levar a um maior realce do poder explicativo da dimensão simbólica, em detrimento da estrutural, bem como a obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora que sempre foi a marca dos estudos de mulher” (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 08).

Outra grande preocupação deste encontro foi quanto às relações entre feminismo e academia, chamando a atenção para o termo feminismo, em sua perspectiva política e engajada, que partia das reflexões sobre as ações do movimento feminista e de mulheres. Ou seja, o embate entre teoria e prática. Discutia-se também se

Mulher da Universidade Federal da Bahia, com o mesmo objetivo de avaliar a produção científica desta área de estudos. Entretanto, como não foi publicada coletânea sobre o mesmo, apenas cito sua importância no processo de constituição da esfera acadêmica feminista brasileira (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 06-07).

⁵⁸ Este termo foi retirado *ipsis literis* da apresentação do livro “Questões de Gênero”, de COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 07.

apenas a mulher seria o objeto empírico deste campo, além disto, grande parte das estudiosas eram mulheres, fato este que levantava a questão da “guetização”, colocando-se que, se esta foi ou é instrumental ao movimento feminista, é vista como problemática na e pela academia (COSTA & BRUSCHINI, *idem*, p. 09).

A resposta às questões anteriores aparece nos parágrafos seguintes da coletânea, apontando que “a noção de gênero indica o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino. Indica a exigência de um posicionamento teórico; não basta a escolha do objeto empírico mulher. Os estudos não precisam, nem induzem a congregação exclusivamente mulheres estudando mulheres” (COSTA & BRUSCHINI, *ibidem*, p. 09).

Discutiu-se ainda o modelo de ciência universal, apontando sua ineficiência. Segundo as organizadoras da coletânea Albertina Costa e Cristina Bruschini (1992), a idéia de gênero está ligada às de diferença e de desconstrução, importantes construtos do pós-estruturalismo francês e depois do pós-modernismo, especialmente como propostos pela cultura e academia anglo-saxônica. Colocam então uma passagem do que chamam de “feminismo clássico” – que se assentava na proposta de igualdade e na denúncia da desigualdade e da discriminação – para o “pós-feminismo” – que se pergunta sobre as diferenças e as relações não só entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, baseando-se especialmente nas diferenças entre culturas relativamente aos modelos de gênero. Ou seja, de um momento no qual utilizavam o modelo de ciência tradicional empiricista, para outro no qual questionamentos a este modelo passam a ser feitos. Então, questionava-se estes dois modelos e colocavam as conexões entre estes construtos teóricos com relação à pergunta sobre as interfaces entre movimento feminista e academia, apontando a complexidade deste questionamento.

Compreendo que a divisão em dois momentos também demarcava a maneira como os debates acadêmicos relacionam-se com aqueles promovidos e empreendidos no movimento. Ou seja, a passagem relatada pelas autoras de um “feminismo clássico” para um “pós-feminismo” era uma possibilidade de categorização do campo sugerida pelas autoras. Entretanto, tanto no campo acadêmico quanto no movimento esta passagem não ocorreu linear nem de forma homogênea. Além disso, a própria sugestão de classificação das autoras é questionável.

Além das questões colocadas acima, as reflexões e os debates desse seminário deram-se em torno do grau de inserção teórica dessa área de estudos nas respectivas disciplinas das pesquisadoras; sobre a qualidade da interdisciplinaridade exigida pelo recurso a conceitos teóricos em torno das problemáticas de gênero, desconstrução e diferença; e sobre o caráter da transversalidade do conceito de gênero. A questão das relações entre o campo acadêmico brasileiro e seus congêneres e precursores europeu e norte-americano balizou várias das argumentações deste seminário, apresentadas, posteriormente, na coletânea.

Os trabalhos se dividiam entre a priorização de uma ou outra questão, a escolha de um panorama referido a uma área disciplinar ou interdisciplinar, e a maior atenção à problemática teórica ou metodológica. As áreas explicitamente analisadas foram as de sociologia, antropologia, letras, educação e ciência política. Referências à psicanálise também foram feitas nas análises interdisciplinares.

A interdisciplinaridade é um pressuposto epistemológico importante que aparece ao longo da coletânea, sendo analisado criticamente. Maria Odila S. Dias, em texto dessa coletânea, enfatiza a “crítica da racionalidade” e a descoberta do cotidiano como temas das Ciências Sociais, colocando que esta tem indiretamente uma participação crucial na formulação de uma teoria feminista.

Bila Sorj apresenta no artigo “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade” a passagem da modernidade à pós-modernidade e suas conseqüências para o feminismo, bem como para as formulações teóricas interdisciplinares sobre o feminino e o masculino. Estas questões também estão presentes no texto de Lia Zanotta Machado, “Feminismo, academia e interdisciplinaridade”. Desta coletânea friso ainda o trabalho de Mary Castro e Lena Lavinias “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”, no qual as autoras fazem um balanço sistemático do Grupo Mulher na Força de Trabalho da ANPOCS, desde 1979. As autoras comentam que houve a passagem do objeto mulher (construção social e subordinada ao feminino) sendo este remodelado para a construção das relações de gênero. Colocam como desafios “interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sexuais”, apontando ainda a idéia de transversalidade do gênero como extremamente necessária para estas análises.

Dentre os demais artigos alguns questionam e avaliam suas áreas disciplinares: os de Maria Luiza Heilborn sobre a antropologia, Fúlvia Rosemberg sobre a educação, Céli Pinto sobre a ciência política e Heloísa Buarque de Hollanda sobre a literatura.

Temos ainda os trabalhos de Heleieth Saffioti “Rearticulando gênero e classe social”, Elizabeth Lobo “O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho”, Arakcy Rodrigues “Lugar e imagem da mulher na indústria” e Cláudia Fonseca “Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso”. Estes trabalhos evidenciam as preocupações das pesquisadoras naquele momento de constituição da esfera acadêmica feminista: o trabalho, as questões de classe e o modelo teórico marxista, e as análises etnográficas sobre as micro-relações.

Além desses, a coletânea contou com o artigo de Cristina Bruschini “O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero”, indicando a preocupação da área em se firmar metodologicamente, através de recursos quantitativos, visto que a maior parte das áreas disciplinares envolvidas e suas pesquisadoras davam preferência aos métodos qualitativos em suas pesquisas. Esse debate é bem mais amplo, entretanto, na coletânea analisada circunscrevia-se nestes termos. O olhar crítico sob a perspectiva teórico-metodológica dos estudos de gênero propõe que a cisão entre qualitativo e quantitativo é uma falácia. O que diferencia a forma de análise, em um ou outro caminho metodológico, é o olhar teórico, ou seja, a ancoragem teórico-metodológica é que importa e não propriamente o arcabouço quantitativo ou qualitativo.

4.3.2. O Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero.

Entre os dias 25 e 26 de março de 1991, portanto um ano após o evento anterior, aconteceu no campus da Universidade de São Paulo (USP) o encontro que tinha como tópicos discutir sobre Mulher na Universidade e Feminismo e Gênero. Um encontro com esta característica de agregar núcleos universitários de pesquisa sobre mulher e gênero somente veio acontecer 14 anos mais tarde, além de ter sido organizado pelo governo federal e não como iniciativa dos próprios núcleos⁵⁹.

⁵⁹ Analisei o mesmo no capítulo anterior desta tese. O encontro chamou-se “Pensando Gênero e Ciências” e ocorreu em março de 2006, em Brasília.

O evento contou com a participação de 35 mulheres, professoras universitárias, representantes dos então 20 núcleos universitários brasileiros. Ao contrário do evento anterior, neste a escolha das participantes era decidida pelos próprios núcleos. Concentrados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e no Distrito Federal, estavam instalados nas áreas disciplinares de saúde (enfermagem e saúde pública), letras, artes e comunicação, educação, e filosofia e ciências humanas (sociologia e política, ciências sociais, antropologia, psicologia, geografia, história e teologia). Havia ainda um núcleo – da Universidade de Brasília (UnB) – ligado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares⁶⁰.

A publicação do encontro ocorreu um ano mais tarde, pela editora da USP, sob o título de “Gênero e Universidade”, tendo como organizadoras Albertina Costa e Eva Blay, e foi um empreendimento do Núcleo de Estudos sobre Mulher e Gênero desta universidade.

O Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero tratou das seguintes questões: a) a integração dos núcleos de mulher às universidades, b) os mecanismos para garantir vida própria aos núcleos, c) o futuro dos núcleos da mulher e d) o perfil dos mesmos.

A justificativa central para a realização do encontro se pautava na difusão dos estudos acadêmicos sobre mulher e gênero – desde os anos 1980 – chamando atenção para os anos 1990 de forma que estes se firmassem, distanciando-se do “fantasma da guetização” (COSTA, BARROSO & SARTI, 1985). O fenômeno de dupla caracterização entre o “limbo e o gueto” foi discutido por Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985), em artigo intitulado “A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, e trazia a preocupação de que os estudos sobre gênero e mulheres não se restringissem a um gueto, no qual apenas aquelas que pesquisavam os fenômenos a eles concernentes estariam em diálogo. Ao mesmo tempo, sair do limbo, ou seja, de um lugar idealizado e distanciado do campo acadêmico (não reconhecido ao mesmo tempo em que busca legitimidade e *status* científico), foi uma meta que se fez

⁶⁰ Albertina Costa e Eva Blay (Orgs). **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE/USP, 1992.

concretizada. Avaliar esta saída e o estado da arte da “área” aparecia como uma forma de evitar a guetização.

No encontro foram discutidos pontos que deveriam subsidiar o desenvolvimento da “área” de estudos de gênero e mulheres. Dentre as questões, estava a necessidade de construir uma troca entre os núcleos acadêmicos existentes, a partir das informações sobre quando e porque foram criados, com quais objetivos, de que forma se inseriram nas respectivas universidades, que ações propunham e quais resultados esperavam, quais os projetos futuros. Dessa forma, as semelhanças e diferenças entre eles seriam evidenciadas, possibilitando o intercâmbio de resultados e de projetos.

O evento contou com a estrutura de mesas redondas, com exposições e debates. Discutiu-se ainda, sobre a integração dos núcleos de mulher às universidades, nos mecanismos para lhes garantir vida própria e nas perspectivas e estratégias para o futuro, apontando a criação de redes como melhor subsídio. Muitas destas questões continuam atuais, sendo de relevância para a constituição da esfera acadêmica. São elas a forte inter-relação entre estudos acadêmicos, movimento de mulheres e instâncias políticas (COSTA & BLAY, 1992, p.10); a relação tensionada entre academia e militância (COSTA & BLAY, idem, p. 19); a interdisciplinaridade dos estudos (COSTA & BLAY, ibidem, p. 49) e a relação entre política e teoria acadêmica (ibid, p. 44 - 48). A elas darei atenção neste momento, apontando os argumentos e as interlocutoras, pesquisadoras que já faziam história, ou seja, que construíram a história recente deste campo de estudos.

De acordo com Eva Blay⁶¹ “ignorar a participação da mulher na política, no trabalho, no direito, foi uma constatação freqüente na USP”. Dessa forma, a autora perguntou às demais presentes ao debate sobre “qual o conhecimento destes temas nas universidades brasileiras”. Aliado a isto questionou ainda “como os núcleos vinham se integrando às universidades onde estavam instalados (COSTA & BLAY, 1992, p. 17)”. As respostas das presentes anunciavam as tensões entre academia e militância na forma de um distanciamento entre fazer política e teoria, bem como a busca de uma

⁶¹ Eva Alterman Blay é professora titular da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em Sociologia das Relações de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher, feminismo, gênero, participação política, política pública e imigração judaica (www.lattes.cnpq.br).

“desguetização” de suas pesquisas e de seus núcleos em suas universidades, através do reconhecimento de seus trabalhos junto às demais instâncias universitárias⁶².

Outra questão lançada por Eva Blay para as demais foi sobre a relação entre os núcleos acadêmicos e a sociedade em geral. Seriam os núcleos responsáveis por pesquisas e cursos de extensão? O papel dos núcleos era semelhante ao dos grupos feministas e das associações de mulheres? (COSTA & BLAY, *idem*, p. 17).

Guacira Louro⁶³ comentou que havia diferenças entre os núcleos no que dizia respeito a ações militantes. Que muitos destes possuíam uma proposta acadêmica que os diferenciava dos movimentos feministas (*Ibidem*, p. 19). Sônia Maluf⁶⁴ apresentou a realidade do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁶⁵. Segundo a autora, primeiro este núcleo se integrou com a proposta de realizar militância de dentro da academia, depois foi se alinhando em torno de propostas de pesquisa. A escolha do nome do núcleo evidenciava estas tensões internas, pois muitas delas, professoras acadêmicas, haviam participado anteriormente do movimento feminista e questionavam-se se deveriam constituir um núcleo de estudos de mulher ou de gênero. Ao mesmo tempo, comentava que “precisávamos assumir uma identidade. Batizamos o núcleo de estudos sobre gênero (...) é muito complicada esta relação com o feminismo, com o movimento, apesar de assumirmos e incorporarmos o feminismo como um de nossos princípios, como uma de nossas identidades” (MALUF, 1992 in COSTA & BLAY, 1992, p.34-35). A dificuldade a que se referia Maluf também aparece na fala de outras participantes e se coloca na oposição entre realizar ações políticas e estar na academia, espaço de fazeres e saberes próprios, nos quais a pesquisa e o ensino redirecionavam a forma de agir. Restava-lhes reverem formas de atuarem politicamente nestes espaços.

⁶² Já na década de 2000 discuto sobre a posterior consolidação da área através das ações de fortalecimento de publicações feministas e de encontros acadêmicos internacionais sediados em universidades brasileiras.

⁶³ Guacira Louro é professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora colaboradora voluntária do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS, onde atua na linha de pesquisa “Educação e Relações de Gênero”. Seu eixo temático é “Gênero, sexualidade e educação”. Atualmente, vem desenvolvendo pesquisas sobre “Teoria *Queer* e Educação” (www.ufrgs.br/faced/pos/docentes/guacira.htm, última visita em 15 de fevereiro de 2008).

⁶⁴ Sônia Maluf é profa. adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e representava o extinto núcleo de pesquisa NEG. Seus trabalhos são sobre saúde mental e gênero, sujeitos do feminismo, dentre outros.

⁶⁵ Este núcleo não existe mais. Em seu lugar, diversos outros núcleos sobre estudos de gênero foram criados, na UFSC, pelas participantes do extinto NEG. Este grupo de pesquisadoras construiu o Instituto de Estudos de Gênero, em 2006, além de participar da organização dos Seminários Internacionais Fazendo Gênero e da Revista de Estudos Feministas.

Portanto, para as acadêmicas, dizia Cristina Bruschini⁶⁶ (in COSTA & BLAY, *idem*, p. 37), existia a questão de “oposição entre militância e academia”, entretanto, as dificuldades próprias ao contexto acadêmico não se fizeram impeditivas. Assim foi que o ensino apareceu como espaço de possibilidade de exercer militância na academia para pesquisadoras como Eleonora Menecocci e Lia Machado⁶⁷ (in COSTA & BLAY, *ibidem*, p. 41, 45 e 47). Maria Lúcia Afonso⁶⁸ (in COSTA & BLAY, 1992, p. 44) comentava em favor da argumentação de que o trabalho científico é um trabalho político, favorecendo e ampliando a própria noção de militância e as ações concernentes. Portanto, não apenas as ações militantes conhecidas do movimento feminista seriam acionadas, mas a abertura para outras ações pertinentes às particularidades da universidade. Nestes termos, foi ressaltada a importância de perceber a diferença da forma burocrática como a academia se estrutura. As formas de democracia e sua relação com os espaços feministas na universidade se fazem a partir do conhecimento das singularidades do campo acadêmico⁶⁹. Portanto, uma das dificuldades apontadas foi a de que a academia também é uma máquina burocratizada e, em sua maioria, é pública e, pertencendo ao Estado, atua segundo leis e políticas governamentais para a educação e a pesquisa no país. De acordo com Albertina Costa⁷⁰ (COSTA & BLAY, 1992, p. 48) havia um conflito entre fazer pesquisa e atuar na gestão

⁶⁶ Cristina Bruschini é pesquisadora do departamento de pesquisas educacionais da Fundação Carlos Chagas. Suas pesquisas estão concentradas na área sobre gênero e trabalho (www4.prossiga.br/bvmulher/cedim/resumos/trab.html, última visita em 15 de fevereiro de 2008).

⁶⁷ Eleonora Menecocci é socióloga e profa. da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi militante feminista e de partidos de esquerda, no período da ditadura militar no Brasil. Seus grandes temas de interesse são gênero e saúde (www.scielo.br/revistas/reben/pedboard.htm, última visita em 15 de fevereiro de 2008). Lia Zanotta Machado é profa da Universidade de Brasília (UNB), do departamento de sociologia, atualmente coordena o grupo de pesquisa sobre feminismo, relações de gênero, raça etnia e geracionais (dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=4158314696146985, última visita em 15 de fevereiro de 2008).

⁶⁸ Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação. Atualmente Pesquisadora Visitante do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Presidente da Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). À época do Seminário era a representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), da UFMG.

⁶⁹ Este é um ponto de contato entre política e academia, para o qual apontarei mais elementos ao longo do texto, com posterior análise.

⁷⁰ Albertina de Oliveira Costa possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) (1964). Atualmente, é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e participa da comissão editorial das revistas *Cadernos de Pesquisa* (0100-1574), da *Revista de Estudos Feministas* (0104-026X) e da *Cadernos Pagu* (0104-8333). Tem experiência na área de sociologia e organizou várias coletâneas sobre gênero, além de coordenar o programa de dotações de bolsas de pesquisa e intervenção em gênero, masculinidades e feminismo, desde a década de 1990 (WWW.buscatexual.cnpq.br/buscatexual/visualizacv.jsp?id=K4777148A8, última visita em 15 de fevereiro de 2008).

pública. Ou seja, as questões administrativas e institucionais interfeririam diretamente nas possibilidades de realizar pesquisa na academia.

A relação entre política e teoria na academia passava por duas questões: a importância da presença de mulheres na universidade e os modelos teóricos e metodológicos sobre gênero e feminismo. Sobre o primeiro ponto, além de frisar o vínculo do movimento feminista, que abriu portas para o acesso destas mulheres à vida pública, foi ressaltado no encontro o auxílio que as pesquisas, as teorias e o *status* da ciência poderiam dar para as ações do movimento (AGUIAR, in COSTA & BLAY, 1992, p. 38).

Sobre os modelos de ciência e gênero e feminismos, Sônia Maluf apontava ainda que havia uma necessidade de trabalhar com a pluralidade de teorias e conceitos em torno dos estudos feministas, necessidades estas que ampliavam o próprio modelo de ciência, de um paradigma positivista para uma perspectiva pós-estruturalista (COSTA & BLAY, Idem, p. 42-43). Este encaminhamento teórico também viria acompanhar as ações do movimento feminista, que iniciava uma ampliação de atuações em torno de um sujeito mulher, para abarcar a pluralidade das mulheres, nas articulações entre a categoria de gênero com as de classe, raça, etnia, geração, dentre outras.

Sobre a interdisciplinaridade constatava-se a necessidade de interação entre as disciplinas, uma vez que naquele momento, o que se percebia era que os núcleos de estudos em sua maioria atuavam disciplinarmente⁷¹. As características peculiares aos estudos de gênero e mulheres, dentre elas a necessidade de análises e perspectivas teóricas que ampliem as fronteiras disciplinares já eram apontadas como altamente pertinentes, sendo alocadas como estratégias para o futuro da área (COSTA & BLAY, 1992, p. 49).

Comentava-se na plenária e nas falas durante as mesas que, paulatinamente, havia uma passagem de “núcleos sobre mulheres” para “núcleos que incluem outras temáticas gerais”, mas que continuam tomando gênero como categoria.

⁷¹ O núcleo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) era um dos poucos interdisciplinares naquele momento, que manteve atuações neste nível mais tarde, como foram as criações do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e do próprio Seminário Internacional Fazendo Gênero, que será fruto de análise neste capítulo.

Uma outra evidência a que se chegou neste encontro foi a de que houve uma mudança estrutural nas várias formas que o movimento de mulheres e o movimento feminista assumiram no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990: as organizações de mulheres da sociedade civil ligadas ao Estado estavam sendo substituídas por núcleos universitários voltados para o estudo da mulher e estes, por sua vez, tendiam a se tornar cada vez mais numerosos.

Uma década depois, outra produção da Fundação Carlos Chagas serviu de subsídio para discussão sobre a área acadêmica feminista e de gênero no Brasil: o livro “Gênero, democracia e sociedade brasileira” (2002), organizado por Cristina Bruschini e Sandra G. Unbehaum⁷². A intenção da Fundação foi realizar mais um seminário, aos moldes do Seminário de Estudos sobre Mulher no Brasil, em 1990, reunindo um grupo de pesquisadoras especialistas no tema, muitas delas presentes no seminário anterior. “O eixo norteador das discussões no Seminário Estudos de Gênero Face aos Dilemas da Sociedade Brasileira, realizado em Itu, São Paulo, em março de 2001, foi o da inter-relação entre as questões de gênero, a democracia e a justiça social como um dos principais desafios para o pensamento feminista contemporâneo” (BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002, p. 07).

Segundo as autoras, neste momento o campo já havia assumido um grau de maior maturidade, sendo assim, os objetivos do encontro foram os de avaliar e refletir sobre o impacto dos estudos de gênero em alguns temas importantes, naquele instante, para a sociedade brasileira – cidadania, direitos humanos, justiça social⁷³. O livro que resultou deste encontro foi organizado com artigos das participantes⁷⁴, discutindo as temáticas supracitadas⁷⁵.

⁷² Neste mesmo ano, o Cadernos Pagu – Unicamp – produziu uma revista (n. 16) intitulada “Desdobramentos do Feminismo”, com um dossiê organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes, denominado “Feminismo em Questão, Questões do Feminismo”. Esta coletânea conta com artigos de Mariza Corrêa, Cynthia Sarti, Mary Garcia Castro, Maria José Rosado, Mônica Tarducci, Heleieth Saffioti e Lucila Scavone (Cadernos Pagu (16) 2001).

⁷³ Um outro objetivo do seminário foi comemorar os 20 anos do Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, responsável pela realização de oito concursos de dotações, o primeiro em 1978 e o último em 1998 (BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002, p. 08).

⁷⁴ Estiveram presentes ao seminário e com artigos publicados na coletânea as seguintes pesquisadoras: Cristina Bruschini, Sandra Unbehaum, Nancy Fraser, Céli Regina Pinto, Bila Sorj, Jacqueline Pitanguy, Maria Betânia Ávila, Clara Araújo, Sueli Carneiro, Fúlvia Rosemberg, Guacira Lopes Louro, Elza Berquó, Cláudia Fonseca, Mireya Suárez, Lourdes Bandeira, Heleieth I. B. Saffioti, Helena Hirata, Sonia Corrêa, Marina Ferreira Réa, Maria Luiza Heilbon e Eli Zaratesky (BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002).

⁷⁵ Foi convidada para o Seminário a profa. Nancy Fraser, filósofa feminista da Universidade de Nova York, visto que suas principais pesquisas focalizavam o feminismo numa era do reconhecimento e sua

Mudanças perceptíveis são apresentadas nos dois seminários da década de 1990 em relação a este último, já nos anos 2000. Não aparecem mais as preocupações com a formulação de redes e a consolidação de revistas científicas e núcleos de pesquisa, visto que a área se desenvolveu e estruturou-se em torno de alicerces firmes. Dessa vez, a preocupação passa a girar em torno de questões macro-estruturais, ou seja, da organização das produções desta área na interface com a sociedade brasileira, na qual este campo se firma. Dessa forma, o diálogo com o movimento feminista passa a se travar na perspectiva de concretizar uma transformação social a partir das especificidades de duas das esferas feministas: a acadêmica com sua linguagem teórico-conceitual e metodológica, e o movimento com a organização de ações voltadas para o acesso à cidadania das mulheres brasileiras. Entretanto, o fio que separa as demandas e atividades de cada esfera parece se fragmentar, diluindo-se na realização, cada vez maior, de pesquisas e avaliações de ações por parte das ONGs feministas, abrindo novas possibilidades de diálogo no mundo acadêmico que se orienta pelos estudos de gênero e feminismo (Diário de Campo, 2005 e 2006).

A esfera governamental, com a presença de mulheres advindas do meio acadêmico, também se relaciona com a área de estudos de gênero de forma cada vez mais híbrida, embora continue com objetivos bastante definidos, a saber, a realização de políticas de fomento à pesquisa na área e o debate de políticas públicas tendo a voz de acadêmicas como suporte técnico⁷⁶.

Minha apresentação desses encontros da década de 1990 teve como referência os documentos produzidos a partir deles. Trago, a seguir, uma discussão sobre dois outros grandes encontros acadêmicos feministas, realizados nos anos de 2005 e 2006, os quais observei e etnografei durante a realização dessa pesquisa. O objetivo, neste momento, é o de aproximar o olhar que observa e analisa, de forma tal que sentidos e discursos feministas possam vir à tona e se (em)prestar às análises concernentes (FAUCONNIER, 1997).

interface com um projeto político mais amplo de democracia e justiça social (BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002).

⁷⁶ Estas questões foram debatidas no capítulo anterior, quando descrevi o Encontro Pensando Gênero e Ciências, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em março de 2006, em Brasília (DF). No referido seminário, questões concernentes ao “estado da arte” da área de estudos de gênero, mulheres e feminismo, bem como políticas públicas de apoio às ciências por parte das mulheres que compõem esta área temática foram discutidas em três dias de atividades, que estão publicadas no Relatório do Encontro Pensando Gênero e Ciências, Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006.

4.4. Os encontros acadêmicos na década de 2000 e sua importância para a esfera acadêmica no campo feminista.

Descrever os encontros acadêmicos feministas pode parecer atividade simples, visto que a maior parte das leitoras e leitores desta tese advém do meio acadêmico, estando “acostumados” à participação em encontros, congressos, reuniões científicas. Estes espaços cultivados no mundo científico têm caráter de ensino e aprendizagem. Desde cedo aquelas pessoas que se iniciam na carreira acadêmica aprendem a necessidade de compartilhar o saber, através da participação nesses espaços, ou seja, da interlocução com os pares “científicos” (HABERMAS, 1990). Além disso, compor participações, acoplando-as no currículo da Plataforma Lattes, é condição *sine qua non* na vida das cientistas que almejam prosseguir nesta carreira: apresentar trabalhos e publicá-los em anais dos congressos científicos tem importância especial para o “bom” desempenho e crescimento, tanto pessoal quanto dos núcleos de pesquisas. Ou seja, a Plataforma Lattes é fonte simultânea de fomento e de prestígio científico.

Além desta característica peculiar aos encontros acadêmicos em geral, aqueles voltados aos estudos feministas, de mulheres e de gênero possuem características específicas do próprio campo feminista. Elementos de tensão já citados neste capítulo se apresentam mais uma vez: ciência tradicional versus teorias feministas, teoria versus prática, militância na academia, e circulação de teorias (MALUF, 2004), tanto dentro da esfera acadêmica como na interface desta com as esferas do movimento feminista e do governo.

Aliada a estes, é apontada a necessidade de consolidação do campo de estudos de gênero no meio científico. Por isto, foi realizado convite a governantes e representantes do movimento social, para participarem de ambos os encontros, como estratégia de fortalecimento do campo. Entretanto, aquelas que participam destes espaços, devem “respeitar” regras de conduta do meio científico e seu discurso próprio, que trata os fenômenos do senso comum a partir de análises teóricas, reflexões e descrições “avaliativas” sobre os fenômenos de estudos (DINIZ, ADRIÃO E BECKER, 2006).

A linguagem científica pode possibilitar ainda, para o movimento feminista, que este descreva sua prática e reflita sobre ela no meio acadêmico, usando as ferramentas da academia como suporte; e, para o governo, que este consolide a

importância do campo com lançamento de apoio e fomento à pesquisa e utilizando as referências do conhecimento científico para respaldar suas próprias ações (BLAY, 2005)⁷⁷.

A análise será feita a partir da interpretação das questões anunciadas no início do texto. Para tanto, elegi momentos dos encontros que atuarão como *frames* (FAUCONNIER, 1997) de algumas disputas, da conformação ou não de problemáticas, da consolidação ou não de discursos. A maior parte destes pontos tinha destaque desde a década de 1980, quando do início da constituição da esfera acadêmica feminista brasileira. Alguns deles também eram parte de uma pauta de importância, elencada através dos encontros avaliativos das décadas de 1990 e 2000. Outros foram momentos polêmicos, que surgiram na etapa de campo, nos dois encontros descritos a seguir.

De uma forma geral categorizei os eventos em dois grandes flancos, tendo como norte o diálogo com a literatura dos encontros da década de 1990, e o intuito de relacioná-los com os acontecimentos atuais, de 2005 e 2006. Mantenho os mesmos títulos nas duas análises, e estes são: a) preocupações presentes, desde a década de 1990, que se mantiveram e b) novas questões ou demandas. Esses dois grandes flancos são atravessados, por sua vez, por tópicos que relacionam o debate epistemológico e metodológico. São estes: a tensão entre produção acadêmica e ativismo ou militância, a presença das mulheres nas universidades – entre uma questão de posicionamento político e ou uma “presença de método ou olhar teórico próprio” –, e a questão da interdisciplinaridade.

Dentre as diversas temáticas e demandas debatidas nos encontros feministas, elenquei algumas com as quais trabalharei. A eleição das mesmas deu-se por possibilitarem meu diálogo com os demais capítulos da tese, no sentido de demarcar e delimitar o meu campo de pesquisa e a constituição de meu objeto de estudo. Elas estão inseridas no tópico b, sobre novas demandas, e diferem um pouco em cada um dos dois encontros. Mantive, em ambos, as seguintes temáticas: tradução e viagem das teorias e diversidade; acrescentando, na análise do Fazendo Gênero: sujeitos do feminismo e masculinidades.

Os encontros escolhidos como campo desta pesquisa se fizeram pela situação determinante e central que ocupam no cenário acadêmico feminista atual. Ambos

⁷⁷ Texto publicado no Caderno de Resumos e Programação do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina (2005), que foi fonte de etnografia para esta tese.

aconteceram em universidades federais que não se encontram no eixo Rio-São Paulo, mas que, apesar disto, concentram uma grande produção científica na área de gênero, através de núcleos de estudos sobre mulher e gênero consolidados desde o período de 1990. Além disso, os núcleos aos quais estou me referindo – NEIM (UFBA) e o extinto NEG (UFSC) – vieram a formar e fazer parte de duas grandes redes nacionais de produção acadêmica: o NEIM fundou a REDOR, e o segundo fundiu-se em um aglomerado de ações (vários núcleos interdisciplinares sobre estudos de gênero, A Revista de Estudos Feministas e o Instituto de Estudos de Gênero - IEG) que se concentram em torno do Seminário Internacional Fazendo Gênero, o qual realiza em 2008 sua oitava edição bianual.

O I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI foi organizado pelo NEIM (UFBA) em uma iniciativa de grande fôlego que uniu a produção das regiões Norte e Nordeste, ampliando o diálogo para as demais regiões do país, bem como para parcerias acadêmicas latino-americanas e européias. O mesmo congregou também os encontros das redes brasileiras feministas acadêmicas REDOR, REDEFEM e Rede Baiana de Pesquisadoras, com vistas a debater a produção acadêmica atual e os seus passos futuros. Estes fatos apresentam a dimensão deste encontro, ao mesmo tempo em que corroboram a sua importância.

Da mesma forma, o Seminário Internacional Fazendo Gênero já faz parte da agenda nacional e latino-americana daquelas que produzem a partir de um enfoque de gênero e feminista. O mesmo consolida-se a cada nova versão, em parte pelo aumento gradativo no número de participantes e de propostas científicas apresentadas, mas também pelo fato de ser organizado por um grupo consolidado através de suas diversas ações de fortalecimento e de divulgação da produção acadêmica (seja através da criação do IEG, seja pela área de concentração estudos de gênero no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, bem como pela produção da Revista de Estudos Feministas).

4.4.1. O I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina.

Com o título de Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, esse grande evento agregou mais quatro encontros acadêmicos de modalidades variadas – encontro de rede nacional, de rede regional, passando por encontro de centros e programas de estudos de gênero da

América Latina e Caribe, e agregando ainda um Simpósio Estadual de pesquisadoras. Estes demais encontros foram assim intitulados: VII Encuentro de Centros y Programas de Estudios de La Mujer y de Género em Instituciones de Educacion Superior de América Latina y El Caribe; V Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM); XII Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Género (Redor); e XI Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Género (NEIM)⁷⁸.

O evento aconteceu entre os dias 06 e 09 de dezembro de 2005, na cidade de Salvador, Bahia, no Salvador Praia Hotel, e foi organizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁷⁹.

A programação geral do evento trouxe desde reuniões das redes REDEFEM e REDOR quanto o debate sobre teorias feministas e sobre o feminismo acadêmico, dando realce às revistas e aos programas de pós-graduação. Na abertura, no primeiro dia do evento, houve uma “sessão solene” com a presença das organizadoras, do reitor da Universidade Federal da Bahia e de representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O reitor direcionou sua fala exaltando o lançamento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Género e Feminismo (com mestrado e doutorado), recém criado na UFBA. O NEIM, enquanto organizador do programa, foi prestigiado e o campo de estudos de género e feminismo recebeu atenção especial na fala do reitor, visto que o referido programa direciona-se especialmente a este campo e é o único no Brasil. Em seguida, houve a fala de Sônia Malheiros Miguel, sub-coordenadora da SPM, na qual destacou o edital, também recém criado pelo CNPq para pesquisas na área de estudos de género, feminismo e sobre mulheres. 335 Propostas haviam sido enviadas, de todas as regiões do país, o que evidenciava uma produção significativa. Além disto, também destacou o Prêmio Igualdade de Género, que selecionaria desde redações de estudantes de ensino médio, a pesquisas de estudantes de graduação e de pós-graduação⁸⁰, com publicação dos trabalhos vencedores (Diário de Campo, 2005). Sônia comentou ainda que estas iniciativas buscavam conduzir a um estímulo e um crescimento da carreira das mulheres nas ciências, bem como à temática de estudos de género no Brasil, e que duas outras iniciativas da SPM eram tornar o

⁷⁸ Caderno de Programação e Resumos do Evento, por extenso, 2005.

⁷⁹ Como já descrevi anteriormente, o NEIM foi o segundo Núcleo de Estudos sobre Mulher criado no país, entretanto, como o primeiro foi extinto, ele tornou-se o primeiro, visto que continuou ativo. Suas integrantes fundaram redes feministas (dentre estas, a REDOR) e auxiliaram na consolidação do campo no Brasil (Diário de Campo, 2005 e COSTA & BLAY, 1992).

⁸⁰ Que teve sua segunda edição no segundo semestre de 2007.

edital do CNPq para a área de gênero regular⁸¹ e permanente e organizar o primeiro Encontro de Núcleos de Pesquisa sobre Mulher e Ciência do país⁸².

Esta sessão de abertura já indicava, a meu ver, o tom deste grande encontro internacional, que era o de consolidar a área de estudos de gênero através do diálogo com outras esferas, para além da acadêmica, apesar de se propor a discutir pesquisas ao longo dos três dias. Neste caso, questões políticas, principalmente a da visibilidade, foram estrategicamente apresentadas nesta primeira parte do evento. Ou seja, comentava-se que, ao mesmo tempo em que o reitor descrevia para as demais presentes as iniciativas do núcleo baiano NEIM, ele também era impactado pela grande presença de pesquisadoras de várias regiões do país e da América Latina, além da representante do governo federal, que anunciava a preocupação deste com políticas voltadas para a área (Diário de Campo, 2005). Serei mais específica nos relatos descritivos dos dias do evento, analisados através dos eixos supracitados.

4.4.1.2. Os eixos analíticos:

4.4.1.2.1. As preocupações que permaneceram desde a década de 1990

As questões centrais são atravessadas por tópicos que relacionam o debate epistemológico e metodológico e estas são:

a) Teoria e Prática

Esta questão, já tratada nos seminários da década de 1990, continua sendo uma preocupação na entrada do século XXI. Se antes o debate se concentrava em salientar especificidades do espaço de produção científica – demarcando distinções entre os discursos e as ações acadêmicas e do movimento social –, agora esta preocupação se amplia, alçando possíveis limitações e muitas imbricações entre a esfera acadêmica e a do movimento feminista, sob o ponto de vista epistemológico.

O debate sobre a possibilidade de uma ciência e uma epistemologia aos moldes feministas traz a ação de militância com maior proximidade das teorias, fortalecendo o pensamento de que pesquisa e ensino podem estar mais próximos de uma práxis ativista ou militante. Entretanto, as formas de militar podem diferir das usualmente utilizadas pelo movimento feminista, vindo a caracterizarem-se como alternativas de relacionar

⁸¹ Não foi reeditado ainda.

⁸² O mesmo já vinha sendo prometido desde a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em julho de 2005 (Diário de Campo, 2005 e 2006), entretanto, somente veio a acontecer em março de 2006, em Brasília (DF). Foi descrito e analisado no capítulo dois desta tese.

teoria e ação. Dessa forma, sugerem a possibilidade de fazer ciência engajada, sem com isto perder o *status* de participar do *ethos* científico tradicional – para o qual a proximidade com a militância pode interferir no processo e no resultado dos dados científicos – e do qual a produção de gênero e feminista não deixa de participar.

Dentre as forma de atividades militantes desempenhadas pelas acadêmicas estava a preocupação com temáticas caras às ações do movimento feminista, em particular, a violência de gênero. Esta apareceu no terceiro dia de encontro, em Salvador. A mesa redonda tratou sobre “Contribuições do feminismo para o enfrentamento da violência”, com coordenação de Ana Alice Costa (NEIM-UFBA) e presenças de Lourdes Bandeira (UNB), Montserrat Sagot (UCR, Costa Rica), Concha Villanueva (Uni. Complutense de Madrid, Espanha) e Norma Vassalo (Universidad de Havana, Cuba), caracterizando uma demanda que correlaciona interesses da agenda de ações do movimento feminista, bem como das pesquisas acadêmicas, desde a década de 1980.

Outra interface entre militar e atuar academicamente foi a formação de redes de pesquisa. Veja-se no relato abaixo descrito:

Ao final do terceiro dia de encontro houve a Assembléia Geral da REDEFEM que discutiu sobre a continuidade da rede, a nova coordenação e formas de manutenção financeira da mesma. Este debate foi bastante demorado, visto que decorreram várias horas na apresentação dos trabalhos, na dificuldade em dividir as atividades de coordenação da rede, na busca por uma nova coordenação e no debate sobre uma possível institucionalização da rede, a partir do exemplo da REDOR que havia se tornado uma ONG há exatos nove anos [...]. Não se chegou a nenhuma decisão, entretanto houve uma mobilização das pesquisadoras e dos pesquisadores presentes que dividiram tarefas de forma a chegarem a uma alternativa cabível para a rede. Ficou evidente que existe uma dificuldade de se manter uma rede, já que a mesma não se caracteriza dentro das funções de produtividade que as professoras universitárias devem cumprir, vindo a ser um trabalho cunhado como “militante” (Diário de Campo, 2005).

Aqui a militância ganha o sentido de uma tarefa necessária para o desenvolvimento do feminismo na academia, que, por sua vez, é desempenhada sem remuneração, já que não está incluída dentre as funções de uma profissional acadêmica, pesquisadora ou professora. De forma similar, no movimento feminista e em outros movimentos sociais, chamados de novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006), que ressurgiram no período de reabertura democrática do país, também havia a

atribuição de sentido à militância como uma função que não recebia remuneração. Não apenas as redes, mas o trabalho nas revistas e outros periódicos e a organização dos encontros também o são. Entretanto, como já discuti no capítulo um, sobre a esfera do movimento feminista no campo feminista brasileiro, os financiamentos internacionais e o surgimento de várias ONGs feministas modificam a relação entre militar e remunerar uma atividade ou um profissional, alterando inclusive o grau de especialização que as ONGs passam a ter, bem como suas profissionais. Dessa forma, no campo científico passa a haver a preocupação com financiamentos para estas atividades necessárias ao desenvolvimento e visibilidade do campo feminista acadêmico – organização de redes, encontros, dentre outros – e que não possui financiamento. Uma estratégia discutida, na qual detenho-me mais abaixo, foi tornar algumas das redes com estatuto de ONG (a REDOR recorreu a essa alternativa).

b) A presença das mulheres nas universidades

O debate sobre a participação de mulheres nos espaços públicos data das primeiras conquistas do movimento feminista, em todos os locais do globo nos quais este se faz presente, e no Brasil não podia ser diferente. Na esfera acadêmica esta participação ganha especificidade concernente com as preocupações de se fazer ciência. Ou seja, algumas teóricas feministas lançam a crítica ao modelo tradicional de ciência, que produz uma análise e uma metodologia androcêntricas, nos quais o ponto de vista feminino não encontra reverberação. Aliam-se a este debate epistemológico a iniciativa dos governos e ações de políticas públicas afirmativas, nas décadas de 1980 e 1990, galgadas nas grandes conferências, segundo as quais é necessário que mulheres estejam presentes, produzindo sobre sua própria realidade e debatendo sobre o fazer científico deste lugar específico. Dessa forma, fortalecem-se os núcleos acadêmicos no Brasil e em outros lugares, como nos Estados Unidos da América (GERGEN, K. 1993) nos quais a produção sobre mulheres é incentivada.

Muitas críticas (UNBEHAUN, 2000; ARILHA, 1999; SIQUEIRA, 1999 e 1997; LONGHI, 2001, dentre outras) alcançaram ainda na década de 1990 essa produção, alterando-a e fomentando estudos sobre masculinidades. Além disso, críticas a esse modelo epistemológico foram realizadas (HARDING, sd; LONGINO, 1996; e no Brasil CITELI, 2000, dentre outras) destacando que a produção não androcêntrica não teria que necessariamente ser “feminina”. Antes, o debate deveria se colocar em torno da presença de um método ou um olhar teórico próprio, que sáísse do viés tradicional

positivo e que buscasse a subjetividade como possibilidade de ampliação teórica. Coloco-me a favor desta segunda vertente, percebendo, entretanto, que no encontro de Salvador o debate não clareava estas questões.

Havia, por parte dos governos municipal, estadual e federal, presentes nas mesas de abertura e fechamento do encontro, a preocupação com a construção de políticas de fomento à pesquisa e de criação e fortalecimento de núcleos de pós-graduações em estudos de gênero e feminismo, inclusive como estratégia de fortalecimento do campo.

Entretanto, o debate epistemológico, quando veio a se realizar, alçou a distinção entre “generólogas” e “feministas”. Esta categoria *êmica* foi trazida pelas que se denominaram de “feministas” e dicotomizava o campo a partir de um duplo viés: militante e teórico. Dividia, dessa forma, as pesquisadoras feministas entre aquelas que se preocupavam com a perspectiva de gênero e as que tomavam as ações do movimento de mulheres como aporte, como se o posicionamento por trabalhar com o gênero dificultasse a visibilidade das conquistas das mulheres nos espaços políticos. A tensão da presença de mulheres nos espaços acadêmicos de poder dividia o campo a partir de um questionamento entre produção teórica de gênero e pós-estruturalista de um lado (BUTLER, 2003; STRATHERN, 1988), e posicionamento político e visibilidade das questões, a partir da assunção do sujeito mulher, de outro. Buscando clarear este embate, apresento alguns trechos do Diário de Campo:

Foi evidenciada mais uma tensão, no auditório central do encontro, no qual aconteciam as grandes mesas redondas. Neste caso, no interior da esfera acadêmica, a divisão do campo entre as estudiosas de gênero ou “generólogas” em contraposição às “estudiosas feministas”. A denominação foi feita por pesquisadoras que também exerciam a função de organizadoras do evento, em Salvador. Colocavam que trabalhar com gênero despolitizava tanto a academia quanto o movimento feminista, visto que o termo gênero diluía a produção androcêntrica e o mandato masculino sobre as mulheres, fato este que precisava continuar sendo visibilizado. Além disso, a presença de mulheres nos espaços de poder deveria ser buscada como alternativa. Para aquelas que se colocavam a favor do uso do conceito gênero era importante politicamente sair da dicotomia entre masculino e feminino e buscar uma perspectiva relacional, sem que as mulheres perdessem seus direitos (Diário de Campo, 2005).

Estas tensões já se apresentavam, no ano de 2002, no Encontro Internacional Fazendo Gênero 5 – Feminismo como Política, em Florianópolis (SC), quando foi lançada a discussão em torno da despolitização que o conceito de gênero poderia trazer para as conquistas feministas. No Seminário Internacional Feminista Acadêmico de Salvador este debate foi trazido de volta, inclusive com colocações de que “o seminário tinha que ser chamado de feminista e não de seminário de estudos de gênero”, fato este salientado pelas organizadoras do evento, ao comentarem sobre o processo de concepção do mesmo (Diário de Campo, 2005).

Na primeira mesa redonda “Repensando as Redes”, com presença das coordenadoras da REDOR, da REDEFEM e da RED Latino Americana, o debate centrou-se em torno de dois eixos: o dos usos do conceito de gênero e o da constituição das redes. Glorea Coreaga e Marlise Matos discutiram sobre como o gênero “seria uma das propostas mais importantes do feminismo e que as mulheres primeiro, e os homens depois, foram tomando este conceito em seus trabalhos de pesquisa, posto que a perspectiva de gênero está em consonância com outras perspectivas críticas” (COREAGA, 2005)⁸³, além do que “o gênero deveria ser conceituado como um campo e não como uma categoria”⁸⁴. Há uma profunda polifonia nesta arena, posto que o gênero esteve funcionando como eixo aglutinador de imensas reflexões teóricas” (MATOS, 2005)⁸⁵. A pesquisadora colocou ainda que o gênero recebe a crítica de ser um conceito despolitizador, comprometendo uma agenda propriamente feminista. Acrescenta que houve uma expansão do conceito, ultrapassando áreas disciplinares e atingindo as políticas do Estado e também as ciências duras. Apesar disto, a tensão se fez, pois muitas das presentes não concordavam com o caráter politizador do gênero, preferindo os termos feminismo e mulher como estratégia, e salientando a necessidade de visibilidade da presença de mulheres pesquisadoras no campo acadêmico.

Este fato também evidencia como a presença ou não de mulheres nos espaços acadêmicos é uma estratégia que está diretamente relacionada aos postulados de base

⁸³ Glorea Coreaga, em fala na mesa “Repensando as Redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina (Diário de Campo, 2005 e Caderno de Programas e Resumos do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, 2005).

⁸⁴ Marlise Matos utiliza, nesta argumentação, o conceito de campo bourdiano, tal qual descrito na introdução desta tese.

⁸⁵ Marlise Matos, em fala na mesa “Repensando as Redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina (Diário de Campo, 2005 e Caderno de Programas e Resumos do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, 2005).

epistemológica sobre o *modus* de fazer ciência e as práticas do *ethos* científico, que por sua vez trazem para primeiro plano o debate sobre a possibilidade de se fazer uma ciência e uma epistemologia feminista e de que feminismo se fala.

c) A questão da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade permaneceu como uma preocupação daquelas que participam do campo de estudos feministas e de gênero, desde a década de 1990. Entretanto, se nos seminários do século XX havia espaço formal na estrutura dos encontros para o debate interdisciplinar, no momento atual este debate se desenrolou de outra maneira. Afirmando que havia, ainda que tangencialmente, a presença desta questão, seja através da conformação das mesas de trabalho, com participantes de distintas disciplinas, seja pela comemoração da constituição, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Feministas e de Gênero, alçada e coordenada pelo núcleo NEIM. Entretanto, causou-me preocupação a forma como esta temática apareceu, posto que dessa forma dava margens para a interpretação de que seria uma questão resolvida pela esfera acadêmica. Ao contrário disto, acredito que a questão da interdisciplinaridade aparece como uma possibilidade de salientar as dificuldades epistemológicas e metodológicas de se fazer ciência em uma perspectiva feminista, justamente por causa do olhar teórico sobre a forma de se fazer ciência que a mesma revela. Afirmando isto porque o que se presenciou nos estudos do campo presentes neste encontro de Salvador foram análises disciplinares dos fenômenos estudados. Longe de afirmar a possibilidade de se fazer ciência numa perspectiva interdisciplinar, a conjugação de várias disciplinas aparecem no campo de estudos de gênero e feminista como um conglomerado de disciplinas e áreas que buscam um diálogo, sem no entanto dialogarem efetivamente. Esta é uma questão de difícil análise, visto que guarda as especificidades de constituição de cada *ethos* disciplinar com suas características peculiares de constituição e de um objeto de estudo, de um método e de uma análise próprios, além de terem um histórico específico de teorias e linhagens. A chamada aqui então parece ser a de um desafio interdisciplinar de superação e não apenas de um diálogo entre disciplinas.

d) Estratégias político-acadêmicas

Foram diversas as estratégias e todas tinham como intuito manter e fortalecer o campo acadêmico de estudos de gênero e feminista. A primeira destas buscava ressaltar

a relação entre as esferas feministas da academia e do governo, através de políticas públicas específicas de fomento e de estímulo às pesquisas sobre relações de gênero e feminismo. As mesas de abertura e de fechamento do encontro contaram com a presença de representantes dos poderes executivo e legislativo do estado da Bahia e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal. Nas mesmas foram anunciadas parcerias entre governo e academia através de fomentos em forma de editais de pesquisas específicos, do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e do primeiro Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa sobre Mulher, Gênero e Feminismo, como ações governamentais que são também expressões do crescimento do campo e frutos do diálogo entre academia, governo e movimento feminista. Além disso, a presença do governo estadual no encontro também foi uma demonstração da importância dada às ações das pesquisadoras do campo através da exaltação do Programa de Pós-Graduação recém criado. Houve ainda, na sessão de encerramento, uma homenagem da Comissão da Mulher da Assembléia Legislativa da Bahia ao NEIM (UFBA). Esta sessão foi coordenada por uma deputada do Estado da Bahia e também presidente da Comissão Especial da Mulher da Assembléia.

Durante o encontro, a temática do acesso às políticas públicas voltadas à igualdade de gênero foi discutida através de dois olhares, o do impacto das políticas para o movimento e para a academia. Entretanto, este debate fez-se principalmente do ponto de vista das pesquisadoras e acadêmicas, tendo em vista a característica de ser um encontro científico e, portanto, contar com a presença maciça de mulheres desta esfera, somado ao fato de um encontro acadêmico ter características discursivas e logísticas que fortalecem esta distinção.

Outra estratégia político-acadêmica presente no programa oficial do encontro de Salvador foi fortalecer a parceria entre acadêmicas de diferentes regiões, de forma tal que as produções acadêmicas de cada localidade tivessem maior visibilidade, sendo divulgadas entre as demais, além de possibilitar futuras pesquisas em rede. Este fato foi conferido no segundo dia do evento, através da mesa redonda “Programas de Pós-Graduação”, com participação da UCA – Nicarágua (Ligia Garcia), UAM – México (Ana Lau), FLACSO – Equador (Mercedes Prieto), UNC – Colômbia (Maria Elvia Blanco), UC – Equador (Rosa Mercedes Cardenas) e PPGNEIM/UFBA – Brasil (Silvia Lúcia Ferreira).

Uma terceira estratégia foi a da constituição e fortalecimento de redes, preocupação presente desde a década de 1990. As redes REDOR e REDEFEM foram

criadas com os mesmos objetivos – de fortalecer a produção de suas regiões – nessa década e atravessaram o milênio com algumas dificuldades e alternativas de atividades. Na mesa redonda “Repensando as Redes”, no primeiro dia de trabalho, as falas focaram o desenvolvimento das redes feministas, como a REDOR e a própria REDEFEM. A primeira tomou o caminho de se institucionalizar, na intenção de conseguir financiamentos e, conseqüentemente, fortalecimento dos seus objetivos. Entretanto, foi discutido que a estrutura disciplinar rígida lançava dificuldades para uma perspectiva interdisciplinar, buscada por estas redes, que possuem associadas de distintas áreas como as de saúde, educação, ciências humanas, letras e literatura. Dentre as dificuldades, a maior destas é a de ordem financeira. Acompanhemos o relato de campo:

Nesta mesa foi colocado que a REDOR foi criada com o objetivo de unir as pesquisadoras que estavam fora do eixo Sul-Sudeste e que se encontrassem no Norte e Nordeste brasileiros, de forma tal que minimizassem as discrepâncias em relação às regiões Sul e Sudeste [...] Apresentaram como resultados dos 13 anos da rede a sua ampliação, com filiação e criação de novos núcleos, a ampliação da produção acadêmica no Norte e Nordeste e a qualificação das pesquisadoras filiadas (Diário de Campo, 2005 e SARDENBERG, 2005)⁸⁶.

Uma das questões colocadas no debate desta primeira mesa referia-se à lógica acadêmica, necessária para o sucesso das redes, mas que “estimulava a competitividade entre as profissionais, que se guiavam pelos processos de avaliação da Capes e do CNPq”. “Se a competitividade é colocada na literatura sobre gênero e mulheres como uma característica do ‘masculino’ e do patriarcado, nas sociedades ocidentais, como as teorias e práticas feministas poderiam atuar no sentido de criar alternativas a esse processo produtivista e competitivo?” (Diário de Campo, 2005). Logo de início, o debate se encaminhou para a existência de uma ciência e de uma epistemologia feminista que navegaria em direção oposta à imposição neo-liberal nas ações políticas dos governos e que utilizaria os construtos teóricos como aportes para as transformações na sociedade. Ou seja, numa relação intensa entre o que é produzido academicamente e as ações cotidianas da sociedade, em particular dos movimentos sociais. Porém, as respostas da mesa não discutiram a questão do ponto de vista teórico, antes lançaram possibilidades de intercâmbio de teorias e pesquisas através das redes já

⁸⁶ Cecília Sardenberg, fala na mesa “Repensando as Redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina (Diário de Campo, 2005 e Caderno de Programas e Resumos do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, 2005).

formadas. As alternativas apontadas direcionavam-se para um fortalecimento institucional, através do trabalho coletivo, posto que “a articulação reduziria a competição” (SARDEMBERG, 2005)⁸⁷.

No segundo dia do encontro houve, após o jantar, uma assembléia geral da REDOR. Nesta foram discutidos os pontos já levantados na mesa do primeiro dia, com destaque para o prosseguimento das ações de fortalecimento, dentre as quais os financiamentos e a consolidação das parcerias já existentes, no interior da própria rede e desta com as demais redes feministas.

Portanto, a preocupação dos encontros da década de 1990 sobre a integração dos núcleos de mulher às universidades, os mecanismos para garantir vida própria aos núcleos, o futuro dos núcleos da mulher e o fortalecimento do perfil dos mesmos permaneceram como pontos importantes no encontro de Salvador, apesar das dificuldades prementes que as redes atravessam.

A quarta estratégia político-acadêmica identificada no evento foi fortalecer a produção acadêmica através das revistas e periódicos sobre estudos de gênero e feminismo. Na programação oficial havia uma mesa redonda chamada “Revistas Feministas” que contou com a coordenação de Tânia Navarro Swain (Revista Labrys UNB) e as participações de Cecília Laguna (Revista La Albaja), Joana Pedro (Revista de Estudos Feministas – REF), Suely Gomes Costa (Revista Gênero), Iara Beleli (Cadernos PAGU- UNICAMP) e Cecília Olivares (Debate Feminista – México). Nesta mesa, foi comentado pela coordenadora que talvez o único ponto em comum entre teorias e militância fosse o termo transformação. Ou seja, que ambas as esferas acadêmica e do movimento feminista buscavam transformação social, entretanto a partir de estratégias distintas. Organizar a produção acadêmica em revistas com ótimo grau de avaliação pela Capes foi identificada como uma das estratégias mais bem sucedidas do campo. Esta assertiva orientou o debate sobre o lugar das revistas dentro do campo feminista acadêmico, realizando, concomitantemente, a divulgação da produção de pesquisadoras da academia e do movimento feminista. Vem se consolidando no campo feminista a presença de mulheres com formação acadêmica que trabalham ocupando cargos em ONGs feministas – na esfera do movimento – ou nos espaços governamentais, fato este que alça as teorias e os conceitos a uma circulação maior, para além da própria esfera acadêmica, de forma tal que altera a conformação do campo

⁸⁷ Idem.

atual. Ou seja, as teorias passam a ser utilizadas ou descartadas com mais rapidez por aquelas que estão “na ponta”, na ação cotidiana dos espaços de intervenção social das ONGs, dos fóruns de mulheres e das redes feministas, mas também nas políticas públicas, seja por aquelas que devem executá-las ou por aquelas que as demandam. E as revistas assumem a função de divulgar e circular nestes espaços o que é produzido.

Ao lado da entrada do saguão principal, onde ocorriam as mesas redondas do encontro, foram montadas bancas de livreiros que se enfileiravam, formando um corredor. Dentre estas, merecia atenção destacada a mesa da Revista de Estudos Feministas, que também vendia os Cadernos PAGU. A venda nos quatro dias de evento foi intensa, o que demarcou a importância da revista como veículo de propagação da produção acadêmica feminista. Em entrevista a algumas mulheres que por ali passaram recolhi alguns motivos: muitas delas eram pesquisadoras do norte do país e comentavam o isolamento geográfico que, apesar das redes e dos encontros, ainda era problemático. Muitas eram professoras e utilizavam os artigos das revistas como suporte para suas aulas. Outras eram integrantes de ONGs e recorriam aos artigos com a intenção de aprimorar sua prática. Se por um lado, o preço do produto caía ao comprar mais de uma revista ou realizar a assinatura, por outro, trazia a garantia de que as produções seguintes chegariam às regiões daquelas que não possuíam revendedores distribuidores em suas cidades, e que eram muitas⁸⁸. Portanto, ao mesmo tempo em que foram avaliadas pelas presentes no encontro de Salvador como uma estratégia político-acadêmica consolidada, barreiras de ordem econômica dificultaram o acesso e a distribuição das revistas.

4.4.1.2.2. As novas questões ou demandas na virada do século

Como foi colocado anteriormente, do conjunto imenso de temáticas trazidas durante o encontro de Salvador, elegi algumas que podem estabelecer diálogo com os outros capítulos da tese que versam sobre o movimento feminista e sobre o governo.

a) A tradução e a viagem das teorias

Nos grupos de trabalho do encontro que debateram sobre feminismo, constituição de sujeitos e políticas, uma das questões que surgiu como reflexo de

⁸⁸ A revista é produzida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio da Fundação Ford e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o que não garante a sua distribuição nas livrarias do país. Entretanto, a revista conta com um *site* e com uma secretaria nas instalações da universidade que podem ser acessados para compras (Diário de Campo 2004, 2005 e 2006).

pesquisas de acadêmicas brasileiras, desde os anos 2000, foi a da tradução como fenômeno de constituição de hegemonia das teorias utilizadas academicamente e em outras esferas do campo feminista brasileiro (COSTA, 2002 e 2005). Foi questionado que as produções de países do norte do globo teriam prioridade de tradução, especialmente as pesquisas de língua inglesa, fator este que induziria as demais pesquisadoras a utilizarem um arcabouço teórico, em sua grande parte, anglo-saxão. Estas questões foram debatidas, levando-se em consideração inclusive que as produções latino-americanas teriam maior dificuldade de visibilidade e, além disso, no Brasil, a produção do eixo Rio-São Paulo teria prioridade de fomento e divulgação. Foram apresentadas as críticas internas ao próprio campo, a partir deste viés, de forma tal que se repensava epistemologicamente os usos de produções teóricas nacionais. Além das tensões internas à esfera acadêmica feminista, também foi salientada a presença de tensões e conflitos no diálogo entre as demais esferas do campo feminista, particularmente, a viagem das teorias da academia – com peso e poder que o *status* de ciência lhe confere – para o governo e o movimento, lançando-se a crítica interna ao campo acadêmico. Os usos das teorias pós-coloniais também foram trazidos como alternativa teórica para o debate sobre hegemonia de pensamentos e ações, e de como a produção local – nacional e latino-americana – poderia se utilizar de ferramentas que foram geridas em sociedades coloniais para produzir saídas alternativas de equidade e transformação social, fato este que também salientou o debate em torno da noção de utopia e, mais particularmente, de uma utopia feminista.

b) Diversidade

O debate sobre diversidade e pluralidade fez-se presente no encontro de Salvador. Característico do crescimento das pesquisas sobre sexualidades, particularmente os questionamentos das teorias *queer*, este tema também surgiu com importância neste encontro, por ser uma demanda atual dos movimentos de mulheres e feminista em torno dos diversos sujeitos que buscam equidade em suas relações. No quarto e último dias do evento, a mesa redonda “Gênero e diversidade: os desafios para o feminismo” contou com coordenação de Maria Luzia Miranda Alvarez (UFPA – Brasil) e com as presenças de Pámela Calla (Univ. de La Frontera – Bolívia), Vera Soares (UNIFEM – Brasil), Jorge Lyra (Instituto PAPAÍ – Brasil) e Glorea Coreaga (UNAM – México). A problemática da diversidade aparece como um desafio para o feminismo como um todo, mas ocupa espaço de destaque dentro das preocupações

acadêmicas. No movimento feminista a tensão entre um sujeito universal “mulher” e a diversidade de segmentos e demandas específicas e suas desigualdades próprias aponta para a necessidade de se pensar em ações de cidadania que contemplem os diversos segmentos ao mesmo tempo em que se busca consolidar o campo a partir da imagética de um sujeito mulher universal. A presença de um homem na mesa redonda foi uma forma de levar em conta esses tensionamentos e este foi, aliás, o único homem a ocupar uma das mesas redondas do seminário internacional. Além disso, essa presença revela como essa tensão coloca desafios teóricos para o trabalho acadêmico e o impacto do mesmo (ou não) no movimento.

Uma questão sobre o tema da diversidade que ocupou a pauta do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (analisado no capítulo um) acabou reaparecendo no encontro de Salvador. Já na abertura do Seminário, as organizadoras do evento destacaram que haviam participado do 10º Encontro Feminista e, naquele momento, fizeram referência à votação da plenária final pela participação ou não das transgêneros, defendendo agora uma posição contrária à participação das transgêneros em encontros feministas, já que não são mulheres e “que o Feminismo é feito por mulheres” (Diário de Campo, 2005).

O tema da diversidade mostra, mais uma vez, que o embate epistemológico continuava presente ainda que não claramente anunciado. Além disso, evidenciou o quanto as ações das pesquisadoras foram orientadas e orientaram suas ações político-acadêmicas. Estes fatos também demonstram como teoria e prática militante estão implicadas, embora permaneçam como questões dissociáveis.

c) Outras temáticas presentes

Os demais temas presentes no encontro de Salvador são clássicos na literatura feminista acadêmica nacional, assim como nos debates no interior do movimento.

Os grupos temáticos, que constavam da organização nas tardes dos segundo, terceiro e quarto dias de evento, ocorreram em três sessões, totalizando 17 GTs, e versavam sobre gênero e violência, saúde, educação, políticas públicas, política, relações de trabalho, identidade e cultura, classe, relações raciais, corpo, lazer, gerações, direitos reprodutivos, sexualidade, literatura e linguagem, teologia e religiosidade, artes

e meio ambiente. Além destes, houve o crescimento do debate sobre bioética, em particular na relação desta com os direitos reprodutivos e o direito o aborto⁸⁹.

No encontro como um todo houve a preocupação em discutir articulações entre academia e movimento feminista e entre teoria e ação política. Esta preocupação apareceu tanto no tema central do evento quanto em trabalhos dos GTs⁹⁰. Entretanto, esse debate não levou em consideração um questionamento das bases do fazer acadêmico e uma crítica epistemológica, o que, acredito, não tornou o debate denso o suficiente para se construir alternativas e diálogos tanto teóricos quanto metodológicos e políticos.

Houve, para além das apresentações de trabalhos científicos sobre gênero e feminismo, uma ênfase no desenvolvimento da área de estudos de gênero e na sua relação com o movimento feminista e com o governo, tanto através de temas em torno das formas de militância, como através da proposição de crescimento e sedimentação. Proposta esta que evocava a força e a continuidade das redes, além do papel decisivo das revistas feministas com boa avaliação da Capes.

A “identidade” deste encontro acadêmico destacou-se por sua hibridez, visto que temáticas importantes para o movimento feminista foram debatidas com intensidade, além de haver um posicionamento político por parte da comissão organizadora, que orientou a constituição de espaços de discussão sobre políticas, alargando e aproximando a militância dos portões da academia brasileira. Além disso, entre as estratégias político-acadêmicas para o crescimento do campo, as reuniões das redes foram o ponto alto. Nelas houve o debate sobre a importância da criação de novas revistas assim como do fortalecimento das já existentes, trazendo também o lugar dos núcleos de pesquisas como formadores da área de estudos de gênero e feminismo, no Brasil, e das revistas como parte necessária para o crescimento destes núcleos.

⁸⁹ Acrescento que havia, na página 9 do Caderno de Programa e Resumos, um item denominado “atividades específicas” com a informação de mais quatro mesas redondas de um simpósio sobre parto e maternidade (dias 7, 8 e 9 pela manhã) e das reuniões das redes REDOR e REDEFEM, assim como a homenagem oficial ao NEIM pela Comissão Especial da Mulher da Assembléia Legislativa da Bahia. As mesas eram as seguintes: Feminismo e Foucault (dia 07/12), Literatura no Norte e Nordeste (dia 09/12), Desafios para a Institucionalidade de Gênero (dia 09/12) e Programas e Políticas Sociais (dia 09/12).

⁹⁰ Dentre estes, destaco os trabalhos dos GTs Feminismo e Política e Feminismo e Políticas Públicas. No primeiro, o trabalho de Eva Alterman Blay “Relações entre a academia, a sociedade e o Estado, o caso brasileiro” e, no segundo, os trabalhos de Cecilia Jaramillo “Feminismo y participacion política actual de las mujeres ecuatorianas”, de Maria Juracy Toneli, Karla Galvão Adrião e Juliana Perucchi “A constituição de sujeitos de direitos: imagens da prática política feminista” e de Gloria Rabay “Mulheres na política: para além da dicotomia ator X estrutura/determinismo X autonomia”.

O encontro de Salvador deu voz e importância à interlocução entre as esferas acadêmica, do movimento e do governo, realçando os objetivos distintos de cada uma destas e alcançando possibilidades de trânsito de conhecimento e de ação entre elas. Dessa forma, ficou delineado, embora de forma ambígua e sem consenso, que é possível fazer militância dentro do *ethos* acadêmico, inclusive através do debate sobre políticas públicas e teorias feministas, embora este não tenha sido conclusivo, ou seja, vozes dissonantes permaneceram creditando valor ao modelo tradicional de ciência, em particular no tocante ao fazer científico.

Após esta reflexão sobre o Encontro Internacional Enfoques Feministas, de Salvador, em 2005, gostaria de me dedicar a outro encontro acadêmico feminista, representativo do campo, que ocorreu cerca de oito meses depois, de forma a trazer mais elementos para a análise.

4.4.2. O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7

Em sua sétima edição, o Seminário Internacional Fazendo Gênero teve como temática central discutir sobre “Gênero e Preconceitos”. Foi realizado durante os dias 28, 29 e 30 de agosto de 2006, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. O evento foi organizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Criado neste mesmo ano, o IEG é composto por pesquisadoras com uma larga história institucional na área de estudos de gênero. Na década de 1980, elas formavam o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG), um dos 20 primeiros da área no Brasil⁹¹. Desde seu início, havia a preocupação com a interdisciplinaridade, demarcada pelas formações disciplinares diversas de suas integrantes. Na década de 1990, com a criação de diversos outros núcleos de pesquisa em gênero, feminismo e sexualidades⁹², este mesmo grupo

⁹¹ “Em 1984 foi criado, na UFSC, o Núcleo de Estudos da Mulher que, a partir de 1989, com o 1º Encontro de Estudos sobre a Mulher, reestruturou-se como Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG), reunindo pesquisadoras de diversas áreas acadêmicas, como a Literatura, a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, a História, a Enfermagem, a Nutrição, entre outras. Também nesse ano, foi realizado na UFSC o 3º Encontro Nacional de Mulher e Literatura, que significou um salto qualitativo na organização dos estudos de gênero nesta Universidade. Nos últimos 15 anos, o campo de estudos feministas e de gênero cresceu na UFSC com a abertura de disciplinas específicas em cursos de graduação e de pós-graduação, a criação de linhas de pesquisa em mestrados e doutorados e uma vasta produção acadêmica que inclui dissertações, teses, artigos e livros publicados pelas pesquisadoras da área (www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html, última visita em 19 de fevereiro de 2008) outras informações também podem ser obtidas em: COSTA, Albertina & BLAY, Eva Altermam. **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE/USP, 1992. 222p.

⁹² Os núcleos que fizeram parte da organização do Fazendo Gênero 7, segundo Caderno de Programação Oficial do Evento, foram os seguintes: Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS), Núcleo de pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (MARGENS), Núcleo Literatura e Memória,

de pesquisadoras, iniciou os Seminários Internacionais Fazendo Gênero, além da organização da Revista de Estudos Feministas⁹³. As atividades deste grupo que organiza os “Fazendo Gênero” tem uma grande importância no cenário atual feminista acadêmico, de tal forma que as esferas do movimento feminista e governamental acoplaram este evento a suas agendas.

O primeiro desses encontros (Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher) aconteceu de 30 de novembro a 02 de dezembro de 1994, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura. A ênfase desse primeiro encontro, de amplitude nacional, foi a questão do gênero na Literatura, na História e na Antropologia, enfocando ainda questões do feminismo contemporâneo. Este evento possibilitou contatos, trocas de experiências e debates e proporcionou a publicação de uma primeira coletânea, chamada Fazendo Gênero, reunindo os trabalhos apresentados por cerca de 100 pesquisadoras. De lá para os dias atuais o evento foi reeditado bianualmente, com participação cada vez maior de pesquisadoras e com o caráter da interdisciplinaridade “garantido”⁹⁴.

Os Fazendo Gênero caracterizaram-se como uma reunião de pesquisadoras e pesquisadores de ponta reconhecidos na área com pesquisadoras e pesquisadores em formação. Este fato possibilitou, na visão das organizadoras, que “o Fazendo Gênero representasse uma oportunidade única de reflexão teórica aprofundada em um ambiente democrático e de mútuo respeito, o qual contribuiu significativamente para um maior aprendizado de todas as pessoas envolvidas”⁹⁵.

O projeto “Fazendo Gênero” conta com a participação de núcleos de pesquisa sobre gênero e feminismo, de Programas de Pós-Graduações nas áreas de História, Antropologia, Psicologia, Serviço Social, Literatura, e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Além disto, conta também com os Centros de Comunicação e Expressão, de Filosofia e Ciências Humanas, de Ciências da Educação da Universidade Federal bem como da Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC). Interessante

Núcleo de Antropologia Visual, Grupo de Pesquisa Relações de Gênero e Família – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (Caderno de Programação do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006).

⁹³ A REF, inicialmente sediada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), passou a ser organizada pelo grupo de pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a partir do vol. 8 de 2000. Antes disso, o vol. 7. n. 1. de 1999 foi organizado em conjunto entre as duas universidades.

⁹⁴ www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html, última visita em 19 de fevereiro de 2008.

⁹⁵ Caderno de Programação do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006.

perceber que o desenho deste, que atualmente é um dos maiores encontros da área no país, é marcado pela ausência das áreas de exatas e naturais, assim como pela ausência de pesquisadores homens na comissão organizadora, a qual contou na sua última edição com a participação de 28 pesquisadoras. Estes somente vão aparecer na categoria de colaboradores e de monitores, fato este que vem confirmar o histórico dos seminários das décadas de 1980 e 1990⁹⁶ os quais avaliaram dentre algumas deficiências da área, naquele momento, a “guetização”⁹⁷ – tanto mulheres que estudam sobre mulheres, gênero e feminismo, quanto as áreas que possuem maior presença feminina como ascendentes dentro da esfera acadêmica feminista.

Esta edição contou com mais de 1.400 trabalhos inscritos, em 58 simpósios temáticos⁹⁸ para professoras e professores universitários e alunas e alunos de pós-graduação, além de pôsteres de alunas e alunos de graduação. As participações neste encontro abarcaram profissionais de todo Brasil e da América Latina, fato este que consolida o lugar de importância do mesmo junto ao campo brasileiro de estudos de gênero. Além disto, o “Fazendo Gênero” recebe patrocínios do governo brasileiro, através dos órgãos de fomento à pesquisa CNPq e Capes, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Os três dias de encontro contaram com cerimônias de abertura – com a presença da ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres⁹⁹ – e encerramento, bem como com mesas redondas e simpósios temáticos. Dentre as mesas, os temas versavam sobre “Preconceito no Dia-a-Dia”, “Preconceito e

⁹⁶ Os Seminários supracitados são o “I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero” e o “Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas”, que foram descritos no tópico dois deste capítulo.

⁹⁷ Amplio o uso do termo “guetização” que, de acordo com Costa & Bruschini (1993), existiria em relação às outras áreas disciplinares; relacionando-o aos homens.

⁹⁸ Os temas dos simpósios versaram sobre questões tradicionais como juventude, aborto, geração, saúde e sexualidade, políticas públicas e movimentos de mulheres, transgêneros, classe, questão racial no Brasil, violência, violência de Estado e formas de participação feminina na resistência, dentre outros; e questões menos debatidas, mas nem por isso menos importantes, tais como análise crítica do discurso, mulheres e canções, literatura e mídia, sujeitos do feminismo, homens e feminismo, estudos feministas e pós-coloniais, modos de ser feminino e sociabilidade no Brasil, preconceitos e estereótipos na literatura e em outros discursos, homossexualidades femininas, práticas corporais e esportivas, ciência e tecnologia, dentre outros. Para maiores informações consultar o Caderno de Programação do Seminário Fazendo Gênero 7, 2006.

⁹⁹ A referida ministra tem uma carreira científica, é médica e professora universitária tendo se graduado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1978. Em 1980, foi admitida como docente na UERJ, mais precisamente no Departamento de Patologia e Laboratórios. Ao final de 1999, eleita reitora da UERJ para o mandato de 2000 a 2003, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo em universidades públicas do estado do Rio de Janeiro (spmu/portal_pr/ministra/ministra_perfil.htm, última visita em 05 de janeiro de 2008).

Mídia”, “Discriminações Geracionais”, “Gênero e Ditadura na América Latina”, “Gênero e Ciência”, “Racismo e Ações Afirmativas, Erotismo, Sexualidade e Preconceito”, “Preconceitos, Representações e Linguagens”, “Identidades Pós-Coloniais”, “Violência e Preconceito”, “Pobreza e Cidadania”, e “Feminismos e Preconceitos no Mundo”.

A análise deste encontro faz-se, de uma forma geral, através de categorias similares às do encontro de Salvador, tendo em vista a intenção de comparar a forma como o debate veio sendo tratado, ao longo das distintas arenas de produção intelectual. Dessa maneira, passo à análise propriamente dita.

4.4.2.1. Os eixos analíticos

4.4.2.1.1. As preocupações que permaneceram desde a década de 1990

Estas são atravessadas por tópicos que relacionam o debate epistemológico e metodológico. E são:

a) Teoria e Prática

A preocupação com o trânsito de ações e teorias, que aparece como tema de importância para o feminismo acadêmico nos encontros da década de 1990, manteve-se como tópico de interesse também no “Fazendo Gênero”. Entretanto, não apareceu como uma mesa redonda e sim como um simpósio temático, proposto por acadêmicas que não faziam parte da organização do evento. Este foi intitulado “Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas”, cujo objetivo principal era o de discutir sobre feminismo, pesquisa e produção do conhecimento, e os dilemas ético-políticos do encontro entre a pesquisa e a militância. Esta iniciativa se cunhava a partir do debate sobre o método etnográfico e a vivência no campo – universo estudado e muitas vezes bastante próximo das pesquisadoras. As coordenadoras deste simpósio foram Alinne Bonetti (Unicamp), Cláudia Fonseca (UFRGS) e Soraya Fleicher (UFRGS)¹⁰⁰, e o evento contou com a participação de 18

¹⁰⁰ Duas das três coordenadoras, a saber Alinne Bonetti e Soraya Fleischer, lançaram, alguns meses mais tarde, um livro que discutia sobre a experiência etnográfica de jovens pesquisadoras brasileiras, denominado “Entre saias justas e jogos de cinturas” (2006). Os relatos do livro foram escolhidos através de critérios nos quais ser mulher e estar em formação eram condições. Para as autoras, existem formas diferenciadas de viver e conviver nos campos de pesquisa, entre homens e mulheres, e o desejo das mesmas era o de compartilhar na comunidade científica das experiências particulares, porém semelhantes em vários aspectos, dessas mulheres acadêmicas. Cláudia Fonseca, que escreveu o posfácio do livro, chamou a atenção, entretanto, para o fato de que, apesar disso, poucas das pesquisadoras que tiveram seus artigos publicados no livro afirmaram ser feministas ou utilizar gênero como categoria analítica.

trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores do movimento feminista e de universitários, entre estudantes de mestrado e doutorado, além de professoras.

Um ano mais tarde, a produção deste simpósio foi lançada como dossiê no *site* da ONG CFemea. Os textos versavam sobre a preocupação de realizar trânsito nos espaços de pesquisa e militância, apontando que o campo defronta-se com esta problemática há bastante tempo, e que cada vez mais pesquisadoras engajam-se com as questões políticas e comunitárias dos sujeitos estudados. Além disso, diversas ativistas buscam as universidades para realizarem pesquisas levadas pela militância. De uma forma geral, foram discutidos dilemas teóricos, éticos, metodológicos e os desdobramentos inesperados que as pesquisas apontavam. A meu ver, o debate buscou elucidações com as quais comungo. Dentre elas, chamo especial atenção para o debate do ponto de vista epistemológico, através dos textos de Sônia Correa e Adriana Viana sobre as relações entre teoria e práxis no debate sobre gênero e sexualidade, bem como o de Alinne Bonetti sobre a possibilidade de uma antropologia feminista. Enquanto as primeiras pensavam sobre a difícil relação entre produção teórica e seus usos no campo político, a segunda apresentava a preocupação em evidenciar os usos das teorias feministas no campo da antropologia, entendo eu, como argumento dotado de uma posição política de engajamento. Apesar do debate epistemológico permanecer aludindo ao modelo de ciência tradicional, os questionamentos realizados apontavam para a reflexão sobre a possibilidade de se fazer ciência engajada, lançando frestas iluminadas sob a questão, tão cara ao campo de estudos feminista.

Se os entraves teóricos e políticos refletem-se nos textos acadêmicos e na composição dos simpósios temáticos, é correto afirmar que eles também se revelam nas ações das e dos pesquisadores que compõem este encontro científico? Um dos “casos” ocorridos nos espaços “informais” do “Fazendo Gênero 7” será descrito abaixo, posto que traz elementos discursivos das imbricações entre teoria e ações nesta esfera específica do campo feminista.

Um episódio de assédio sexual envolvendo um pesquisador e uma estudante, participantes do encontro, acabou por promover um debate nos “subterrâneos” do encontro. O foco da tensão centrou-se em duas questões: a primeira tratava do confronto de versões entre o pesquisador e a estudante, visto que o argumento de defesa do pesquisador colocava que a referida aluna havia “construído o episódio” em benefício

próprio. Foi comentado ainda, por diversas pessoas que souberam do caso, que “muitas alunas podem e usam dessa forma de manipulação do poder” (Diário de Campo, 2006). Por outro lado, a aluna e as pessoas que participaram do episódio indiretamente – pois estavam no local e no evento no qual o mesmo ocorreu – afirmavam a veracidade dos fatos, citando a importância da denúncia como um posicionamento ético, político e teórico.

A segunda questão tratava sobre a conveniência ou não de se denunciar o ocorrido na plenária final do “Fazendo Gênero 7”, fato este reivindicado pela aluna e por pesquisadoras e pesquisadores que a apoiavam, e que foi vetado pelas coordenadoras do encontro. Esta decisão, entretanto, não foi tomada em concordância com toda a comissão organizadora, composta por 28 mulheres, entre professoras e doutorandas. Nenhum ato posterior foi realizado no sentido de trazer à tona para o mundo acadêmico nacional o ocorrido. Muitas falas nos corredores, contrariadas e desapontadas, foram ouvidas naquele dia, até o fechamento do congresso. Algumas delas sugeriam ações de abaixo-assinado via internet e de comunicado aos profissionais ligados ao pesquisador sobre os fatos. Outras questionavam o fato do pesquisador não ter sido ouvido publicamente, citando que este episódio poderia alocar, mais uma vez, os homens como algozes e as mulheres como vítimas, fortalecendo uma dicotomia entre os pares que buscavam dialogar no espaço acadêmico (Diário de Campo, 2006).

Este fato apontou também para questões da seguinte ordem: qual a identidade de um encontro acadêmico, como se lida com a militância na academia, existe correlação entre teorias feministas e políticas públicas no campo acadêmico e, finalmente, qual a importância e qual atribuição das redes, núcleos e revistas em um momento como este. Mas talvez a pergunta de fundo para todas as demais seja se é possível fazer ciência engajada e, portanto, debater sobre a relação entre os construtos epistemológicos e das pesquisas científicas em gênero e feminismo, sobre as ações políticas advindas dessas perspectivas, e a imbricação de ambas.

b) A presença das mulheres nas universidades

Esta temática não foi tratada em nenhuma mesa redonda ou simpósio temático, entretanto, na mesa de abertura do congresso, com a presença da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal, políticas públicas foram debatidas, particularmente, no tocante a iniciativas de fortalecimento da participação das mulheres

em cargos de poder e decisão na seara acadêmica nacional. Além disso, foram divulgadas as ações realizadas pelo governo federal, específicas para o campo de estudos de gênero, ou seja, os fomentos à pesquisa e os prêmios monográficos.

O debate prosseguiu em alguns simpósios temáticos e, de uma forma geral, apresentava uma divisão de tratamento de políticas afirmativas de incentivo à participação feminina. Colocavam-se entre uma questão de posicionamento político e/ou da presença de um método ou um olhar teórico. Ou seja, traziam a tensão entre uma epistemologia e uma ciência feminista para a qual as mulheres têm uma forma singular de realizar as ações, em contraposição a uma forma masculina e excludente de atuar e de produzir conhecimento; e um modelo mais fluido, para o qual a questão do poder é falocêntrico, podendo transitar em corpos de homens e de mulheres. Entretanto, o que percebi foi que as pesquisas e debates do “Fazendo Gênero” não tocaram essa questão em seu âmago, discutindo muito mais os fatos do que os processos de produção destes.

c) A questão da interdisciplinaridade

Esta estava presente nos interstícios do evento, mantendo a tradição desta preocupação no campo acadêmico feminista que, na década anterior, debatia sobre a necessidade de trabalhar os temas e questões a partir de uma metodologia e de um viés interdisciplinar.

A presença de pesquisadoras de diversas áreas, tanto na organização quanto durante o congresso, também caracteriza a transversalidade que estes estudos assumem atualmente, causando interesse de disciplinas cada vez mais diversas e proporcionando um diálogo amplo e complexo. Entretanto, o formato do encontro não permitia um debate mais aprofundado quanto à utilização da interdisciplinaridade no cotidiano das pesquisas que parecem continuar tomando os arcabouços teóricos disciplinarmente. Os simpósios temáticos propostos também não contemplaram a demanda de debate metodológico e epistemológico com relação a esta questão, mantendo-se, quando muito, preocupados com tensões como a possibilidade de realizar uma crítica feminista ao saber e ao modo de se fazer ciência positiva, sem, no entanto, trazer à baila a possibilidade da interdisciplinaridade como alternativa.

d) Estratégias político-acadêmicas

Redes

Houve, na programação oficial do “Fazendo Gênero 7”, dois encontros para formação de rede e trocas de experiências: o Encontro Juventude, Gênero e Redução de Danos, realizado no primeiro dia, e a reunião para a constituição da Rede Brasileira de Antropologia Feminista, que aconteceu no segundo dia. Estes encontros marcam uma tendência na organização de demandas atuais, dentro do campo feminista. A questão da juventude vem se fortalecendo como indicativo de políticas públicas anunciadas em várias Reuniões Internacionais, organizadas pela ONU e reiteradas pelos governos e por suas respectivas sociedades civis, mais particularmente através das ONGs (Diário de Campo, 2005). Dentro do campo feminista, as esferas do movimento e do governo vêm se confrontando com demandas especializadas e cada vez mais contundentes por parte desta parcela da população. Exemplo forte disto foi dado no capítulo anterior sobre o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no qual as jovens feministas fortaleceram reivindicações em algumas ações particulares dos encontros governamentais de políticas para as mulheres e sobre mulher e ciência¹⁰¹. Agora, este espaço acadêmico abre em sua programação o diálogo demandado por pesquisadoras em gênero e juventude, que se preocupam particularmente com a relação entre juventude e redução de danos¹⁰². Isto indica também a articulação entre saber acadêmico e ações políticas, visto que havia por parte das participantes a dupla experiência de atuar junto aos movimentos sociais – feministas e de juventude – e na academia (Diário de Campo, 2006).

Além desta reunião, houve outra para formação da Rede de Antropologia Feminista. A meu ver, esta vem a reboque de uma discussão em torno de dois pontos fundamentais para a compreensão das demandas na esfera acadêmica feminista: a relação entre ciência, feminismo e gênero e a perspectiva de existência de uma ciência e

¹⁰¹ Descrito no capítulo dois desta tese, o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências teve como um de seus objetivos agregar a produção na área de estudos de gênero, feminismo e mulheres, fortalecendo os núcleos de pesquisa universitários e discutindo políticas voltadas para o desenvolvimento da área. As pesquisadoras jovens foram discutidas particularmente nos sub-grupos, sendo a temática da gravidez de pós-graduandas bolsistas o grande embate (maiores detalhes ver capítulo anterior).

¹⁰² Criada no início dos anos 2000, a Rede Nacional de Redução de Danos tem como um de seus objetivos discutir sobre o uso abusivo de drogas a partir de uma visão na qual reduzir o uso (ao contrário de parar o mesmo completamente) é o caminho em prol de mais qualidade de vida e melhores índices de redução. Esta rede atua em parceria com populações que se encontram em maior situação de vulnerabilidade, como é o caso da juventude. O debate entre feminismo e juventude, que vem se ampliando, acopla o debate sobre o uso de drogas desde essa perspectiva (www.papai.org.br).

uma epistemologia feministas. Aliada a estas duas questões, está a da interdisciplinaridade, visto que, neste caso específico da formação da rede, existe a intenção de fortalecer os estudos feministas e um *modus* feminista de pensar e executar a ciência dentro de uma área disciplinar das ciências humanas: a Antropologia.

Se, por um lado, nos últimos 20 anos, a antropologia tem e teve participação candente na área de estudos de gênero, mulheres e feminismo com constituição de grupos de trabalhos nos grandes encontros da sua associação brasileira¹⁰³, bem como com fortalecimento de núcleos de pesquisa nos departamentos de graduação e de pós-graduação, em muitas universidades do país, ao mesmo tempo em que consolida a criação de uma rede de antropologia feminista, não estaria fortalecendo internamente, ao mesmo tempo em que “enfraqueceria” as ações interdisciplinares? É justo afirmar que, se esta iniciativa teve abertura e se transformou em uma proposta nacional, discutida em um encontro dos mais profícuos, conhecido e referendado da área, é porque existe uma discussão metodológica e conceitual interna que ultrapassa qualquer debate similar nas demais áreas que compõem a esfera acadêmica feminista no país¹⁰⁴. O mesmo pode ser observado do ponto de vista da proposta de Joan Scott (2002) para quem a necessidade de analisar os fatos intrínsecos ao campo feminista deveria ser abordado através da própria “história feminista” do campo. Questiono a criação do termo “antropologia feminista” em sua interface com “ciência feminista” que, a meu ver, perpassaria um caráter interdisciplinar, abarcando as demais áreas de conhecimento e fortalecendo de maneira mais contundente o campo.

O debate sobre assumir posturas conceituais e metodológicas disciplinares ou interdisciplinares é atravessado por políticas universitárias disciplinares, as quais são modeladas pelo CNPq e pela Capes e se organizam, no caso brasileiro, em termos de divisão de fomentos a pesquisas aos cursos de pós-graduação e a distribuição de

¹⁰³ O texto de Maria Luiza Heilborn, já apresentado neste capítulo e intitulado “Fazendo Gênero – A Antropologia da Mulher no Brasil”, traz comentários importantes sobre o estado da arte desta área disciplinar para os estudos de gênero no Brasil (In: COSTA & BRUSCHINI, 1992).

¹⁰⁴ Autoras anglo-saxãs – como Henrieth Moore (2000), Michele Rosaldo (1995) e Jane Atkinson (1982) – e brasileiras – Maria Filomena Gregori (1999) e Alinne Bonetti (2006 e 2007) – debatem sobre a presença do feminismo e do gênero na Antropologia. Bonetti (2006) comenta que, enquanto a Associação de Antropologia Americana (AAA) possui uma sessão voltada para a Antropologia Feminista (Associação de Antropologia Feminista), no Brasil a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) não possui sequer o debate (entretanto, apóia a iniciativa através da reunião organizada no “Fazendo Gênero 7” sobre a qual comento nos próximos parágrafos). Ainda segundo Rosaldo (idem) e Moore (2000), na etnografia é que a Antropologia estabelece sua especificidade no campo da teoria feminista. Além dela, a antropologia e o feminismo se uniriam através da característica da política, visto que as relações de poder e a idéia de diferença são caras às duas abordagens.

professores por curso, dentro de uma lógica disciplinar¹⁰⁵. Entretanto, ao se trabalhar dentro da área de estudos de gênero, é comum ouvir falar, por parte de professores e na literatura nacional e internacional, da importância que a interdisciplinaridade vem ganhando, já que o fenômeno estudado necessita de olhares e análises ampliados pelo diálogo entre, pelo menos, mais de uma área disciplinar. Este tipo de iniciativa, no Brasil, pode ser acompanhado através de, no mínimo, dois programas de pós-graduação interdisciplinares, um deles criado no ano de 2005, na Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹⁰⁶, e o outro com mais de 10 anos, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como já apontei neste capítulo, o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH/UFSC) tem como uma das áreas mais atuantes a de estudos de gênero, a mesma fazendo parte de um *pool* de ações do Instituto de Estudos de Gênero que, por sua vez, é um dos organizadores do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, o que evidencia a competência da área de estudos de gênero. Entretanto, as dificuldades de se fazer uma ciência em termos interdisciplinares apresentam-se prementes, posto que o modelo universitário continua privilegiando o modelo disciplinar¹⁰⁷.

Além do debate sobre interdisciplinaridade existente nas reuniões de redes, foi corroborada a idéia de que a atuação em conjunto fortalece o campo, divulgando e propondo as ações e conquistando espaços de visibilidade através de seu impacto no meio acadêmico. Portanto, continua sendo uma estratégia político-acadêmica bastante utilizada, apesar das dificuldades de gerenciamento que são destacadas por todas as pessoas que participaram das reuniões. Ressalto ainda que estas demandas deflagram as interseções entre academia e militância, de uma forma mais contundente do que o campo acadêmico julga ter. Ou seja, de que a estratégia de utilização de redes remete a um tipo de ação militante no sentido de que executa e utiliza os meios necessários para fortalecer o campo teórico-metodológico. Entretanto, esta termina por se tornar uma demanda de trabalho a mais na carga de funções já desempenhadas pelas acadêmicas,

¹⁰⁵ www.lattes.cnpq.br e www.Capes.gov.br.

¹⁰⁶ Este programa foi criado meses antes do Encontro Internacional Feminista de Salvador, que está sendo analisado neste capítulo. Ele foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher (NEIM-UFBA), um dos primeiros núcleos de pesquisa na área criados no Brasil e que teve como um de seus princípios, desde sua origem, o diálogo constante com o movimento feminista, através de ações militantes (Diário de Campo, 2005).

¹⁰⁷ Este também é um embate entre especialização e ampliação dos estudos científicos. Algumas áreas primam pela especialidade, deixando de saber sobre o todo e concentrando-se nas partes, entretanto, para aqueles que são a favor desse modelo, a especialização fortalece o conhecimento (PEDREIRA, 2006). De alguma forma, este debate aparece no interior da área de estudos de gênero, já que há disputas disciplinares e interdisciplinares. Além disso, este debate aloca-se na disputa por financiamentos para pesquisas, que atualmente é distribuído de maneira disciplinar.

fator que dificulta a continuidade e o crescimento das redes, além de não ser merecidamente destacado pelos fomentos a ações acadêmicas, tampouco na distribuição de produtividade necessária às professoras e pesquisadoras.

4.4.2.1.2 As novas questões ou demandas na virada do século

a) Viagem das teorias ou tradução

Os questionamentos, lançados no encontro de Salvador, a uma hegemonia de teorias do norte do globo em detrimento do sul, foram feitos também aqui no “Fazendo Gênero”. Os espaços mais utilizados foram os dos seminários temáticos, que aconteceram durante três tardes consecutivas. Além da crítica realizada ao colonialismo acadêmico, também foi discutido o posicionamento político de cunho feminista de algumas professoras universitárias, de preferir utilizar autoras mulheres em seus cursos e em suas produções em detrimento de autores homens. Essa demarcação trata de evidenciar as desigualdades, ao mesmo tempo em que oculta diferenças que não são biológicas e sim políticas. Ao mesmo tempo, há a presença de poucos homens pesquisadores na área de gênero e feminismo, se comparado ao número de mulheres. Esse demarcador não chega a preocupar aquelas que estão refletindo sobre o futuro da área, entretanto, não deixa de reforçar, de alguma maneira, a “guetização” – citada em parágrafos anteriores e aqui reforçada – já que pode fortalecer a crítica dos anos 1990 ao campo de estudos sobre mulher, que trabalhava “com mulheres, sobre mulheres e para mulheres” (COSTA, BARROSO e SARTI, 1985). Ou seria esta nada mais que um mito, ou uma preocupação presente no passado? O fato é que a área se desenvolveu, tornando de relevância discutir sobre o feminismo, não apenas do ponto de vista dos avanços sociais, mas também das teorias e reflexões acadêmicas, haja vista a importância da área para as ciências sociais – políticas, sociologia e antropologia – humanas e filosofia, nos quais muitos autores, incluindo nesse rol os anglo-saxões, referendam estes avanços.

b) Sujeitos do feminismo e diversidade

Este tema foi tratado também no encontro de Salvador. Tanto lá, como aqui, houve uma preocupação em debater uma questão de cunho epistemológico que aponta o descentramento do sujeito (HALL, 2000), colocando nesse rol também o sujeito do feminismo, bem como a preocupação de trabalhar com o que está sendo fonte de

demanda, atualmente, no movimento feminista e de mulheres, ou seja, a pluralidade de sujeitos.

Particpei do simpósio temático, coordenado pelas profas dras Sônia Weidner Maluf (UFSC) e Telma Gurgel (UERN), intitulado “Sujeitos do Feminismo: Políticas e Teorias”. Este, como os demais simpósios, tinha a característica de contar com a participação de pesquisadoras advindas do movimento feminista, em sua maioria pertencente a alguma ONG e também a redes feministas. Além disto, as duas organizadoras apresentaram uma proposta de diálogo entre o que se produzia academicamente e a relação dessa produção com o movimento feminista, através de estudos etnográficos de pesquisadoras universitárias sobre políticas feministas ativistas, buscando compreender as demandas atuais, inclusive as disputas por legitimidade dos sujeitos feministas no interior do movimento. Ambas as professoras já haviam militado no movimento, nas décadas de 1980 e 1990, e possuíam interesse pela relação entre a academia e o movimento, discutindo inclusive sobre formas de militância nestes dois espaços.

Dentre as preocupações que surgiram nos trabalhos do simpósio estavam questões de autonomia do movimento feminista, embates no campo em torno de novos sujeitos, igualdade e práticas políticas, questões raciais, políticas de prevenção e combate à violência, cotas partidárias, participação no legislativo, políticas para trabalhadoras rurais, corpo docente feminino, mulheres vivendo com HIV, e a escrita feminina na teoria literária. A diversidade temática apresentada se encaminha para uma preocupação comum: a de reunir esforços políticos e teóricos para compreender melhor o campo feminista e poder, desta forma, relacionar ações de cunho científico e políticas públicas.

c) Masculinidades

Outra preocupação que vem se delineando desde a década de 1990, principalmente aqui no Brasil, é chamada de estudos sobre masculinidades¹⁰⁸.

¹⁰⁸ No campo de estudos sobre as masculinidades, Connell (1995), Kimmell (1997), Vale de Almeida (1995 e 1996), entre outros, argumentam que há, de certa maneira, um consenso com relação a um modelo de masculinidade que enquadra os homens e os leva a buscar alcançá-lo. Para alguns destes autores, este seria um modelo de masculinidade hegemônica, ideal e totalizante. O homem ideal, se pudesse ter uma cara, seria branco, ocidental, de classe dominante, provedor, heterossexual, forte e viril (Kimmell, 1997). Marcas do homem machista e forte, que põe o dinheiro em casa, que tem o trabalho como maior referência, em que a família e os trabalhos reprodutivos não são prioritários e que, por ser

Destaquei esta temática para minha análise, tendo em vista a relação e o diálogo que a mesma apresenta com os âmbitos feministas do movimento e governamental, tendo sido fruto de análise nos demais capítulos.

No “Fazendo Gênero 7”, essa questão aparece sobretudo no simpósio temático sobre “Gênero, homens e feminismo”. Este veio a reboque de algumas das preocupações acadêmicas e políticas, nos espaços do movimento feminista e nas ações governamentais, alguns já explicitados acima.

O simpósio foi organizado pelo prof. dr. Benedito Medrado (UFPE – Psicologia), pela profa. dra. Maria Juracy Toneli (UFSC – Psicologia) e pelo mestre e coordenador da ONG Instituto Papai, Jorge Lyra¹⁰⁹. Este diálogo entre academia e organização não-governamental revela um dos vieses do simpósio, ou seja, propor um debate que tenha reverberação tanto na academia quanto no movimento feminista: a presença dos homens na teoria e nas ações políticas. Entretanto, esta questão não apareceu claramente em nenhum dos trabalhos apresentados. Foram, ao todo, 14 trabalhos inscritos, sendo que sete destes foram de autores homens, cinco de mulheres e dois de equipes de pesquisa com participação de ambos os sexos. Considero importante salientar a participação por sexo aqui para articulá-la com a crítica de que existem mais homens trabalhando com as temáticas das masculinidades¹¹⁰. A co-participação de homens e mulheres pode evidenciar, na prática, através dos interstícios do encontro “Fazendo Gênero 7”. Há, portanto, duas questões, primeira a da pesquisa e da teoria que pode ser realizada tanto por homens quanto por mulheres; segunda, a do acesso das mulheres ao mundo público com igualdade de oportunidades, uma questão política que

tão forte e voltado para o mundo público (e não o privado), não cuida dos outros e outras nem de si próprio, adoecendo, não se prevenindo de dst/HIV/aids etc. Miguel Vale de Almeida, antropólogo português, em seu conhecido estudo “Senhores de Si” (1995), traz os vários retratos de uma comunidade, uma vila de Portugal, mapeando as diversas formas de lidar com o mundo, vivenciadas pelos homens nas suas relações com outros homens e com outras mulheres. Nesta mesma direção, Pedro Nascimento (1999), em sua dissertação de mestrado em antropologia pela UFPE, trabalhou com homens que não tinham emprego e viviam à margem em uma comunidade de classe popular. Interessante acompanhar as relações de poder que se construíam a partir de um modelo binário do que significa ser homem ou ser mulher em nossa sociedade: como esses homens, que eram sustentados por outras mulheres (mãe, irmã, esposa etc) e viviam bebendo quase todo o dia, reproduziam ou não o modelo ideal de ser homem, conviviam com os outros homens e com as mulheres.

¹⁰⁹ A parceria entre os três coordenadores remonta ao interesse comum por pesquisar sobre paternidade e gênero, a participação em projetos de pesquisa e em redes relacionadas ao trabalho com homens, gênero e juventude, como a Campanha do Laço Branco e a Rede de Estudos sobre Masculinidades e Gênero (RESMAG) (www.lacobranco.org.br).

¹¹⁰ Anteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, era pontuada a “feminização” do campo brasileiro de estudos feministas, visto que o mesmo era produzido, em sua maioria, por mulheres.

interfere nas atividades de pesquisa, de uma outra forma, através dos fomentos à pesquisa e às áreas de concentração no espaço das ciências; e terceira, o uso do gênero no universo acadêmico e a sua propagação, saindo do gueto “feminizado”.

O desenvolvimento dessa temática na academia vem cumprindo a função de falar dos homens em uma perspectiva relacional. Apresenta, por um lado, estudos que partem da problematização da chamada “crise do masculino”, sob o olhar e a perspectiva das relações de gênero, e, por outro, estudos que buscam tratar das várias possibilidades de se falar do masculino, em seus diversos sentidos constituídos. Estes estudos que problematizam a “crise” do masculino e da identidade masculina surgiram por volta dos anos 1960, influenciados pela segunda vaga feminista e pelo movimento homossexual, mas se constituíram como campo consolidado por volta dos anos 1990 (HEILBORN & CARRARA, 1998)¹¹¹.

No Brasil, o campo de estudos sobre masculinidades inicia-se com algumas teses de mestrado, realizadas no Sudeste e no Sul do país, na década de 1990¹¹². Estes estudos situam-se em áreas como Antropologia (UFSC) e Psicologia Social (PUC-SP)¹¹³. Vêm lançar olhares sobre o homem moderno, jovem e de meia idade e suas relações com afetos, com o trabalho, com as mulheres, com seus corpos, com a reprodução e com a sexualidade. Tratam de compreender as angústias destes homens e como estes constituíam suas subjetividades, por um lado, e por outro, como certas normas e valores impostos aos homens no convívio social levavam-nos a serem mais ou menos responsáveis com relação às mulheres e aos avanços feministas¹¹⁴.

¹¹¹ Uma crítica aos estudos sobre masculinidades era que justamente estes estudos faziam uma inversão no campo – de estudos sobre mulheres para estudos sobre homens – sem considerarem que as desigualdades existentes são caracterizadas e só podem ser minimizadas se se trabalha com uma perspectiva relacional para compreensão dos fenômenos sociais (COSTA, 2002).

¹¹² No início dos anos 1990, grandes conferências internacionais (Beijing e Cairo) enfatizaram a necessidade de incorporar os homens como alvos de políticas de implementação de uma maior equidade entre os sexos, enfatizando a necessidade de ações na população masculina (www.papai.org.br).

¹¹³ A primeira dissertação de mestrado sobre o tema, no Brasil, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, por Roseli Buffon, na década de 1990. Ao mesmo tempo, na Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, desde a década de 1990, várias outras dissertações foram construídas. Ênfase para as de Jorge Lyra, Benedito Medrado, Margareth Arilha (PUC-SP) e Sandra Unbehaun (USP), bem como a coletânea *Homens e Masculinidades*, referência nacional nesta temática.

¹¹⁴ Margareth Arilha (1999), por exemplo, estudou sobre homens jovens que, diante da paternidade na adolescência, consideravam-se mais responsáveis e “transformavam” sua forma de lidar com o mundo, saindo de um mundo jovem e sem tantos deveres, para outro adulto, onde o homem era aceito e valorado pela sua capacidade de ser provedor. Em um outro caminho, Rozeli Buffon (1992) realizou uma etnografia sobre o homem sensível, uma parcela de homens de camadas médias, com idade média de 30 anos, os quais realizavam afazeres domésticos, eram, em sua maioria, solteiros, cozinhavam, faziam

Além disso, houve um diálogo entre as pesquisadoras feministas brasileiras e algumas e alguns pesquisadores da América Latina. Diversos trabalhos foram realizados sobre homens jovens, paternidade e reprodução, dentre outros, por pesquisadoras e pesquisadores, tais como José Olavarria e Tereza Valdes, na Faculdade FLACSO, no Chile; Norma Fuller, na Universidade Católica de Lima, no Peru; Juan Guillermo Figueroa, na Universidade Autônoma, da cidade do México. Particularmente, muitos deles foram tutores e consultores de pesquisadores financiados pelo Concurso de Pesquisas sobre Direitos Reprodutivos (PRODIR) que foi um programa de dotações para pesquisas e intervenções sobre mulher, gênero e, alguns anos mais tarde, sobre masculinidades, da Fundação Carlos Chagas, coordenado por Albertina Costa, pesquisadora da instituição, consolidando o campo de estudos de gênero e, algum tempo depois, especificamente sobre masculinidades, j'á citado neste capítulo.

A chegada destes estudos no campo feminista acadêmico causou comentários diversos. Dentre estes, friso o de Adriana Piscitelli (1998) que, ao tratar dos estudos sobre masculinidades, acrescenta que não faz sentido a ênfase em um dos lados da categoria de gênero. Roseli Costa (2002), sobre este mesmo tema, comenta que o importante é manter a análise relacional, não enfatizando nem homens nem mulheres.

Outra crítica apontada por Roseli Costa, à semelhança de Mariza Corrêa (2002), seria a de que estudos sobre masculinidades retirariam a força política das mulheres, já que um outro campo de estudos, em oposição aos estudos sobre mulheres, estaria se formando. Esta análise, salientada durante o simpósio temático, já é rebatida e coloca a necessidade de se realizar estudos sobre homens e mulheres, concomitantemente, tomando as relações de gênero como aporte teórico.

Entretanto, no debate entre teoria e prática, há uma tensão, na qual o lugar dos homens nas ações do movimento feminista se coloca entre momentos de parceria e de divisão de espaços. Ou seja, a participação dos homens apresenta-se como uma questão incômoda porque se encontra sem respostas conclusivas. Por outro lado, demonstra um momento em que o feminismo no Brasil se depara com outras questões, pensando em várias formas de subjetivação dos homens e não apenas na dominante, na qual o homem é o opressor, embora esta condição de desigualdade permaneça, de uma forma geral, ainda colada à divisão sexual (em contraposição, inclusive, a discussões teóricas

grandes pratos, tinham a casa organizada e valorizavam estes dotes, como algo que dava a eles poder e prestígio.

sobre a flutuação de sentidos sobre o masculino e o feminino em corpos de homens e de mulheres, desconstruindo o gênero).

Preocupações como esta colocada acima demonstram um pouco deste incômodo que, muitas vezes, acompanha o lugar do masculino para os estudos feministas. Strathern (1988), tratando da relação entre antropologia e feminismo, considera que é importante para a construção do *self* feminista um outro não-feminista. Geralmente, esse outro é o patriarcado, ou seja, as instituições e pessoas que representam a dominação masculina, os “homens”. Então, se por um lado o masculino está sempre presente como o outro desta relação binária, que caminhos são traçados a partir desta dicotomia que aparece na base das discussões feministas?

Se tomarmos os estudos epistemológicos a partir do ponto de vista da crítica do feminismo ao modelo de ciência tradicional, encontramos duas vertentes. A primeira destas levanta o questionamento de que a ciência moderna foi praticamente construída por homens, portanto com um viés androcêntrico. O contraponto desta desigualdade seria possibilitar o acesso de mulheres ao saber e à construção deste, posto que as mulheres teriam uma maneira própria de realizar os estudos, ou seja, uma maneira “feminina” em contraposição à outra, que seria a “masculina”. Nestes termos, fazer ciência feminista teria como pressuposto que as mulheres atuam de forma menos desigual que os homens e que a produção acadêmica reproduziria esta afirmação.

A segunda crítica que, sob meu ponto de vista, suplanta a anterior, trabalha com a noção de falocentrismo como fenômeno produtor de desigualdades. Dessa forma, coloca o falo e não o homem no centro do debate e como sinônimo de poder e *status*, embora haja leituras diversas sobre o tema. As duas vertentes caminham próximas e muitas vezes são utilizadas em momentos distintos pelas mesmas pessoas que pesquisam no campo. Trago a questão do sujeito feminista e de quão legítimo pode ser um sujeito do feminismo no espaço político do movimento para refletir sobre as lacunas existentes. Esse debate concentra a tensão das duas possibilidades epistemológicas apresentadas teoricamente no cotidiano dos sujeitos e de como eles utilizam as teorias nas decisões políticas, creditando valor ou não aos estudos de gênero enquanto campo de fluidez de corpos e subjetividades. Ou seja, o debate sobre “generólogas” e “feministas”, ocorrido em versão anterior do “Fazendo Gênero” e no encontro de Salvador, repete-se aqui, com outros termos.

4.5. Sintetizando...

As problemáticas que foram explicitadas ao longo das décadas de 1980 até os anos 2000, no feminismo acadêmico, não chegaram a mudar, ou seja, as preocupações da área de estudos de gênero mantiveram-se, de forma geral. Entretanto, algumas “aparentes” novas demandas se acoplaram, como consequência do passar das décadas e das relações sócio-culturais. Chamo-as de “aparentes” porque, a meu ver, temas que foram identificados e discutidos nos seminários no início do século XXI, os quais traziam a democracia e a cidadania como motes (BRUSCHINI & UNBEHAUM, 2002, p. 07), na verdade já podiam ser identificados como temáticas inseridas no debate anterior. Veja-se a questão que se concentra na (in)dissolúvel dicotomia entre militar e ser (im)parcial no universo da pesquisa acadêmica. Este debate traz questões de posicionamentos, tanto teórico-conceituais, quanto de cunho político – já que se posicionar por trabalhar com teorias feministas em detrimento de outras, ou optar por estudar teóricas mulheres em detrimento de homens, em si, é uma postura política.

A academia, quando tratada a partir de um viés feminista e de gênero, desenvolve-se através de críticas que acoplam tanto as demandas do movimento de mulheres e feminista – por uma sociedade mais equânime e pelo acesso das mulheres à cidadania – , quanto debates e embates teóricos e metodológicos por posturas científicas que “relativizem” as verdades universais, abordando as micro-relações, assim como as diferenças. Se esta assertiva é correta, então não seria certo também afirmar que a academia é um lugar de militância, pelo menos aos moldes feministas de crítica do pensamento ocidental?

Talvez aqui o embate se dê em torno dos sentidos que a palavra militância possa carregar. Uma busca pelo *Scielo*¹¹⁵ aponta 24 artigos publicados no Brasil que versam sobre militância. Todos trazem a perspectiva de movimentos sociais, ou ainda do embate entre movimentos e academia, como espaço com duas linguagens que podem se interconectar. O termo aparece ainda como sinônimo de ativismo. Entretanto, não chegam a aprofundar a temática do ponto de vista da militância acadêmica. Dessa forma, esta questão apresenta-se como o portal de acesso à problemática entre modelos epistemológicos e posicionamentos políticos. Isto se dá porque, apesar de haver uma crítica feminista à objetividade científica, na qual parte das pesquisadoras na área de estudos de gênero se embasa, apesar das divergências teórico-conceituais sempre

¹¹⁵ Consulta realizada em 09 de agosto de 2007, através do *site*: www.scielo.org.

presentes pertinentemente, a linguagem científica universal ainda “dita” modelos segundo os quais o “distanciamento” entre sujeito e objeto deve ser uma condição de possibilidade, senão uma crítica em nome da alteridade na relação de pesquisa de campo.

Ou seja, o olhar do pesquisador, apesar de já haver sido “desmitificado” e trazido para a circunstancialidade da alteridade de cada indivíduo que percebe os fenômenos estudados, ainda assim parece continuar sendo permeado por uma mística da ordem do saber e do poder: o *status* da ciência seja ela qual for. A forte inter-relação entre estudos acadêmicos, o movimento de mulheres e as instâncias políticas já foram apontados¹¹⁶ (COSTA & BLAY, 1992, p.10) aqui mesmo neste capítulo, indicando uma interseção tensionada entre academia e militância (COSTA & BLAY, idem, p. 19) e entre política e teoria acadêmica.

Apesar de não ter me atido aos encontros nacionais sobre publicações feministas através de dados etnográficos, valho-me de relatos científicos na forma de artigos publicados por autoras da área. Dentre estes, o de Sônia Maluf publicado na Revista de Estudos Feministas, no ano de 2004, avalia os Dossiês da REF enquanto espaços de diálogo entre academia e militância. A autora se propõe avaliar os dossiês, desde a formação da revista até a data de 2002 (o artigo foi originalmente apresentado no encontro da REDEFEM de 2002), justificando que nestes espaços tanto a linguagem acadêmica quanto uma mais autoral teriam espaço, de forma tal que questões de ativismo e políticas feministas, assim como de produção acadêmica e intelectual e de militância, tivessem voz. Comenta que o produto foi profícuo e que se evidenciava, para além do embate entre teoria e prática, uma diversidade de práticas acadêmicas que se confrontavam com diferentes práticas militantes, e entre diferentes saberes e teorias acadêmicas confrontados a diferentes teorias e saberes militantes e locais (MALUF, 2004). A autora traz, ainda, uma importante questão: a de que nem sempre somente a academia é um lugar de produção teórica, assim como a militância e a experiência local não são apenas as únicas capazes de gerar ação.

¹¹⁶ É ao adentrar no que Foucault (1971) chamou de vascularidade do poder, que nos damos conta da importância dessas redes cotidianas em que se constituem as estruturas políticas e institucionais que tanto criticamos na esfera do público, mas cuja existência quase nunca questionamos no mundo do privado. A intolerância do discurso total aniquilador da diferença e inimigo do crescimento e da singularidade, tanto se enreda nas práticas masculinas como nas femininas, pois ambos continuam respondendo, talvez sem sabê-lo, a uma exigência cultural de hegemonia que se aninha nos corpos sem distinção de raça, idade ou sexo (RESTREPO, 1998, p. 13).

Já coloquei anteriormente que o trânsito entre mulheres acadêmicas que trabalham em espaços do movimento e vice-versa traz uma hibridez ao campo como um todo que, a meu ver, somente beneficia as produções. Concordo com Maluf (idem) em seus comentários sobre esta necessidade de interferências e fricções entre teorias e ações e militância e academia, de forma que se deixe claro que as fronteiras são muito mais tênues do que se imagina pelo senso comum. Entretanto, gostaria de fazer alguns comentários adicionais ainda. O primeiro deles se refere ao termo militância mais uma vez. Aqui, ousou afirmar que, no texto, a autora traz militância como sinônimo de movimento e de ação. Concordo com o sentido de ação conferido, porém, ao atribuir, ainda que indiretamente, mais um sentido, o de movimento social, parece-me que se traz a dicotomia à baila, mais uma vez. Este uso aparece corriqueiramente, ao longo do debate feminista, desde a década de 1980, tal qual discutido através dos seminários de núcleos de pesquisa, no item dois. A este termo chamo atenção, posto que muitas das acadêmicas que apontam militância como sinônimo de movimento também dizem militar na academia, por meio das aulas que proferem e das pesquisas que realizam. Ou seja, há uma identificação de formas próprias ao cotidiano acadêmico para as quais é possível agir politicamente, munidas de arcabouços teóricos e conceituais.

O segundo comentário refere-se ao espaço da produção acadêmica, através de revistas e cadernos científicos. A importância destes veículos já foi amplamente discutida e continua sendo alvo de ações da esfera acadêmica. O texto de Maluf (2004) enfatiza algo bastante pertinente, a saber, que estes espaços também se direcionam para o diálogo com o movimento, numa corrente de pensamento e produção que se abastece tanto do que é articulado teoricamente quanto de como se utilizam as teorias ou se rechaçam as mesmas nas ações de intervenção do movimento.

A última questão conclusiva que gostaria de retratar é a do debate sobre a possibilidade de uma ciência e uma epistemologia feministas. Há uma ambigüidade em torno de conceituações e de propostas. Autoras anteriormente citadas, como Evelyn Fox Keller e Helen Longino (1996), tratam o debate do ponto de vista de uma ciência que retire o poderio androcêntrico. Neste caso, as ações afirmativas se concentrariam em articular e possibilitar a presença de mulheres na academia. Porém, a pergunta lançada por Sandra Harding (1996) continua reverberando: seria uma busca minimizada, visto que tantas outras necessidades se fazem prementes? Se tomamos o debate do ponto de vista da crítica da localidade e da circunstancialidade da produção do conhecimento, feita por diversos autores (LATOUR, 2003; HARAWAY, 1995; SANTOS, 1998, dentre

outros) feministas e não feministas, há aspectos epistemológicos distintos, que precisam ser discutidos e estes tratam do debate a partir de uma ciência engajada, que questiona a objetividade e a neutralidade.

Já trouxe ao debate as duas visões epistemológicas sobre a relação entre feminismo e ciências. No primeiro caso a contenda se coloca em torno de uma dicotomia concentrada no sexo, o masculino, centrando o poderio androcêntrico como determinante das desigualdades. Em contraposição a este modo de pensar estaria a noção de que o poder circula numa lógica falocêntrica, ou seja, de que estaria no lugar ilusório de “quem detém o falo”. Para esta vertente a ciência feminista estaria em desacordo com o modelo de ciência tradicional, tal qual discutido no item dois deste capítulo. O que aponto como perspectiva é que o debate não é conclusivo, no sentido de constituir um *modus* feminista de fazer ciência. No máximo, concluo que a segunda vertente apresenta um modelo de epistemologia que se aproxima dos ideais utópicos feministas, ou seja, que buscam uma produção que leve a uma sociedade mais equânime, seja ela construída no espaço acadêmico ou nos movimentos.

Dessa forma, pensar na ciência em uma perspectiva feminista articularia outras questões já lançadas, ainda que disciplinarmente, na proposta de uma antropologia feminista (BONETTI, 2006). Deveríamos, então, pensar numa ciência engajada politicamente? E, ao afirmar que se faz ciência fazendo política, estaríamos afirmando, que há um *modus* feminista que se apropria de um modelo de ciência em projetos pela equidade de gênero, raça, geração, assim como em estudos nos quais teoria e prática possam estar articulados? ¹¹⁷ Essa forma de discutir sobre a produção do conhecimento não é exclusiva de um pensamento feminista, embora o mesmo tenha contribuído para esse processo. Além disso, acredito, integra-se ao projeto utópico feminista.

Apesar da heterogeneidade de preocupações teóricas dentro da área de estudos de gênero, alguns questionamentos se fizeram comuns, ao longo dos anos – desde 1980

¹¹⁷ A falácia de que a academia é imparcial já foi amplamente discutida por teóricas, feministas ou não. Para além desta ênfase, há a de que a geração do conhecimento prescinde de uma relação afetiva. Há um isolamento de certa percepção subjetiva e emocional, o qual turva o acesso à verdade científica. Além disso, o que fica descoberto nesse modelo epistemológico é a presença da afetividade plana e definida do guerreiro, preparado para submeter a um domínio homogeneizador a multiplicidade da vida sem importar sua redução a um enunciado abstrato ou a um esquema. Porque há verdades da guerra assim como há verdades da ternura, pois o conhecimento é um corpo de práticas e enunciados transpassados por uma diversidade de interesses que vão desde o afã de domínio instrumental até o fomento da emancipação e da liberdade (RESTREPO, 1998 e MATURANA, 1997). Restrepo comenta ainda que “muito mais do que ser uma atribuição de gênero, a ternura é um paradigma de convivência que deve ser adquirido no terreno do amoroso, do produtivo e do político, arrebatando, palmo a palmo, territórios em que dominam há séculos os valores da vingança, da sujeição e da conquista” (RESTREPO, idem, p. 12).

até nossos dias. À já citada preocupação com a existência ou não de uma teoria e de um método feminista é somada a questão da adoção ou não do conceito de gênero. Este debate é atravessado por questões de ordem epistemológica, mas também por escolhas políticas e estas definem como se firma o campo de produção acadêmica: que temas são elencados como emergentes, quais são e o que querem dizer, quais escolhas epistemológicas e metodológicas são feitas. As temáticas permanecem as mesmas desde a década de 1990, havendo a consolidação de estudos em violência, saúde e reprodução e sexualidade. Também não é à toa que os financiamentos lançados encaminham-se mais para estas temáticas, de forma que indicam e consolidam o que deve ser produzido prioritariamente.

Além disso, a viagem das teorias (COSTA, 2003) e a tradução da produção acadêmica continuam sendo orientadas pelo eixo norte do globo, fato que consolida a iniciativa nacional de se articular em redes latino-americanas, fortalecendo e redistribuindo a produtividade de língua portuguesa e hispânica. E esta não deixa de ser uma escolha política, e por que não, militante, na medida em que busca formas de crescimento e desenvolvimento da produção acadêmica feminista nacional.

A consolidação da esfera acadêmica no contexto brasileiro é notória, seja pela quantidade e qualidade de núcleos de pesquisas acadêmicos, de periódicos e de programas de pós-graduações com linhas e áreas de concentração, dedicados aos estudos de gênero e feminismo, que evidenciam o interesse crescente por este campo, bem como pelas políticas de fomento específicas, construídas recentemente pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em conjunto com o CNPq¹¹⁸. Junto com elas, as questões debatidas aqui perseguem os planos de desdobramentos do campo através de proposições que indiquem posicionamentos claros e, apesar disto, múltiplos. Aguardemos as próximas páginas da história.

¹¹⁸ Edital CNPq de fomento a pesquisas na área de estudos de gênero, mulher e feminismo, desde 2006, e prêmio nacional construindo a igualdade de gênero, para estudantes de segundo grau, de graduação e de pós-graduação (www.spmulheres.org.br e www.cnpq.br).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontros (e Desencontros) no Campo Feminista Brasileiro

E não nos esqueçamos que basta inventar novos nomes, novas apreciações e novas probabilidades para criar pouco a pouco novas coisas.

Nietzsche

Com a intenção de analisar as tensões e impasses do campo feminista brasileiro contemporâneo, percorri os encontros organizados no que denominei esferas do movimento, do governo e da academia, buscando especificidades concernentes a cada uma delas. A partir da identificação de uma linguagem e um *ethos* próprio, as questões que “me saltaram aos olhos, ouvidos e em minha escrita”, parafraseando Roberto Cardoso de Oliveira (1998), tratavam da legitimidade dos sujeitos políticos, e da relação destes com as noções de democracia e autonomia, além da discussão sobre teoria e ação política, indicando ou não a possibilidade de se fazer ciência engajada.

Consciente de que o movimento, o governo e a academia não são âmbitos estanques, é que busco, neste momento, discutir sobre algumas das suas interconexões e imbricações.

De uma forma geral, procurei pensar e refletir sobre minha pesquisa de campo a partir de categorias disponibilizadas por minhas interlocutoras. Não podia deixar de me questionar se, e em que medida, “meus problemas de pesquisa eram os de minhas interlocutoras”. Busquei perceber se a maneira como apreendi meu objeto acompanhou um paulatino amadurecimento teórico-metodológico da pesquisadora, que se deparava com a “própria experiência”, na relação com a “experiência das interlocutoras” (SCOTT, 1999b), durante e após o trabalho de campo. Este trabalho, que exigia um esforço de afastamento em minha análise, foi percorrido no sentido de assumir possíveis “tendências do meu olhar de observadora”.

Apesar da familiaridade, que a anterioridade de minha proximidade com o tema evidenciava, a convivência durante a pesquisa de campo, através do exercício de auto-questionamento, mostrou que partes do fenômeno que observava estavam nebulosas e me eram desconhecidas (DA MATTA, 1987). Este percurso de apreensão do objeto de estudo, foi realizado a partir da escolha por fazer a pesquisa nos encontros

feministas. Estes espaços, e não outros quaisquer foram os que me permitiram levantar as questões que busco problematizar, da maneira peculiar, e, em certa medida, inovadora, que somente os encontros têm. Ou seja, com a característica de agregar diversas vozes e sujeitos, nestes locais pude “encontrar-me” com um *modus* feminista brasileiro, que me “revelava” tensões, impasses e questões atuais e “que estavam efervescendo” através das disputas, das relações, e dos debates travados naqueles espaços. Por estas razões considero que a escolha por trabalhar com o universo de congressos, seminários, e outros eventos coletivos, possibilitou um percurso legítimo, que trouxe uma “cara própria” ao meu encontro com minhas interlocutoras e, portanto, com o feminismo que elas estão “fazendo” em seu cotidiano.

Além disso, arrisco afirmar que essa opção de trabalho terminou por revelar um caráter de originalidade à tese como um todo, tendo em vista que a mesma percorreu de maneira peculiar – e não tratada até então na literatura nacional sobre o tema – tensões, impasses e questões teórico-políticas do campo feminista atual brasileiro.

Os temas e questões com os quais trabalhei ao longo da tese são singularidades contingenciais (BUTLER, 1998) que se evidenciam nos espaços pesquisados, através de jogos de forças nas relações entre as interlocutoras. No cotidiano dos diversos grupos que compõem o campo feminista, por estarem estes “isolados” em suas ações específicas de seus segmentos, muitas vezes não se tornam “iluminadas” algumas das tensões que pude perceber nesses fóruns.

Além disso, as tensões entre as participantes do campo feminista, apesar de parecerem polarizadas e polarizadoras das questões, apresentam dinâmicas mais complexas. Dentre elas, o fato de não serem exclusivas desse espaço político em particular. Ou seja, o debate sobre inclusão e exclusão, sobre identidade e autonomia, assim como a legitimidade dos sujeitos e pautas políticas aparecem também em outras realidades sociais. Talvez aqui no campo feminista elas reverberem por causa do projeto societário sob o qual o ideário feminista se constitui. Mas elas não deixam de ser, apesar de sua importância interna para o campo, questões contemporâneas. Os debates sobre saberes locais e globais, autonomia, sujeitos, teorias e práticas, atravessam o feminismo, mas se estendem para além deste.

Dentre as especificidades das esferas, cada uma delas apresentou-se, de maneira geral, da seguinte forma: **a) a esfera do movimento** tem a característica que comunga com outros movimentos sociais, de um discurso reivindicatório, que necessita

a constituição de um sujeito político. Convive com a hibridez de ONGs nos espaços de ação. Convive com diversas vozes, de distintos segmentos, disputando o espaço de sujeito político. Dentre as questões pertinentes estão o debate sobre a autonomia e sobre a democracia interna e externa; b) **a esfera governamental** atua em prol de políticas públicas de cidadania. Há uma dupla interface, de mulheres feministas que ocupam cargos públicos, e de espaços de encontros que são acionados pelas diversas mulheres – acadêmicas, do movimento e do governo. Mulheres nos espaços de poder (leis de cotas), judicialização da vida pública, e o acesso à cidadania são algumas das questões centrais; c) **a esfera da academia** possui uma lógica do saber e do poder que o *status* de ciência confere. Arena de tensões nas quais convivem teorias e ações políticas. Dentre as questões pertinentes estão a interdisciplinaridade, mulheres nos espaços de poder, sujeitos do feminismo e diversidade, masculinidade, viagem das teorias, tensão entre teoria e militância, e o questionamento sobre a possibilidade de uma ciência engajada.

As tensões entre as esferas representam a forma de se conviver no conflito, em um espaço democrático (MOUFFE, 1999a). Os temas trabalhados ao longo da tese atuaram como pontos de contato entre as três esferas e apontaram também para o meu olhar de pesquisadora, que percebeu estas nuances e não outras. De uma forma geral, as questões circularam em torno da busca por legitimidade, visibilidade e autonomia. Como pano de fundo, a idéia de uma “utopia feminista” tensionava as relações, entre opções concretas de alianças e escolha de pautas, e opções idealizadas e almeçadas, mas, nem sempre alcançadas.

Além disso, percebi uma centralidade do questionamento sobre o sujeito político, indicando que o debate sobre os mesmos, longe de chegar a um consenso, é fruto de disputas no campo. Revela também que a relação entre sexo e gênero continua sendo um elemento forte na decisão de formulação e aprovação de políticas feministas, e que a estratégia discursiva utilizada reivindica cidadania através de propostas de leis nas quais “feminismo aparece como sinônimo de mulher” (Diário de Campo, 2005 e 2006).

À guisa de conclusão...

A discussão em torno da constituição de um sujeito legítimo do feminismo tangenciou as três esferas, como mais do que uma preocupação. Antes, como uma possibilidade de constituir pautas, estratégias e debates de segmentos, em prol de

políticas, ou na tensão entre militar e estar na academia. Este debate recai de uma forma geral, na afirmação de que o termo mulher é, para além de uma identidade política, uma construção discursiva. As especificidades que alçam possibilidades para se questionar este termo em sua universalidade, também são construídas discursivamente. Alianças contingenciais são realizadas nas três esferas e entre elas, a despeito de “universais” (BUTLER, 1998), e o paradoxo da diferença sexual continua sendo utilizado nas argumentações em prol de cidadania para as mulheres (SCOTT, 2002).

Se por um lado, como bem apontam Laclau e Mouffe (1985) há uma disputa por hegemonia no campo, os caminhos e argumentos utilizados são contingenciais (BUTLER, 1998). O estatuto do sujeito, discutido de maneira ampla e fonte de disputas teóricas – pós-modernas, pós-estruturalistas e modernas – reverbera no debate feminista, nas três esferas, de formas específicas e inter-relacionais. Judith Butler (idem) argumenta que este debate se orienta em torno de fundamentos contingentes, que por sua vez, revelam as tensões entre políticas feministas, orientadas em torno de um eixo identitário e o debate teórico-político, que questiona esta escolha.

Butler (ibidem), ao tratar da questão do sujeito, amplia este debate como fundamento que se encontra na base de todas as tensões do campo feminista. Sua intenção, ao que me consta, não é a de retirar qualquer indício de uma identidade, mas antes, problematizar os termos, abrindo a possibilidade do questionamento, como caminho de conhecimento e aprendizagem interna. Ao me deparar com este debate, ao longo do percurso da tese, percebia que esta tensão entre minhas interlocutoras revelava um questionamento político necessário, ao mesmo tempo em que percebia a complexidade do debate teoricamente. Este tensionamento aparecia como possibilidade de abertura de fissuras internas, que podiam revelar senão “novas”, “outras” formas de constituição do campo, como foi o caso das jovens feministas e das transgênero, mas também na construção de políticas públicas voltadas para as mulheres como um todo, para segmentos específicos, ou políticas nas quais os homens estariam envolvidos (como as voltadas para a violência e a paternidade) nas conferências governamentais, e da tensão entre teoria e militância na academia. Mais uma vez, aproximo-me das palavras de Butler (1998), concordando com sua argumentação:

Eu diria que os rachas entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo devem ser preservados e valorizados, que esses rachas

constantes devem ser afirmados como o **fundamento infundado da teoria feminista**. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir (BUTLER, 1998, p.25, grifos meus)

Assumo o risco de afirmar que o debate sobre a legitimidade dos sujeitos políticos interfere no próprio estatuto do campo feminista e de suas estratégias concernentes. De uma forma geral, foi o que percebi no campo como um todo, assim como em cada uma das esferas. Lanço, portanto, perguntas, com as quais me deparei e que continuam reverberando:

O debate sobre democracia radicalizada é um dos fundamentos para o feminismo, nas três esferas. Este é um projeto que exige um sujeito anterior? Prescinde de um sujeito político claramente demarcado para sua concretização através de estratégias político-discursivas?

Se o sujeito político é constituído mediante uma exclusão e uma diferenciação, nesse sentido, a busca por autonomia é a conseqüência lógica de uma dependência negada (BUTLER, 1998, p. 21). Isto significa dizer que o sujeito autônomo pode manter a ilusão de sua autonomia desde que encubra o rompimento que a constitui? Nestes termos, a autonomia de grupo chega a ser uma utopia?

A busca por políticas públicas de acesso aos direitos das mulheres chega a ser uma máxima da relação entre constituição de sujeitos políticos, legitimidade e democracia radical?

A relação entre teoria e militância prescinde de uma epistemologia feminista que, por sua vez, discuta sobre os sujeitos políticos e suas demandas nas searas da academia?

De certa forma, todas estas perguntas buscam uma co-relação entre os impasses e tensões descritos ao longo dos capítulos da tese, partindo da perspectiva de que, de alguma maneira, bebem na base do estatuto do sujeito. Não busco respondê-las aqui, quiçá deixá-las como “frestas iluminadas” ao prosseguimento do debate que se iniciou

nesta tese, e está longe de se esgotar nela. A discussão conceitual, portanto, ainda é uma questão central, embora tenha dimensões políticas que não podem deixar de ser consideradas concomitantemente.

Antes de “cerrar as cortinas” deste trabalho, pretendo deixar um último questionamento: estive utilizando-me, de muitos termos entre aspas, com a intenção de colocá-los sob suspensão e sob crítica, numa tentativa de questionar sua posição e a forma que vêm sendo empregados no campo feminista. Eles serviram como “pistas argumentativas” do diálogo que travei com minhas interlocutoras e de nossos “encontros de experiências” (SCOTT, 1999b). Continuo utilizando-me das aspas em meu próprio discurso, através destas palavras finais. Entretanto, gostaria de relativizar esse uso, argumentando que as aspas não põem em questão a credibilidade dos mesmos como questões políticas, antes buscam mostrar que as formas discursivas e os termos podem ser desnaturalizados e efetuar esse percurso de desnaturalização também é tarefa política. Minha expectativa é a de que estes “encontros do feminismo” aqui destacados tenham possibilitado, de alguma maneira, um encontro com o debate.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Fernando et alli. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004. 36 p.
- ABOUD, Frances & GERGEN, Keneth. **Social Psychology in Transition**. New York: Plenum Press, 1976, 361p.
- ABRAMOVAY Miram; CASTRO, Miriam Garcia. **Engendrando um novo Feminismo: mulheres líderes de base**. Brasília: Unesco. 1998, 244p.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. 264p.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico/95**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, ps. 161-189.
- ALVARES, Maria Luzia Miranda. Mulher e participação política. In: FERREIRA, Mary. (org) **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha/Mestrado em Políticas Públicas, 1999, ps. 47-52.
- ALVAREZ, Sonia ET alli. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In: ALVAREZ, Sônia, FARIAS, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs) Dossiê feminismos e Fórum Social Mundial. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: Ed. UFSC, vol. 11, n. 2, 2003, ps. 541-575.
- ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.) **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000, ps. 383-426.
- ALVAREZ, Sonia. Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'. **International Feminist Journal of Politics**. 1 (2), 1999, ps.181-209.
- ALVAREZ, Sonia E. Latin American Feminisms ‘Go Global’: Trends of the 1990s and Challenges for the NewMillenium. In: **Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements**, Sonia E. ALVAREZ, Evelina DAGNINO, e Arturo ESCOBAR (eds). Boulder, CO: Westview Press, 1998, ps. 293-320.
- ALVAREZ, Sônia. **The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy**. PhD Dissertation, Yale University. 1986.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense. 1981, 78p.

- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1980, 197p.
- ALVES, José Eustáquio. A mulher na política e a política de cotas: Brasil, 2004. Disponível em <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em 19 de maio de 2007.
- ANAIS do XIII Encontro Nacional Feminista – O feminismo nos 500 anos de dominação. João Pessoa, 2000, 191 p.
- ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar – o governo lula e os descaminhos do PT**, Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 176p.
- AQUINO, Estela & ADRIÃO, Karla Galvão ‘Entrevista a Estela Aquino’ In: GROSSI, MINELLA & PORTO (orgs.) **Depoimentos. Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: ed. Mulheres, 2006, ps. 73-94.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro, 1998. Vol. 06, no. 01, ps.71-90.
- ARILHA, Margareth. Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Mestrado em Psicologia Social, PUC – São Paulo, 1999, 123p.
- ATKINSON, Jane. Review Essay Anthropology. In: **Signs**, Vol. 8, No. 2, 1982, ps.236-258.
- ÁVILA, Maria Betânia (org). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001, 294p.
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.º 84-85, mar./ago. 2000, p. 7-11.
- ÁVILA, Maria Betânia. Alianças e Parcerias do Movimento de Mulheres. **Democracia Viva**, 2. Rio de Janeiro: IBASE/Moderna, 1998.
- BANDEIRA Lourdes. Feminismo: memória e História. In: SALES, Celecina; AMARAL, Célia e ESMERALDO, Gema (orgs) **Feminismo. Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2000, ps. 15-42.
- BARTRA, Eli. **Crafting Gender. Women and folk art in Latin America and the Caribbean**. Durham e Londres: Duke University Press, 2003, 244 p.
- BARSTED, Leila Linhares. Feminismo: história e futuro. Mesa-redonda **no Seminário 30 anos ininterruptos de feminismo no Brasil**, Rio de Janeiro: UERJ, CLAM, 2005.
- BARSTED, Leila Linhares & HERMANN, Jacqueline (orgs) **Instrumentos Internacionais de proteção aos Direitos Humanos**. Cepia, 2001, 131p.

- BARSTED, Leila Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil de 1983-1993. IN: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ n. especial, 1994, p. 38-54.
- BATESON, Mary Catherine. *With a Daughter's eye. A memoir of margareth Mead and Gregory bateson.* Washington Square Press, New York, 1984. 234p.
- BEAUGRANDE, Robert de. **New Foundations for a Science of a text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society.** Vol LXI. New Jersey: Ablex, 1997, 394p.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, vol1.1989 [1949], 312p.
- BECKER, H. “De que lado estamos”, In: **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de janeiro: Zahar editores. 1977, ps122-136.
- BECKER, Simone. *Dormientibus Non Ocurrit Jus! (O Direito não ocorre os que dormem): um olhar antropológico sobre rituais processuais judiciais (envolvendo o pátrio poder/poder familiar) e a produção de suas verdades.* Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2008.
- BELELI, LOPES & PISCITELLI, 2003. Cadernos PAGU: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003, p. 242-247.
- BENHABIB, Seila & CORNELL, Drucilla. **Feminismo como Crítica da Modernidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, 208p.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 440 p.
- BESSE, Susan. A política do(s) feminismo(s) e dos antifeminismo(s). In: **Modernizando a desigualdade.** São Paulo:EDUSP, 2001[1999], p. 182-220.
- BESSE, Susan. **Restructuring Patriarchy. The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940.** The University of North Carolina Press, 1996, 308p.
- BLAY, Eva Alterman . *Panorama da situação da mulher no Trabalho.* Folha de São Paulo, São Paulo, 08 mar. 2005, ps. 18 – 18.
- BLAY, Eva Alterman. *Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches.* In: **Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro, no. 26, 1980, ps.63-70.
- BONAN, Claudia & FERREIRA, Cláudia. **Mulheres e movimentos,** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005, 208p.

- BONETTI, Alinne. Antropologia Feminista: o que é esta antropologia adjetivada. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs) **Dossiê Entre pesquisar e Militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**, Brasília: CFemea 2007, p. 22-34.
- BONETTI, Alinne. Antropologia Feminista. Publicado nos **anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero7**. Florianópolis: UFSC, 2006, 10p.
- BONETTI, Alinne e FLEISCHER Soraya (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis/Porto Alegre: EDUNISC/Ed. Mulheres, 2006, 370p.
- BONETTI, Alinne. Eu não sou feminista, sou feminina! Relações de gênero e atuação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. IN: LISBOA, Maria Regina Azevedo e MALUF, Sônia Weidner (orgs) **Gênero, cultura e poder**. Florianópolis: Ed mulheres. 2004, ps. 133-144.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 3ª. Edição, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001, 361p.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, ps.329-376.
- BRAH, Avtar, **Cartographies of Diaspora. Contesting identities**. London: Routledge, 1996 [1993] , 276p.
- BAIDOTTI, Rosi. **Sujetos nômades**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2000, 254p.
- BRAIDOTTI, Rosi. A política da diferença ontológica. IN: Teresa Brennan (ORG) **Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1989, p.171-186.
- Braidotti, Rosi. Envy: Or with Your Brains and My Looks. In: JARDINE, Alice and SMITH, Paul (eds) **Men in Feminism**. New York: Methuen, 1987, ps. 233-241.
- BRASIL. Textos e Roteiros de Discussão: Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, www.presidencia.gov.br/spmulheres
- BRASIL. Folder Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa, 2006. www.presidencia.gov.br/spmulheres
- BRASIL. Presidência da República. Pensando Gênero e Ciências: Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa, 2006. MIMEO.

- BRASIL. Relatório de Implementação 2005. Plano nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2006, 114 p.
- BRASIL. Memória 2003-2006. Disponível em www.presidencia.gov.br/spmulheres.
- BRASIL - SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2005. www.presidencia.gov.br/spmulheres
- BRASIL. Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais. Documento base. – I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. MIMEO.
- BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (orgs) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2002, 439p.
- BUFFON, Roseli. Encontrando O Homem Sensível? Reconstrução da Imagem Masculina em um Grupo de Camadas Medias Intelectualizadas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Routledge: New York. 2004, 267p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, série Sujeito e História, 2003.
- BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, Hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Fondo de Cultura Económica de Argentina: Buenos Aires, 2000. 325p.
- BUTLER, Judith. Reescificación de lo universal: hegemonía y límites del formalismo, In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, Hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda**. Fondo de Cultura Económica de Argentina: Buenos Aires, 2000, ps.17-48.
- BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: **Caderno Pagu** (11), 1998, ps. 11-42.
- CABRAL, Carla Giovana. Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**. Dossiê Gênero e Tecnologia. Curitiba, no. 3, 2º semestre de 2006, ps. 23-42.
- CADERNO DE Programação do Seminário fazendo Gênero 7, gênero e preconceitos. Florianópolis: UFSC, 2006, 188p.
- CADERNO DE Resumos e Programa do I Seminário Internacional Enfoques feministas e o século XXI: feminismo e universidade na América Latina. Salvador: NEIM/UFBA, 2005, 165 p.

- CAMURÇA, Sílvia. A política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. IN: Ávila, B (org) **Textos e Imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: Ed. Bagaço, 2001.
- CARBY, Hazel. White women listen! In: STEVI, Jackson et alli (Eds) **Women's studies: essential readings**, New York: New York University Press, 1993.
- CARVALHO, Marie Jane Soares & ROCHA, Cristiane Maria Famer (Orgs). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: ed. Sulina, 2004, 293 p.
- CASTELLS, Manuel. **La era de La informacion: economia, sociedad y cultura. Vol 2 – El poder de La identidad**. Tradução de Carmen Martínéz Gimeno. Londres: Blackwell Publishers, 1997.
- CFEMEA. Os Direitos das Mulheres na legislação brasileira pós-constituente. Legislação (federal, estadual e municipal) sobre direitos das mulheres a partir da constituição de 1988/ Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (org), Iáris Cortes (org). Brasília: Letras Livres, 2006. 128p.
- CITELI, Maria Teresa . Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. In: **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n. 15, 2000, ps. 39-76.
- COLETIVO de Mulheres do Rio de Janeiro. Reflexões sobre o Feminismo. Arquivo Centro de Documentação do SOS Corpo, 1980, 06p, MIMEO.
- COLLIN, Françoise. Práxis feminista e democracia, Conferência ministrada no seminário **30 anos ininterruptos do feminismo no Brasil**, organizada pelo Centro Latino-Americano em sexualidade e Direitos Humanos – CLAM - e Articulação de Mulheres Brasileiras -AMB –UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=251&sid=7, 2005.
- COLLIN, Françoise. **A mesma e as diferenças**. Tradução Christiane Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo-Gênero e cidadania, 1992 [1983]
- COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. **Plataforma Política Feminista – PPF** -. Brasília, Distrito Federal, 2002, 64p.
- CONNELL, R. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- COREAGA, Gloria. Comunicação oral na mesa “Repensando as redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, Salvador, Bahia, 2005.
- CORNWALL, Andrea. Comunicação informal, durante o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, São Paulo, 2005.

- CORREA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003. 278p.
- CORREIA, Mariza. Prefácio de Gênero em Matizes. Almeida et Alli (orgs). **Gênero em Matizes**. Estudos CDAPH. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, ps. 7-15.
- CORREIA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. In: **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas: Unicamp, 2001, ps 13-30.
- CORREA, Sônia & VIANA, Adriana In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs) **Dossiê Entre pesquisar e Militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**, Brasília: CFemea, 2007, p. 5-21.
- CORREA, Sonia; MATAMALA, Marisa; PALOMINO, Nancy e RAMOS, Silvina. As Aventuras e o Consenso do Movimento Feminista no Caminho para o Cairo. IN: **Revista de Estudos Feministas**, Vol 2, no 3, 1994.
- CORREA, Sonia. O Crescimento das ONGs de Mulheres. Relações de gênero e sociedade civil no Brasil: uma aproximação. Arquivo Centro de Documentação SOS Corpo, 1993, 19p.
- COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs) **Uma questão de gênero**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1993 [1992], 336p.
- COSTA, Albertina & BLAY, Eva (Orgs). **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE/USP, 1992, 176 p.
- COSTA, Albertina. **A política governamental e a mulher**. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina. 1985.
- COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos?: Resíduos de insatisfação. In: **Seminário nacional o feminismo no Brasil reflexões teóricas e perspectivas**. UFBA- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Salvador – BA. (s/d).
- COSTA, Ana Alice. Trajetórias e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: Elizete Passos; Márcia Macêdo; Ivía Alves. (Org.). **Metamorfoses. Gênero na perspectiva interdisciplinar**. 1 ed. Salvador: NEIM/UFBa, 1998, v. 1, p. 25-35.
- COSTA, Ana Alice. **Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil**. Tesis para obtener el grado de maestria en Sociología. México: facultad de ciencias políticas y sociales. División de estudios superiores, 1981.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, n. 54, 1985, ps.05-15.

- COSTA, Claudia de Lima. Feminist publications and the transnational politics of translation: reflections from the field. **Revista. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.1, 2003. Disponível:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Dec 2007. doi: 10.1590/S0104-026X2003000100017
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: **Cadernos Pagu**, n.19, vol.1, 2002, p. 59-90.
- COSTA, Rosely. Mediando Oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: Almeida et Alli (orgs).**Gênero em Matizes**. Estudos CDAPH. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jul 2007. Pré-publicação.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DA MATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo ou como ter ‘antropological blues’, in **Publicações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.
- DELEUZE, Gilles, **Negotiations**, New York: Columbia University Press, **1995**.
- DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. Ed. Forense, 15ª ed., Rio de Janeiro, 1999.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- DINIZ, Simone, ADRIÃO, Karla Galvão & BECKER, Simone. Entrevista a Simone Diniz. In: GROSSI, Miriam, MINELLA, Luzinete & PORTO, Rozeli (orgs.) **Depoimentos. Trinta aos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: ed. Mulheres, 2006, ps. 341-368.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen Da Silva. O feminismo na imprensa brasileira**. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2005, 185p.
- DUMONT, Louis **Homo Hierarquicus. O sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp. 2002.
- ELAM, Diane. Hacia una solidaridad sin fundamento. In: **Revista Feminaria**, Argentina, No. 20, October, 1997, ps. 1-14.

- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Seção Garamond Universitária, 2005. 304 p.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in Thought and Language**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. New York: Cambridge University Press, 1994 [1992].
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, ps. 217-250.
- FLAX, J. Political philosophy and the patriarchal unconscious: a psychoanalytic perspective on epistemology and metaphysics. In HARDING, Sandra & HINTIKKA, M. B (Eds.), **Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science** Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983, p.245-281.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1985].
- FOUCAULT, Michel Le sujet et le pouvoir. **Dits et écrits IV**. 1980-1988. Paris: Galimard. 1994, ps.222-243.
- FOUCAULT, Michel **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998 [1971].
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1966.
- FRAISSE, Geneviève. **La différence des sexes**. Paris: Ed.PUF, 1996.
- FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Sílvia. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres**. Recife, Iniciativa de gênero/SOS Corpo gênero e cidadania, 2001.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas**, vol.15, no.2, Ago 2007, ps.291-308.
- FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: Cristina Bruschini e Sandra Unbehau (orgs)

- Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC e Ed 34, 2002, ps. 59-78.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In SOUZA, Jessé (org.). **Democracia Hoje.** Brasília: UnB, 1998,
- FRIEDAN, Betty. **A Mística feminina,** 1^a. ed. São Paulo: Loyola, 1963.
- FUNCK, Susana Bórneo (Org.) **Trocando Idéias: Sobre a Mulher e a Literatura.** Florianópolis, SC: EDEME, 1994. 470 p.
- FUNCK, Susana Bórneo. Da Questão da Mulher à Questão do Gênero. In: **Trocando Idéias Sobre a Mulher e a Literatura.** Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 1993.
- FUNCK, Susana Bórneo. (Org.) **Boletim do GT A Mulher na Literatura,** Número 4. Florianópolis, SC, 1992, 208 p.
- FUNCK, Susana Bórneo & MUZART, Zahidé (Orgs.) **Cadernos do Terceiro Seminário Nacional: Mulher e Literatura.** Vol. 2, Florianópolis, SC, 1990, 201 p.
- FUNCK, Susana Bórneo & MUZART, Zahidé (Orgs.) **Cadernos do Terceiro Seminário Nacional: Mulher e Literatura.** Vol 1, Florianópolis, SC, 1989, 416 p.
- GARCIA, Clarissa. As Mulheres e as eleições municipais de 2004 no nordeste. IN: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política.** Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 2, 2005, ps. 11-38.
- GARCIA, Ivete. Gênero e políticas públicas municipais. In: Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs) **Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, ps. 173-188.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis : Vozes, 1997, 366 p.
- GEERTZ, Cliford. **Works and lives: The anthropologist as author,** Stanford, Stanford University Press, 1988.
- GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. IN: GERGEN Mary (Ed.) **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Brasília: Editora Rosa dos tempos, Edunb, Editora da Universidade de Brasília, 1993, ps. 48-69.
- GERGEN, Mary. Rumo a uma metateoria e metodologia feministas nas ciências sociais. IN: GERGEN Mary (Ed.) **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.**

- Brasília: Editora Rosa dos tempos, Edunb, Editora da Universidade de Brasília, 1993, ps. 110-128.
- GIDDENS, Anthony **Modernidade e identidade** Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002, 233 p.
- GITAHY, L. et alii Luttés Ouvrières et Luttés desOuvrières a Sao Bernardo do Campo. Cahiers des AmeriquesLatines, (26), **Serie Sciences de l'homme**. Paris, Institutedes Hautes Etudes de l'Amerique Latine, Université de laSorbonne Nouvelle Paris III. 1982.
- GODINHO, Tatau. O PT e o Feminismo. In: Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs) **Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, ps. 15-32.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. Participação e gestão no urbano. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, no. 26. São Paulo: Cortez, 1988.
- GOLDBERG, Anette “Lê dire et lê faire feministes: une approche socioculturelle du Bresil Contemporain”. tese de doutorado. Paris VII, 1991.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. **BIB**, Rio de Janeiro, 1989. No. 28, ps. 42-70.
- GOLDBERG, Anette “Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em Ideologia liberalizante” dissertação de mestrado, Ciências Sociais, IFCS-UFRJ, 1987.
- GREGORI, Maria Filomena. A Violência Contra a Mulher: a prática do SOS-Mulher (SP), cenas e queixas. Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 1988.
- GROSSI, Miriam e MINELLA, Luzinete. A revista de estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil’. In: **Revista de Estudos Feministas**, vol 12, Florianópolis, set/dez. 2004, ps. 104-130.
- GROSSI, Miriam Pillar. Velhas e novas feministas no Brasil. In: **Antropologia em Primeira mão**, PPGAS/UFSC.1998.
- GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Mapeando grupos de mulheres, feministas e de gênero no Brasil. In: **Revista Antropologia em Primeira Mão**. Quebec/Florianópolis, no. 05, 1998 e [1996].

- GUERRA, Lucía. **Mujer y escritura. Fundamentos teóricos de La crítica feminista.** Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, 2007, 137 p.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos feminismos: introdução a abordagem de gênero. In: **marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres., 2005, p. 77-92.
- GURGEL, Telma. **A liberdade é lilás.** A trajetória dos coletivos feministas na história de Mossoró (RN). Mossoró/RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2005, 98 p.
- HABERMAS, Jurgen. **Discurso Filosófico da Modernidade.** Lisboa. Publicações D.Quixote, 1990.
- HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action,** London: Beacon Press, 1981.
- HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 102 p.
- HALL, Stuart. **Identidades na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 1995.
- HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and women. The reinvention of Nature.** New York, Routledge, 1991.
- HARAWAY, Dona. **Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science.** New York: Routledge, 1989.
- HARDING, Sandra. Existe um método feminista. Traducción de Gloria Elena Bernal de: Is There a Feminist Method. In: HARDING, Sandra (org) **Feminism and methodology,** Bloomington, Indianápolis: Indiana University Press, (s/d), 11p.
- HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo.** Madri: Morata, 1996. [The science question in feminism. Ithaca: Cornell University Press, 1986].
- HARDING, Sandra. A Instabilidade das categorias analíticas na Teoria Feminista. In **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, Vol.1, n. 1, 1993, ps. 07-32.
- HARDING, Sandra. **Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's lives.** Ithaca: Cornell University Press, 1991.

- HEILBORN, Maria Luiza et alli. Antropologia e feminismo. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. & CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens...In: **Revista de Estudos Feministas**, 6 (2), 1998, ps. 371-374.
- HULL, Gloria & SMITH, Barbara. Introduction. The politics of black women's studies. IN: HULL, Gloria & SMITH, Barbara (orgs) **All the women are White allthe blacks are men. But Some of us are brave. Black women's studies**. New York: The Feminist Press, 1982, ps. 17-31.
- ISRAEL, J. & TAJFEL, Henry. (Orgs.) **The Contest of Social Psychology : A Critical Assessment**. London : Academic Press, 1972.
- JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira São Paulo: Martins Fontes, 1994, p.
- JUREMA, Solange Bentes. As mulheres na política: eleições de 2004 em Alagoas. IN: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 02, 2005, ps. 161-178.
- KELLER, Evelyn FOX. Developmental biology as a feminist cause? **Osiris**, vol. 12, 1997. ps. 16-28.
- KELLER, Evelyn FOX. **Reflections on Gender and Science**. New Haven, Yale University Press, 1991 [1985].
- KELLER, Evelyn FOX. **A feeling for the organism: the life and the work for Barbara McClintock**. New York: W.H. Freeman, 1983 [1982].
- KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen.(eds) **Feminism and Science**. New York, Oxford University Press, 1997 [1996]. ps. 264-279.
- KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio em la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Org.). **Masculinidades**. Santiago: Isis Internacional; FLACSO Chile, 1997, ps. 49-62.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras, 2001.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista. Hacia una radicalizacion de la democracia**. México: fondo de cultura económica, 1985, 246p.
- LAGO, Mara. Aula proferida pela professora Mara Lago no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH/UFSC, no primeiro semestre de 2005, na disciplina 'Movimentos sociais e Estudos feministas'.

- LAGROYE, Jacques. **Sociologie Politique**. 3e.ed. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1997, p. 129-203.
- LAPSLEY, Hilary. **Margaret Mead and Ruth benedict – The Kinship of women**, Univesity of Massachusetts Press, 1999.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**. Bauru, SP: EDUSC, 2003 [2001]. 356 p.
- LEITE, Miriam L. Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.
- LONGINO, Helen E. **Science as Social Knowledge: Values and Objectivity in Scientific Inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1996 [1990].
- LONGINO, Helen E. Can there be a feminist science? IN: TUANA, Nancy (ed) **Feminism and Science**. London:Routledge, 1986, 354p. Disponível em: www.cddc.vt.edu/feminism/sci.html
- LONGHI, Márcia. **Ser homem, pobre e pai**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- LOPES, Fábila. As mulheres no poder: uma minoria simbólica que se repete nas eleições 2004 no Ceará. In: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 02, 2005, ps. 85-102.
- LOPES, Maria Margaret. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Mar 2008. doi: 10.1590/S0104-83332006000200002
- LOPES, Maria Margaret. (org) Dossiê: Gênero na história das ciências. In: **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n.15, 2000, ps. 15-248.
- LOWY, Ilana. Universalidade da Ciência e conhecimentos “situados”. IN: **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, (15), 2000, ps. 15-38.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: **Cadernos Pagu** (11), Campinas:Unicamp, 1998, p. 107 -125.
- MACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. In: **Série Antropologia**. 1994, disponível no Site UNB: www.unb.br/ics/dan/serie170empdf.pdf

- MALUF, Sônia. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: GT sujeitos do feminismo. **Fazendo Gênero 7**. Florianópolis, SC. UFSC. 2006, 18p.
- MALUF, Sônia. Os Dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, vol.12, n. especial, 2004, ps. 171-174.
- MANUAL de Capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da CEDAW, organizado pela Rede Latino-Americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos – REDLAC; programa Mulher, Justiça e gênero; e ILANUD, 2002. Edição Brasileira, 2004, 360 p.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. As mulheres e as eleições em Sergipe: uma análise de gênero e etnia no espaço da política. In: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 02, 2005, ps. 195-210.
- MATOS, Marlise. Apresentação oral, mesa “Repensando as redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina. **Caderno de programas e resumos do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina**, Salvador, 2005.
- MATURANA, Humberto. **Emociones y language em educacion y política**. Santiago do Chile: Dolmen ediciones, 1997 (9ª. Edición), 117 p.
- MEAD, Margaret. **Du givre surles ronces – autobiographie**, Paris : Editions du Seuil, 1977.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: ed. Vozes, 1991.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. In: **Revista Estudos feministas**. Vol11, n. 1/2003, p. 271-283.
- MIGUEL, Sônia **Feminismo, um olhar para dentro**. Dissertação de mestrado em Ciências sociais, UFSC, 1988.
- MINELLA Luzinete. Aula proferida pela professora Luzinete Simões Minella no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH/UFSC, no primeiro semestre de 2005, na disciplina ‘Movimentos sociais e Estudos feministas’, 2005.
- MONDADA, Lorenza. Verbalisation de l’espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne – Université de Lausanne, Faculte de Lettres. Thèse pour obtenir lê grade de docteus em lettres. 1994, 671 p.

- MOORE, Henrietta. Whatever happened to women and men. Gender and other crises in anthropology. In: MOORE, Henrietta (ed) **Anthropological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2000 (1999).
- MORAES, Odalisca Cavalcanti. **Trilhas sinuosas no mundo feminino: o movimento de mulheres e suas expressões de conflitos**. Dissertação de mestrado. Serviço social, Centro de Ciências sociais aplicadas. UFPE, 1998.
- MORAES, Maria Lígia de Quartin. **Marxismo e Feminismo no Brasil**. Primeira Versão, n66, IFCH/UNICAMP, 1996.
- MORAES, Maria Lígia de Quartin. **Mulheres em movimento**. São Paulo, Nobel/conselho Estadual da condição feminina, 1985.
- MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: **Debate feminista – cidadania e feminismo**. Gráfica da Cia Melhoramentos: México/São Paulo, 1999a, ps. 29-47.
- MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. In: **Debate feminista – cidadania e feminismo**. Gráfica da Cia Melhoramentos: México/São Paulo, 1999b, ps. 266-278.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996 [1993].
- MULHER & DEMOCRACIA. **As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste**. Cadernos feministas de economia e política: Casa da Mulher do Nordeste, n. 2, 2005, 218 p.
- MULHER & DEMOCRACIA. **Mulher e Política. lutas e conquistas**. Cadernos feministas de economia e política: Casa da Mulher do Nordeste, n. 1, 2ª edição, 2004, 90 p.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. RS: EDUNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- NASCIMENTO, Pedro F. G. do. **“Ser homem ou nada”**: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE,. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1999, 106p
- NASCIMENTO, Silvani Magali et alli. Mulher e representação política no Maranhão. IN: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 2, 2005, ps. 145-160.

- NICHOLSON, Linda Interpretando o gênero. In: **Revista de Estudos Feministas**. Vol.8, nº 2. CFH/CCE/UFSC. 2000, ps. 09-41.
- NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia**. Tese de Doutorado. Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005, 310 p.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “O trabalho do Antropólogo: ver, ouvir escrever” In: **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Unesp. 1998, ps.17-36.
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louis (orgs) **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Ed. Paz e Terra, 1979.
- ORTNER, Sherry. So is female to male as nature is to culture. In ORTNER, Sherry. **Making gender. The politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press, 1974, ps. 173-180.
- OUR BODIES, OURSELVES for the new century BWH Collective. New York: Simon & Schuster, 1998, p.
- PEDREIRA, Jailma dos Santos. O retorno do sujeito: entre a crítica literária, cultural e feminista. ST Sujeitos do feminismo. **Fazendo Gênero 7**, 2006, 12 p.
- PEDRO, Joana Maria. Nós mulheres e nosotras – rede feminista dos anos 70 e 80. In: Anais do ST40 - Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX – **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Florianópolis: UFSC, 2006a, 10p.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-01882006000200011
- PEIRANO, Mariza. **O Dito e o Feito. Ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 225 p.
- PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Cadernos PAGU**. UNICAMP, No. 4, 1995.
- PHILIPS, Anne. Las pretensiones universales Del pensamiento político. In: BARRETT, Michéle y PHILIPS, Anne (Eds) **Desestabilizar La teoria. Debates feministas contemporâneos**. Universidad nacional Autónoma de México: Paidós, sd, 12p.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

- PINTO, Céli. Regina Jardim A trajetória da visibilidade. Mulher, feminismo e estado no Brasil. In: **Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Minas Gerais. Mimeo, 1990, 21p.
- PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: Aguiar, Neuma (org) **Gênero e Ciências Humanas**. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.
- PITANGUY, Jaqueline. Feminismo, Cidadania e Políticas Públicas. Transversalidade do gênero nas ciências sociais. In: **Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Minas Gerais. Mimeo, 1990, 7p.
- PONTES, Heloisa. Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 1986.
- PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: Marcello BAQUERO. (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**. Porto Alegre/Brasília, 2001, ps. 173-208.
- PROGRAMA do 4º Congr s international des recherches féministes dans la francophonie plurielle. Citoyennes sans frontiere. Universit  d'Ottawa, canadá, juillet 2005, 60 p.
- QUADROS, Marion. **Ideologia e Feminismo**. Trabalho apresentado como parte integrante da avalia o da disciplina Ideologia e Sociedade, pela professora Silke Weber. Pós-Gradua o de Sociologia, CFCH/UFPE. NO PRELO, 2001. 23p.
- RÁDIO MULHER, XIII Encontro Nacional Feminista – O Feminismo nos 500 anos de domina o, João Pessoa, CD ROM, 2000.
- RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In: **Cadernos AEL. Mulher, História e Feminismo**. São Paulo, IFCH/ Unicamp, 1995/1996. nos 3/4. , ps. 11-43.
- RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. IN: **Revista Estudos Feministas**. V. 10, n 1. UFSC, Florianópolis, 2002, ps. 11-38.
- RELATÓRIO oficial do **3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe**, Bertiooga, São Paulo, 1985, 102 p.
- RELATÓRIO da Comissão Organizadora do IX Encontro Nacional Feminista. Arquivo SOS Corpo. 1987, Mimeo.

- RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Petrópolis: Ed Vozes, 1998, 110 p.
- RIVAS, Maria Helena et alli. O ensino de Ciências no curso normal e a formação de professores. In: **III Simpósio Latino Americano e Caribenho de Educação em Ciências**, Curitiba: ICASE, 1999, p. 107-107.
- RIOT- SARCEY, Michele. A Democracia Representativa na Ausência das Mulheres, In: **Revista de Estudos Feministas**, Número Especial, 1994.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 July 2007. Pré-publicação.
- ROCQUE, Lucia de La. O golem e o ciborgue, nos limites do humano: a apologia de uma ciência feminina em *He, She and It*, de Marge Piercy. In: Tereza Marques de Oliveira e Maria Conceição Monteiro (orgs) **Figurações do feminino nas manifestações literárias**. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2005, ps. 177-196.
- ROCQUE, Lucia de La. Gênero e reprodução em questão: utopias e distopias feministas. In: Tania C. de Araújo Jorge (org) **Ciência e Arte: encontros e sintonias**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2004, ps. 48-66.
- ROSALDO, Michelle Z. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos – Gênero**, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, ano 1, no. 1, 1995.
- ROSALDO, Michele Z. & LAMPHERE L. **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSE, Hilary. **Love, Power and Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1983.
- ROWLANDS, J. What is empowerment. In: NELSON, N. and WRIGHT, S. (eds) **Power Technology**, 1992, ps. 98-114.
- RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a "Economia Política" dos Sexos**. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].
- SALES, Celecina, AMARAL, Célia & ESMERALDO, gema (orgs.) **Feminismo. Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000, 118 p.
- SAMAIN, Etienne. Balinese Character (re) visitado – Uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margareth mead. In André Alves (org). **Os argonautas do mangue**, Campinas: Editora da unicamp/Imprensa oficial, 2004, ps. 17-78.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto, Portugal: Ed. Afrontamento, 13ª edição, 2002. 58p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Reinventar a democracia**. Lisbon: Gradiva.1998

- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989. 176p.
- SARDEMBERG, Cecília. Comunicação oral na mesa “Repensando as redes”, no I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, Salvador, 2005.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1988, (64), ps. 38-47.
- SCAVONE, Lucila. O Feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas ? In SCAVONE L. ALVAREZ, M.C. e MISKOLCI, R. (orgs) **O Legado de Foucault**, São Paulo: EDUNESP, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, 2006, vol. 21, n. 1, ps. 109-130.
- SCHERER-WARREN, Ilse et alli. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa/Florianópolis: socius/ed.UFSC, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse **Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo**. Arquivo Centro de Documentação SOS Corpo, 1997. Mimeo.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Ilse SCHERER-WARREN & Paulo KRISCHKE (orgs) **Uma revolução no cotidiano. Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987, 302p.
- SCHUMAHER, Schuma. Panorâmica dos 30 anos de Feminismo no Brasil. In: **Sexualidade. Gênero e sociedade**, 2005. Ano XII. No. Especial 23/24/25. Outubro, ps. 01-03.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 13, n. 1, 2005, ps. 11-30.
- SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed Mulheres. 2002, 309 p.
- SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalistas. IN: **Debate Feminista**. Cidadania e Feminismo. no. especial, 1999a, ps.203-222.
- SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (orgs) **Falas de gênero**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999b, ps. 21-56.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. 1995 [1986].
- SEARLE, John. **The Construction of Social Reality**. New York: Free Press, 1995, p.
- SHOTTER, John. **Images of man in psychological research**. London: Methuen, 1975.

- SILVA, Maria Dulce. Mulher e participação política no Estado do Piauí. In: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 02, 2005, ps. 127-144.
- SILVEIRA, Henrique F.R. planejamento governamental coordenação interorganizacional: um espaço para a aplicação de organizações virtuais no setor público. **Caderno de finanças públicas**, v. n.8, 2007, p. 123-179.
- SIQUEIRA-TONELI, Maria Juracy. Refletindo sobre a noção de sujeito: alguns apontamentos. In: **Educação, Subjetividade e poder**, n.6, v.6, 1999, ps. 73-81.
- SIQUEIRA-TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A Constituição da identidade masculina: alguns pontos para discussão. **Cadernos de Psicologia USP, SÃO PAULO**, v. 8, n. 1, 1997, p. 113-130.
- SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. IN: Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs) **Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, ps. 33-54.
- SOARES, Vera. Somos todas feministas? In: **Seminário nacional o Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. UFBA-Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM - , Arquivo do Centro de Documentação do SOS Corpo, sd, 12p, MIMEO.
- SOIHET, Raquel. Feminismo ou feminismos? Uma questão no rio de janeiro nos anos 1970/1980. In: Anais do ST40 - Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX – **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Florianópolis: UFSC, 2006, 10p.
- SOUZA, M.M.F.; OMENA, A. Meios de comunicação e processos políticos a ascensão e declínio de um fenômeno? . In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 25, 2002, Salvador. Anais. São Paulo: Intercom, CD-ROM, 2002, 10p.
- SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: Williams, Patrick and Laura Chrisman, Eds. **An Introduction to colonial discourse and post-colonial theory**. X reader. NY and London: harvester-Wheatsheat. 1998, ps. 175-235.
- STRATHERN, Marilyn. A place in the feminist debate. In: SATRATHERN, Marilyn. **The Gender of the gift**. Problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press. 1988. ps. 22-40.
- TAVARES, Natália. **Anita Moraes: a matriarca de macaparana**. Recife:Ed. Dos autores, 2006 [2003].

- TELES, Amelinha. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1999, 181 p.
- TOURAINÉ, Alan. **¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global**. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica. 1997.
- TOURAINÉ, Alan. Pensando os movimentos sociais neste final de século XX In: **Cadernos do CEAS** – Centro de estudos e Ação Social, Salvador-BA. 1995. No. 159, 75 p.
- UNBENHAUN, Sandra. Experiência Masculina da Paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens das camadas médias; Dissertação de mestrado, USP, sociologia, 2000.
- VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade. Uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, 112p.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**, RJ: Zahar editores.1981, ps. 121-133.
- YOUNG, Íris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 5ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, 222 p.
- ZUCCO, Maise Caroline. Mulheres e feminismo em Florianópolis (1975-1988) In: Anais do ST40 - Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX – **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Florianópolis: UFSC, 2006, 10p.

Sites visitados

www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_503.pdf (maria Coleta)

www.abong.org.br

www.articulacaodemulheres.org.br

www.capes.gov.br

www.catolicasonline.org.br

www.cfemea.org.br

www.cfh.ufsc.br/~ref/

www.cnpq.br

www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=20&id=221

www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/zuleika.htm

http://en.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Laclau

www.lattes.cnpq.br

www.lacobranco.org.br

www.mulheresdeolho.org.br/?p=174

www.redor.ufba.br/tema_simposio.html

www.nigs.ufsc.br

www.papai.org.br

www.portalfeminista.org.br

www.presidencia.gov.br

www.presidencia.gov.br/spmulheres

www.redefeministadesaude.org.br

www.redesaude.org.br

www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm

www.scielo.org

www.sof.org.br

www.soscorpo.org.br

www.ua.es/up/pinochet/noticias/junio/05-junio-tercera5.html,

www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/default.asp?action=doutrina&iddoutrina=1180

www.unicamp.br/pagu/

www.10feminista.org.br

www.13ciso.org.br